

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

LETÍCIA ELOISA BISOL

**O PATRIMÔNIO URBANO-ARQUITETÔNICO DE CAXIAS DO SUL (RS):
RESGATE MEMORIAL DAS EDIFICAÇÕES PARA POSSÍVEL UTILIZAÇÃO
TURÍSTICA**

CAXIAS DO SUL – RS

2017

LETÍCIA ELOISA BISOL

**O PATRIMÔNIO URBANO-ARQUITETÔNICO DE CAXIAS DO SUL (RS):
RESGATE MEMORIAL DAS EDIFICAÇÕES PARA POSSÍVEL UTILIZAÇÃO
TURÍSTICA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial, para a obtenção de título de Mestre em Turismo e Hospitalidade, no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul.

Linha de pesquisa: Turismo, cultura e educação.

Orientador: Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César

CAXIAS DO SUL – RS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

B622p Bisol, Leticia Eloisa, 1989-
O patrimônio urbano-arquitetônico de Caxias do Sul (RS) : resgate
memorial das edificações para possível utilização turística / Leticia Eloisa
Bisol. – 2017.
206 f. : il. ; 30 cm

Apresenta bibliografia.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2017.

Orientação: Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César.

1. Turismo cultural - Caxias do Sul. 2. Arquitetura. 3. Turismo - Caxias
do Sul. I. César, Pedro de Alcântara Bittencourt, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 338.48-6:7/8(816.5)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Turismo cultural - Caxias do Sul	338.48-6:7/8(816.5)
2. Arquitetura	72
3. Turismo - Caxias do Sul	338.48(816.5)

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária
Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236.

“O patrimônio urbano-arquitetônico de Caxias do Sul (RS): resgate memorial das edificações para possível utilização turística”

Letícia Eloisa Bisol

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hospitalidade, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 11 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César (Orientador)
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia
Universidade de Caxias do Sul

Profa. Dra. Maria Fernanda de Oliveira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

“Sou eu próprio uma questão colocada ao mundo e devo fornecer minha resposta; caso contrário, estarei reduzido à resposta que o mundo me der”.

(CARL GUSTAV JUNG)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar os mais sinceros sentimentos de gratidão a todos que contribuíram para a conclusão desta dissertação, seja com ideias, indicações e/ou sugestões, como com uma conversa, um café, ou um abraço. Todas as formas de carinho foram de suma importância, uma vez que nenhuma construção é realizada apenas por uma pessoa.

À Universidade de Caxias do Sul, por disponibilizar o curso de Mestrado em Turismo e Hospitalidade e nos possibilitar a aprender por meio da transdisciplinaridade, entrelaçando áreas em seus cursos de pós-graduação. Agradeço, também, a oportunidade que tive de ter sido bolsista da PROSUP/CAPES.

À minha família pelo apoio, incentivo e oportunidade de estudar o quanto quis, mesmo com alguns “poréns”, mesmo às vezes sem entender o motivo de eu seguir tal caminho. A verdade é que sempre fizeram tudo que era possível para eu ir atrás dos meus objetivos (muitas vezes abdicando dos próprios). Pai e mãe, tenho imenso orgulho de tudo que vocês conquistaram e nos proporcionaram, principalmente da importância que sempre deram aos estudos. Minha irmã (às vezes, meio mãe), somos tão iguais, mas tão diferentes! Me incentivaste muito..., e és meu exemplo de profissional, competência, êxito, amor e resiliência.

Durante o último ano tive um grande amparador nesta pesquisa. Alguém que me auxiliou com as leis, entrevistas, que leu os trabalhos e os corrigiu, acompanhou-me até o Arquivo Histórico, nos congressos, ouviu muitas das minhas histórias, reclamações, alegrias, ideias, me viu chegar exausta/mal humorada e sempre ajudou como pôde, além de ter estado ao seu lado para que eu pudesse concluir esta etapa da melhor forma possível. Gratidão, Jairo Braun Pasqualetto, “por estar aqui”.

Aos amigos de perto, de longe, os de antes (bem antes) do mestrado e os que vieram por consequência dele. Neste contexto, também estão meus instrutores e profissionais de grande auxílio e que contribuíram com meu bem estar em todos os momentos.

A eles que foram compreensivos, acalentadores, alegres, incentivadores e ouviram muitos “hoje não posso”: Sarah Tódero, Aline Luísa Bisol (por suas inúmeras leituras e correções), Carolina Menti, Giovana Menegotto, Gabriela Pinson, Mireli Rech, Camila Tregansin, Rodrigo Godinho, Mariéli Moraes, Denise Cardozo, Liana

Fontana, Juliana Baldissera, Daniela Kelm, Gisele Weber, Juliana Veber, Marilda Romero e Rodrigo Silveira.

Aos colegas e amigos da turma 15 que foram os pilares, uma estrutura alegre e empenhada em concluir o mestrado e compartilhar os mais diversos momentos. Com certeza os dias foram muito melhores, pois vocês também estavam ali, ao meu lado. Certamente não haverá outra turma como a nossa. O que aprendi com vocês não tem preço. Aos queridos que se fizeram mais presentes nessa jornada, pois dividiram o tempo de trabalho deles para me ajudar de algum modo: Renato, Natália, Maicon, Mateus e Carlos.

Aos professores do PPGTHUR, pelo ensino e respeito. Às professoras Vania Herédia e Susana Gastal por incentivarem minha temática. À professora Maria Luiza Cardinale Baptista por oferecer o grupo de pesquisa AMORCOMTUR; e ao professor Pedro de Alcântara Bittencourt Cesar, pela orientação, e pela autonomia que dispensou perante o trabalho.

À ela que não é professora, mas conhece como ninguém o mestrado em Turismo e que respeito imensamente, Regina de Azevedo Mantesso. Obrigada por ouvir a todos, por ter sempre uma palavra de conforto e auxílio e, principalmente, por desejar o bem estar dos alunos.

Aos colegas e amigos que fiz durante esse período, foram muitas ideias trocadas, indicações metodológicas e bibliográficas, “charlas” de aula, e muitas conversas de incentivo: Charlene Del Puerto, Jasmine Pereira Vieira, Marcela Marinho, Renan de Lima da Silva, Simone Simon e Felipe Zaltron.

À minha parceira de escritório, que tomou conta do LL Arquitetura e Urbanismo bravamente enquanto estive ausente, cuidou dos nossos projetos e clientes, deixando de lado o seu momento pessoal para dar segmento ao que fosse necessário, e que sou imensamente grata, Laís Mauri.

A ela que fez milagre em todas às vezes que precisei de seu labor, sempre me auxiliou como pôde, e por eu considerar uma das especialistas mais competentes que já conheci, um exemplo de profissional e de pessoa, além de ser uma das melhores parceiras de congresso, obrigada. Serei eternamente grata pelo teu amparo e trabalho, Andréia Belusso.

Por fim, *gracias*, *grazie*, obrigada! Minha gratidão a todos que fizeram parte dessa jornada!

RESUMO

A presente dissertação apresenta um dos elementos constituídos do atrativo turístico, ou seja, edificações de valor histórico e memorial salvaguardadas pelo poder público local, inseridas no contexto urbano. Com o presente trabalho tem por objetivo analisar município de Caxias do Sul (RS) evolutivamente, bem como seu acervo tombado para possível utilização turística. Trata-se de um estudo transdisciplinar que faz relações envolvendo o patrimônio urbano-arquitetônico, a cidade, o turismo, a cultura, a memória e identidade. A metodologia teve orientação qualitativa exploratória e com os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, documental, iconográfica e etnográfica. Procura-se compreender o desenvolvimento da localidade com a evolução urbana, arquitetônica e também de sua legislação; como se deu o processo para o surgimento do Plano Diretor Municipal atual, e seus atores sociais envolvidos; como se deu o processo de preservação/conservação local; o levantamento dos bens materiais preservados; as relações entre o Plano Diretor Municipal, as edificações tombadas e o Turismo; e se este patrimônio protegido por meio legal encontra-se na memória de seus moradores, utilizando entrevistas encontradas no acervo do Arquivo Histórico Municipal. Elenca-se o município como objeto empírico, diferenciando-o como categoria específica de análise ao entrelaçar distintas áreas, na busca de um potencial turístico urbano, respeitando a legislação, mas também devolvendo à comunidade sua memória e identidade.

Palavras-chave: Turismo Cultural. Arquitetura. Urbanismo. Patrimônio. Memória e Identidade.

ABSTRACT

Presenting one of the constituent elements of the tourist attraction, buildings of historical and memorial values, safeguarded by the public administration, within the urban context, this master's dissertation aims to evolutionarily analyze the municipality of Caxias do Sul (Brazil), as well its official historical landmark collection for possible tourist use. It is a transdisciplinary study, with relations between urban architectural heritage, city, tourism, culture, memory, and identity. For this dissertation, it was used a qualitative exploratory research, with the following methodological procedures: bibliographic, documental, iconographic and ethnographic research. It is intended to understand the city's development in relation to the urban, architectural, and legal evolution; how has the current city's master plan begun, and the involved social actors; how has the local preservation/conservation process made; the preserved materials' survey; the relations between the City Master Plan, the buildings listed as historical heritage and Tourism; and verify if those legally-protected landmarks are in the memory of their residents, using interviews found in the collection of the Municipal Historical Archive. The municipality of Caxias do Sul is addressed as an empirical object, distinguishing it as a specific category of analysis when it is intertwined with distinct areas in the search of an urban tourism potential, respecting the law, but also bringing back memory and identity to its community.

Keyword: Cultural tourism; Architecture; Urbanism; Cultural heritage; Memory and identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da relação dos elementos do espaço dentro do mesmo.....	27
Figura 2 – Esquema da organização do espaço e a arquitetura.....	27
Figura 3 – Esquema dos elementos que constituem e modificam o espaço.....	28
Figura 4 – Linha do tempo Patrimônio Cultural.....	29
Figura 5 – Regiões da Itália de onde mais emigraram italianos.....	44
Figura 6 – Mapa das Léguas, entre a 7 ^a e a 5 ^a Léguas, está a Colônia Caxias.....	45
Figura 7 – Localização do Barracão do Imigrantes que servia de hospedaria.....	46
Figura 8 – Projeto da Colônia Caxias no Campo dos Bugres.....	47
Figura 9 – Casas desalinhadas em relação ao leito da via.....	48
Figura 10 – Exemplo de difícil acesso, sem pavimentação.....	48
Figura 11 – O Traçado imposto sobre a topografia.....	49
Figura 12 – Primeira Planta Oficial de Caxias.....	50
Figura 13 – Primeiras Quadras e Lotes de Caxias.....	50
Figura 14 – Imigrantes abrindo uma estrada.....	52
Figura 15 – Planta feita em 1892, mostrando os novos lotes até o limite da vila.....	53
Figura 16 – Terreno onde hoje é a Praça Dante Alighieri entre 1885-1900.....	54
Figura 17 – Terreno onde hoje é a Praça Dante Alighieri entre 1885-1900.....	54
Figura 18 – Terreno onde hoje é a Praça Dante Alighieri entre 1885-1900. Aos fundos a Catedral Diocesana.....	54
Figura 19 – Avenida Júlio de Castilhos (antiga Silveira Martins), esquina com a Rua Dr. Montaury (ruas do entorno da Praça Dante Alighieri).....	55
Figura 20 – (A) Planta de 1890 e (B) Planta de 1892.....	55
Figura 21 – Mapa da expansão de 1897.....	56
Figura 22 – Vila de Santa Tereza (hoje Caxias do Sul) em 1910.....	57
Figura 23 – Praça Dante Alighieri antiga Praça Rui Barbosa.....	57
Figura 24 – Praça Dante Alighieri antiga Praça Rui Barbosa.....	58
Figura 25 – Telegrama que continha o documento de Elevação de Caxias à categoria de cidade.....	58

Figura 26 – Chegada do trem a Caxias em 1º de junho de 1910.....	59
Figura 27 – Praça Dante Alighieri em 1914.....	60
Figura 28 – Praça Dante Alighieri em 1915.....	60
Figura 29 – Entorno da Estação Férrea na década de 1920.....	62
Figura 30 – Construção da nova Praça Dante Alighieri entre 1924-1928.....	62
Figura 31 – Avenida Júlio de Castilhos sendo pavimentada e arborizada, em 1926..	63
Figura 32 – Arborização na Rua os 18 do forte em 1926.....	63
Figura 33 – pintura da antiga funilaria Eberle, em 1929.....	64
Figura 34 – Mapa da evolução urbana 1910-1930.....	65
Figura 35 – Bairro Caipora (atual bairro de Nossa Senhora de Lourdes). Ao fundo a Catedral Diocesana e a Praça Dante Alighieri, durante aa década de 1930.....	65
Figura 36 – Festa da Uva de 1931 e 1933.....	66
Figura 37 – A primeira rainha da Festa da Uva e o pavilhão construído para a feira em 1934.....	66
Figura 38 – Obras de saneamento e pavimentação durante a década de 1940 na Avenida Júlio de Castilhos.....	68
Figura 39 – Mapa de Caxias do Sul em 1940 com a Estrada Getúlio Vargas e Praça Vestibular já demarcadas.....	69
Figura 40 – Edifício Auto Palácio e da livraria e Bazar Casa Saldanha, na década de 1940.....	70
Figura 41 – Projeto da Indústria Metalúrgica Abramo Eberle.....	70
Figura 42 – Metalúrgica Abramo Eberle (1940-1950).....	70
Figura 43 – Mapa síntese do desenvolvimento urbano 1930-1950.....	71
Figura 44 – Projeto do Pavilhão da Festa da Uva.....	73
Figura 45 – Pavilhão da Festa da Uva finalizado entre 1954-1958.....	73
Figura 46 – Inauguração do Monumento ao Imigrante.....	74
Figura 47 – Praça Dante Alighieri em 1950.....	74
Figura 48 – Praça Dante Alighieri vista com vista para a Avenida Júlio de Castilhos durante a década de 1950.....	75
Figura 49 – Praça Dante em 1955.....	75

Figura 50 – Planta de Caxias do Sul, em 1959, em que o traçado xadrez da área central ficou ainda mais visível.....	76
Figura 51 – Vista Aérea de parte do centro em 1950.....	76
Figura 52 – Vista Aérea de parte do centro e o traçado xadrez das vias entre 1956-1958.....	77
Figura 53 – Praça Dante Alighieri em 1960.....	78
Figura 54 – Construção e o edifício “caixa de fósforo” finalizado.....	79
Figura 55 – Praça Dante entre 1960-1970 com seus “arranha-céus”.....	79
Figura 56 – Planta de Caxias do Sul em 1960.....	81
Figura 57 – Aerofotogramétrico de 1964 com o mapa dos bairros e do perímetro urbano do período.....	81
Figura 58 – Indústrias Caxienses e seus operários: Metalúrgica Abramo Eberle, Indústria Gazola e Kalil Sehbe.....	82
Figura 59 – Imagem aérea de uma parte da malha urbana de Caxias do Sul.....	82
Figura 60 – Centro de Caxias do Sul em 1970 com seus altos edifícios.....	83
Figura 61 – Caxias do Sul, 1974.....	84
Figura 62 – Edifício Solares no final da década de 1970.....	84
Figura 63 – Edifício Parque do Sol no final da década de 1970.....	85
Figura 64 – Edifício do Banco do Brasil (1971-1974).....	85
Figura 65 – Edifício JC (1970).....	86
Figura 66 – Obra dos Pavilhões da Festa da Uva.....	87
Figura 67 – Pavilhões da Festa da Uva finalizado.....	87
Figura 68 – Casa de Pedra antes da restauração, e no dia da inauguração do museu.....	89
Figura 69 – Construção das Réplicas Caxias-1885 (sem data), e as construções prontas no inverno de 1978.....	90
Figura 70 – Hospital Beneficente Santo Antônio (1917), e protesto em frente a edificação, em 1979.....	91
Figura 71 – Perímetro Urbano de Caxias do Sul na década de 1970.....	92
Figura 72 – Parcelamentos irregulares e sub-habitação.....	92

Figura 73 – Perímetro urbano de 1979 sobre imagem do levantamento fotográfico aéreo do município do mesmo ano.....	93
Figura 74 – Levantamento dos núcleos de sub-habitação em Caxias do Sul, na década de 1980.....	95
Figura 75 – Levantamento dos núcleos de sub-habitação em Caxias do Sul, na década de 1980.....	95
Figura 76 – Área em expansão a partir de 1983.....	96
Figura 77 – Estação Férrea e o transporte de cargas durante a década de 1980.....	97
Figura 78 – Vista da Antiga Cantina Antunes durante a década de 1980.....	98
Figura 79 – Planta Urbana e Suburbana de Caxias do Sul, 1988.....	99
Figura 80 – Localização dos loteamentos irregulares em 1993.....	101
Figura 81 – Vista aérea de Caxias do Sul entre 1993-1996.....	102
Figura 82 – Mapa da expansão de limites urbanos com a instalação do Shopping Iguatemi e Mart Center.....	103
Figura 83 – Folheto de divulgação, com diretrizes da proposta, distribuídos durante as discussões do Plano Físico Urbano.....	104
Figura 84 – Aerofotogramétrico de 1998 com o mapa do perímetro urbano.....	104
Figura 85 – Perímetro Urbano de Caxias do Sul em 2002.....	105
Figura 86 – Vista aérea de Caxias do Sul em 2002.....	106
Figura 87 – Evolução da população na sub-habitação, da população urbana e dos núcleos de sub-habitação em Caxias do Sul.....	106
Figura 88 – Inauguração do Parque Getúlio Vargas (Parque dos Macaquinhos)....	107
Figura 89 – Reinauguração da Praça Dante Alighieri em 2004.....	108
Figura 90 – Antigo Cine Central, antes e depois da Lei Complementar 4122.....	109
Figura 91 – Esquema volumétrico resultante das imposições legais do Código de Posturas de 1920.....	115
Figura 92 – Delimitação da área em que eram proibidas as construções e a reforma de edificações em madeira sobre o perímetro urbano da época.....	116
Figura 93 – Mapa com a Zonas de Centro (ZC1, AC2), Setores Especiais (SE) e Centro Histórico (CH).....	130
Figura 94 – Zona de Centro Histórico (CH).....	131

Figura 95 – Processo de Tombamento em Caxias do Sul.....	135
Figura 96 – Mapa da Zona de Centro Histórico (CH) com edificações tombadas...	138
Figura 97 – Museu Municipal, 1908 e 2014.....	140
Figura 98 – Casa Saldanha, sem data e 2015.....	141
Figura 99 – Residência da Família Sassi, 1922 e 2016.....	142
Figura 100 – Banco Francês e Italiano em 1948 e 2016.....	143
Figura 101 – Clube Juventude, década de 1950 e atualmente.....	144
Figura 102 – Cine Central 1950 e 2016.....	145
Figura 103 – Residência da Família Scotti, década de 1930 e 2008.....	146
Figura 104 – Clube Juvenil, 1955, 2014.....	147
Figura 105 – Metalúrgica Eberle, década de 1940 e 2014.....	148
Figura 106 – Residência Abramo Eberle, década de 1940 e 2015.....	149
Figura 107 – Praça Dante década de 1940 e 2017.....	150
Figura 108 – Mapa da malha urbana de Caxias do Sul até 1910.....	152
Figura 109 – Perímetro urbano de Caxias do Sul em 1926.....	152
Figura 110 – Expansão dos limites urbanos de Caxias do Sul: Décadas 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990.....	153
Figura 111 – Perímetro Urbano de Caxias do Sul de 1972 a 2007.....	154
Figura 112 – Evolução do espaço na Avenida Júlio de Castilhos, em frente à Praça Dante Alighieri.....	155
Figura 113 – Área com potencial turístico e de resgate da memória e identidade...	158

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	METODOLOGIA.....	21
3	EMBASAMENTO TEÓRICO E CONSTRUÇÃO BIBLIOGRÁFICA.....	26
3.1	APLICAÇÃO DA TEORIA DE MILTON SANTOS SOBRE O ESPAÇO E ARQUITETURA.....	26
3.2	PATRIMÔNIO CULTURAL	28
3.3	PRESERVAÇÃO DE BENS MATERIAIS.....	33
3.4	TOMBAMENTO MUNICIPAL.....	35
3.5	TURISMO E TURISMO CULTURAL.....	37
3.6	MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	39
4	CAXIAS DO SUL: DA COLONIZAÇÃO À ATUALIDADE	43
4.1	CENÁRIO INTERNACIONAL, NACIONAL, ESTADUAL E LOCAL DA IMIGRAÇÃO E A FUNDAÇÃO DE CAXIAS DO SUL	43
4.2	EVOLUÇÃO URBANA DE CAXIAS DO SUL ATÉ A ATUALIDADE	45
4.2.1	Evolução Urbana de Caxias do Sul 1910-1950.....	57
4.2.2	Evolução Urbana de Caxias do Sul 1950-2007.....	72
4.2.3	Evolução do código de posturas do município ao plano diretor	111
4.3	ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR EM CAXIAS DO SUL	126
4.4	PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL.....	128
4.5	CONFIGURAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DE CAXIAS DO SUL..	134
4.6	CAXIAS DO SUL: A MEMÓRIA RESGATADA POR MEIO DA ORALIDADE	136
4.7	ANÁLISE DOS LEVANTAMENTOS REALIZADOS.....	151
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
6	REFERÊNCIAS	160
	ANEXO A – QUADRO TOMBAMENTO EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS	173
	ANEXO B – QUADRO TOMBAMENTO EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E INSTITUCIONAIS.....	175
	ANEXO C – TABELA TOMBAMENTO CAPELAS E CAPITÉIS.....	177
	ANEXO D – TABELA TOMBAMENTO EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS	178
	ANEXO E – TABELA TOMBAMENTO OBRAS DE ARTE	180
	ANEXO F – FOTO DO SUMÁRIO COM DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	181
	ANEXO G- MAPA DOS BAIRROS DE CAXIAS DO SUL	182
	ANEXO H- MAPA DO BAIRRO CENTRO COM SUAS VIAS	183
	ANEXO I – ANEXO 10 DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	184

ANEXO J- ANEXO 10 DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL	185
ANEXO K- PERIL DAS VIAS DE CAXIAS DO SUL (1975-1910)	186
ANEXO L- PERIL DAS VIAS DE CAXIAS DO SUL (1975-1910)	187
ANEXO M- PERIL ATUAL DAS VIAS DE CAXIAS DO SUL	188
ANEXO N- PERIL ATUAL DAS VIAS DE CAXIAS DO SUL	189
ANEXO O – ENTREVISTA DO BANCO DE MEMÓRIA DO AHM DE CAXIAS DO SUL	190

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão aborda o estudo evolutivo da cidade e o patrimônio edificado e tombado no município de Caxias do Sul (RS), localizado na malha urbana, bem como a possibilidade de valorização/utilização do mesmo como recurso turístico. O percurso memorial busca reconstituir a evolução urbano-arquitetônica através de documentos legais e acervo de entrevistas disponibilizado pelo Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Uma das etapas importantes e necessárias do processo de valorização de edificações históricas ocorre por meio da condição de tombamento presente no Plano Diretor Municipal (PDM), que manifesta a importância da preservação. Por meio das diretrizes nele apresentadas, surge uma pergunta: o acervo urbano-arquitetônico tombado no município de Caxias do Sul, elencado como tal por meio da legislação municipal, viabiliza a utilização turística do mesmo?

O presente estudo aborda questões de relevância social com o objetivo de reconhecer o valor do patrimônio urbano-arquitetônico de Caxias do Sul através das edificações inventariadas como históricas, localizadas no tecido urbano, bem como aprofundar e tomar conhecimento das legislações municipais que salvaguardam esses edifícios.

Seguindo essas diretrizes analisa-se o município de Caxias do Sul considerando sua evolução urbano-arquitetônica; o desenvolvimento gradual da legislação municipal até o Plano Diretor Municipal de 2007, a complexidade referente às políticas urbanas de preservação/conservação do patrimônio municipal, seu posicionamento e a apropriação pelos atores sociais envolvidos nas dinâmicas urbanas.

A realização desta dissertação justifica-se por contribuir com estudos já realizados sobre o município em questão e seu patrimônio edificado, além das reflexões e possibilidades de estudo sobre Cidade, Turismo e Cultura.

O município de Caxias do Sul (RS) é um dos representantes no Cenário Histórico de Imigração predominantemente italiana (definidos na zona migratória estabelecida em 1875). O local tornou-se próspero economicamente, tanto que foi eleito o segundo município com maior valor nominal do Produto Interno Bruto dentre as cidades do Estado de acordo com a Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado do Rio Grande do Sul (2014).

A localidade possui grande potencial agregado à evolução urbana, o que será demonstrado a seguir nas leis citadas neste trabalho. Tanto que as políticas de crescimento reforçam a contribuição à indústria local, nascendo e crescendo através da vitivinicultura e evoluindo muito por meio da ascensão da indústria metal-mecânica, que se expandiu a partir da década de 1970, ocupando atualmente a segunda posição do seguimento no país (CAXIAS DO SUL, 2017a).

As constantes modificações ocorridas no município tornaram-se perceptíveis em suas edificações desde 1875 até a atualidade. Observam-se essas alterações nos materiais, na forma de construção e até mesmo na legislação que instruía como deveriam ser as casas, indústrias, comércios e prédios, além de incentivar o crescimento urbano.

Ao mesmo tempo que o poder público promoveu a expansão urbana a partir de 1980, houve uma preocupação com a criação de leis para a preservação de edificações que contavam e faziam parte da história do desenvolvimento do município, pois corriam o risco de desaparecer em meio a nova urbe.

Embora o poder público municipal tenha reconhecido bens patrimoniais de relevância histórica por meio legal, qual seja, o tombamento, nota-se que não houve uma preocupação em trazer à tona a importância das mesmas como um recurso histórico-cultural e turístico.

O município possui um acervo de 46 bens materiais tombados. No entanto, de modo empírico, nota-se que os mesmos não são visitados ou valorizados como deveriam, não recebendo a atividade turística de edifícios históricos a devida importância, que comumente está associada ao prazer de vivenciar e descobrir origens étnicas e lugares.

Entre as indagações ocorre o que poderia ser o entrelaçamento entre as interfaces: patrimônio, história, legislação, comunidade, valorização e turismo. Outro questionamento norteador gira em torno do porquê dessas quarenta e seis (46) edificações terem sido tombadas e não outras. Para compreensão, verificou-se a necessidade de fazer uma evolução legal e urbano-arquitetônica. No decorrer da pesquisa e do processo de construção da mesma, emerge a pergunta: quando pensada de forma a viabilizar o turismo cultural no município, a utilização das edificações tombadas na malha urbana de Caxias do Sul como suporte e/ou equipamento turístico é possível?

Nesse sentido tem-se como objetivo geral averiguar a possibilidade de utilização dos recursos edificados histórico-culturais de Caxias do Sul para o turismo. Ao reconstituir o percurso memorial das edificações tombadas pelo poder público municipal. Os objetivos específicos resumem-se em elencar dados referenciais no que diz respeito ao patrimônio tombado do município; apresentar Caxias do Sul por meio da sua evolução urbana; confrontar o patrimônio histórico arquitetônico do município por meio de sua evolução urbana; compreender a relação do arcabouço legal urbanístico de Caxias do Sul com as edificações de interesse memorial-arquitetônico através da evolução da legislação até o Plano Diretor atual e, por fim, averiguar se as edificações tombadas localizadas na malha urbana do município estão nas falas do acervo de entrevistas do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Os 'caminhos do pensamento' (MINAYIO, 2007, p.44) que o tema e os objetivos requereram encontram-se no capítulo dois (2). A metodologia deste trabalho tem orientação qualitativa exploratória, utilizando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica para a evolução urbana, seus aspectos morfológicos, arquitetônicos e legais de Caxias do Sul. Foi realizado o levantamento dos bens materiais tombados pelo município, enfatizando as edificações que se encontram dentro da malha urbana.

Outro instrumento metodológico foi a pesquisa etnográfica realizada por meio de entrevistas encontradas no acervo do Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami e denominadas "A voz da memória: o passado preservado na tecnologia digital", com o intuito de averiguar se as edificações tombadas pelo município, no recorte escolhido, estavam em seus discursos.

O presente trabalho é pautado em linhas teóricas da Arquitetura, Urbanismo, Turismo e Patrimônio Cultural, abordados no capítulo três (3). Também serão abordados os tipos de Patrimônio Cultural e como são preservados, tendo um enfoque maior para os bens materiais edificados e os meios de tombamento legal, no âmbito municipal.

No capítulo quatro (4), mostra-se a evolução urbana do município de Caxias do Sul. Este capítulo relata o cenário estadual, nacional e internacional, que acarretaram no advento da vinda desses imigrantes, predominantemente italianos, para a localidade, no final do século XIX.

O capítulo cinco (5) descreve os amparos legais do município. Inicia com os códigos de postura, evoluindo para os Planos Diretores, a elaboração do Plano Diretor

vigente (2007), bem como se essas leis influenciaram na formação/crescimento da cidade e como tomou forma o patrimônio edificado de Caxias do Sul.

O sexto capítulo (6) é composto pelas entrevistas encontradas no acervo ‘A Voz da Memória – o passado preservado na tecnologia digital’, do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, que serviram de instrumento para analisar se as edificações tombadas, localizadas na malha urbana, estavam em seus discursos.

O sétimo capítulo (7) refere-se à descrição, análise dos dados que estavam previstos desde o início, assim como aqueles que emergiram ao longo das pesquisas, como foi no caso das entrevistas. Posteriormente, encontram-se as considerações finais, no capítulo oito (8), seguido das referências e anexos.

O interesse pela temática da preservação/valorização das edificações históricas e da evolução urbana de Caxias do Sul surgiu na graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo com o projeto de iniciação científica no período de 2010/2011, denominado “As Formas da Arquitetura do Período Colonial de Caxias do Sul para a Compreensão de suas Representações Espaciais” (PROBIC/FAPERGS).

Neste trabalho estudou-se a evolução urbana e arquitetônica do município entre 1875 até 1910. O projeto deu sequência a outro, também de iniciação científica, em 2012: “As Formas e Suas Relações do Espaço-Arquitetônico: um estudo de Caxias do Sul” (PIBIC/CNPq), que apontou as edificações remanescentes do período colonial até os dias atuais no centro urbano da cidade. As duas pesquisas tiveram orientação do Prof. Dr. Pedro Alcântara Bittencourt César.

Logo em seguida, o trabalho de Conclusão de Curso, com orientação da Prof.^a Ma. Sandra Maria Favaro Barella, também manteve-se na linha de valorização/preservação do patrimônio arquitetônico. O projeto acadêmico visava à refuncionalização de duas edificações tombadas, a utilização de ruínas para visitação e pesquisa. Ao unir esses elementos, criou-se um complexo de estudo do patrimônio cultural pertencente ao Instituto Memória Histórica e Cultural de Caxias do Sul – (IMC) que pertence a Universidade de Caxias do Sul.

O trabalho desenvolvido para o Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul – PPGTURH tem caráter transdisciplinar, entrelaçando as áreas do Turismo, Arquitetura, Urbanismo e Cultura. Pertence a Linha 2 do Programa “Turismo, cultura e educação” que aborda as seguintes temáticas: Cultura contemporânea, turismo e hospitalidade; Turismo e patrimônio cultural material e imaterial; Comunicação e turismo; Processos,

manifestações e eventos culturais; Diversidade e inclusão; Turismo cultural e outras segmentações; Dimensão epistemológica, humana e científica do turismo; Formação para a pesquisa; Formação para o ensino em Turismo; Cognição social e comportamento em turismo (UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2017).

2 METODOLOGIA

Uma pesquisa, segundo Gil (2007, p.17) é um trabalho com o objetivo de proporcionar respostas aos problemas propostos, além da formulação de um problema que desenvolverá as várias fases do trabalho até chegar na apresentação e discussão final. O presente trabalho tem a seguinte questão norteadora: O acervo arquitetônico tombado no município de Caxias do Sul, localizado na malha urbana e elencado como tal por meio da legislação municipal, possibilita a utilização turística?

Para Minayo (2007, p. 44), a metodologia são os “caminhos do pensamento” de forma epistemológica que o tema ou objetivos requereram. Também é a “apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação”. Conforme autor citado (2007, p. 44), é o momento de “criatividade do pesquisado”, quando ele deixa sua marca pessoal ao articular as teorias e deixa alinhavados seus pensamentos e meios utilizados para as respostas de indagações específicas.

Quanto a abordagem, é uma pesquisa qualitativa exploratória que tem o intuito de gerar uma familiaridade maior com a problemática citada de forma a deixá-la mais explícita. Ainda segundo Minayo (2001, p.21), “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”.

Aqui se produz e reproduzem as informações necessárias para a compreensão entre o turismo cultural, o patrimônio urbano-arquitetônico e a valorização do mesmo. Busca-se o resgate memorial com o intuito de despertar o interesse da população e do turista em relação ao patrimônio edificado, tombado de Caxias do Sul.

Como técnica, apropria-se da pesquisa bibliográfica, que possibilitou a investigação dos conceitos e temas. Alguns dos autores citados serviram para a construção teórica, entendimento e compreensão da mestranda sobre os assuntos discutidos e as conexões entre eles. Outras produções deram as bases necessárias para o significado de alguns conceitos, proporcionando entrelaçamento entre a bagagem teórica trazida desde a graduação em Arquitetura e as novas teorias aprendidas, além de contribuir e conduzir para análises e o fechamento da linha de pensamento.

Por isso inicia-se abordando o patrimônio arquitetônico que pôde ser considerado um dos elementos chave do patrimônio cultural, justamente por afetar historicamente a natureza e a cultura (ANDRADE, 2002; LEMOS,1981, 2013; TROITIÑO, 2002), o reconhecimento da cidade como fator social (TROITIÑO, 2002), a compreensão do que é patrimônio cultural (UNESCO; IPHAN; CANCLINI, 1994; LEMOS,1981; MIRANDA,2009; LOHMAN, 2012); e as justificativas e meios de preservação e formas de utilização (UNESCO; IPHAN; CHOAY, 2000; IPHAN – Carta de Atenas, 1931; IPHAN – Carta de Veneza, 1964; IPHAN – Declaração de Amsterdã, 1975).

Ainda se tratando do patrimônio, compreender os motivos do porquê ele tem despertado interesse do público mundial e por que seu conhecimento, conservação e restauração se tornaram um desafio para os estados do mundo inteiro, conforme Choay (2006). A autora também aborda evolução ao longo da história ocidental, faz alguns comparativos com o patrimônio oriental, apresenta conceito de monumento associado ao imaginário e à memória das populações que convivem com determinados bens, destruições de cidades e elementos históricos em favor de embelezamento e salubridade nas cidades, além da tradição da “construção destrutiva”. Traz também uma reflexão sobre herança da comunidade e sua relação com a história, a memória e o tempo.

Nota-se a importância que o patrimônio cultural pode ter na formação da identidade e recuperação da memória coletiva, por ser o responsável por articular vínculos culturais de uma sociedade (IZQUIERDO, 1994; HALBWACHS 2004; NORA 1993; CANDAU, 2011; GASTAL, 2008). Para este trabalho escolheu-se o resgate da formação inicial de Caxias até o momento presente, que possibilita o entendimento da sociedade atual.

Após fazer relações entre o patrimônio arquitetônico, patrimônio cultural e a memória, será necessário pensá-los conjuntamente ao turismo, tendo como enfoque as cidades históricas como um dos destinos turísticos mais antigos (VAQUERO, 2006; TROITIÑO 1998, 2002), possível de visitação por meio da preservação e valorização do seu patrimônio, afinal o turismo pode gerar recursos para salvaguarda dessas edificações tombadas (TROITIÑO, 1998; 2002).

A pesquisa bibliográfica resultou no capítulo do embasamento teórico, que foi organizado por proximidade e conexão de assuntos: Turismo Cultural, Patrimônio

Cultural, Tipos de Patrimônio Cultural, Preservação de Bens Materiais, Tombamento Municipal, e a Memória e Identidade.

A partir disso, foi possível fazer um recorte na cidade de Caxias do Sul, tendo como foco o patrimônio arquitetônico localizado na malha urbana, mais especificamente suas edificações tombadas e seu valor como recurso de resgate histórico-cultural para o turismo. A cidade tem na dinâmica de assentamento a formação de áreas de forte apelo histórico e cultural. Normalmente, em razão do esvaziamento de suas funções originais, essas áreas, por meio de novos processos, têm características que as desabonaram de participar de circuitos dinâmicos de investimentos por décadas (SANTOS, 2004). Atualmente, a força da indústria cultural, associada às novas lógicas urbanas das identidades econômicas e sociais necessita de equilíbrio com o visitante. Isso porque existem complexas relações que precisam ser conhecidas e compreendidas por todos os envolvidos com o lugar e a visitação. É um misto de processo racional, técnico, sensível e criativo (CARTER, 2007).

Durante a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental foram viabilizados os seguintes levantamentos: da evolução urbana do município (ADAMI, 1971; AHM, ERBES 2012; COSTA, 2001; CAON, 2010; GIRON, NASCIMENTO, 2010; NASCIMENTO, 2009; MACHADO, 2001), de suas leis até o plano diretor atual e o levantamento do patrimônio tombado (AHM) de Caxias do Sul (RS), enfatizando o patrimônio arquitetônico. Estudou-se a evolução das leis antigas (AHM, COSTA 2001; CAON 2010; MACHADO, 2001) e os planos diretores propostos ao município (AHM, GIRON, NASCIMENTO, 2010), até o que originou a legislação atual (CAXIAS DO SUL 2007; TONUS 2007). As mencionadas evoluções auxiliam na justificativa da formação desse patrimônio tombado.

O último instrumento metodológico foi a pesquisa etnográfica com o uso do banco de memórias orais do município. De acordo com Meihy (1996, p.45-54), entrevistas são recursos para a elaboração de documentos, arquivamentos e estudos da vida social. É a história viva e mantém um compromisso com o contexto social, através de depoimentos gravados. Segundo Alberti (2007), a história oral é um meio em que privilegia que o participante relate os acontecimentos ou conjunturas, através de suas visões de mundo e faça a reaproximação com o objeto de estudo.

Obteve-se o conhecimento do Banco de Memória durante o levantamento dos bens tombados no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. O acervo contém gravações e transcrições de fatos econômicos, sociais, políticos, culturais, e as

vivências cotidianas através do relato da comunidade. O acervo faz parte do projeto “A Voz da Memória – o passado preservado na tecnologia digital”, que teve seu início há vinte anos. Para o presente trabalho, as entrevistas servirão para averiguar se as edificações tombadas estavam nos discursos dos entrevistados e quais se repetiam.

Do levantamento realizado e que faz referência aos bens tombados, descobriu-se que o município contém 46 patrimônios tombados entre construções, monumentos e obras de arte. Como os objetos de estudo são as edificações, seriam 43 bens preservados/edificados.

Assim digitava na barra de pesquisa do banco de memória as palavras chave como o nome da casa, comércio, instituição ou indústria, sobrenome da família e/ou utilização atual/passada. A página seguinte de busca continha os dados das entrevistas com o nome do entrevistado, MFN, tipo de entrevista, código FR e CDR-FG, local da entrevista, data, tema da entrevista, subtemas, sumário, entrevistador, pesquisador, audiodescritor, nº da fita ou CD e coleção pertencente (dados como código FR, CDR-F e nº da fita ou CD, são de uso interno do Arquivo Histórico Municipal). O sumário continha os assuntos abordados, palavras-chave, expressões idiomáticas, nome antigo e o atual das edificações, entre outros dados que facilitaram a identificação dos patrimônios nos relatos orais.

Os sumários e temas das entrevistas foram analisados para apurar se continham as palavras de interesse para o estudo. Depois contabilizou-se as vezes que cada edificação foi citada. Em seguida, as declarações eram lidas para averiguar a forma que eram citadas, como ponto de referência, local de trabalho ou moradia, lembrança de infância e/ou ligações familiares com o local. Inicialmente foram selecionadas as seguintes edificações pela quantia de vezes que foram citadas: Casa Saldanha (6); Casa de Pedra (7); Museu Municipal (4); Arquivo Histórico Municipal (7); Estação Férrea (10); Clube Juvenil (5); Clube Juventude (4); Capela Santo Sepulcro (5); Moinho Sul-Brasileiro (4); e Moinho da Cascata (4), totalizando 10 edificações. Durante os encaminhamentos citados acima, houve a necessidade de retornar ao Arquivo Histórico Municipal várias vezes para solicitar as entrevistas em meio digital para o trabalho. Em um primeiro momento, o arquivo só disponibilizava as entrevistas para consulta local, mas depois de conversas por e-mail e com o relato da importância do acesso as entrevistas para a dissertação, foram cedidas. A resposta do Arquivo foi a de que não era permitido levar a entrevista em PDF, salvo com solicitação e justificativa por escrito, responsabilizando-se pelo uso das mesmas, uma vez que na

declaração assinada pelos entrevistados não consta veiculação do documento integral na internet, mas a situação poderia ser analisada conforme o caso.

Em respeito à política do Arquivo Histórico Municipal seria utilizada apenas uma entrevista na íntegra para demonstrar o modelo do banco de memória, sem o nome do entrevistado. Nas demais seriam descritos somente os elementos importantes para a pesquisa, nas palavras da autora, com o código de identificação do acervo municipal.

Já estava previsto que os dados teriam de ser analisados, porém durante esse percurso houve a necessidade de dar um enfoque maior na evolução urbana e arquitetônica, uma vez que o município teve uma significativa modificação espacial desde a sua fundação até os dias atuais. Sobre o assunto serão utilizadas as observações feitas sob o olhar de Santos (1978, 1985, 1997, 2002, 2004). A escolha do autor se deve ao fato do mesmo conseguir agregar em suas teorias o espaço geográfico, urbano e a cidade com seus componentes (edificações, sociedade e leis).

Finaliza-se com as considerações que destacam e apresentam os locais de sugestão dentro da malha urbana de Caxias do Sul e que poderiam tornar-se atrativos turísticos urbanos para o turismo e, ao mesmo tempo, locais de resgate de memória e identidade.

3 EMBASAMENTO TEÓRICO E CONSTRUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 APLICAÇÃO DA TEORIA DE MILTON SANTOS SOBRE O ESPAÇO E ARQUITETURA.

Milton Santos é um geógrafo brasileiro que elaborou estudos sobre urbanização, teorias e metodologias aplicadas ao espaço. Esse autor acredita ser o espaço um fator na evolução social, não apenas uma condição.

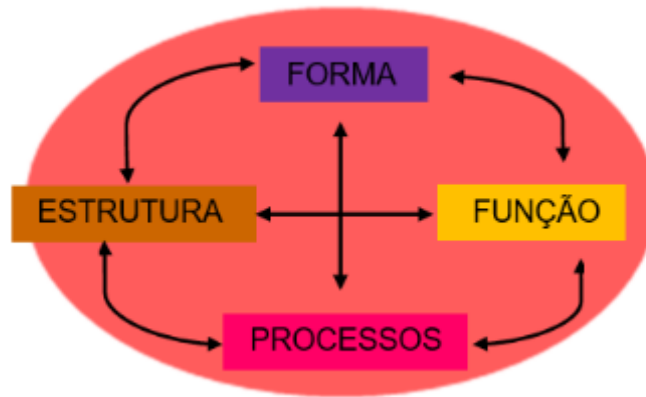
O espaço faz parte do processo de transformação e, por isso, deve ser analisado e caracterizado com outros elementos. São como componente “chave” na sua metodologia. Os componentes do espaço são: forma, função, estrutura e processo.

Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem: de outro lado, o que dá a vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos, resolvidos em funções se realizam através de formas. Estas podem não ser originalmente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e dos processos não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais estâncias (SANTOS, 1997, p. 1-2).

Para Santos (1997; 1985) a forma, função, estrutura e processo são as partes de um todo denominado o espaço conforme demonstra a figura 1. Tais elementos podem ser usados como categorias primárias de classificação auxiliando na compreensão da organização espacial.

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. [...] Função, de acordo com o dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido com uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1997, p. 52).

Figura 1 – Esquema da elação dos elementos do espaço dentro do mesmo.

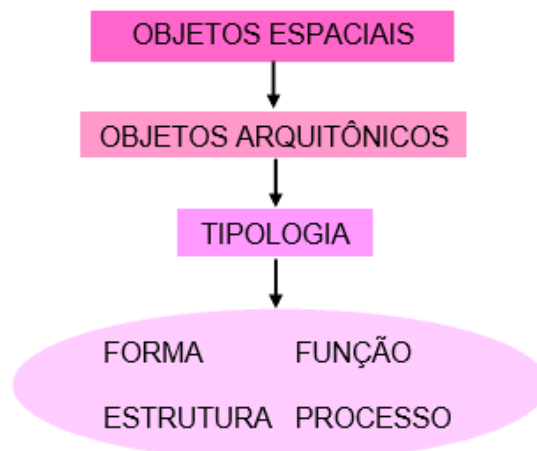


Fonte: Autora, baseado em Santos (1978).

Santos (1978) define no decorrer de sua obra a forma como o objeto espacial; a função como a atividade desempenhada pelo espaço ou objeto, a estrutura como relação entre a organização e a construção também do espaço ou objeto; e processos, através da sua construção e sua continuidade. Por esta razão analisar o espaço significa analisar seus elementos conjuntamente, porque um depende do outro para existir e concluir o ciclo.

As mesmas condições aplicadas para a organização do espaço servem para arquitetura (figura 2). Até porque dentro da arquitetura temos o objeto arquitetônico, que também compõe e modifica o espaço urbano ou o espaço rural, contendo os mesmos elementos utilizados pelo autor e citados anteriormente.

Figura 2 – Esquema da organização do espaço e a arquitetura.



Fonte: Autora (2017).

A relação que pode ser feita entre os conceitos utilizados por Santos (1978) e a arquitetura são as seguintes, conforme figura 3: forma, pode ser tratada como a

tipologia ou estilo arquitetônico; função, traz o uso deste objeto arquitetônico dentro do “todo”, o espaço; estrutura, em relação aos elementos estruturais e à organização do objeto construído com os materiais e as técnicas utilizadas; e processo, pode ser comparado como a evolução histórica, que ao interagir com os outros elementos, geram os objetos espaciais, no caso, objetos arquitetônicos (CESAR, 2007).

Figura 3 – Esquema dos elementos que constituem e modificam o espaço.



Fonte: Autora (2017).

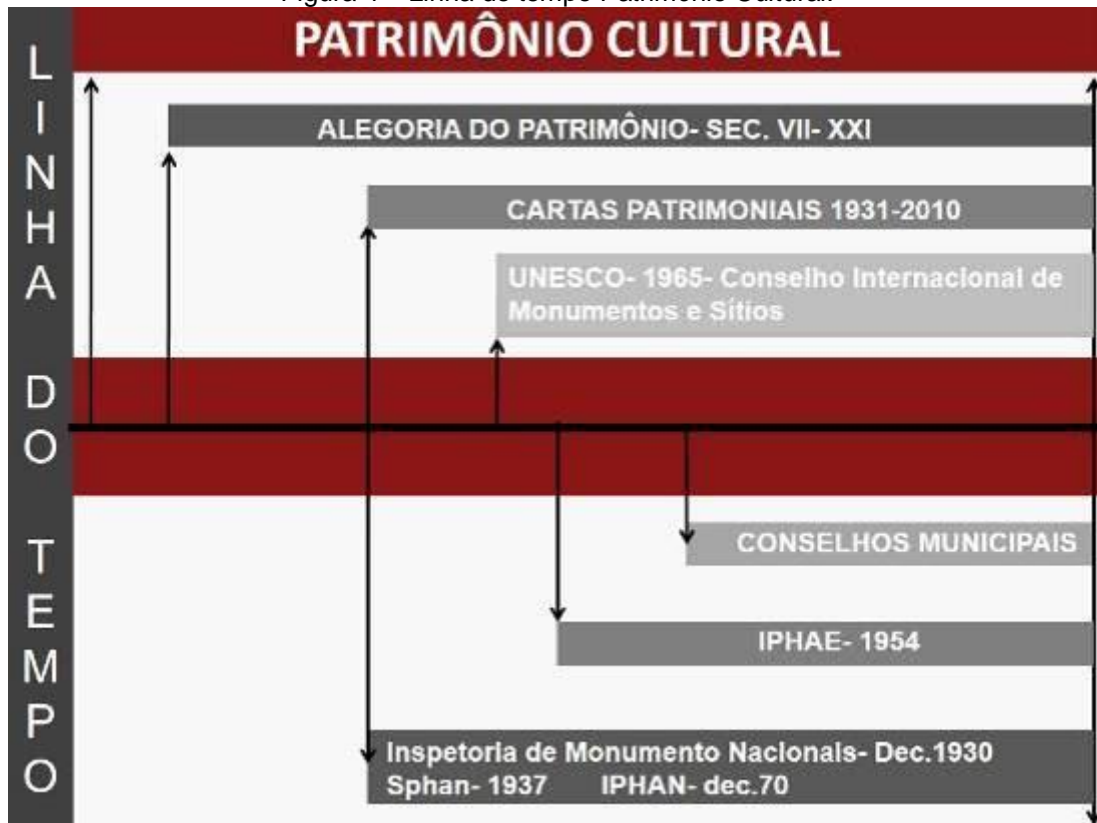
Para modificar o espaço, o habitante precisa adaptar-se ao meio para que, assim, possa construir o objeto. Esses que farão parte do espaço geográfico são os objetos arquitetônicos com suas tipologias,¹ que são produzidas pelos seus habitantes. Estas produções modificam e interagem como meio. Assim como o espaço, essas tipologias também surgiram devido a uma forma, função, estrutura e processo, realizadas pelos seus habitantes.

3.2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Apresenta-se um breve histórico Nacional e Internacional, seguindo a linha do tempo da figura 4, para melhor compreensão de como surgiu a salvaguarda do Patrimônio Cultural.

¹ A tipologia, para Argan, é o momento em que o arquiteto estabelece os laços com o passado e a sociedade ao se referir a um repertório de tipos conhecidos. (ARGAN, 2000, p. 67).

Figura 4 – Linha do tempo Patrimônio Cultural.



Fonte: Autora (2017).

O interesse para que a preservação do patrimônio cultural se espalhasse para os demais continentes, além da Europa e Estados Unidos, ocorreu a partir de 1919², com a criação da Liga das Nações³ (ANDRADE, 2002 p. 131). Para a arquiteta Renata Campello Cabral, contudo, foi a partir da década de 1930, mais especificamente em 1931⁴, com a Carta de Atenas que o movimento tomou forma (CABRAL, 2015, SP). As Cartas Patrimoniais são documentos que apresentam as recomendações referentes à proteção e preservação do Patrimônio Cultural, elaboradas em encontros realizados em diferentes épocas e partes do mundo.

²As medidas preservacionistas existem desde o século XV, porém até o século XX, elas ficavam restritas aos seus países e continentes (principalmente o Europeu). A ideia do Patrimônio pertencer a nação é dada a partir do século XVIII durante a Revolução Francesa. O autor Caon (2010, p. 44-47) faz um resumo dessas salvaguardas até o século XIX.

³ A Liga das Nações foi a primeira organização de caráter universal da história e tinha como propósito estabelecer uma política de cooperação internacional entre os Estados, como forma de assegurar a paz internacional (SILVA, 2002, p. 131).

⁴A Carta de Atenas foi elaborada no 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, e recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Foi organizada pelo Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações (estrutura do Comitê Internacional de Cooperação Intelectual), sendo aprovada também na instância da Assembleia da Sociedade das Nações.

Seguindo no âmbito internacional, na década de 1960 outros dois documentos são escritos, porém seriam mais específicos à conservação/restauração dos monumentos e visavam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico. São eles: Teoria do Restauo, do autor Cesari Brandi (1963), e a Carta de Veneza (1964), pelo grupo ICOMOS⁵.

No ano de 1965, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) reconhece o ICOMOS e solicita a elaboração de um projeto de convenção sobre a proteção do patrimônio cultural. Os estudos evoluíram até que em 1972, durante a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, houve adoção de um único texto (UNESCO, 2017, SP). Outras cartas, pactos e acordos de proteção serão escritos sobre o assunto até a atualidade.

No Brasil, os primeiros ensaios sobre a temática apareceram em revistas entre os anos de 1914 a 1920, com artigos de críticos literários, escritores, arquitetos e engenheiros. Já no âmbito federal, foi a partir de 1920 que surgiram os primeiros anteprojetos de lei em defesa do patrimônio. Em 1934 foi criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, “norteada por uma perspectiva tradicionalista e patriota” (FONSECA, 2009, p. 94-5).

Em 1936, Mário de Andrade (2002, p. 270-288) elaborou um anteprojeto de Proteção do Patrimônio Nacional que serviu de embasamento para a elaboração do Decreto-Lei nº 25/37. Assim, para o arquiteto Carlos Lemos (2013, p. 128), Andrade “organizou uma metodologia classificatória inédita que trinta anos depois é que começou a ser lembrada e discutida em reuniões internacionais patrocinadas pela UNESCO” (LEMOS, 2003, p. 128). O mesmo autor resume o que continha no texto, em algumas linhas:

[...] Assim, no referido projeto de lei, entrelinhas, Mario de Andrade cuida dos recursos da natureza, das peculiaridades do meio ambiente e se detém exaustivamente nos elementos culturais ligados ao conhecimento, aos usos, aos costumes, à tecnologia local, ao “saber fazer” do homem do povo. Só depois de ajuizar a esse respeito é que trata de arrolar os bens culturais propriamente ditos, os artefatos a serem preservados, entre os quais engloba desde aglomerados urbanos, passando pela arquitetura, até prosaicos objetos do nosso dia a dia [...] (LEMOS, 2013, p. 129)

⁵ A Carta de Veneza foi escrita do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, ICOMOS – Conselho Interacional de Monumentos e Sítios Históricos.

O documento elaborado por Mário de Andrade (2002, p. 270-88) também previa o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) para “determinar, organizar, conversar, defender e propagar o patrimônio artístico nacional” (ANDRADE, 2002, p. 270). O SPHAN começou a funcionar experimentalmente em 1936 e, em 1937 passou a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde após a aprovação da Lei nº 378⁶ (FONSECA 2009, p. 94-5).

De acordo com Fonseca (2009), o SPHAN passou por inúmeras mudanças, teve momentos de reconhecimento por grandes feitos em prol do patrimônio, mas também recebeu inúmeras críticas por fracas autonomias e decisões equivocadas. No ano de 1990, o SPHAN teve suas atividades paralisadas durante o governo Collor, quando passou a denominar-se – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC, unindo-se a outros órgãos que trabalhavam com patrimônio: o CNRC, e o Fundo Nacional Pró-Memória. Mais tarde, em 1994, com uma medida provisória, se restabelece o nome IPHAN, o que segue até hoje.

O conceito de patrimônio está ligado a estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade enraizada no espaço e no tempo. Vão desde manifestações da ação humana, das edificações às danças, das cidades aos ritos religiosos (MIRANDA, 2009, p. 44).

Preservar algum tipo de patrimônio cultural é manter vivas as memórias, as histórias, as coisas que representam aspectos da identidade de cidades, famílias, grupos étnicos etc. Preservar é necessário para que tenhamos referências de quem somos, como chegamos, onde estamos e o que podemos fazer com nossos potenciais. (HAIGERT, 2005, p. 107 *apud* TOLEDO, 2010, p. 24)

Para ser considerado Patrimônio Cultural, o bem necessita ter significado para determinada comunidade, ser um legado para o homem ao longo do tempo, realçar o modo de viver de um povo nas suas manifestações culturais, históricas, religiosas, entre outras (MOLETTA, 2000, p. 9). Segundo Barreto (2000, p. 21), “seria aquele que não tem como atrativo principal o recurso natural, portanto, seria aquele quem tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem”.

O patrimônio cultural representa à população a sua história, “recebemos o seu passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras” (LOHMANN, 2012,

⁶ Brasil (1937).

p. 437). Os bens podem ser divididos em duas categorias básicas: os tangíveis e os intangíveis. O primeiro originou-se do latim *tangere*, que significa “tocar”, ou seja, bens tangíveis são aqueles que, por terem materialidade, podem ser tocados, sentidos (BESSA, 2004, p. 11). Trataremos dos bens tangíveis, vez que patrimônio tangível será o elemento mais visível do patrimônio cultural.

Inserido na categoria de bens tangíveis, tem-se os bens imóveis: monumentos, edifícios, lugares arqueológicos, conjuntos históricos, paisagens culturais⁷ e mesmo alguns elementos naturais, como as árvores, grutas, lagos, montanhas e outros, que podem encarnar importantes tradições culturais. Englobam as obras de arte de qualquer tipo e de qualquer material, os objetos de interesse arqueológico, os que refletem técnicas talvez desaparecidas e os objetos da vida cotidiana, como os utensílios e o vestuário (MIRANDA, 2009, p. 44).

Bem material tem relação com a história, com as memórias coletivas e com conhecimentos e técnicas a ele incorporadas. Dentro dessa categoria de bens tangíveis, o chamado patrimônio edificado ocupa um papel de destaque que compreende o conjunto de bens imóveis construídos pelo homem, aqui incluídas as obras de arquitetura e a própria cidade com excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972; 2003; IPHAN, 2015).

A UNESCO compreende o patrimônio cultural imaterial como: “as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos, em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes”. Para o IPHAN (BRASIL, 2010, p. 50-51) O patrimônio imaterial:

[...] é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana[...] (BRASIL, 2010, p. 50-51).

⁷ Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 216, caracteriza a Paisagem Cultural: [...]o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

3.3 PRESERVAÇÃO DE BENS MATERIAIS

Quando se fala em preservação de um patrimônio cultural, pensa-se em manter as particularidades que o fizeram receber essa denominação. A preservação implica em conservar características do bem e mantê-lo como parte integrante da comunidade (LEMOS, 2013, p. 113-5).

Para que isso seja possível, existem ações cada vez mais importantes através das organizações internacionais, institutos nacionais, estaduais e municipais que sinalizam a configuração de forças a favor da preservação. As organizações internacionais lideram com as ações e políticas de proteção, a UNESCO, por exemplo, com sede em Paris, e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), com sede em Genebra. A UNESCO, ao reconhecer patrimônios materiais e imateriais como da humanidade por terem valor excepcional, torna-se balizadora de preservação no Brasil e no mundo.

No Brasil, a salvaguarda dos vestígios do passado ocorre por meio do IPHAN, órgão regulamentador responsável por preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais. O Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) é uma instituição federal vinculada ao Ministério da Cultura atualmente. A administração desses patrimônios é feita por meio de diretrizes, planos, instrumentos de preservação e relatórios que informam a situação dos bens e o que ainda deve ser feito com esses (IPHAN, 2014⁸). O mesmo é aplicado para cada estado e município com suas normativas em relação aos bens materiais. No caso do Rio Grande do Sul é o IPHAE e, em Caxias do Sul ocorre através do COMPACH, na Prefeitura Municipal.

Para que ocorra a proteção do bem é necessário um instrumento legal denominado 'tombamento'. A Constituição Federal de 1988 explicita os critérios nos processos de tombamento para os bens de patrimônio material e a certificação para "as formas de expressão", além dos "modos de fazer e criar". O artigo 216 trouxe o ordenamento jurídico e os valores culturais brasileiros, baseados nos conceitos internacionais de patrimônio cultural (SOUZA FILHO, 1999, pg. 63-65). Depois desse artigo, outros decretos de lei vieram para complementá-la.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de

⁸ BRASIL (2009).

referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. As formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2º Cabem à Administração Pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos necessitem. § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei. § 5º Ficam tombados todos os documentos e sítios detentores de reminiscências dos antigos quilombos. § 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I – despesas com pessoal e encargos sociais; II – serviço de dívida; III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiadoras (BRASIL,1988).

Segundo o IPHAN (2016⁹), o tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público e tem como objetivo a preservação através de legislação específica impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Tombar não significa imobilizar o edifício ou áreas inviabilizando modificações, apenas tem alguns critérios que devem ser analisados e seguidos em função do cuidado que esse bem material requer. Difere-se da desapropriação por não alterar a propriedade do bem. Desse modo um bem tombado não precisa ser desapropriado.

O tombamento pode ser voluntário, realizado através da solicitação do proprietário, ou compulsório, quando o poder público faz em nome da sociedade. O proprietário de uma edificação tombada pode alugá-la ou vendê-la contanto que a mesma seja preservada. Em caso de venda faz-se necessária uma comunicação prévia à instituição que realizou o tombamento, pois o órgão pode ter o interesse de compra do bem (MIRANDA, 2009, p. 53).

Assim, os bens que compõem o patrimônio podem ser reconhecidos respectivamente como internacional, nacional, estadual ou municipal, e também podem ser reconhecidos por mais de um destes itens.

⁹ IPHAN (2016).

3.4 TOMBAMENTO MUNICIPAL

No trato das edificações tombadas em um município, enfatiza-se aqui o 'Tombamento Municipal', que poder ser realizado pelo IPHAN, IPHAE ou município, baseado em leis específicas ou legislação federal.

A lei municipal deve estar de acordo com princípios da legislação federal, estadual e com o estatuto da cidade que foi criado para dar suporte e instrumentos de ação urbanística. O Plano Diretor Municipal contém instrumentos importantes e deve prever o adequado ordenamento do território com participação da comunidade na proteção patrimônio cultural pós-tombamento (MIRANDA, 2009, p. 73).

Desde 1937, com a criação do Decreto Lei nº 25, muitas foram as complementações nos processos de tombamento. A Constituição Federal de 1988, citada anteriormente, menciona no § 1º do artigo 216, e ressalta que o município, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro. Conforme Brasil (1988):

A Constituição Federal define o que é patrimônio nacional, as Constituições estaduais, o que é o patrimônio estadual, e as leis orgânicas ou ordinárias de cada Município dizem o que é o patrimônio cultural local. Mas, independentemente destas três esferas de definições o Poder Público está obrigado a proteger os bens culturais legalmente definidos como tais. Assim, não importa qual ente define como cultural um determinado bem, todos são obrigados a proteger), ainda que considerado desimportante para a esfera de poder que representa. Desta forma, qualquer Município, com ou sem lei municipal, é obrigado a proteger e respeitar os bens culturais integrantes do patrimônio nacional ou estadual existentes no seu território.

O pedido de tombamento pode ser solicitado por qualquer cidadão ou instituição pública (pessoa física e/ou jurídica). A partir disso, instala-se um processo de preservação, o bem material passa por uma avaliação técnica prévia e fica submetido à deliberação dos órgãos responsáveis. Caso o pedido seja aprovado, expede-se uma notificação ao proprietário.

Esse documento proíbe qualquer modificação ou destruição do patrimônio. É um meio de proteção para que o mesmo não sofra alterações no decorrer do procedimento até a tomada de decisão final. Mesmo assim, caso o proprietário não esteja de acordo, tem o direito de manifestar-se ou tentar recorrer judicialmente contra essa tentativa de preservação. Se o mesmo concordar com o pedido, o processo é finalizado com a inscrição no Livro Tombo. Este processo administrativo cabe ao

poder executivo e não existe prazo para o término, pois cada caso é analisado individualmente (SOUZA FILHO, 1999, p. 62-70).

Em caso de venda ou aluguel instituído anteriormente ao tombamento, aplicam-se essas informações ao processo. A edificação pode ser reformada, sofrer alteração de uso ou restaurada, contanto que respeitem suas características. As intervenções devem ser aprovadas pelo órgão competente que o realizou mediante projeto de um profissional habilitado. Muitos órgãos fornecem gratuitamente orientação aos interessados em executar obras de conservação e restauração do bem (SOUZA FILHO, 1999, p. 69-70).

Para que as ações de proteção e salvaguarda sejam sempre contínuas é importante que o poder municipal constitua um órgão de gestão e monitoramento responsável pelo acompanhamento e assessoramento do Conselho Municipal para a aprovação de projetos, formulação de diretrizes e orientações técnicas. Caberá a esse órgão, também, a gestão e implementação do instrumento do inventário dos bens. O inventário é um instrumento de auxílio ao tombamento e de orientação ao Plano Diretor na definição das áreas de interesse de proteção cultural, sejam elas urbanas ou rurais, patrimônio histórico/arquitetônico, imaterial ou natural (MIRANDA, 2009, p. 72).

Recomendações do Estatuto da Cidade para aos Planos Diretores são o mapeamento e zoneamento das áreas de proteção, definidas através de áreas de Diretrizes Especiais, métodos próprios de preservação, incentivo de uso e, conseqüentemente, a sustentabilidade do mesmo. Cada município cria sua estratégia de incentivo à proteção, seja com seus proprietários, futuros investidores ou órgão público. O Manual do Agente Cultural (MIRANDA, ARAÚJO, ASKAR (org.), 2009) destaca quatro desses instrumentos: Transferência do Direito de Construir; Isenção do IPTU; Operações Urbanas Consorciadas de Parcelamento; e Edificação/Utilização Compulsória de Áreas ou Bens Culturais Protegidos. O Guia (2009) destaca que “todos eles devem ser criados através de lei municipal específica de utilização, no caso dos dois primeiros, deve estar condicionada ao bom estado de conservação dos bens culturais protegidos”. É recomendável prever também a existência de fundos para que sejam carreados os recursos financeiros obtidos através de doações, indenizações resultantes de condenações judiciais, decorrentes de termos de ajustamento de conduta, pagamento de multas administrativas etc.

O sistema municipal de preservação do patrimônio deve ser um órgão colegiado, com funções consultivas e deliberativas. O trabalho vai além da escolha dos bens a serem preservados, deliberação e aprovação de tombamento, registros, reformas, demolições e restauros. Seu grande foco deve ser a definição de políticas que tornem efetiva a preservação, onde o tombamento e registro são apenas um dos itens. O conselho deve conter integrantes do Poder Público, da sociedade civil e universidades locais, se possível, e com reuniões públicas (MIRANDA, 2009, p. 32).

3.5 TURISMO E TURISMO CULTURAL

O turismo é um sistema aberto, uma atividade global, complexa e orgânica, que não pode ser estudada de forma isolada, para Moesch e Beni (2015). Com isso ainda torna-se um campo de estudo a partir de “seu conteúdo interdisciplinar e transdisciplinar” (MOESCH & BENI, 2015, p. 12).

Segundo Del Puerto (2016), é uma ilusão pensar em uma definição consensual e única que consiga explicar a complexidade do Turismo. Por conter vários elementos interligados, as formulações teóricas não são suficientes para pensá-lo de modo integral. No entanto, deveria ser trabalhado de forma integral. Para o trabalho em questão, foram usados conceitos que compreendem o turismo pelo viés subjetivo, fazendo com que ele se relacione com o sujeito, uma vez que segundo Moesch (2002, p. 9):

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamento entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, ao meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório dessa dinâmica sócio cultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade [...].

Ainda sobre o turismo, conforme Panosso Netto (2013, p.14), “[...] pode ser uma prática que carrega consigo um grupo de representações sociais [...]”. Esse modo de representar a sociedade vem ampliando a percepção das possibilidades de valorizar o legado humano ou natural, deixado às próximas gerações, bem como os bens culturais (BRASIL, 2010).

A cultura é uma das principais motivações de viagens, desde o *Grand Tour*¹⁰ até a atualidade. Durante muito tempo procurou-se nas cidades os conjuntos de patrimônios arquitetônicos, os museus e os lugares que abrigavam os tesouros materiais de culturas passadas. No estudo sobre patrimônio histórico, Choay destaca o uso do patrimônio para fins turísticos, intelectuais, lazer e culturais. O arquiteto Reis Filho (1973, p.191-2) também concorda em utilizá-lo para esses fins.

Finalmente, o grande projeto de democratização do saber, herdado das Luzes e reanimado pela vontade moderna de erradicar as diferenças e os privilégios na fruição dos valores intelectuais e artísticos, aliado ao desenvolvimento da sociedade de lazer e de seu correlato, o turismo cultural dito de massa, está na origem da expansão talvez mais significativa, a do público dos monumentos históricos. Aos grupos de iniciados, de especialistas e de eruditos sucedeu um grupo em escala mundial, uma audiência que se conta aos milhões (CHOAY 2001, p.11).

O patrimônio cultural de cada região brasileira deve ser mobilizado como ponto de partida para criações do presente. Esse patrimônio é fundamental para incorporações das atividades criadoras –intelectuais e sensíveis– na vida dos dias atuais. Serviços culturais desse tipo, destinados ao uso da população local, têm também interesse econômico, pois são a base para as indústrias de cultura e turismo (REIS FILHO, 1973, p. 191).

No mundo contemporâneo houve uma mudança no interesse e no comportamento humano os desejos agora são vistos como necessidade. Além da sobrevivência biológica, é indispensável o ‘social’ e o ‘cultural’. O turismo encontra-se entre os produtos que podem suprir essa necessidade/desejo (CASTROGIOVANI, 2001).

No turismo, conforme Lohmann (2012), é possível estabelecer inúmeros segmentos de mercado, sendo um deles o Turismo Cultural¹¹. Desse modo, novos produtos turísticos vêm ampliando a percepção das possibilidades de interpretação e sentidos para os bens culturais (BRASIL, 2010).

¹⁰ Segundo Andrade (2000), o Grand Tour recebia o rótulo de viagem de estudos e era realizado por jovens de um poder aquisitivo na Europa. Com apelo cultural, estas viagens assumiam o valor de um diploma aos que a tivessem em sua educação ou formação profissional. Encontra-se no Grand Tour o embrião do turismo cultural.

¹¹ Dentro do Turismo existem várias correntes de pensamento, para alguns autores o Turismo pode ser segmentado como por exemplo o Turismo Cultural (como os que aparecem nesse trabalho), para outros não existe Turismo Cultural e sim Turismo Pós-Moderno híbrido e multifacetado. Sobre o novo conceito que promove a interface entre turismo e cultura, ler o texto Turismo e Cultura: aproximações e conflitos (p. 235-255) inserido no Livro Turismo Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão, organizado por Mario Carlos Beni (2012).

A caracterização do Turismo Cultural teve influência direta nas mudanças conceituais e nas diretrizes de proteção à cultura. O próprio conceito de cultura modificou-se com o passar dos anos, pois “ampliou-se os limites do que os estudiosos e as instituições responsáveis pelas iniciativas de preservação entendiam como patrimônio cultural” (BRASIL, 2010, p.14). Segundo o Ministério do Turismo, o “Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.” (BRASIL, 2006, p.13).

Através do Turismo, o patrimônio cultural também pode ser um meio de disseminação do saber. Sabendo ser natural do homem a curiosidade, o interesse pelo conhecimento e os patrimônios culturais se tornam atrativos turísticos que motivam o turista a viajar, sair pelas ruas para descobrir monumentos, festas, ritos, museus, ruínas (LOHMANN, 2012, p. 441).

3.6 MEMÓRIA E IDENTIDADE

Além do Turismo, Turismo Cultural, Patrimônio e bens edificados tombados outros dois conectores deste trabalho são a memória e a identidade. Eles que, em certos momentos, entrelaçam-se no reconhecimento das recordações do passado individual para o coletivo. A memória pode estar ligada tanto com a questão cerebral quanto a social, e a sua perda, nos dois casos, pode acarretar problemas de identidade. Para Izquierdo (1991, p. 2-6):

A memória é o que nos identifica com algo. É o que nos identifica como indivíduos, é o que realmente nos dá identidade. É a função cerebral mais misteriosa. É a função que envolve tudo que se faz. Nós caminhamos porque aprendemos a caminhar e nos lembramos disso. Nós falamos, porque aprendemos a falar e nos lembramos. Em tudo que se faça ou se deixe de fazer, de uma maneira ou de outra a memória está envolvida.

Conforme Halbwachs (2004), a base para a construção da memória é o contexto social. A lembrança necessita de uma comunidade afetiva, que é construída justamente no convívio em sociedade. Essa interação faz com que o indivíduo possa fundamentar a sua lembrança na recordação dos demais que compõem o grupo.

Não basta construir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter a lembrança. É preciso que essa reconstituição funcione

a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando deste para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte da mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2004, p. 38-9).

Ainda nas palavras de Halbwachs (2009), por mais que a memória seja coletiva, ela necessita de um indivíduo que evoque a lembrança. E por mais que essa lembrança seja apenas do indivíduo, ele nunca estará só.

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembranças pelos outros, mesmo que se trate de um acontecimento nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem [...]

Consideramos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada, fechada num homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele e que são fixados pela sociedade. Mas, ainda o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos, que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (HALBWACHS, 2004, p. 30-58).

E são as evocações das memórias coletivas que contribuem na formação das histórias vivas, e que por meio de narrativas podem reconstruir os quadros dos grupos de certas épocas. Desse modo, as pessoas podem identificar-se, comemorar e refletir sobre aquele contexto¹².

Nora (1993, p. 9) diz que a memória tem papel de resgatar, fundamentar e organizar sociedades. Apresenta, ainda, os lugares de memória como um misto entre história¹³ e memória, que para ele, ao ser fossilizada, gera uma resposta de identificação do indivíduo e da sociedade contemporânea (NORA, 1993, p.19).

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

¹² Nota de aula da disciplina Memória, Sociedade e Turismo, ministrada pela professora Vania Beatriz Merlotti Herédia. A disciplina foi cursada no segundo semestre de 2014 em que a autora era aluna especial do Mestrado de Turismo e Hospitalidade, na UCS.

¹³ Já para Halbwachs a memória coletiva não é história (HALBWACHS, 2004, p. 100-1).

Os lugares de memória se tornam espaços de ritualização da memória histórica, com potencial de ressuscitar lembranças pertencentes aos grupos sociais.

Outro autor que também concorda sobre o potencial dos lugares de memória como um elo com o passado e como um meio de identificação é Gastal (2002, p. 77):

Conforme a cidade acumula memórias, em camadas que, ao somarem-se, vão constituindo um perfil único, surge o *lugar de memória*, como aquele local, bairro, rua, prédio ou mesmo objeto em que a comunidade vê partes significativas do seu passado com imensurável valor afetivo.

De acordo com Gastal (2002, p. 73), o lugar de memória deve ser reconhecido por sua importância com os bens materiais e também por seu valor imaterial para com a memória da sociedade.

Candau (2011, p. 16), por sua vez, aborda a dialética entre a identidade e a memória e as considera indissoluvelmente interligadas.

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, e nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.

Este autor decompõe o conceito de memória em três níveis: protomemória; memória de evocação e metamemória, diferenciando-as como fortes ou fracas. Para ele, memória coletiva é uma representação da metamemória (CANDAU, 2011, p. 24), discordando de Halbwachs e de sua analogia de memória individual e coletiva. Um ato de memória coletiva, para Candau (2011, p. 35), não quer dizer que todos os indivíduos se identificam a ponto de se tornarem uma memória do grupo.

[...] existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado (CANDAU, 2011, p. 35).

O autor considera a “memória a identidade em ação” (2011, p. 18). Da mesma forma, descreve os casos em que os conflitos entre lembranças, confusões ao evocá-las, e até mesmo esquecimentos como possível cenário. Ainda, avalia essa relação de mão dupla sobre o que será incorporado nessa relação memória e identidade:

Toda persona que recuerda domestica el pasado pero, sobre todo, se apropia de él, lo incorpora y lo marca con su impronta, etiqueta de memoria manifiesta

en los relatos o memorias de vida. A memorias totales le corresponden identidades sólidas; a identidades fragmentarias, memorias dispersas. [...] la memoria consolida o deshace el sentimiento de identidad.

Concientemente o no, los individuos y las sociedades siempre dieron forma a las representaciones de su propio pasado em función de o que estaba en juego en el presente (CANDAU, 2006, p. 117-22).

Embora atento aos conflitos, esquecimentos propositais ou não nas narrativas, o autor alerta para que a memória e a identidade não sejam utilizadas de modo a transformar em uma história única, repassada como verdadeira (CANDAU, 2011, p. 201-3), mas sim como “uma memória justa deveria corresponder a uma identidade de igual qualidade” (p. 203), já que a sociedade atual tem buscado reestruturar esse vínculo. Finaliza-se com Le Goof que, concorda com Candau, e aborda que

A memória é um elemento essencial do que costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja a memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de construir uma memória coletiva que melhor permite compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação de memória (LE GOOF, 1996, p. 476).

Essas teorias contribuíram com a ideia de como utilizar os relatos de memória, pois ao ler as entrevistas foram vistos os conflitos e os esquecimentos, mas, ao mesmo tempo, foi vista a possibilidade do resgate da identidade. Atrélendo, então, as narrativas com a evolução urbana e das leis, é possível reconstruir o quadro social e até mesmo histórico da época para compreender na atualidade o motivo do tombamento de tais edificações e, ao mesmo tempo, dar diretrizes adequadas nas considerações finais.

4 CAXIAS DO SUL: DA COLONIZAÇÃO À ATUALIDADE

O presente capítulo aborda o contexto histórico de Caxias do Sul do final do século XIX, muito antes de ter esse nome, até os dias atuais. Tal abordagem se faz necessária a fim de obter informações sobre o que ocorreu antes de 1875, durante e após, para conhecer os atores envolvidos e como eles influenciaram na formação da localidade. A evolução urbano-arquitetônica é um dos instrumentos para compreender como surgiu a cidade, suas edificações e de como ocorreu o processo de preservação e formação do quadro, com as atuais edificações tombadas.

4.1 CENÁRIO INTERNACIONAL, NACIONAL, ESTADUAL E LOCAL DA IMIGRAÇÃO E A FUNDAÇÃO DE CAXIAS DO SUL

No contexto internacional, a condição de vida de muitos italianos não era mais a mesma desde a unificação da Itália. O capitalismo só ajudou a elite que se manteve no poder, mas a população mais pobre e os camponeses tiveram que trabalhar cada vez mais para pagar os altos impostos e contribuir para a modernização do país (WEIMER, 1987, p. 123). Para que fosse possível a modernização nas indústrias, eram necessários funcionários qualificados, o que estava em falta. As colheitas estavam enfraquecidas, a concorrência dos produtos vindos da América e o declínio dos ofícios artesanais só aumentava a precariedade do modo de vida da população na Itália (POSENATO, 1983, p. 32).

A propaganda referente às imigrações era cada vez maior e fez com que muitos italianos e suas famílias viessem para o Brasil em busca de uma vida melhor. Eles apostavam em uma nova realidade e na esperança de serem proprietários das terras em que fossem trabalhar. Na figura 5 pode-se observar as regiões da Itália de onde mais emigraram italianos (POSENATO, 1983, p. 33).

Figura 5 – Regiões da Itália de onde mais emigraram italianos.



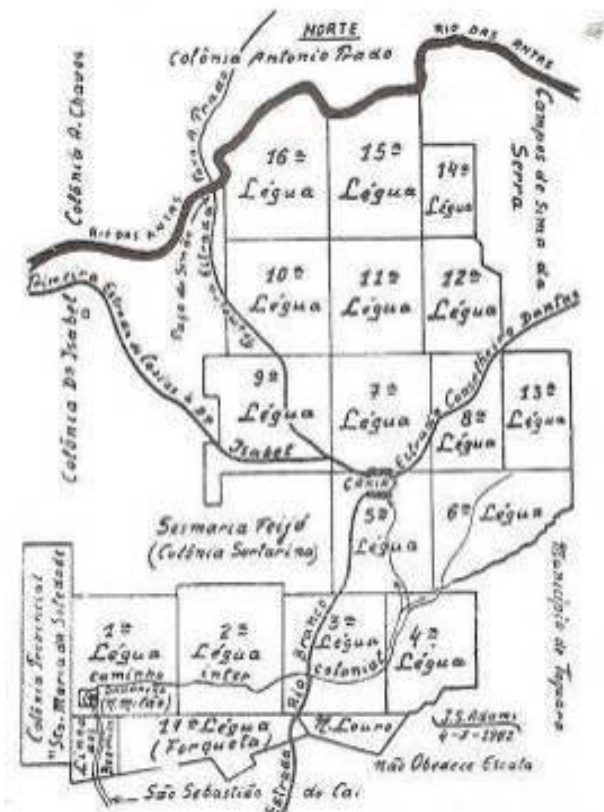
Fonte: Posenato (1983).

A Província do Rio Grande do Sul era considerada uma das zonas mais despovoadas do país e, com o intuito de mudar esse quadro, o governo imperial e provincial fizeram com que a região recebesse muitos imigrantes para povoar e colonizar as terras. O processo de colonização da parte nordeste do Rio Grande do Sul iniciou na segunda etapa das imigrações (WEIMER, 1987, p. 122).

O Governo Imperial disponibilizou 32 léguas quadradas de terras devolutas na região para que iniciassem as divisões de lotes e a formação das Colônias. Em 1875 surgiu os Fundos de Nova Palmira (Caxias do Sul), situado na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, perto do Rio das Antas, ao norte, algumas terras à margem do Rio Caí e, ao sul, Campos de Cima da Serra (COSTA, 2001, p. 102).

Segundo Nascimento (2009, p. 22) o governo imperial instituiu um grupo de inspetores e agrimensores para dividir as glebas em linhas ou travessões (figura. 6). O grupo fixou-se na primeira, denominada de Nova Milano. As quatro primeiras léguas deram origem aos Fundos de Nova Palmira. Mais tarde a sede foi transferida para um local de nome 'Campo dos Bugres'.

Figura 6 – Mapa das Léguas, entre a 7ª e a 5ª Léguas, está a Colônia Caxias.



Fonte: Adami (1962).

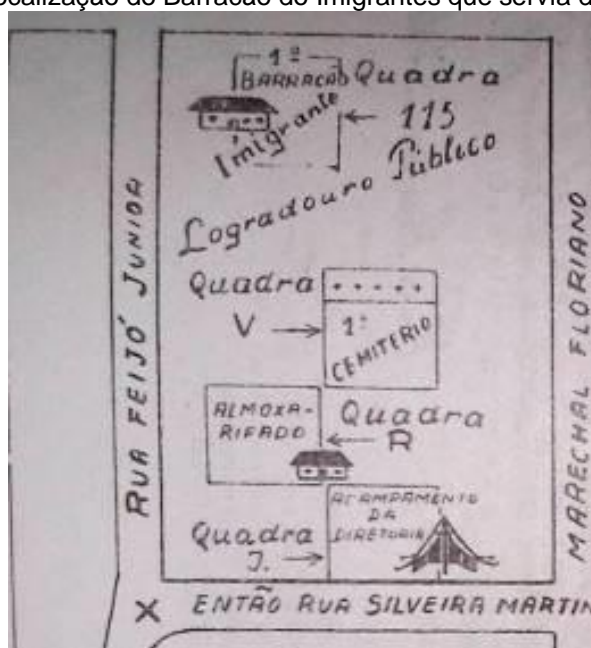
Após um breve esboço do cenário internacional e nacional, anterior e durante as políticas de imigração, pode-se dar continuidade a evolução da cidade.

4.2 EVOLUÇÃO URBANA DE CAXIAS DO SUL ATÉ A ATUALIDADE

Anterior ao primeiro momento do assentamento, em 1875, sabe-se da existência de índios. Assim, o contexto precedente à chegada dos imigrantes era de uma floresta composta por Araucárias, Louro, Angico, Cerejeira e outras árvores nativas (GIRON; HERÉDIA, 2007, p. 85).

No ano de 1875, chegam os primeiros imigrantes à Colônia Caxias, alguns sozinhos, outros com seus familiares, carregando consigo os poucos pertences que conseguiram trazer de seu país de origem. Eram encaminhados a um centro institucional e de hospedaria (figura. 7), comumente denominado de Barracão dos imigrantes. Ali eles ficavam alojados por pouco tempo, normalmente até que fosse resolvida sua situação, ou seja, até que eles tivessem seus lotes definidos, e pudessem construir um abrigo provisório (NASCIMENTO, 2009, p. 109).

Figura 7 – Localização do Barracão do Imigrantes que servia de hospedaria.



Fonte: Adami (1971, p. 143).

A casa devia ser feita assim que soubessem da delimitação de seus lotes, pois precisavam deixar assim que possível o Barracão. Por isso, segundo Posenato (1983, p. 49), havia uma sequência para a instalação depois da entrega do terreno ao imigrante: procurar uma veia d'água, um lugar para a lavoura, preferencialmente próximo às linhas e picadas, além de verificar o declive para fazer o porão – alguns dos cuidados principais, antes de edificarem suas casas. Após o lote ter sido escolhido, a limpeza do mesmo era iniciada e, concomitantemente, o imigrante arrecadava e preparava a madeira que era encontrada nos arredores para construir sua residência. Mesmo que inicialmente fosse apenas uma casa provisória o imigrante iniciava o processo de cortar as araucárias (pinheiros) para fazer as colunas e pequenas tábuas de madeira para o telhado (*scándole*), manualmente, pelo processo de rachadura (POSENATO, 1983, p. 49).

O imigrante escolhia seu lote, rural ou urbano, em plantas previamente estabelecidas, porém eram feitos longos acordos com o governo para o pagamento do mesmo (NASCIMENTO, 2009, p. 123). Escolhido o terreno e em processo de quitação de débito, o proprietário que escolhesse permanecer nos lotes urbanos normalmente já exercia alguma profissão urbana definida, ou pretendia dedicar-se ao comércio (MACHADO, 2001, p. 74).

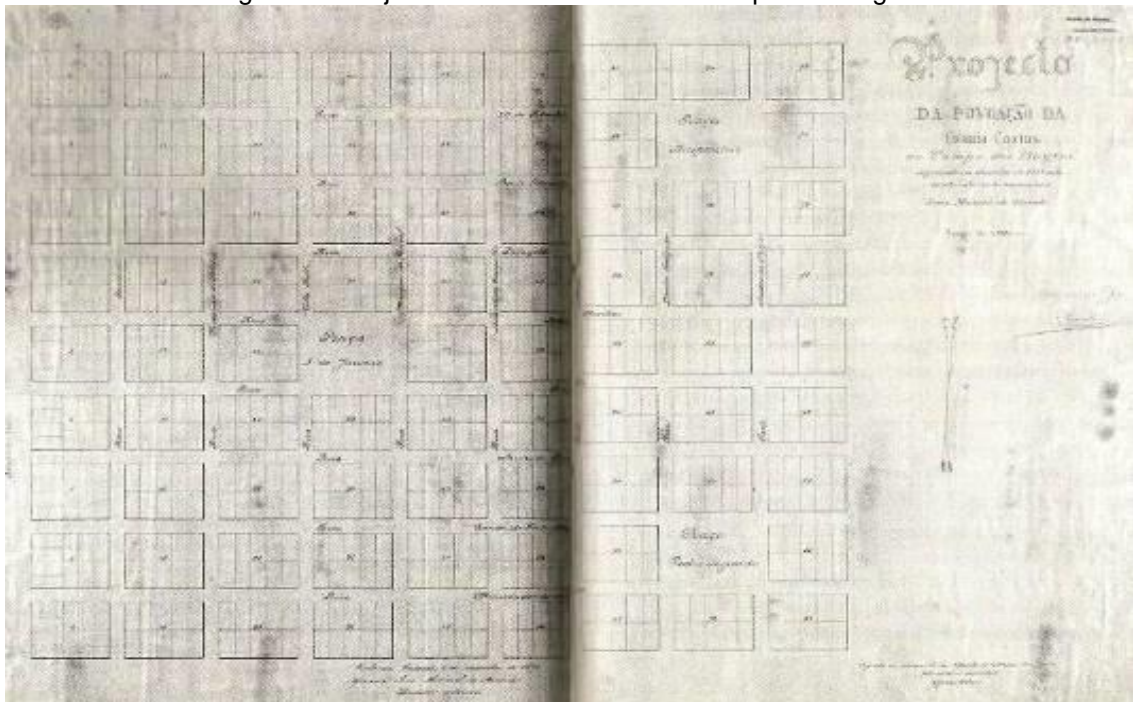
O governo imperial tinha um traçado planejado para a Colônia Caxias anterior ao seu surgimento, embora o primeiro documento que se tem notícia e que comprova

a existência de um projeto para a ocupação desta Colônia seja de 1878 (figura 8). O planejamento em questão era composto pelo traçado xadrez, tendo 8 ruas a norte/sul, assim como a leste/oeste. Conforme Giron; Nascimento (2010, p. 58). Deste projeto que surgiu a urbanização definitiva da Colônia Caxias, a partir do entorno da atual Praça Dante Alighieri. Aliás, o que foi planejado no entorno imediato da Praça mantém-se até hoje (GIRON, 2010, p. 62).

O primeiro Plano aprovado ocorreu em janeiro de 1879, mas nem tudo que estava previsto pôde ser executado. Algumas ruas, por exemplo, foram suprimidas e outras alterações foram realizadas devido à topografia. Observa-se que, conforme ressalta o autor (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p.62), algumas vias traçadas invadiram determinados lotes coloniais. As medições foram concluídas em 1881.

[...] a sede teve como limite sul a metade do conjunto e quadras abaixo da rua Andrade Pinto (atual rua Os 18 de Forte), de leste a oeste de povoado. Duas ruas e um conjunto de duas quadras e meia não foram jamais executados. Porém o restante do plano urbano foi implantado na Sede Dante, exatamente como ainda pode ser palmilhado pelos pés dos caxienses na atualidade, o que permite dizer que a urbanização da cidade começou no dia 6 de dezembro de 1878; portanto, há 132 anos (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 62).

Figura 8 – Projeto da Colônia Caxias no Campo dos Bugres



Fonte: Giron; Nascimento (2010).

Antes da aplicação do plano, em meados da década de 1880, não existia algo ou alguém que controlasse onde as casas seriam implantadas ou deveriam estar. A prova disso encontra-se em documentos e relatos sobre ‘construções indevidas’, ou seja, casas construídas em locais inadequados como logradouros públicos e vias (figuras 9 e 10) (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 59).

Figura 9 – Casas desalinhadas em relação ao leito da via.



Fonte: AHM, modificado pela autora (s.d.).

Figura 10 – Exemplo de difícil acesso, sem pavimentação.

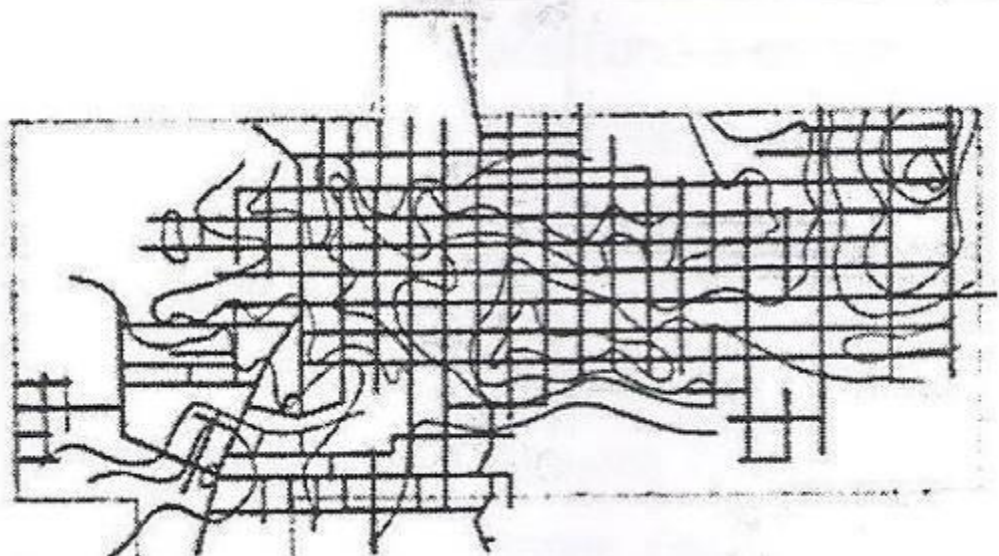


Fonte: AHM (s.d.).

A topografia não condizia com o traçado xadrez, o que foi comum na execução de muitos planos urbanos, já que a cidade reticulada tomou forma no Brasil a partir do período pombalino (REIS FILHO, 2000, p. 49). Para a execução, conforme o Plano (figura 11), foram necessárias movimentações de terra (corte e aterro). A cada nova rua executada, a topografia era um problema novamente, porque a localidade não era

plana, havia barrancos, pedreiras e morros (uma delas na Rua Silveira Martins, hoje Av. Júlio de Castilhos) (COSTA, 2001, p. 106).

Figura 11 – O Traçado imposto sobre a topografia



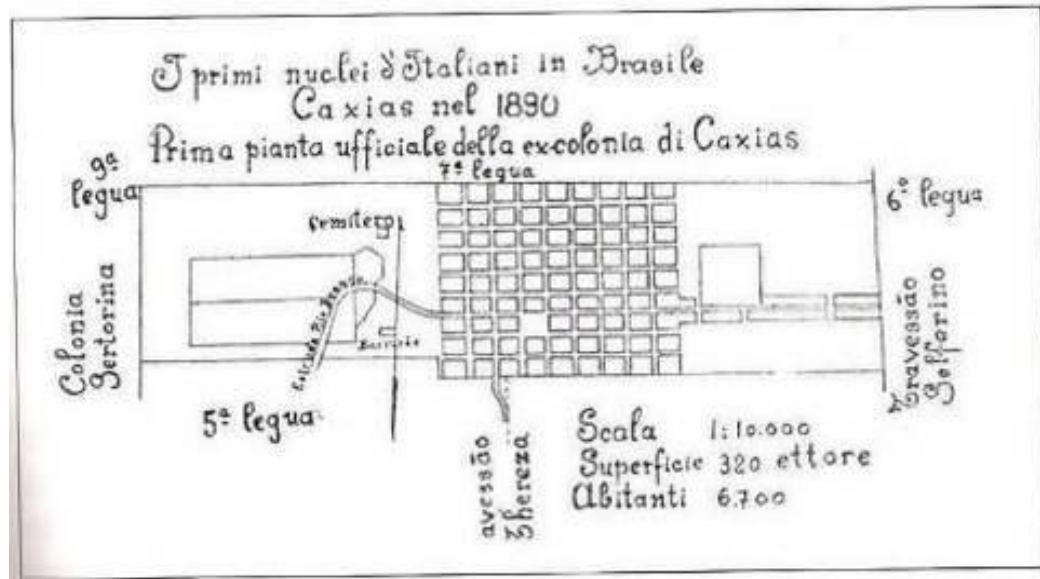
Fonte: Paiva (1952).

Grande parte dos imigrantes vinha de áreas com terras altas e encostas, comum nas regiões do Norte da Itália, principalmente as próximas à montanha ou na divisa com a Áustria. Desse modo, ruas ortogonais não eram condizentes com o contexto das regiões (NASCIMENTO, 2009, p. 76).

A primeira planta considerada oficial da sede da Colônia Caxias foi a de 1890 (figura 12), onde nota-se que as colônias eram divididas em léguas, travessões, linhas e lotes. A planta teve o traçado imposto pelo governo. Era composta de uma malha reta, também conhecida como traçado xadrez¹⁴, sendo propostas nove ruas no sentido leste/oeste, e outras nove ruas no sentido norte/sul. A grande maioria dos quarteirões media 110m x 88m (quarteirões retangulares), enquanto as ruas mediam 20m de largura, ou seja, era composto por lotes de 22m x 44m (10 lotes por quadra). Os locais onde as quadras tiveram medidas diferenciadas (figura 13) em relação a estas citadas, ocorreu devido a topografia acidentada do local (COSTA, 2001 p. 105).

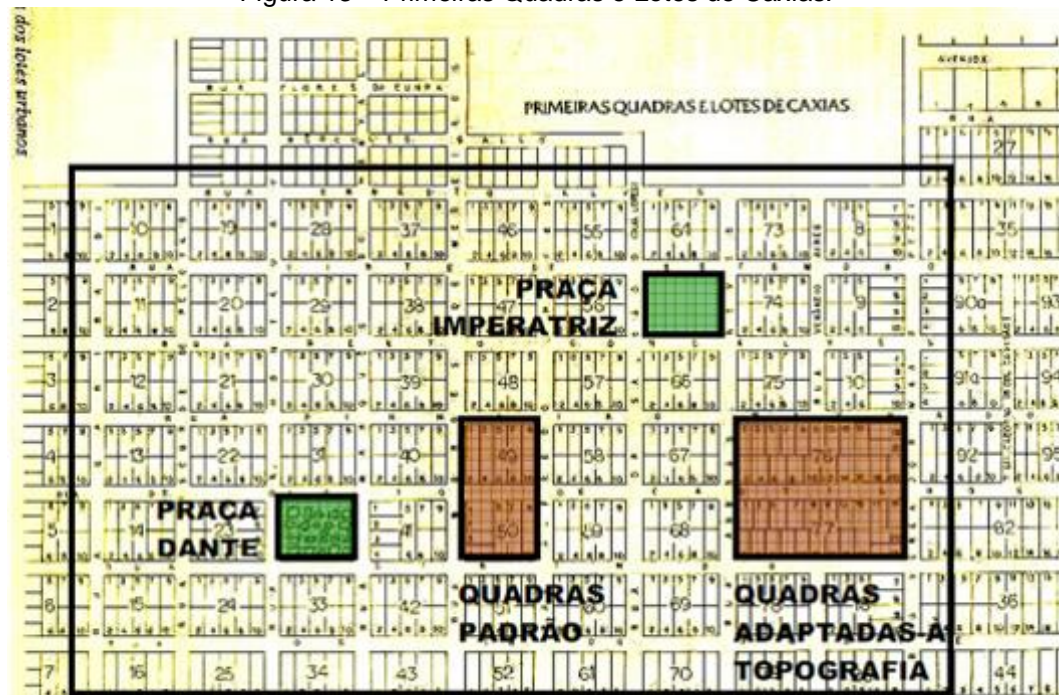
¹⁴De acordo com Luiz Alberto Gouvêa (2008, p. 118), a malha xadrez já era usada por gregos e romanos para organizar novos assentamentos. Os espanhóis, mais tarde, utilizaram nas cidades colonizadas na América Central e do Sul nas primeiras décadas de 1500.

Figura 12 – Primeira Planta Oficial de Caxias



Fonte: Machado (2001, p. 67).

Figura 13 – Primeiras Quadras e Lotes de Caxias.



Fonte: Costa (2001, p.105)

Embora o núcleo urbano estivesse sendo pensado, os imigrantes que decidiram pelos lotes nos arredores do mesmo iam tendo que transformar a mata e, em meio a ela, começaram a surgir descampados que correspondiam aos lotes demarcados onde o imigrante já começava a trabalhar (GIRON, NASCIMENTO 2010,

p. 58). As ruas¹⁵ e estradas continuavam a ser abertas e melhoradas pelos próprios imigrantes (figura 14).

Mesmo assim, o terreno sofreu inúmeras alterações com nivelamentos, aterros e escavações, descaracterizando sua forma primitiva. Os obstáculos foram sendo removidos à medida que havia necessidade de fazer as correções que permitissem a harmonia paisagística que o modelo da cidade exigia (MACHADO, 2001, p. 67).

A ocupação desse espaço resultou no surgimento e crescimento do núcleo urbano através do trabalho de homens, mulheres e até crianças. Todos ajudavam na construção das vias e das casas (MACHADO, 2001, p. 83).

Com o passar dos anos, o ritmo de vida do imigrante foi estabelecido, as colheitas eram prósperas e ele começava a ter uma vida melhor dentro da Colônia. Os primeiros excedentes da produção eram levados à Vila e a venda era negociada nos poucos pontos comerciais existentes (NASCIMENTO, 2009, p. 137). Os pontos de comércio da Vila começam a aparecer nas ruas pertencentes ao entorno da Praça Dante Alighieri e na Rua Silveira Martins (NASCIMENTO, 2009, p. 146).

Aos poucos, o colono aperfeiçoava seus utensílios e instrumentos de trabalho e reconstruía a sua moradia em melhores condições, poupava dinheiro e então iniciava uma era de bem-estar que o fazia esquecer um pouco as dificuldades do início. Vencidas as primeiras dificuldades, nossos colonos italianos, no Rio Grande do Sul, ficaram numa situação material razoável, melhor da que gozavam na Europa (APREMONT, 1976, p. 22-4).

Graças ao narrado cenário, no final da década de 1890, as melhorias feitas na Colônia, enquanto vila, e nas casas, eram visíveis. As habitações que antes eram rústicas e provisórias evoluíram, passando para casas um pouco maiores e confortáveis. A técnica da construção era aperfeiçoada aos poucos, fazendo com que a aparência das casas fosse melhor. O mesmo acontecia com as ruas. Foi a época em que as primeiras casas em alvenaria começaram a ser construídas (POSENATO, 1983, p. 107).

¹⁵ “Até 1890 poucas ruas já tinham recebido denominação. A rua mais importante da Sede Dante era a Silveira Martins, atual Júlio de Castilhos. A rua Os 18 do Forte era a Rua Andrade Pinto, a Rua Pinheiro Machado, era a Rua Laffaiete, a Dr. Montauray era a Rua Vila Bela, a Borges de Medeiros era a Rua Leôncio de Carvalho, e depois a Rua Xaxa Pereira, no entanto, a duas ruas centrais que permaneceram com seus nomes originais foram a Rua Sinimbú e a Rua Marquês do Herval”. (MACHADO, 2001, p. 83).

Esse foi considerado um período de fixação do imigrante, quando o vínculo com a terra o fez adaptar-se ao meio. A colônia seguia com traços de construções provisórias e esses foram os primeiros passos da Colônia Caxias antes de tornar-se a Vila de Santa Tereza de Caxias (POSENATO, 1983, p. 107).

Figura 14 – Imigrantes abrindo uma estrada.

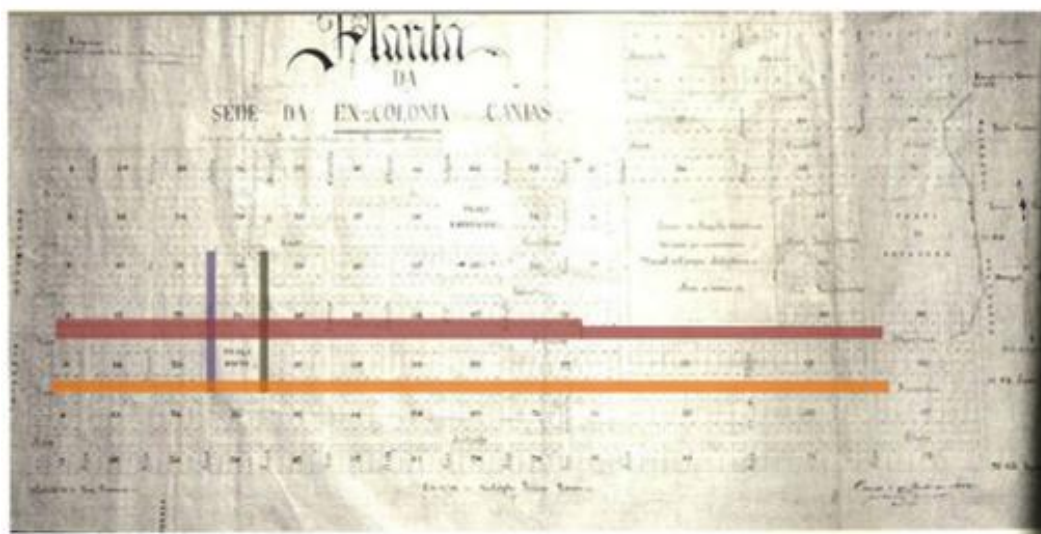


Fonte: Giron (2001, p. 53).

Em 1884, quando Caxias deixou de ser uma Colônia e passou a ser uma vila pertencente ao município de São Sebastião do Caí documentos alegavam que, embora a mesma tivesse um crescimento e um desenvolvimento acelerado, ainda existiam vazios urbanos com alguns lotes sem ocupação e outros à venda. (GIRON, NASCIMENTO 2010, p. 62). Consta também que a vila tinha um desenvolvimento maior na direção leste.

A Rua Silveira Martins, conhecida pelos habitantes como Rua Grande, já estava prevista desde o projeto de 1878 para a Colônia no Campo dos Bugres. Essa era a via de maior largura e comprimento. Ligava a Vila de Santa Tereza de Caxias com a estrada principal (que levava o nome de Estrada Rio Branco) e ia em direção ao município de São Sebastião do Caí (município da qual a Vila de Santa Tereza de Caxias pertenceu até 1910). Na figura 14, pode-se ter ideia de como eram abertas as vias. A ligação ao município de São Francisco de Paula dos Campos de Cima da Serra era feita pela Estrada Conselheiro Dantas, inaugurada um ano antes da Sede ser denominada Vila de Santa Tereza de Caxias (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 73).

Figura 15 – Planta feita em 1892, mostrando os novos lotes até o limite da vila.



Fonte: Giron; Nascimento (2010, p.64), adaptado pela autora.

Em 1890 iniciou-se a construção da Praça da Praça Dante Alighieri no local onde antes era um terreno com algumas construções que foram removidas (ADAMI, 1971, p. 23). Nas ruas do entorno da praça já existiam alguns pontos de comércio e quiosques edificadas, o que contribuiu para que o espaço se tornasse misto (residencial e comercial).

Em 1895 houve a primeira tentativa de ordenação da localidade. As casas eram menos rústicas, a grande maioria seguia em madeira, mas já continham adornos. Os habitantes, com melhores condições financeiras, começavam a construir suas casas em alvenaria de acordo com o Código de Postura do Município, que data de 1893. Foi também a primeira regulamentação para as construções feitas na Vila, que limitava alturas e preocupava-se para que as casas não avançassem mais que o limite da via (MACHADO, 2001, p. 87).

O Código de Posturas teve sua parcela de contribuição nos 20 anos (1980-1900) que podem ser considerados decisivos para a Vila, pois foi durante esse período que iniciou um processo de transformação constante. A mata foi transformada em uma vila como demonstram os perfis viários em anexo.

Figura 16 – Terreno onde hoje é a Praça Dante Alighieri entre 1885-1900.



Fonte: AHM (s.d.).

Figura 17 – Terreno onde hoje é a Praça Dante Alighieri entre 1885-1900



Fonte: AHM (s.d.).

Figura 18 – Terreno onde hoje é a Praça Dante Alighieri entre 1885-1900. Aos fundos a Catedral Diocesana.



Fonte: AHM (s.d.).

Figura 19 – Avenida Júlio de Castilhos (antiga Silveira Martins), esquina com a Rua Dr. Montauray (ruas do entorno da Praça Dante Alighieri).

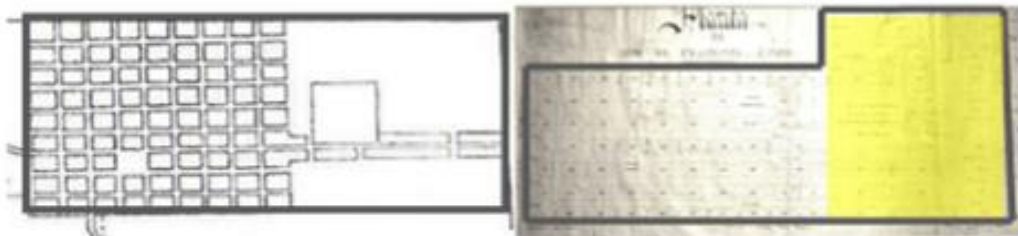


Fonte: AHM (s.d.).

Desde a primeira delimitação dos lotes, alguns proprietários o fracionaram e venderam a outra parte. Durante as primeiras décadas do século XX, a divisão continuou acontecendo, resultando em terrenos longos e estreitos. Para os proprietários, os fundos eram significativos, pois alojavam o local para a horta, o jardim e/ou depósito, o que resultou em casas com uma testada pequena, se comparada ao comprimento do lote. Para a indústria, essa nova configuração do terreno também trouxe reflexo na forma dos edifícios (COSTA, 2001, p. 108).

Os lotes delimitados na planta de 1892 foram ocupados e houve o desenvolvimento dessa área, mas o limite da Vila para a direção leste continuou o mesmo até meados de 1925. Nota-se essa expansão na comparação das plantas (figura 20).

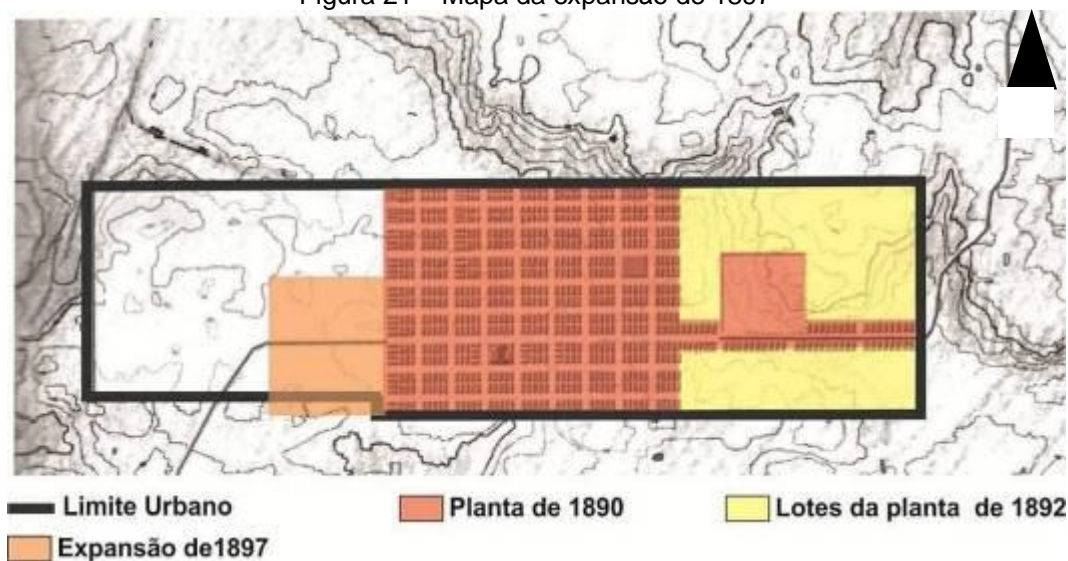
Figura 20 – (A) Planta de 1890 e (B) Planta de 1892



Fonte: (a) Machado (2001, p. 95), (b) Nascimento (2009, p. 64).

O lado oeste da Vila foi preservado até 1897, quando foi assinado um acordo em que a mesma recebia terras do Estado. Previamente a área estava destinada a ser uma área verde, devido a preocupação com o desmatamento, mas a decisão acabou tornando aquele terreno parte da ampliação do sítio urbano. O terreno ficava localizado perto da Estrada Rio Branco, pois já havia planos de expansão naquela direção. Essa foi a primeira expansão para a Vila de Santa Tereza de Caxias (figura 21) (MACHADO, 2001, p. 92).

Figura 21 – Mapa da expansão de 1897



Fonte: Machado (2001, p.96).

Em 1900, a Intendência Municipal fez um relatório com o levantamento da Sede, quando constatou que a maior parte das edificações citadas estavam situadas na Avenida Júlio de Castilhos e Rua Sinimbú (COSTA, 2001, p. 107).

O Relatório da Intendência indicava que a população da sede era de 3.600 habitantes, abrigados em 426 casas térreas e 76 assobradadas, sendo 425 construídas em madeira e 77 em tijolos e pedra, dentre as quais destacam-se elegantes construções (COSTA, 2001, p. 107 *apud* RELATÓRIO da Secretária da Intendência Municipal, 1900, sp).

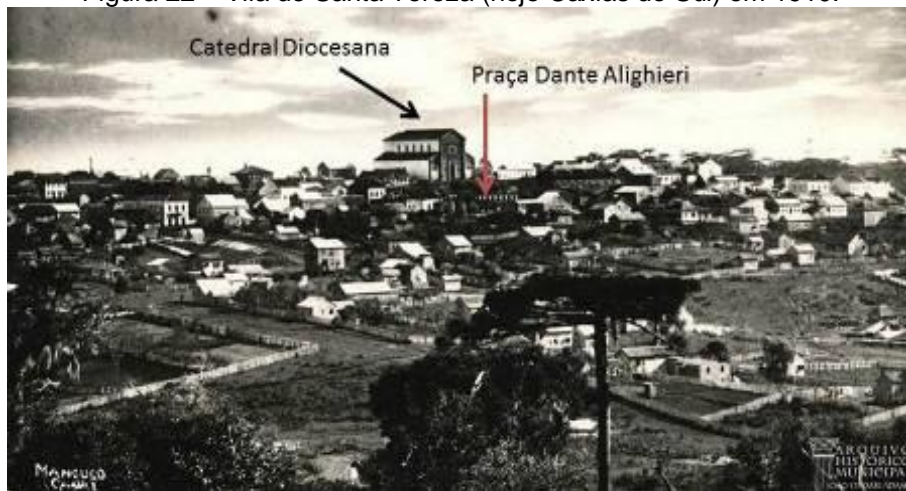
O trabalho da população seguiu dando frutos. No entorno da Praça fixou-se o contexto residencial e comercial. Algumas habitações tinham comércio no pavimento térreo e residência no primeiro e demais pavimentos (COSTA, 2001, p. 108).

E assim encerra-se a evolução de 1875-1900 que descreveu o surgimento da colônia.

4.2.1 Evolução Urbana de Caxias do Sul 1910-1950

No ano de 1910, a Vila de Santa Tereza de Caxias passou por um levantamento realizado por meio da Intendência Municipal, que contabilizou 235 indústrias, 186 casas comerciais e mais de 32 mil habitantes. Destes, 4 mil viviam na área urbana (MACHADO, 2001, p. 183). As figuras 22, 23 e 24 demonstram esse crescimento.

Figura 22 – Vila de Santa Tereza (hoje Caxias do Sul) em 1910.



Fonte: AHM (s.d.).

Figura 23 – Praça Dante Alighieri antiga Praça Rui Barbosa.



Fonte: AHM (1910). Coleção Domingos Mancuso.

Figura 24 – Praça Dante Alighieri antiga Praça Rui Barbosa.



Fonte: AHM. Coleção Domingos Mancuso. Data: 1910.

Para MEZZALIRA (2008, p. 30), nesse mesmo ano, mais precisamente no primeiro dia de junho, a população vivenciou o acontecimento da década: a inauguração da estrada de ferro (figura 26), com festividades na estação férrea e elevação da Vila à categoria de cidade com o nome de 'Caxias' (figura 25).

O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, considerando que o movimento comercial e industrial da Villa de Caxias cada vez avulta mais, principalmente após a sua ligação férrea a outros centros; considerando também que esse município conta atualmente com uma população superior a 32 mil almas, resolve, no uso da atribuição que lhe confere o artigo nº 7 da Constituição, decretar:
 Artigo 1º- fica elevada à categoria de cidade a Villa de Caxias.
 Artigo 2º- revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo em Porto Alegre, 1º de junho de 1910. Doutor Carlos Barboza Gonçalves, Protásio Alves (MACHADO, 2001, p. 116).

Figura 25 – Telegrama que continha o documento de Elevação de Caxias à categoria de cidade.

Rio Grande do Sul
 TELEGRAPHO ESTADUAL

Telegrama Nº 10 de Estado de 1º de Junho de 1910
 Recebido em 1º de Junho de 1910

Endereço: Conselho Municipal de Caxias

Nome do expeditee: Carlos Barboza

Conteúdo do telegrama (transcrito):
 Considerando, que a Villa de Caxias, por grande movimento comercial e industrial, principalmente após a sua ligação férrea a outros centros, e considerando também que esse município conta atualmente com uma população superior a 32 mil almas, resolve, no uso da atribuição que lhe confere o artigo nº 7 da Constituição, decretar:
 Artigo 1º- fica elevada à categoria de cidade a Villa de Caxias.
 Artigo 2º- revogam-se as disposições em contrário.

Fonte: ARHM (s.d.). Unidade Arquivo Público.

A estrada de ferro dinamizou a economia, proporcionou a exportação dos produtos agropecuários, da madeira, além do vinho que ocupava primeiro lugar dos artigos que iam para os mercados das regiões Sul e Sudeste (MACHADO, 2001, p. 117). O estudo realizado por COSTA (2001, p. 109) apontou que a instalação de edifícios industriais se intensificou a partir dessa data, muitos deles implantados nas imediações da estação férrea. A proximidade com o Bairro São Pelegrino proporcionou à região a abertura de vias.

Figura 26 – Chegada do trem a Caxias em 1º de junho de 1910.



Fonte: AHM (s.d.). Coleção Domingos Mancuso.

A chegada à cidade de imigrantes portugueses iniciou em 1911 e, de acordo com Machado (2001, p. 139), tinham o mesmo intuito dos italianos já instalados: buscavam oportunidades e vinham com o objetivo de exercer a profissão de tanoeiros. Com isso foram instalando-se nas proximidades da estação férrea.

A iluminação pública até 1913, ano da instalação da energia elétrica, era com lâmpadas a querosene, que foram sendo substituídos por lâmpadas de filamento metálico (MACHADO, 2001, p. 123). Em 1915 a metalúrgica Eberle¹⁶, que contava com 150 operários e já exportava seus produtos, comprou seu primeiro gerador. A inauguração da estação férrea e a chegada da energia elétrica, juntamente com a

¹⁶ A metalúrgica Eberle segue com este nome e hoje a edificação está em reforma para abrigar um centro comercial.

Primeira Guerra Mundial, contribuiu para o crescimento e melhorias em infraestrutura de Caxias (COSTA, 2001, p. 109).

Ainda nesta mesma década, de acordo com Mezzalira (2008, p. 30) em 1914, foi denominada oficialmente a Praça Dante Alighieri, contendo sanitários subterrâneos, monumentos em homenagem a Júlio de Castilhos e ao poeta que deu nome ao local, além de muros e balaústres¹⁷ que a circundavam, pois devido a topografia do terreno, não havia condições de ser totalmente modificada. A arquitetura elaborada dos grandes centros chegou a Caxias do Sul em 1919, com o Banco Nacional do Comércio¹⁸, edificação que foi assinada pelo arquiteto Luigi Valiera (MEZZALIRA, 2008, p. 36).

Figura 27 – Praça Dante Alighieri em 1914



Fonte: Oliveira (2014p).

Figura 28 – Praça Dante Alighieri em 1915.



Fonte: AHM (1915).

¹⁷ Os balaústres são o mesmo que parapeitos, mas com ornamentos.

¹⁸ Edificação tombada que hoje é uma farmácia.

A segunda década do século XX acompanha o crescimento industrial da década anterior. Há a consolidação da metalurgia, expansão da vitivinicultura com a inauguração, em 1921, da Estação Experimental de Viticultura e Enologia. A oferta de trabalho atrai a vinda de homens das regiões próximas como os Campos de Cima da Serra (COSTA, 2001, p. 110).

O Código de Posturas de 1920¹⁹ (CAXIAS DO SUL, 1920) proibia construções em madeira na área central e orientava para que as novas edificações fossem assinadas por profissionais habilitados. Para MACHADO (2001, p. 89) “[...] de forma silenciosa, mas muito clara e definida, começou a haver uma divisão da cidade entre os mais abastados e as pessoas de baixa renda”. Com os altos preços dos terrenos na área central, os que tivessem menos condições acabavam buscando os bairros onde era possível comprar os terrenos e fazer casas em madeira. Um novo Código Administrativo promulgado em 1927²⁰ (CAXIAS DO SUL, 1927, sp.), no artigo 207, ratifica a proibição das edificações em madeira.

Nessa década foi construída a Central de Eletricidade Caxias, que distribuía a energia da Companhia Riograndense de Usinas Elétricas. Devido ao fornecimento precário, muitas indústrias tinham energia própria. O abastecimento de água também era problemático “pela inexistência de rios caudalosos”. No governo de Celeste Gobbato (1924-1928), com a comissão da Hidráulica Municipal, o abastecimento abrangeu mais áreas da cidade. O serviço de esgoto teve seu planejamento iniciado nesse período, já que a população reclamava do odor das “águas” que corriam a céu aberto (MACHADO, 2001, p. 123-4).

Foi a partir desse período que o Bairro São Pelegrino passou a ser considerado o segundo centro da cidade (figura 29). Surgem com isso novas indústrias e casas de comércio como: o Moinho Sul-Brasileiro;²¹ o Moinho Progresso;²² e a Residência Bedin,²³ com a cantina da família no porão (COSTA, 2001, p. 22; MEZZALIRA, 2008, p. 35). A proximidade com a estação férrea contribuiu para esse desenvolvimento. Em 1923 uma área de 107.916m² deu origem ao Quartel

¹⁹ O código será discutido na Evolução do Plano Diretor (CAXIAS DO SUL, 1920).

²⁰ CAXIAS DO SUL (1927).

²¹ Edificação tombada e atualmente a edificação abriga um pub e faz parte das edificações do Largo da Estação Férrea.

²² Edificação tombada e atualmente abriga um ponto comercial.

²³ Residência Bedin após tombamento segue pertencendo a mesma família.

Nono Batalhão Caçadores (BRUGALLI, 2000, p. 55). O bairro Caipora²⁴ seguiu crescendo em torno da antiga casa de negócios Vicente Rovea, que foi transformada no Hospital Carbone²⁵ (ADAMI, 1971, p. 22).

Figura 29 – Entorno da Estação Férrea na década de 1920.



Fonte:Oliveira (2015g).

Entre os anos de 1924-1928, a então Praça Dante Alighieri reconstruída, no entanto, as ruas do entorno foram rebaixadas (figura 30), acarretando problemas em alguns edifícios, sendo necessária a construção de escadarias para o acesso, como por exemplo, a Igreja Matriz (SHUMACHER, 2004, p. 19).

Figura 30 – Construção da nova Praça Dante Alighieri entre 1924-1928



Fonte: AHM (s.d.).

O 50º aniversário da chegada dos imigrantes foi comemorado em 1925. De acordo com Mezzalira (2008, p. 35), as festividades iniciaram na Intendência, com

²⁴ Segundo bairro a surgir na urbanização de Caxias do Sul, na memória popular significava “infeliz, coitado, homem do mato”. Atualmente é o Bairro Nossa senhora de Lourdes. O bairro está localizado no mapa da evolução urbana 1910-1930.

²⁵ Hospital Carbone, hoje é o Arquivo Histórico Municipal.

exposição agrícola, industrial e artística. Houve a inauguração do Parque Cinquentenário²⁶, uma opereta apresentada por artistas locais no Cine Apolo²⁷, e a Praça Dante, com algumas vias pavimentadas e arborizadas (figura 31 e 32). A cidade contava com 280 indústrias e 235 casas de comércio, dentre elas estava a Livraria e Bazar Saldanha, que se tornou uma referência cultural na cidade.

Figura 31 – Avenida Júlio de Castilhos sendo pavimentada e arborizada, em 1926.



Fonte: Machado (2001, p. 218).

Figura 32 – Arborização na Rua os 18 do forte em 1926.



Fonte: Machado (2001, p. 218).

Ainda no período, outras edificações de expressão arquitetônica para a cidade foram construídas (MEZZALIRA, 2008, p. 36). Uma delas foi o Clube Juvenil²⁸,

²⁶ O parque também está localizado no mapa síntese da evolução urbana 1910-1930.

²⁷ Cine Theatro Apollo, depois transformado em Cine Opera. Os rumores de demolição na década de 1990 geraram protestos por sua preservação, em 1993 foi destruído por um incêndio. Hoje o local abriga um edifício-garagem.

²⁸ O Clube Juvenil segue com as mesmas funções de sede social de clube, mesmo após o tombamento.

projetado por Silvio Toigo, além da Residência da Família Sassi²⁹, com o projeto de Luigi Valiera.

A crise econômica, que iniciou em 1929³⁰, também afetou Caxias, deixando os bancos locais sem dinheiro e dificultando o cumprimento de créditos aos comerciantes. A associação de comerciantes e os gerentes bancários entraram em acordo e faixas de crédito extras foram disponibilizadas como meio de auxílio ao comércio e indústria (MACHADO, 2001, p. 256-59).

Na década de 1930, a agricultura deu lugar a industrialização que crescia rapidamente, de acordo com Giron; Nascimento (2011, p. 126). Caxias possuía indústrias têxteis, metalúrgicas, madeireiras, alimentícias, funilarias (figura 33), ferrarias, máquinas agrárias, telas de arame e balanças. Ainda nessa mesma década foi notória a ampliação do perímetro urbano, aumento da população, melhorias urbanas (os arrabaldes da Praça Dante Alighieri tornaram-se o primeiro trecho a ter calçamento na cidade). A figura 34 demonstra a evolução de 1910 até 1930 e a figura 35 a expansão e desenvolvimento urbano de Caxias do Sul.

Figura 33 – pintura da antiga funilaria Eberle, em 1929.

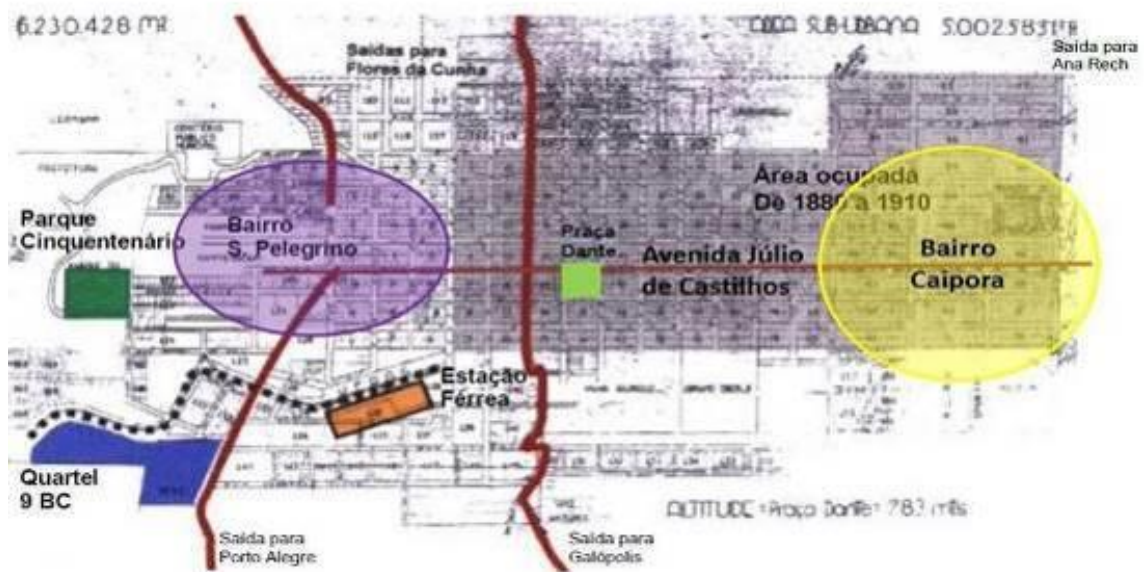


Fonte: Oliveira (2014o).

²⁹ Esta Residência também está na lista das edificações tombadas, e atualmente é um ponto comercial.

³⁰ A quebra da bolsa de Nova Iorque afetou diretamente a indústria brasileira, enfraquecendo o modelo agroexportador.

Figura 34 – Mapa da evolução urbana 1910-1930.



Fonte: Costa (2001, p. 112), adaptado pela autora.

Figura 35 – Bairro Caipora (atual bairro de Nossa Senhora de Lourdes). Ao fundo a Catedral Diocesana e a Praça Dante Alighieri, durante a década de 1930



Fonte: AHM (s.d.).

No ano de 1931, a feira agroindustrial de Caxias passou a denominar-se Festa da Uva e sua segunda edição já continha uma área destinada para a indústria (MEZZALIRA, 2008, p. 49). A Rainha da festividade surgiu apenas na edição de 1933 (OLIVEIRA, 2014e). As imagens a seguir são da festividade.

Figura 36 – Festa da Uva de 1931 e 1933.



Fonte: Oliveira (2014e).

Figura 37 – A primeira rainha da Festa da Uva e o pavilhão construído para a feira em 1934.



Fonte: Chaves e Vidal (2013) e Oliveira (2014q)

Depois de decretado o Estado Novo em 10 de novembro de 1937, a ditadura nacionalista começou a romper seus laços de amizade com a Itália. Segundo Erbes (2012), o início do governo Vargas³¹ inaugurou um período difícil para os descendentes de italianos. Os imigrantes tutelados que chegaram a partir de 1920 optaram pelo silêncio, muitos retornaram a Itália após o Brasil entrar na guerra em 1942 ao lado dos Estados Unidos e os imigrantes que permaneceram foram impedidos

³¹ Getúlio Vargas em março de 1930 concorre à presidência da República e perde para Júlio Prestes. A derrota não é aceita, desencadeando um movimento que resulta no fim da República Velha e da política do “café com leite”, em que os Estados de São Paulo e Minas Gerais alternavam-se na presidência do país. Getúlio Vargas chegou ao poder por meio de um golpe de estado com o movimento chamado Revolução de 30.

de falar o dialeto Talian³². Nesse período, até a Praça Dante Alighieri teve seu nome alterado para Praça Rui Barbosa e somente após a sua remodelação, na década de 1980, teve seu antigo nome de volta (ERBES, 2012, p. 64-65).

Com a Segunda Guerra Mundial (1938-1945) várias empresas da região foram declaradas de interesse militar, isso fez com que os proprietários aumentassem os ritmos de produção. O setor de bens intermediários (metalurgia e siderurgia) foram os que tiveram o maior crescimento, pois o Governo de Getúlio Vargas incentivou que a economia fosse voltada para a indústria e a substituição às importações de bens de consumo não duráveis (alimento, tecidos etc.) (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 126). Algumas indústrias metalúrgicas de Caxias do Sul, como a Eberle e Gazola forneceram armamento para o exército brasileiro durante o período da guerra (ERBES, 2012, p. 66).

Além do crescimento industrial, houve o crescimento urbano e que para Costa (2001, p. 113), “percebe-se a saturação quase total da malha original para o uso industrial e sua especulação imobiliária em desenvolvimento”. Isso fez com que a cidade crescesse na direção norte e leste, onde o único vale existente favorecia a ocupação industrial. Ainda para a autora, outro vetor de crescimento foi a partir da inauguração da estrada Getúlio Vargas.

Em 1940 Caxias do Sul tinha uma população de 17.411 habitantes, (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 113). O problema habitacional, conforme Machado (2001, p. 110-111), “colocou em cena os agentes mobiliários, que passaram a adquirir terrenos em zonas rurais para dividi-los em lotes para os trabalhadores de baixa renda”, onde os próprios moradores tinham de demarcar os terrenos, construir as casas e abrir as ruas, “utilizando métodos rudimentares, ou seja, à base de pá e picareta, sem qualquer auxílio dos serviços públicos”. A água era retirada de poços artesianos ou fontes e somente depois de tudo pronto a prefeitura enviava máquinas para apenas patrolar as vias.

Para Machado (2002, p. 112), o legislador da época estava preocupado com a verticalização, obras de saneamento, infraestrutura viária e definição das formas de paisagismo na área central. A falta de legislação e regulamentação comprometeram a paisagem, causando um adensamento construtivo.

³² Em 2014 o Dialeto Talian foi reconhecido como patrimônio cultural brasileiro.

Figura 38 – Obras de saneamento e pavimentação durante a década de 1940 na Avenida Júlio de Castilhos.



Fonte: AHM (s.d.).

Em 1941 foi inaugurada a Estrada Getúlio Vargas (construção: 1938-1941) (figura 39), atual BR 116. Segundo o jornalista Duminiense Paranhos Antunes, “a estrada tinha uma dimensão nacional e cruzava 84 quilômetros no município caxiense, ligando o Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro³³”. Com a construção da estrada federal à face oeste, onde se encontrava a Estrada Rio Branco e o sítio ferroviário até então, as duas vias de acesso principal à Caxias deixaram de ser o principal foco de interesse. A face leste cria uma nova logística de carga, descarga e transporte rodoviário (MEZZALIRA, 2008, p. 55).

³³ Arquivo Memória jornal O Pioneiro. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/tag/getulio-vargas/?topo=35,1,1,,35>. Acessado em 12 janeiro de 2017.

Figura 39 – Mapa de Caxias do Sul em 1940 com a Estrada Getúlio Vargas e Praça Vestibular já demarcadas.



Fonte: AHM (s.d.).

A designação de município de Caxias do Sul só ocorreu em 1945, através do decreto nº 720, de 29 de dezembro de 1944. Após a proibição de uso de topônimo para mais de uma cidade, já que até então existiam três localidades com o nome de Caxias (Rio de Janeiro, Maranhão, e Rio Grande do Sul) (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 319).

No período, Caxias do Sul recebe uma revenda de automóveis, de acordo com Mezzalira (2008, p. 55) antes mesmo da popularização da indústria automobilista. A loja chamava-se Auto Palácio³⁴, de arquitetura em estilo Art Déco³⁵ e vendia automóveis da marca GM (figura 40). Sua chegada refletiu o momento de mudança comercial que a localidade passava. Muitas casas de negócios já não existiam mais, os produtores rurais passaram a vender seus produtos aos atacadistas, as casas de secos e molhados se especializaram e surgiram lojas de tecidos, roupas, bazar, livros, entre outros.

Outro edifício neste mesmo estilo foi construído nas proximidades da Praça Dante Alighieri, a metalúrgica Abramo Eberle. O prédio foi instalado no mesmo

³⁴ Edificação tombada, hoje é um estacionamento de carros no andar inferior, e uma pensão no andar superior.

³⁵ Art Déco é um estilo artístico de caráter decorativo que surgiu na Europa na década de 1920, e teve abrangência internacional. Na arquitetura segue uma tendência decorativa com linhas do cubismo, geometrizando formas (FILIPPINI, 2011, p.15).

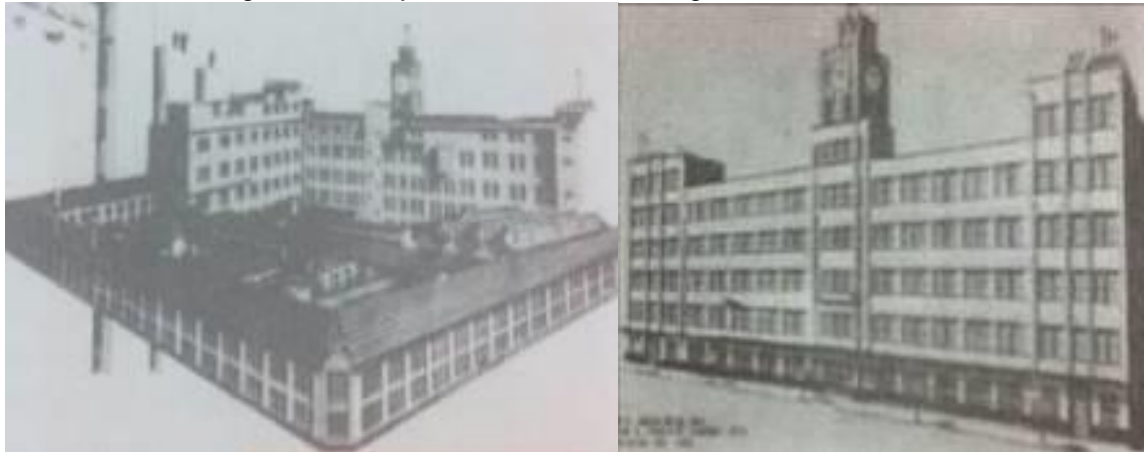
quarteirão onde já havia o parque fabril desde a década de 1930 e, para Antunes (1950, p. 24), a metalúrgica era um “pequeno arranha-céu caxiense” (figuras 41 e 42).

Figura 40 – Edifício Auto Palácio e da livraria e Bazar Casa Saldanha, na década de 1940.



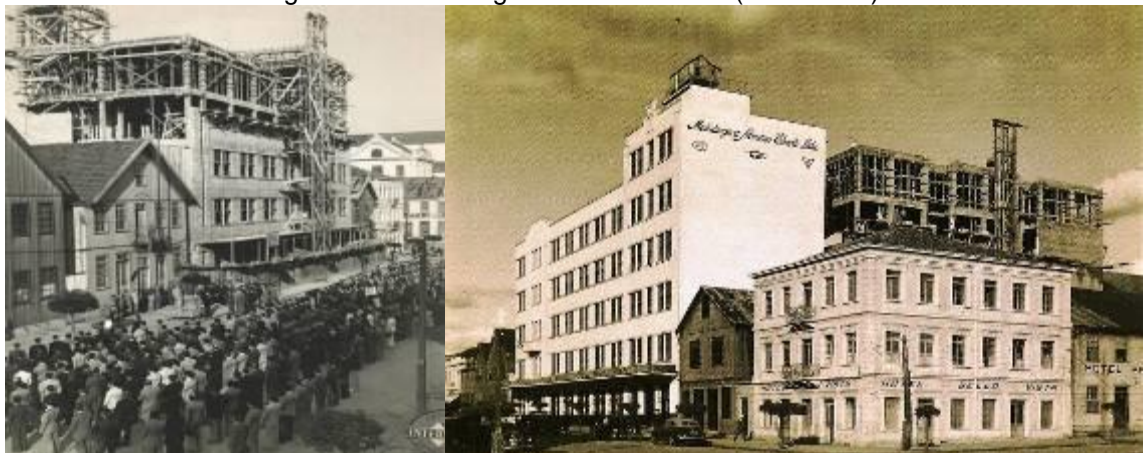
Fonte: Mezzalira (2008, p. 60).

Figura 41 – Projeto da Indústria Metalúrgica Abramo Eberle.



Fonte: Schumacher (2004, p. 75-76). Autor do projeto: Silvio Toigo.

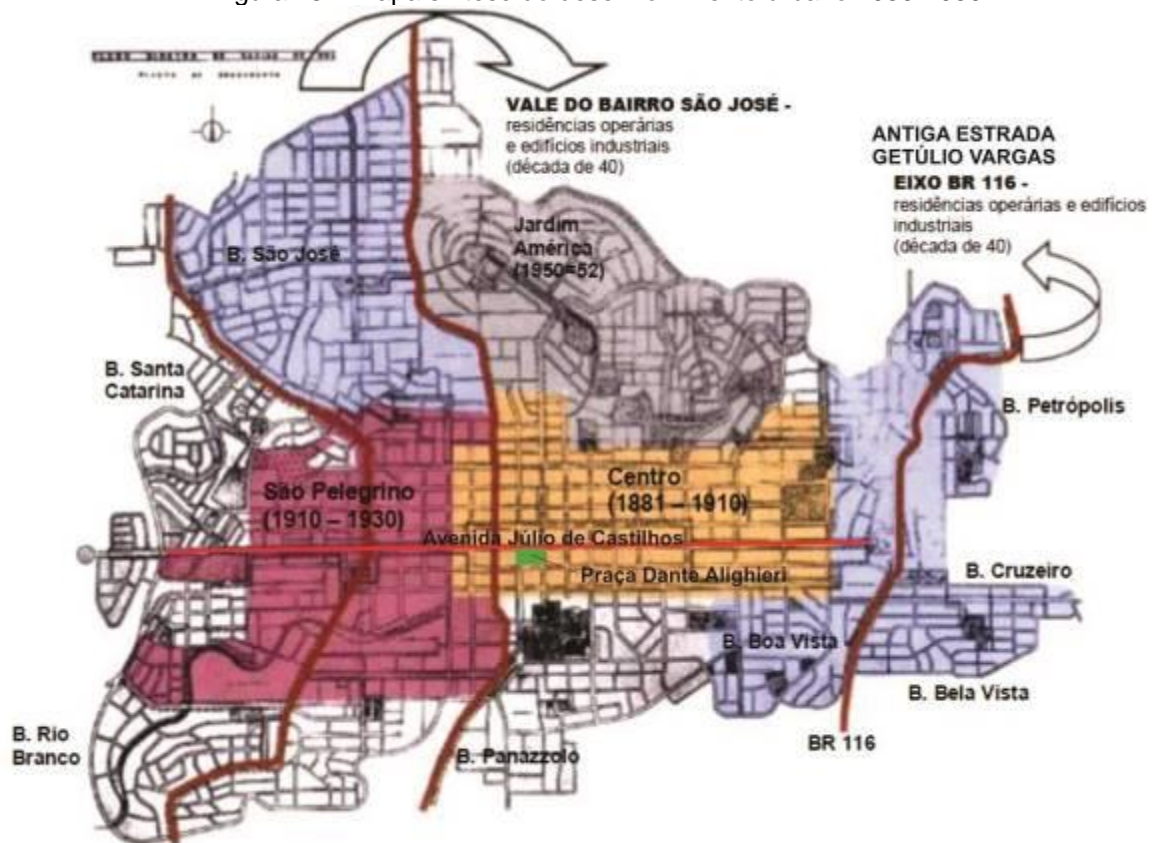
Figura 42 – Metalúrgica Abramo Eberle (1940-1950).



Fonte: Oliveira (2014n) e Freitas et. al. (2012)

A partir de 1945 a indústria diversificou suas atividades [...] “das 413 indústrias existentes no município de Caxias do Sul, 70 estavam voltadas para atividades metalúrgicas (17%), 88 de alimentos (21,3%), 61 indústrias de madeira (14,77%), o que comprova o perfil do traço tradicional e a expansão do setor metalúrgico” (HEREDIA, 1993, p. 73). O setor comercial, em conformidade com MACHADO (2001, p. 269), cresceu praticamente o dobro entre 1948-1952. As lojas concentravam-se no centro e em outros três bairros reconhecidos como São Pelegrino, Rio Branco e Nossa Senhora de Lourdes (antigo bairro Caipora) (MEZZALIRA, 2008, p.55).

Figura 43 – Mapa síntese do desenvolvimento urbano 1930-1950.



Fonte: Costa (2001, p. 116), adaptado.

Entre o final da década de 1940 e início de 1950, bairros surgiram clandestinamente em função das fábricas próximas, como por exemplo, o Bairro Petrópolis (1947) devido à indústria Gazola e a Fábrica de joias Irmãos Polidoro; Bairro Bela Vista (1947); e Kayser (1956) (COSTA, 2001, p. 113-116). Como já citado por Costa anteriormente e reafirmado por Mezzalira (2008, p. 55), devido a malha original não comportar o crescimento de Caxias do Sul, além dos bairros industriais

clandestinos, outros surgiram, tais como: Cruzeiro (1952) com a Cantina Michelin; Fátima do Sul (1952); e Mariland (1955). Também surgiram as áreas de ocupação irregular como o bairro Jardelino Ramos, popularmente chamado de Burgo e a Vila dos Municipários, no bairro Petrópolis (MEZZALIRA, 2008, p. 55).

4.2.2 Evolução Urbana de Caxias do Sul 1950-2007

A década de 1950 inicia com crescimento acelerado e desordenado por consequência das transformações econômicas e sociais (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 73). A população na época era de 52 mil habitantes (MEZZALIRA, 2008, p. 55). Foi assim que iniciou o surgimento dos primeiros edifícios, dos automóveis circulando nas ruas e da especulação imobiliária dos terrenos urbanos. De acordo com o Jornal O Pioneiro de 31 de março de 1951, os terrenos em Caxias do Sul eram mais caros que os de Porto Alegre ou de São Paulo.

Com isso, entre 1951-1953, foram encaminhados projetos de lei na tentativa de ordenar a expansão do município. Em 1953, o prefeito Euclides Triches encomendou o primeiro Plano Diretor. No mesmo ano ele encaminhou à Câmara de Vereadores, porém o projeto seguiu em avaliação até o ano de 1955 e não foi aprovado (GIRON, NASCIMENTO, 2010, p. 79).

Durante a década de 50 surgiu o primeiro resgate histórico de Caxias do Sul, realizado pelo pesquisador por vocação, João Spadari Adami³⁶ que, após o expediente da sua barbearia, estudava os documentos antigos, fazia entrevistas e registrava os dados. Pesquisou a história da localidade por 10 anos, tanto que seus registros transformaram-se em livros (MEZZALIRA, 2008, p. 56).

A Festa da Uva de 1954 foi marcada pela inauguração do pavilhão³⁷ (figura 44 e 45) que abrigaria a festividade a partir daquele ano, o Parque Getúlio Vargas³⁸, bem como o Monumento Nacional ao Imigrante (em 28 de fevereiro) com a presença do presidente da época, Getúlio Vargas (ERBES, 2012, p. 93) (figura 46). Segundo

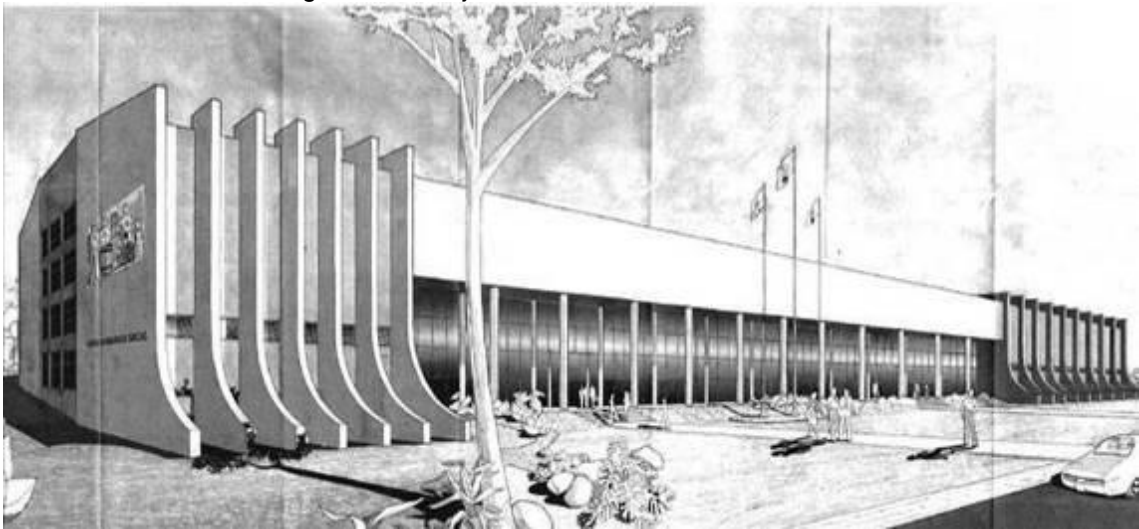
³⁶ O Arquivo Histórico Municipal, em 1997, foi acrescentado à denominação oficial em homenagem ao historiador caxiense João Spadari Adami, por sua importante contribuição para o resgate e preservação da história local. (CAXIAS DO SUL, 2017a).

³⁷ O Pavilhão abrigou a festa até os anos 70 e depois se tornou a sede administrativa do município, hoje segue como sede da prefeitura.

³⁸ Em 1958 os cinco macacos trazidos para morar no parque fizeram com que o Parque Getúlio Vargas recebesse a denominação de parque dos Macaquinhos (OLIVEIRA, 2014d).

Oliveira (2015c), inicialmente o monumento tinha o intuito de homenagear apenas os colonizadores da Serra Gaúcha e a imigração, porém a Lei 1.801, de 2 de janeiro de 1953, determinou que fossem homenageadas todas as etnias que contribuíram para a povoação e progresso do Brasil. Com isso, o Monumento ao Imigrante recebeu a seguinte inscrição “A Nação Brasileira ao Imigrante”. As estátuas foram moldadas no Rio de Janeiro e sua fundição foi realizada no próprio município, pela empresa MAESA³⁹.

Figura 44 – Projeto do Pavilhão da Festa da Uva.



Fonte: AHM (s.d.).

Figura 45 – Pavilhão da Festa da Uva finalizado entre 1954-1958.



Fonte: Oliveira (OLIVEIRA, 2015f).

³⁹ O complexo da MAESA foi o último edifício inscrito no livro tomo de Caxias do Sul.

Figura 46 – Inauguração do Monumento ao Imigrante.



Fonte: Erbes (2012, p. 93).

Durante o ano de 1954 foi criada em Caxias do Sul uma Delegacia Regional da Indústria Fabril com o objetivo de intermediar a expansão da indústria com o estado e município, além de solucionar problemas com energia elétrica, telefonia, questões tributárias e auxílio de crédito para produtores e empresários (MEZZALIRA, 2008, p. 56).

A década de 1950, para a pesquisadora e integrante do Conselho Municipal de Cultura, Lílíana Henrichs⁴⁰, “trouxe o modelo de desenvolvimento da época, o milagre econômico e o incentivo para se construir prédios, assim começou uma descaracterização muito forte”. Conforme demonstram as figuras 47, 48 e 49.

Figura 47 – Praça Dante Alighieri em 1950.



Fonte: Oliveira (2014g).

⁴⁰ Em entrevista para o Jornal O Pioneiro (Memória).

Figura 48 – Praça Dante Alighieri vista com vista para a Avenida Júlio de Castilhos durante a década de 1950.



Fonte: Oliveira (2015e).

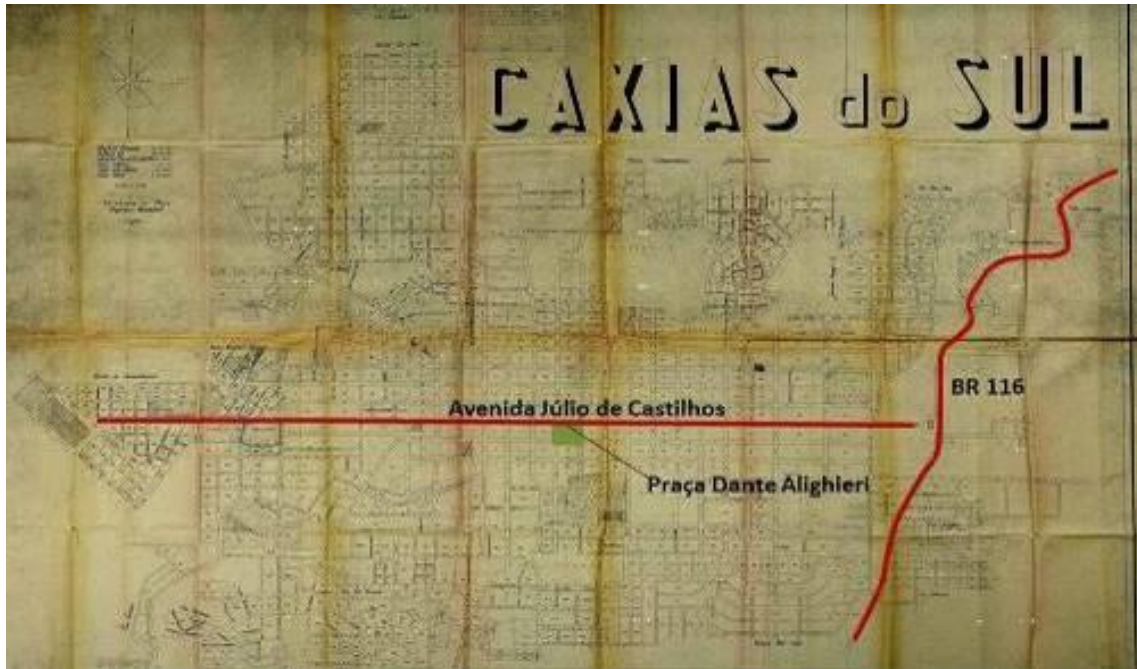
Figura 49 – Praça Dante em 1955.



Fonte: AHM (1955).

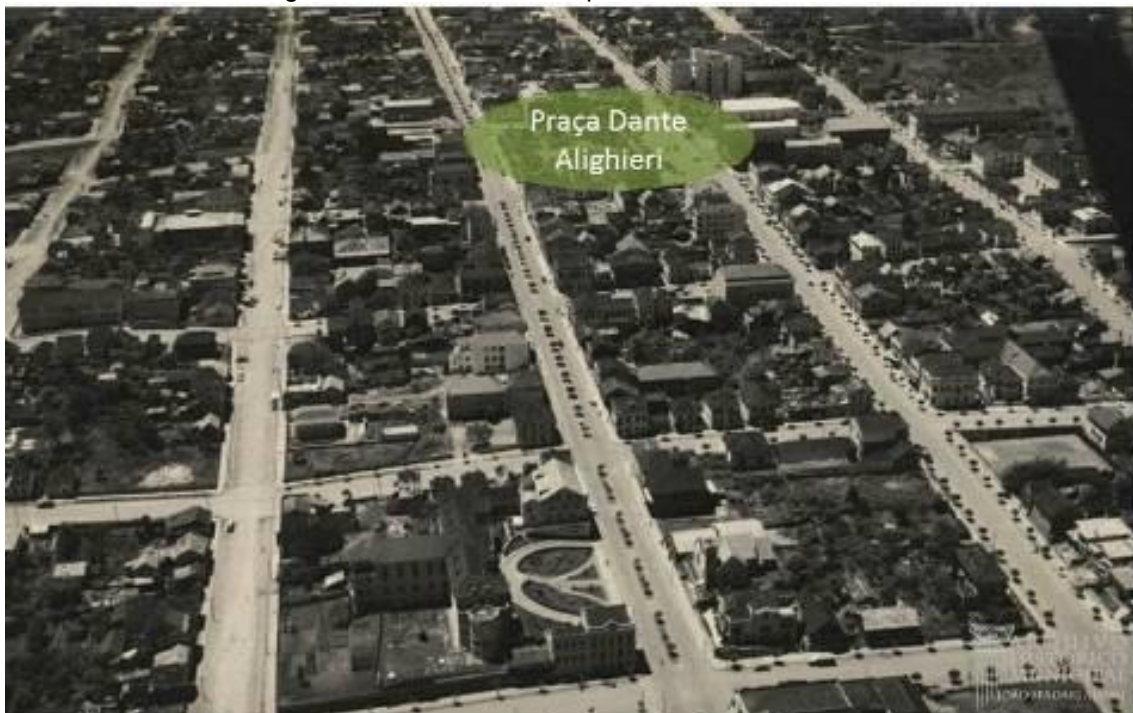
Ainda na década de 50, consoante Machado (2001, p. 218), os investimentos foram grandes em diversos setores de produção e a forma urbana retilínea, de traçado xadrez, permaneceu apenas no núcleo implantado nos seus primeiros 75 anos. A expansão demográfica foi maior que os limites impostos, invadindo espaços vazios e transformando antigas zonas rurais em urbanas.

Figura 50 – Planta de Caxias do Sul, em 1959, em que o traçado xadrez da área central ficou ainda mais visível.



Fonte AHM (1959).

Figura 51 – Vista Aérea de parte do centro em 1950.



Fonte: AHM (s.d.).

Figura 52 – Vista Aérea de parte do centro e o traçado xadrez das vias entre 1956-1958



Fonte: AHM (s.d.).

No entanto, a partir da década de 1960, para Costa (2001, p. 116), ocorreu uma mudança no setor industrial, que antes era de base e estava locado na malha urbana e suas imediações e que depois, com intervenção de capital estrangeiro, “exigiram novos parâmetros de produção e necessidade de circulação de mercadorias, a ocupação de grandes glebas, que o plano original já não dispunha ou oferecia em valores muito elevados”.

Na área rural, porém, o crescimento foi impulsionado pela mecanização dos trabalhos, pelas sementes híbridas, fertilizantes e demais insumos químicos, assim como a expansão da fronteira agrícola (GIRON; NASCIMENTO, p. 79).

Em 1965, o Governo Federal instituiu o Código Florestal (Lei 4.771⁴¹) com o intuito de proteger florestas, águas, vegetações e locais com morfologia inapropriada para uso urbano, no ambiente urbano e rural. Denominado de “preservação permanente” para áreas de vegetação próximas as margens de cursos d’água, lagos, lagoas, nascentes, olhos d’água, assim como topos de morros, declividades acentuadas, bordas dos tabuleiros e chapadas em altitudes superiores a mil e

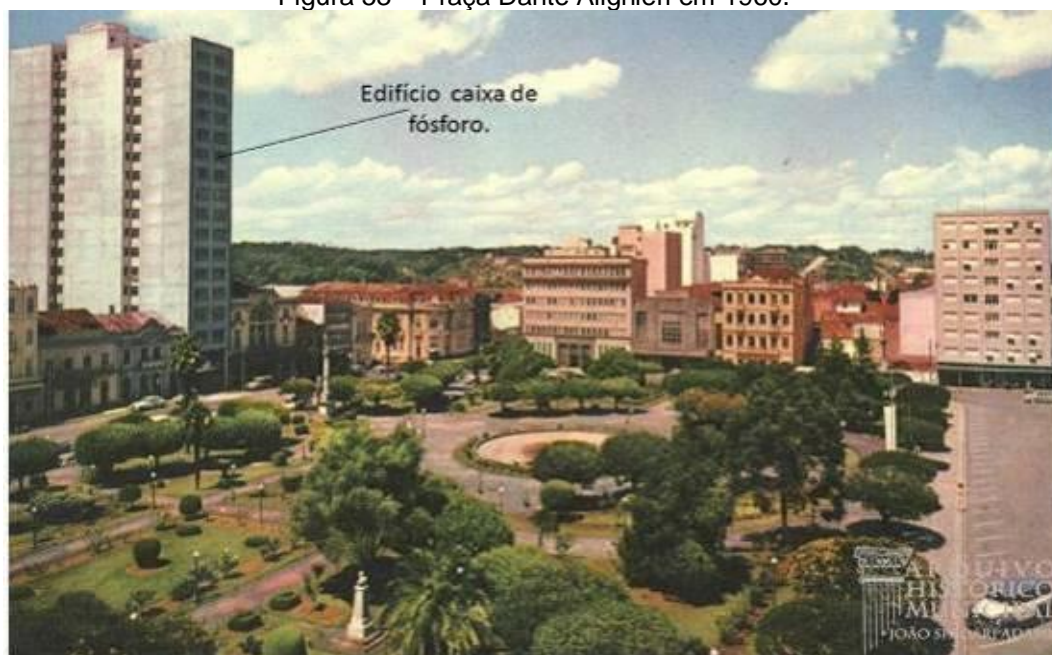
⁴¹ Brasil (1965). Lei revogada pela Lei nº 12.651, de 2012.

oitocentos metros. O parágrafo único do 2º artigo atribui aos municípios a competência de fiscalizar essas áreas locadas no perímetro urbano.

Nessa década implementam-se as verticalizações de “edifícios modernos”. Segundo os pesquisadores Giron e Nascimento (2010, p. 111), os existentes poderiam ser substituídos por novos de múltiplos pavimentos na área central. A partir de 1964, com a Lei 1387⁴², a verticalização era sinônimo de progresso. A mesma normativa exigia altura mínima de seis pavimentos, porém não limitava altura máxima (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 111).

No entorno da Praça Dante Alighieri, o primeiro arranha-céu⁴³ (figuras 53 até 55), segundo o jornal O Pioneiro⁴⁴, continha 15 andares e foi entregue aos moradores em 1962. Até o final desta década, outros quatro edifícios com mais de seis pavimentos foram construídos no entorno. Em 1968 inicia-se a construção do Parque do Sol⁴⁵, prédio mais alto do Estado de acordo com o veículo de comunicação citado acima.

Figura 53 – Praça Dante Alighieri em 1960.



Fonte AHM (1960).

⁴² A legislação será detalhada no capítulo 5.

⁴³ Edifício popularmente chamado de “caixa de fósforo”.

⁴⁴ Jornal O Pioneiro de 23 e 24 de junho de 2012, Caderno Almanaque, versão impressa.

⁴⁵ Chaves (2016).

Figura 54 – Construção e o edifício “caixa de fósforo” finalizado.



Fonte: Oliveira (2014h, 2014m)

Figura 55 – Praça Dante entre 1960-1970 com seus “arranha-céus”.



Fonte: AHM (s.d.)

A indústria do vinho começou a perder força enquanto a metalúrgica passou a liderar o perfil econômico da localidade (ERBES, 2010, p. 106). Como forma de seguir o incentivo da uva, durante as festividades de 1960 e nas seguintes, eram premiados os melhores vinhos. Porém, dentro do Pavilhão da Festa da Uva a área para o vitivinicultor era cada vez menor enquanto

[...] os produtos industriais ocupavam a maior parte do prédio de alvenaria, pomposo, bonito e decorado com um grande painel do Pintor Aldo Locatelli⁴⁶. Quando o visitante entrava no pavilhão, deparava-se com estantes das empresas. As uvas ocupavam um espaço consideravelmente menor, em um canto do prédio. Se alguém quisesse, poderia visitar os estantes industriais e ignorar as uvas. É pouco provável que isso tenha acontecido, mas não impossível. A indústria tomou conta, não davam muito valor à uva [...] (ERBER, 2010, p. 107).

O ano de 1964, para os autores Giron e Nascimento (2010, p. 336), foi de grande importância com a Revolução de 1964⁴⁷, a cidade viveu momentos de euforia, com o chamado “Milagre brasileiro”, pois ocorreu a ampliação do parque industrial local e, com ele, o aumento da população de baixa renda. Novos bairros surgiram atraídos pela expansão das indústrias como: Planalto II (1960); Século XX (1960, 1967); Boa Vista ou Cristo Redentor (1960); Santa Fé (1962); Pioneiro Leste (1964); Pioneiro Oeste (1965); e Salgado Filho (1964) (COSTA, 2001, p. 116).

Os arquitetos Juarez Marchioro e Nelson Vázquez⁴⁸ compararam o desenvolvimento de Caxias do Sul de 1940 até o levantamento aerofotogramétrico de 1964, onde foram marcados os locais descritos na citação:

[...] Destacam-se no tecido da cidade a Represa São Miguel (1), a RS-122, BR (116) e as estradas municipais, os equipamentos do aeroporto, ferrovia (3), parques (4), a textura do tecido de densidade variada (5), vazios urbanos (6). É expressiva a expansão da cidade em relação ao mapa de 1940; ocorre em todos os lados, especialmente no norte em direção a Flores da Cunha (7)⁴⁹, nas estradas Matheo Gianella e Moreira Cesar (8), em direção ao Bairro Cruzeiro (9), ao sul do Parque Getúlio Vargas⁵⁰, ao longo da Avenida Rio Branco (10), ao longo da ferrovia (3) e a oeste (4) em direção ao antigo aeroporto municipal. A expansão urbana até esse momento é influenciada basicamente por três estruturas: as estradas, os equipamentos urbanos, as indústrias e as áreas menos acidentadas

⁴⁶ Aldo Daniele Locatelli foi um pintor ítalo-brasileiro, de grande importância no cenário artístico do estado do Rio Grande do Sul.

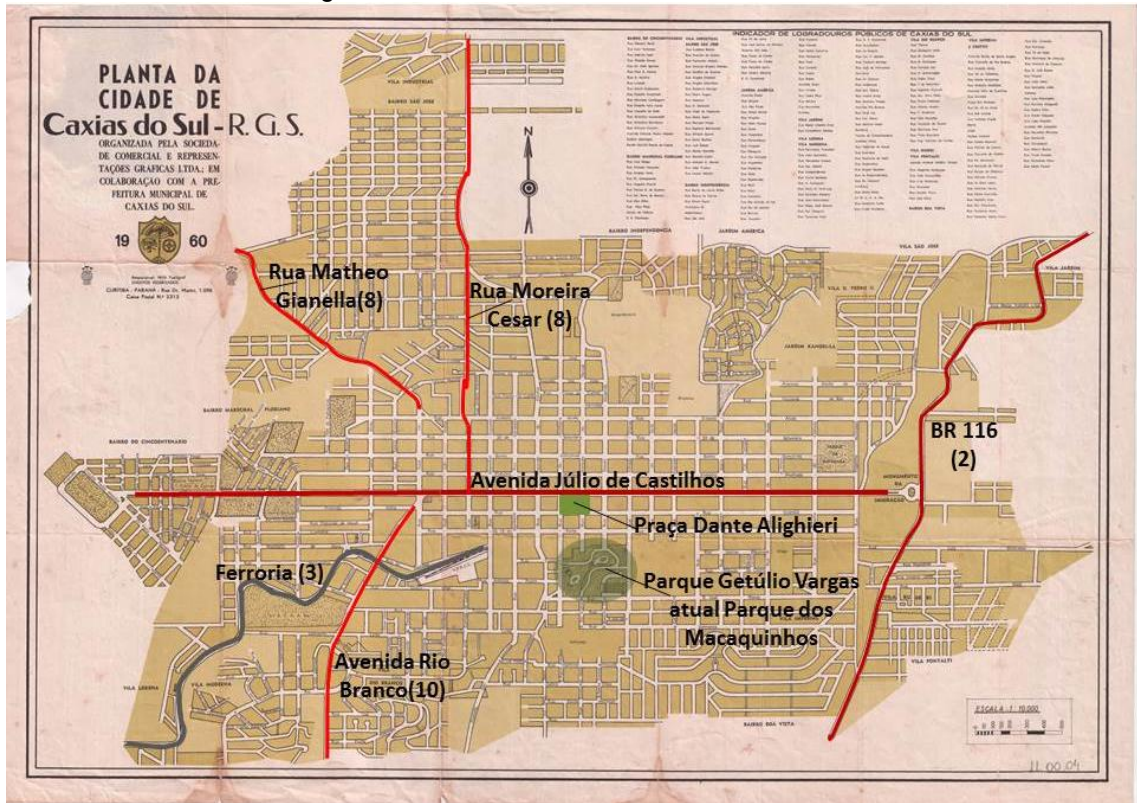
⁴⁷ Golpe de Estado no Brasil em 1964 designa o conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, que culminaram, no dia 1º de abril de 1964, com um golpe militar que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart, também conhecido como Jango. Fonte: Fantasma da Revolução Brasileira, Marcelo Ridenti, Unesp, 1993.

⁴⁸ Capítulo está no livro GIRON; NASCIMENTO, 2010 p. 69-113.

⁴⁹ Município de Flores da Cunha.

⁵⁰ Atual Parque dos Macaquinhos.

Figura 56 – Planta de Caxias do Sul em 1960.



Fonte: AHM (1960).

Figura 57 – Aerofotogramétrico de 1964 com o mapa dos bairros e do perímetro urbano do período.



Fonte: Autora (2017). Intervenção sobre os mapas do município.

Embora a indústria continuasse em desenvolvimento, havia o problema da escassez no fornecimento de energia elétrica, o que foi resolvido em 1966, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul com a inauguração da Companhia Estadual de Energia Elétrica Scharlau-Caxias.

As notícias que circulavam nos jornais da região sobre Caxias do Sul ser um município industrial próspero fez com que viessem migrantes de diversos locais do Estado, em que a agricultura e a pecuária estavam em crise (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 127).

Figura 58 – Indústrias Caxienses e seus operários: Metalúrgica Abramo Eberle, Indústria Gazola e Kalil Sehbe.



Fonte: Kirst (2010, p. 121-125).

Outro ramo de grande transformação no período (MEZZALIRA, 2008, p. 56), foi o gênero alimentício com o surgimento dos supermercados. Já as empresas qualificavam sua produção e começavam a exportar. A década de 1960 foi marcada por evoluções e crescimento industrial, urbano e arquitetônico (figura 59).

Figura 59 – Imagem aérea de uma parte da malha urbana de Caxias do Sul.



Fonte: AHM (s.d.).

A indústria, na década de 1950, classificada pela dinâmica com atuação do empreendedorismo, nos anos 1970, foi denominada como “área metal-mecânica do Estado, pólo de destaque industrial no País” (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 128). Isso fez com que a administração pública da época buscasse incluir Caxias do Sul na política nacional de distritos industriais.

A expansão industrial seguiu acompanhando as políticas nacionais de modernização do setor (GIRON; NASCIMENTO 2010, p. 112).

As indústrias e empresas locais saem das amarras da cidade consolidada para áreas maiores desmembradas de lotes colônias, com melhor acessibilidade. Instala-se junto às estradas, primeiramente ao longo da BR-116 e, depois em direção ao Bairro Desvio Rizzo e a cidade Flores da Cunha, processo que resulta em conturbação, que motivará a institucionalização da Aglomeração Urbana Nordeste.

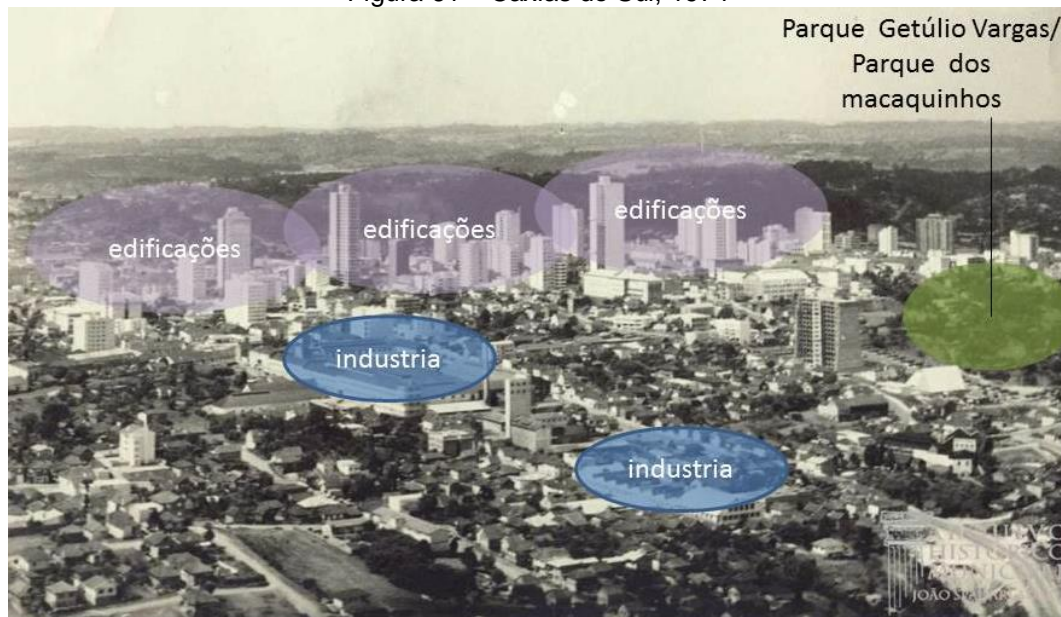
A partir de 1970 a cidade desenvolveu-se verticalmente “compreendendo que o desenvolvimento econômico deveria se transferir para a malha urbana e suas edificações” (CAON, 2010, p. 75-6). A configuração de Caxias do Sul, assim como demais cidades contemporâneas, era a representação do poder econômico com edifícios altos, automóveis e produção industrial (CAON, 2010, p. 75-6).

Figura 60 – Centro de Caxias do Sul em 1970 com seus altos edifícios.



Fonte: AHM (s.d.).

Figura 61 – Caxias do Sul, 1974



Fonte AHM (1974).

Nessa década, o edifício Solares, figura 62 (no entorno da Praça Dante Alighieri), e o Parque do Sol correspondente a figura 63 (na Rua Dr. Montaury) foram finalizados, enquanto o prédio do Branco do Brasil, figura 64 (no entorno da Praça Dante Alighieri), e o edifício JC de acordo com a figura 65 (na Avenida Júlio de Castilhos), estavam em fase de construção (todos com mais de 6 pavimentos).

Figura 62 – Edifício Solares no final da década de 1970



Fonte: Oliveira (2014m).

Figura 63 – Edifício Parque do Sol no final da década de 1970



Fonte: Oliveira (2014g).

Figura 64 – Edifício do Banco do Brasil (1971-1974)



Fonte: Oliveira (2014b).

Figura 65 – Edifício JC (1970).



Fonte: Oliveira (2014f).

Os estudos de um Plano Diretor, após a primeira tentativa em 1953, foram retomados em 1970. Em dezembro 1972 o município teve seu primeiro Plano Diretor aprovado e sua primeira reforma ocorreu em 1973. Nesta, ficou estipulada a altura máxima de 12 pavimentos para a área central (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 112). Ainda no ano de 1973 ocorreu a junção das duas entidades máximas representativas da indústria e comércio: a Associação Comercial e Industrial de Caxias do Sul fundiu-se ao Centro das Indústrias de Caxias do Sul e assim surgiu a Câmara de Indústria e Comércio (CIC), com o intuito de fortalecer a classe empresária (HEREDIA, 2007, p. 89).

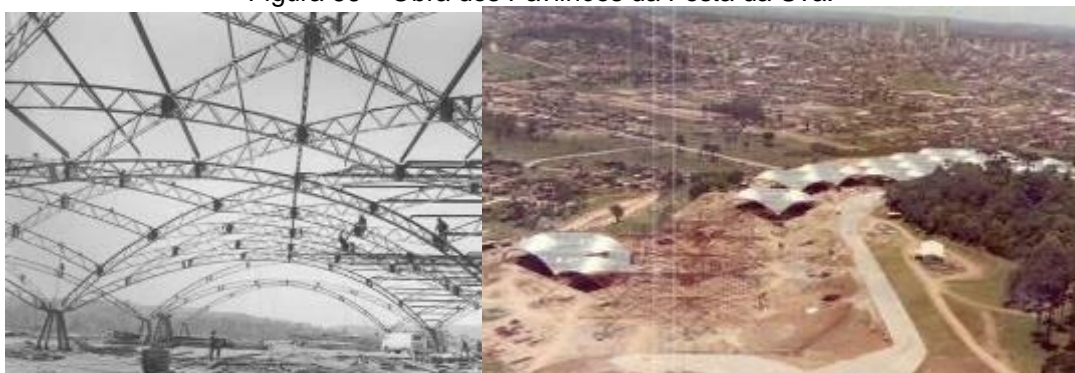
A Festa da Uva, segundo Erbes (2012, p. 129), em meados da década de 1970, era um dos principais eventos “não apenas do Rio Grande do Sul, mas do Brasil”. Para a festividade do centenário da imigração italiana um novo pavilhão foi construído, já que o utilizado estava pequeno para atender o interesse dos expositores (ERBES, 2012, p. 138). Uma vez que o município não tinha recursos suficientes para fazer a obra, o primeiro passo formal foi instituir uma empresa.

Depois de longa negociação, em 12 fevereiro de 1974, o ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes (Indústria e Comércio), os secretários estaduais Faccioni e Roberto Eduardo Xavier, juntamente com a direção da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), vieram a Caxias do Sul para oficializar a criação da Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S/A. Majoritária, a Embratur tinha o controle, com 76,91% das ações-referente à contribuição de 4 milhões de cruzeiros. O Estado, por meio da CRtur (Companhia Riograndense de Turismo), detinha 19,22 das ações (1 milhão

de cruzeiros), enquanto a prefeitura caxiense e a comissão da Festa da Uva tinham, cada uma 1,92 (100 mil cruzeiros). Os demais acionistas tinham menos de 1% (ERBES, 2012, p. 138-9).

A obra foi finalizada em de janeiro de 1975 (figuras 66 e 67), a tempo da festa, com 34 mil metros quadrados de área construída, em um local com área de aproximadamente 420 mil metros quadrados, denominado de Parque de Exposições Mario Bernardino Ramos, popularmente chamado de Pavilhões da Festa da Uva. A festividade daquele ano e a cidade estavam voltadas para o centenário da imigração italiana. Um pórtico foi colocado na entrada do município com os dizeres “Salve os imigrantes italianos no centenário de suas realizações” (ERBES, 20102, p. 141). Houve elogios, mas também críticas à festa, principalmente com relação a distância do centro e o difícil acesso (ERBES, 2012, p. 146).

Figura 66 – Obra dos Pavilhões da Festa da Uva.



Fonte: Oliveira (2015d).

Figura 67 – Pavilhões da Festa da Uva finalizado.



Fonte: Oliveira (2015d).

A comemorações do Centenário da Imigração Italiana, para Caon (2010, p. 76-9), foram os balizadores da produção científica da colonização e seus desdobramentos com auxílio da Universidade de Caxias do Sul. Nesse período, houve produção em grande escala, privilegiando os temas regionais sobre memória e

imigração. O primeiro fórum foi organizado e iniciou-se o projeto Estudos de Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas da Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (ECIRS).

A inauguração de um novo parque de exposições, a criação de um museu da imigração e de um arquivo para futuras pesquisas surgiram às vésperas do Centenário, enquanto a Universidade por meio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras promovia os estudos sobre a imigração e a realização do primeiro fórum coordenado pelo Instituto Superior de Estudos Ítalo-Brasileiros (ISBIEP), sob direção do professor Ciro Mioranza. [...]

Tinha caráter de uma pesquisa antropológica, que buscava analisar o processo de transformação da cultura local. Esse núcleo abrangia a arquitetura civil e religiosa; mobiliário; arte sacra e iluminação doméstica; decoração e artes decorativas; arte cemiterial; vestuário; utensílios domésticos; alimentação e bebidas; caça e pesca; criação de animais domésticos; agricultura em geral; meio de transporte; artesanato; indústria doméstica; comércio; práticas religiosas; ciclo de vida; funerais; jogos; literatura oral; medicina doméstica e crenças médicas. Esses estudos ganharam mais tarde, na década de 80, uma sistematização, criação de inventário e registros das manifestações culturais regionais como forma de ampliar as pesquisas a partir dos canais já existentes (CAON, 2010, p. 78).

Além da Inauguração dos Pavilhões da Festa da Uva e o surgimento do ECIRS, foi entregue ao público o Museu Ambiente Casa de Pedra⁵¹ (em 14 de fevereiro de 1975- figura 68), a Pinacoteca Aldo Locatelli⁵², junto ao Museu Municipal⁵³ e, no ano, seguinte o Arquivo Histórico Municipal também atrelado ao Museu Municipal. Depois, em 1977, o monumento aos Tiroleses, formando a Praça dos Tiroleses junto a Casa de Pedra (OLIVEIRA, 2014i).

⁵¹ A casa de pedra foi a moradia do imigrante italiano Giuseppe Lucchese, no final do século XIX, em 1946 a propriedade foi passada para David Tomazzoni, e em 1974 o município comprou a mesma. Para abertura do museu, a residência foi restaurada e um museu de ambiente foi criado “retratando a vida cotidiana na pequena propriedade centrada no trabalho familiar, em que se baseou a formação social, econômica e cultural de Caxias do Sul. Na área externa, um parreiral relembra a principal cultura agrícola dos imigrantes italianos” [...] (CAXIAS DO SUL, 2017b). Foi tombado em 2003, e hoje segue como museu.

⁵² Hoje o acervo faz parte do AMARP – Acervo Municipal de Artes Plásticas de Caxias do Sul, localizado no Centro de Cultura Ordovás (Antiga Cantina Antunes – esta edificação de 1913 não está inscrita do livro tomo). Disponível em: <<https://caminhosdosmuseus.wordpress.com/tag/amarp/>>. Acesso em: 06 abr 2017.

⁵³ Construída na década de 1880, pertenceu a Família Morandi-Otolini. A edificação de dois pavimentos em alvenaria se destacava em meio ao casario de madeira. Nos anos seguintes abrigou diversos estabelecimentos: guarda municipal, delegacia, escola, e em 1919 recebeu a Intendência Municipal – sede da prefeitura até a construção do novo prédio em 1974 (MEZZALIRA, 2008, p. 20-21).

Figura 68 – Casa de Pedra antes da restauração, e no dia da inauguração do museu.



Fonte: Oliveira (2015h, 2015i)

Um banquete oficial no dia 20 de maio foi realizado para finalizar a comemoração do centenário, neste evento foram entregues medalhas comemorativas aos homenageados (JORNAL CORREIO RIO-GRANDENSE, 28 de maio, 1975, p. 23). Tal qual retratado por HEREDIA (2003, p. 83), em 1975,

Caxias do Sul apresentava um parque industrial definido, onde predominavam as indústrias metal-mecânicas com fabricação especialmente de implementos agrícolas, de transportes, motores e produtos metalúrgicos de auto-peças,

também houve a modernização da indústria alimentícia e um recuo na indústria têxtil, mas continuava sendo importante dentro do quadro industrial gaúcho.

Em 1978, durante a última Festa da Uva dessa década, foi inaugurada ao lado dos Pavilhões, a Réplica Caxias-1885 (figura 69). A pequena vila construída continha casas de madeira (que simbolizavam a moradia dos imigrantes), uma em alvenaria (com alusão ao comércio) e uma capela (representando a religiosidade) do mesmo estilo aos que continham na Colônia do ano citado acima (ERBES, 2012, p.151).

Figura 69 – Construção das Réplicas Caxias-1885 (sem data), e as construções prontas no inverno de 1978.



Fonte: Erbes, 2012.

Os primeiros passos de incentivo municipal à preservação foram dados em 1979, quando uma edificação em alvenaria construída em 1905 e conhecida popularmente como antigo Hospital Carbone⁵⁴ recebeu um alvará de licença para demolição e construção de um novo edifício. De acordo com Mezzalira (2008, p. 28-9) a ação mobilizou os funcionários do Museu Municipal, que organizaram uma campanha pública de preservação. O resultado foi que dezoito empresários uniram-se comprando a casa e doando-a para a Prefeitura Municipal. Em troca eles receberam índices construtivos que poderiam ser utilizados em outros terrenos e deu-se início ao surgimento da legislação sobre o uso de potencial construtivo em Caxias do Sul. A edificação ficou em reforma durante a década de 1980, mais tarde abrigou outras secretarias e em 1996 tornou-se sede do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami⁵⁵ (MEZZALIRA, 2008, p. 28-29). Essa edificação corresponde a figura 70.

⁵⁴ Antes de ser hospital, a residência foi uma Casa de Negócios de Vicente Rovea e casa da família. No início da década de 1920 foi casa de negócios, como Bocchese & Ranzolin e Magnabosco & Chitolina. Em 1926, Dr. Rômulo Carbone adquiriu a casa e a transformou em Hospital. Em 1935 recebeu o nome de Hospital Beneficente Santo Antônio. Já no ano de 1945 a propriedade foi vendida e tornou-se uma pensão até 1979 (MEZZALIRA, 2008, p.28). A edificação foi tombada pelo estado em 1986, e em 2003 pelo município.

⁵⁵ Durante a década de 1990, a edificação precisou de reforços estruturais. Atualmente a edificação segue como sede do Arquivo Histórico Municipal.

Figura 70 – Hospital Beneficente Santo Antônio (1917), e protesto em frente a edificação, em 1979.



Fonte: Oliveira (2014a).

Além da Legislação sobre o uso de potencial construtivo, em 15 de outubro de 1979, através da Lei nº 2515, cria-se o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC – como órgão de assessoramento e colaboração da administração municipal para assuntos relacionados com o patrimônio histórico cultural (AHM, 2016)⁵⁶.

De 1970 até 1978 foi um período de consolidação econômica de Caxias do Sul como polo metal-mecânico, de expansão cultural com os cinemas, teatros, a Festa da Uva e dos museus (MEZZALIRA, 2008, p. 56). A expansão industrial contribuiu para o crescimento dos assentamentos irregulares e a proliferação dos núcleos de sub-habitação (GIAZZON, 2015, p. 85). Também foi um período dos primeiros passos a favor da preservação da memória patrimonial de Caxias do Sul, que ao mesmo tempo, incentivava as construções e o desenvolvimento urbano (CAON, 2010, p. 82). As imagens abaixo retratam os limites do município através do levantamento aerofotogramétrico, mostrando o perímetro urbano (figura 71 e 73), e a sub-habitação (figura 72), em Caxias do Sul.

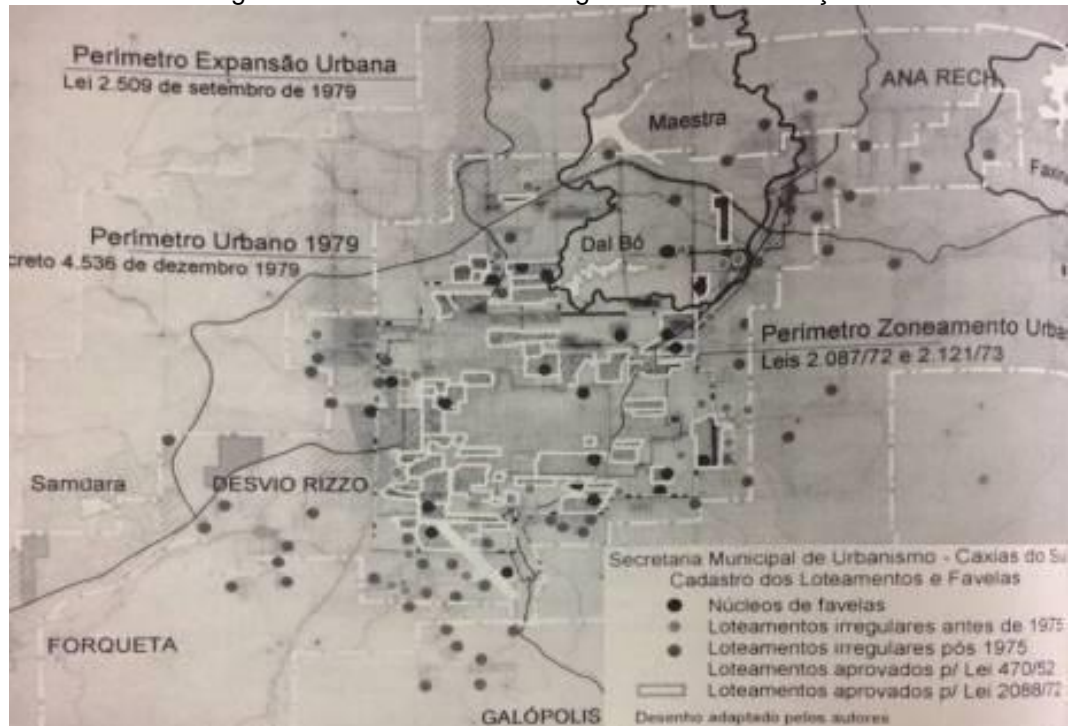
⁵⁶ Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/correspondencias-e-reunioes>>. Acesso em: 10 abr 2017.

Figura 71 – Perímetro Urbano de Caxias do Sul na década de 1970.



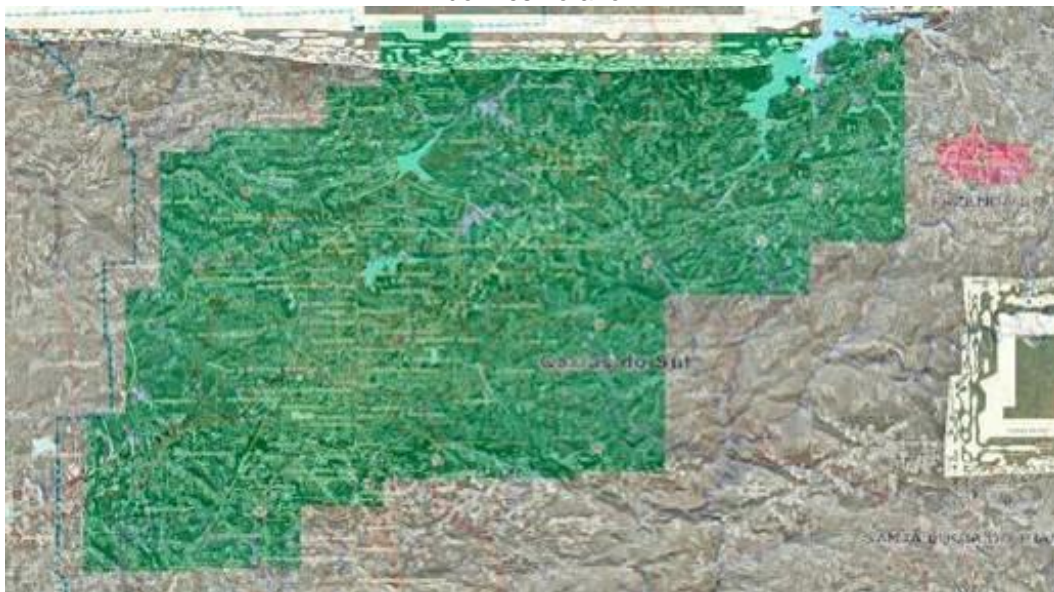
Fonte: AHM (s.d.).

Figura 72 – Parcelamentos irregulares e sub-habitação.



Fonte: Giron; Nascimento (2010, p. 98).

Figura 73 – Perímetro urbano de 1979 sobre imagem do levantamento fotográfico aéreo do município do mesmo ano



Fonte: GEOCAXIAS (1979).

Entre 1978 e início de 1980 foi dado como finalizado o chamado “milagre econômico”. As empresas diminuíram o ritmo de trabalho, trabalhadores fizeram greves por reajuste salarial e a dívida externa brasileira aumentou. Assim, o início da década de 1980 foi marcada pela recessão (ERBES, 2012, p. 157).

Este período, consoante com Erbes (2012, p. 1957-163), também influenciou a Festa da Uva de 1980, que não deu lucro, tampouco prejuízo, porém o evento não foi como o planejado em público e vendas. O destaque do evento de 1980 ficou em função das presenças políticas, tanto a favor quanto contra a ditadura, que vieram buscar apoio na localidade.

Ainda em decorrência do cenário econômico de 1980, nas palavras de Costa (2001, p. 116), foi “observado um novo fenômeno nas indústrias localizadas no plano original de Caxias do Sul e em suas adjacências – o abandono de seus edifícios”. Dentre as causas estavam o alto custo das terras nas adjacências dos complexos; as fábricas que não conseguiam atender os novos padrões tecnológicos, pois suas instalações estavam obsoletas; a mudança no perfil empreendedor fez com que as atividades fabris tradicionais acabassem e a dificuldade de circulação de mercadorias (COSTA, 2001, p. 116).

Assim como citado anteriormente, locações de indústrias e estradas impulsionaram o desenvolvimento econômico e urbano, mas também aumentaram a população nos núcleos de sub-habitação (ROSSI, 2010, p. 54; GIAZZON, 2015, p.

83). Em 1980, Caxias do Sul tinha 220.500 habitantes, sendo 200.350 na zona urbana, “[...] Esses são índices que para os entusiastas do progresso e do desenvolvimento, eram tidos como altamente positivos, mas em termos de desenvolvimento sociocultural, eram altamente preocupantes [...]” (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 44). As figuras 77 e 78 correspondem ao levantamento de sub-habitação.

Logo após a criação do COMPAHC, em 1979, fizeram-se os primeiros relatórios e inventários sobre o patrimônio de Caxias do Sul, junto ao Arquivo Histórico Municipal. Funcionários do IPHAN⁵⁷ visitaram o município e enviaram pareceres técnicos e orientavam a política preservacionista (CAON, 2010, p. 19-20). Em 1982, o COMPAHC enviou ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) um inventário com 46 edificações, dentre elas capelas, casas, casas de vilas operárias, monumentos, praças e parques de períodos distintos da história de Caxias do Sul (CAON, 2010, p. 94).

Por esta razão, em 1983 o professor Júlio Posenato⁵⁸ e o professor Paulo Bertussi⁵⁹ publicaram seus trabalhos sobre a imigração italiana, arquitetura, programas arquitetônicos, elementos construtivos, técnicas construtivas e cultura do povo. Os dois autores alertavam a necessidade de preservação do patrimônio cultural material e imaterial da região (CAON, 2010, p. 79-80).

No mesmo ano o crescimento urbano ocorreu na direção Oeste⁶⁰ com a RS 122 e a implantação da empresa Enxuta⁶¹ (sem data definida de fundação na década de 1980), no bairro Desvio Rizzo (ROSSI, 2010, p. 54-5). Outros loteamentos irregulares também surgiram nesse período, como o Morada do Sol, loteamento Sol Nascente e Serrano.

Entre 1984-1987 começaram os trâmites entre o IPHAN e o município para a restauração e melhorias da edificação que hoje abriga o Arquivo Histórico Municipal.

⁵⁷ Durante a década de 1980, o IPHAN se chamava Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

⁵⁸ POSENATO, Júlio. *Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983.

⁵⁹ BERTUSSI, In: WEIMER (et. al.), 1987.

⁶⁰ Até 1980 o limite urbano do município a Oeste se dava até o aeroporto (ROSSI, 2015, p. 53).

⁶¹ Empresa de uso comum de linha branca em eletrodomésticos.

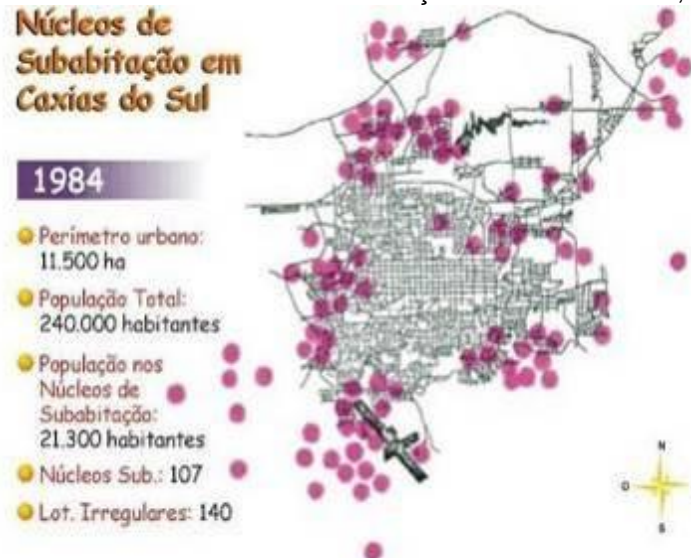
O telhado do casarão teve verba doada pela Fundação Pró-Memória⁶² (80% do financiamento) (CAON, 2010, p. 104-105). A verba para a obra da casa foi disponibilizada em 1987, porém não foi suficiente, tendo sido finalizada somente em 1996.

Figura 74 – Levantamento dos núcleos de sub-habitação em Caxias do Sul, na década de 1980.



Fonte: Giazzon (2010. p. 83).

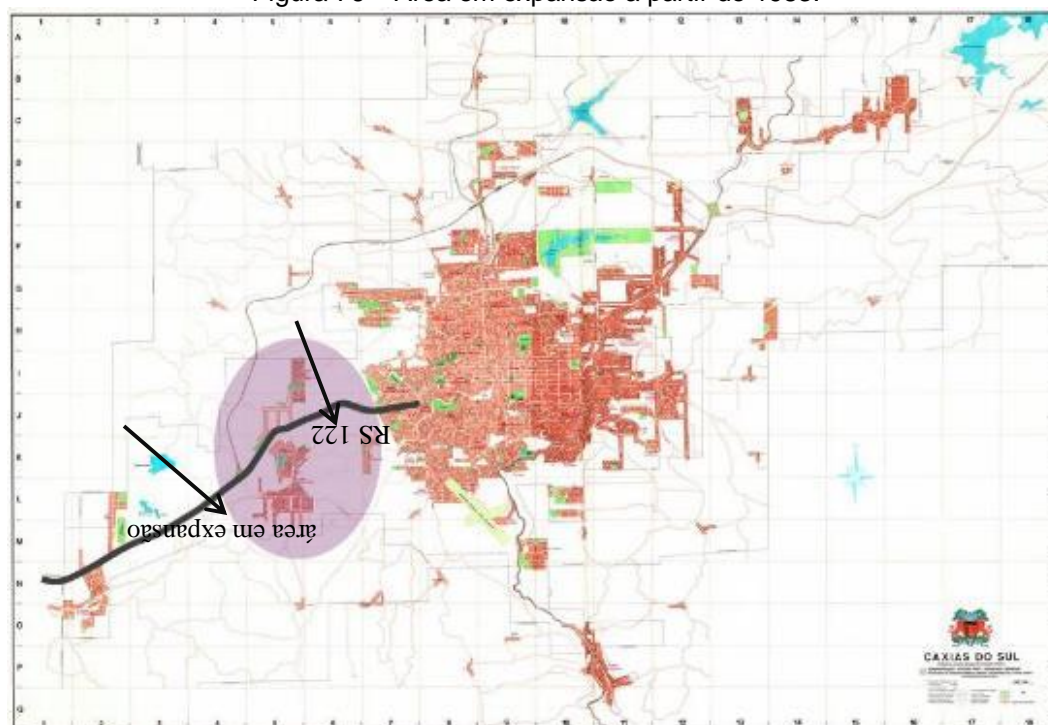
Figura 75 – Levantamento dos núcleos de sub-habitação em Caxias do Sul, na década de 1980



Fonte: Giazzon (2010. p. 83).

⁶² A Fundação Pró-memória era oriunda do antigo Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975, pelo Ministério da Cultura. Em 1985 seus projetos foram unificados ao do SPHAN-Pró-Memória (CAON, 2010).

Figura 76 – Área em expansão a partir de 1983.



Fonte: AHM (s.d.).

Em 1984 houve uma movimentação política municipal com o governo federal, por causa da conservação do Monumento Nacional ao Imigrante que necessitava de manutenção e restauro. O Ministério da Cultura enviou a verba destinada à restauração, à instalação de um museu e à urbanização das áreas próximas com assessoria do IPHAN (CAON, 2010, p. 91). No mesmo ano, o projeto de uma passarela para pedestres, em frente ao monumento foi elaborado, contudo não foi executado (OLIVEIRA, 2014c).

Durante a década de 1980 também foi reestruturada a Festa da Uva, que a contar de 1986 passou a durar três finais de semanas, totalizando 17 dias, e acontecendo a cada dois anos⁶³. De acordo com Erbes (2012, p. 171-172) [...] “o objetivo era reduzir despesas dos expositores e tornar viável a própria Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos, controlada pelo governo do Estado por intermédio da CRTur”. Assim, a comissão acatou duas das vinte e nove sugestões feitas pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), como forma de trazer os caxienses de volta ao evento. Seguem as medidas aceitas (ERBES, 2012, p. 171-2).

⁶³ A duração da Festa de “quatro em quatro anos entre 1950 e 1969, e de três a partir de 1972, a exposição passaria a ser realizada de dois em dois anos. Com isso, a Festa da Uva que seria organizada em 1987, pela lógica anterior, foi antecipada para 1986” (ERBES, 2012, p.171).

- 1) A promoção de festas nas comunidades do interior para integrar a programação do evento;
- 2) Realização por parte dos clubes sociais e esportivos, CTGs, museus, cinemas e casas noturnas, de shows e programas específicos para atrair os visitantes.

Seguindo, nesse período iniciam-se os trabalhos de transporte coletivo urbano no município por meio de ônibus, deixando os trens apenas com transportes de cargas.

Figura 77 – Estação Férrea e o transporte de cargas durante a década de 1980.



Fonte: Jornal Pioneiro (s.d.).

Assim como o Arquivo Histórico Municipal, outra edificação também mobilizou a sociedade civil para a sua preservação: o Complexo da antiga Cantina Antunes (figura 78). Os trâmites duraram de 1984 até 1988 devido ao momento econômico, perda de espaço no mercado e empréstimo nos bancos. Todos esses fatores fizeram com que o complexo da Cantina fosse entregue a União em 1984. Até o ano de 1988, projetos e processos foram feitos entre entidades caxienses, a Universidade de Caxias do Sul e a Universidade do Vale dos Sinos para que o espaço fosse preservado. Em 1988, a União entregou 16.000m² das 18.900m² de área que o complexo possuía de volta ao município. No entanto, naquele momento mais da metade das edificações estava comprometida. Assim, iniciaram-se os projetos de

preservação e transformação do espaço em um Centro de Cultura⁶⁴ (CAON, 2010, p. 106-0).

Figura 78 – Vista da Antiga Cantina Antunes durante a década de 1980



Fonte: Oliveira (2014j).

O município aumentava seus limites urbanos e, com isso, as moradias irregulares. Na tentativa de ordenar esses loteamentos, em 1988 a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU, criada em 1985), em esforço conjunto aos presidentes de bairros, criou a Lei Municipal 3.292/88 de Regularização Fundiária, regularizando na primeira leva 35 loteamentos dos 140 que a Secretaria de Habitação havia levantado, de acordo coma figura 79 (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 97-8).

⁶⁴ As obras foram realizadas durante a década de 1990, a casa que pertencia ao complexo e era de propriedade particular foi transformada em casa noturna. O restante deu origem ao Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho. Suas instalações incluem uma sala de cinema, uma galeria de arte, uma sala de exposições, um café, um telecentro de acesso gratuito à internet, um teatro e um pequeno memorial da Cantina Antunes. O Centro também abriga diversos órgãos da Secretaria Municipal da Cultura, como as Unidades de Teatro, Dança, Artes Visuais, Cinema, as coordenações dos Pontos de Cultura e Centros Comunitários, além da Companhia Municipal de Dança e Escola Preparatória de Dança. Foi inaugurado em 2001. O nome foi em homenagem ao médico caxiense preso durante a ditadura militar. (CENTRO DE CULTURA ORDOVÁS, 2017).

Figura 79 – Planta Urbana e Suburbana de Caxias do Sul, 1988.



Fonte: AHM, (1988).

Em 1989, com o fracasso dos planos econômicos e o retorno da inflação no Governo Sarney, trabalhadores fabris, sindicato dos trabalhadores, agricultores, vitivinicultores protestaram durante a Festa da Uva, “[...] contra o desemprego, salários baixos e a política econômica que tornava, a cada dia, mais difícil a vida das pessoas; outros contra o preço mínimo da uva, um problema histórico que se acentuava com o passar dos anos [...]” (ERBES, 2012, p.181-3).

Ainda conforme autor (ERBES, 2012, p. 1985-87), apesar do momento econômico, o público da festividade superou o evento anterior, do ano de 1986, e gerou um lucro de 469 cruzados para uma receita bruta de 887 mil cruzados.

Com a chegada da década de 1990 “[...] vários desafios econômicos dentre eles o controle da inflação, o equacionamento da dívida externa e a ausência de uma política econômica que permitisse ao País entrar no mercado pela sua capacidade de competitividade [...]” foram sendo apresentados, conforme Heredia (2007, p. 109-12).

Em 1990, Caxias do Sul possuía 3.043 indústrias, 3.797 estabelecimentos comerciais e 3.338 estabelecimentos de prestação de serviços. Era o terceiro município do Estado em arrecadação, atrás de Porto Alegre e Canoas (HEREDIA, 2007, p. 109-12). No mesmo ano, a população era de 288.308 habitantes, sendo que

269.221 estavam na área urbana, e 19.087 na zona rural, seguindo como a segunda maior cidade do Estado, depois da Capital Porto Alegre (PERINI, 1992, sp).

O governo neoliberal de Fernando Collor, com a abertura do mercado para o contexto internacional e a reestruturação econômica, afeta o modelo de produção vitivinicultura (IBRAVIN, 2013, p. 24). Em Caxias do Sul faz com que a Câmara de Indústria e Comércio (CIC), em 1991, incluísse o setor de serviços na sua organização, já que esse começava a ter cada vez mais destaque no crescimento do município (HEREDIA, 2001, p.144-45; HEREDIA, 2007, p. 112-14).

As demandas do mercado internacional, em 1992, fizeram com que a classe empresarial, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Rio Grande do Sul (Senai), a CIC e a UCS se unissem para a instalação do Pólo Regional de Mecatrônica, com o intuito de ampliar as pesquisas tecnológicas, aprimorar processos industriais e promover a modernização tecnológica necessária para competir no mercado (GIRON, 2010, p. 128).

No período, questões como a valorização do patrimônio voltaram a ter destaque com o espetáculo de Som e Luz nas réplicas dos Pavilhões da Festa da Uva, a Inauguração do Centro Municipal de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho, e o Cine-Teatro Ópera (CAON, 2010). Os trâmites em torno da preservação ou não do Cine-Teatro Ópera (antigo cine Apollo, já citado anteriormente), foram de 1991 até 1994, envolvendo poder público municipal, a proprietária, IPHAN, IBPC⁶⁵, IPHAE⁶⁶, UCS, COMPAHC⁶⁷, SEAAQ⁶⁸, promotor público, advogados, arquitetos, engenheiros, artistas, historiadores e uma parte da população da cidade (CAON, 2010, p. 110-29). Durante este tempo foram realizados protestos a favor e contra, laudos que justificavam tanto a preservação quando a demolição, negociações entre poder público, privado, entidades e a proprietária, mas sem sucesso. Até que em 1993 [...] “a proprietária determina o desmonte de toda a parte interior do Teatro, o que descaracterizou a edificação e implicou problemas para manter a sua estrutura [...] (CAON, 2010, p. 128), e “[...] em 23 de dezembro de 1994, o Cine-Teatro Ópera foi

⁶⁵ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural- Ministério da Cultura.

⁶⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual.

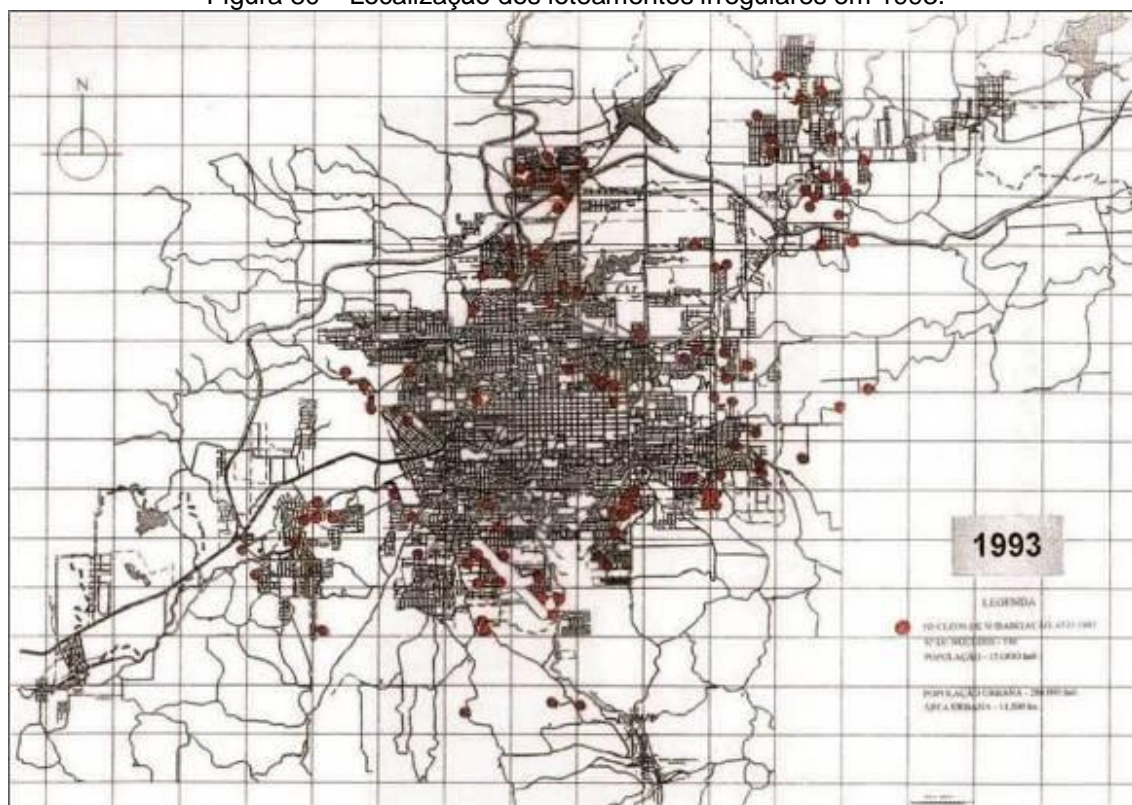
⁶⁷ Conselho Municipal Patrimônio Histórico e Cultural.

⁶⁸ Associação de Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Químicos e Geólogos de Caxias do Sul.

incendiado dando fim ao caso. Até hoje a investigação não teve sucesso e os criminosos não foram encontrados [...]” (CAON, 2010, p. 129).

O município seguiu expandindo os limites territoriais e, com isso, também cresceram os loteamentos irregulares, segundo Giazzon (2015, p. 83-5). Em 1993/1994 a Secretaria da Habitação, em parceria com a UCS dos núcleos de sub-habitação⁶⁹ de Caxias do Sul (figura 80), adotou como conceito que “[...] Considerou-se como núcleo de sub-habitação aquelas áreas contínuas, utilizadas para fins residenciais, sem condições para atender a finalidade, em relação às instalações do prédio e quanto à infraestrutura, serviços públicos urbanos e equipamentos públicos sociais [...]” (GIRON, 2010, p. 96).

Figura 80 – Localização dos loteamentos irregulares em 1993.



Fonte: Giron (2010, p.95).

⁶⁹ Esse levantamento será o último até o Plano Diretor de 2007.

Figura 81 – Vista aérea de Caxias do Sul entre 1993-1996.



Fonte: AHM (s.d.).

A década de 1990 também trouxe mudanças para o comércio da localidade. Giron (2001, p. 191) relata estas transformações: os *shoppings center*, centros de pronta entrega, malharias e confecções, lojas de conveniência junto aos postos de gasolina, lojas com artigos custando menos de dois reais⁷⁰ e os camelôs, que foram retirados do entorno da Praça Dante Alighieri e transferidos para Praça da Bandeira⁷¹. As lojas de departamento foram mantidas, porém sofreram retração econômica; as antigas ferragens foram substituídas por microempresas; proliferaram-se as lojas de confecções de roupa feminina, masculina e infantil com valor a partir de dez reais. Em 1993 inaugurou-se o Shopping Prativiera⁷², e em 1996, o Shopping Center Iguatemi e o Mart Center.

A instalação desses Shopping´s na RS 122 entre Caxias do Sul e Farroupilha, fez com que o bairro Desvio Rizzo (que teve seu primeiro crescimento territorial com

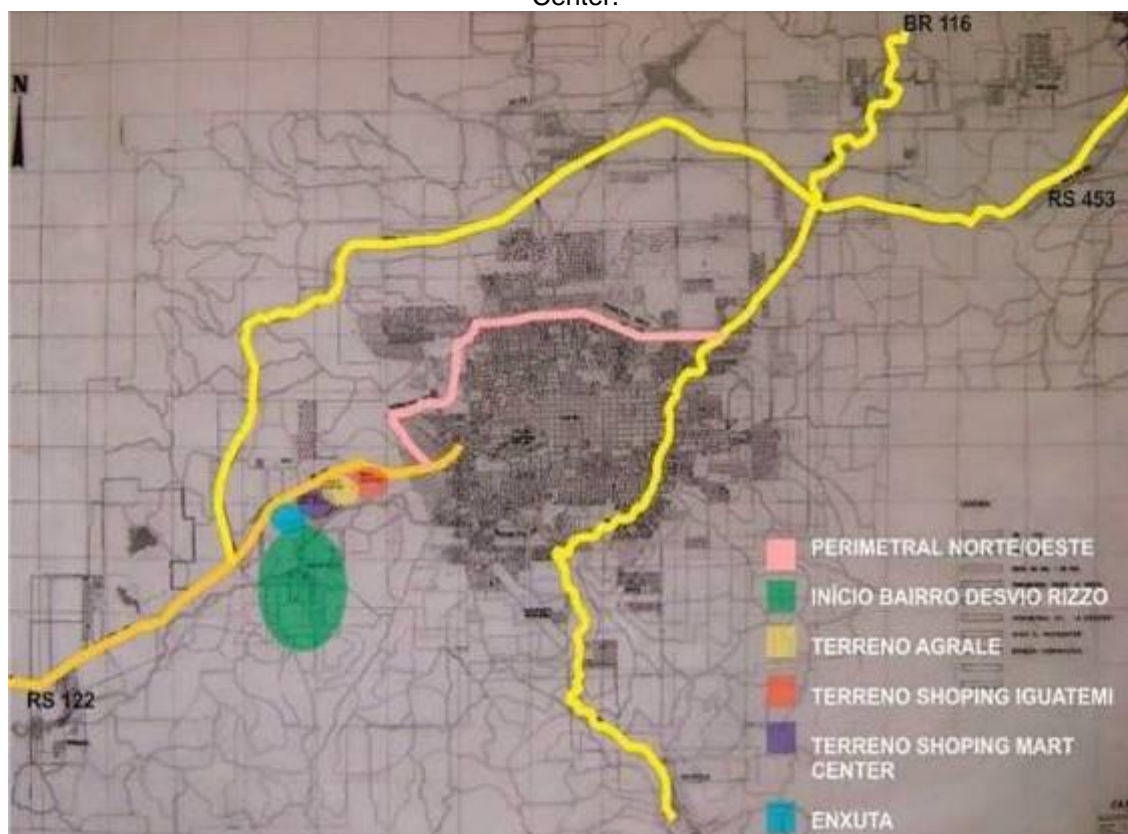
⁷⁰ Os artigos importados custando menos de dois reais, são resultado da abertura do comércio nacional ao mercado internacional. Alguns estrangeiros sírio-libaneses e árabes vindos ao município possuem esses estabelecimentos. (GIRON, 2001, p. 191)

⁷¹ A Praça da Bandeira popularmente segue com esse nome, mas atualmente é a Praça Dante Marcucci. Em 2014, o camelódromo foi transferido a outra edificação em frente a mesma praça.

⁷² Localizado no centro urbano do município, entre as ruas Os 18 do Forte e a Sinimbu, distante uma quadra e meia da Praça Dante Alighieri.

a instalação da empresa Enxuta) expandisse mais uma vez seus limites, mudando suas configurações e fosse o novo alvo da especulação imobiliária. A empresa Agrale instalou-se próximo ao Shopping Mart Center, promovendo a expansão do bairro e das bordas na RS 122, conforme figura 82 (ROSSI, 2010, p. 54-7).

Figura 82 – Mapa da expansão de limites urbanos com a instalação do Shopping Iguatemi e Mart Center.



Fonte: ROSSI (2010, p. 57).

Com isso, em julho de 1996 entrou em vigor o novo Plano Físico Urbano, que começou a ser elaborado em 1990 com proposta de revisão do Plano Diretor; em 1993 foram apresentadas novas diretrizes que foram discutidas até o ano em que o plano foi aprovado (GIRON, 2010, p. 99-101), e “[...] a nova proposta fica restrita aos aspectos físicos do planejamento municipal [...]” (GIRON, 2010, p. 100). A figura 86 traz o folheto de divulgação do Plano Físico Urbano.

Figura 83 – Folheto de divulgação, com diretrizes da proposta, distribuídos durante as discussões do Plano Físico Urbano.



Fonte: Giron (2010, p. 101).

Em 1997 houve uma mudança política e o novo poder público eleito passou a incentivar o tombamento e políticas culturais (CAON, 2010, p. 136), criando leis e, em 1998, instituindo o Banco de Índices e lei que regulamentava a Transferência e Utilização de Potencial Construtivo para o Município de Caxias do Sul.

Figura 84 – Aerofotogramétrico de 1998 com o mapa do perímetro urbano.



Fonte: GEOPUBLICO (1998).

Em 2000, Caxias do Sul completou cento e vinte e cinco (125) anos de sua criação como colônia. Na voz de Giron (2001, p. 190) não houve muitas festividades alusivas ao aniversário devido ao momento de globalização da economia, onde algumas indústrias e comércios fechavam suas portas por não sobreviverem a concorrência externa.

O crescimento populacional seguiu e o êxodo rural também e, em 2000, o município tinha cerca de 360.419 habitantes, sendo que a população urbana era de 90% e a rural 10%. (GIRON, 2001, p. 190). As atividades econômicas também estavam bem distintas se comparados aos períodos anteriores, uma vez que eram 2.796 casas comerciais, 2.383 indústrias, e 2.763 de serviços. Além do crescimento populacional, Caxias do Sul teve seu espaço urbano alterado de 13.500ha para 16000ha (GIRON, 2010, p. 102).

Figura 85 – Perímetro Urbano de Caxias do Sul em 2002.



Fonte: GEOPUBLICO (2002).

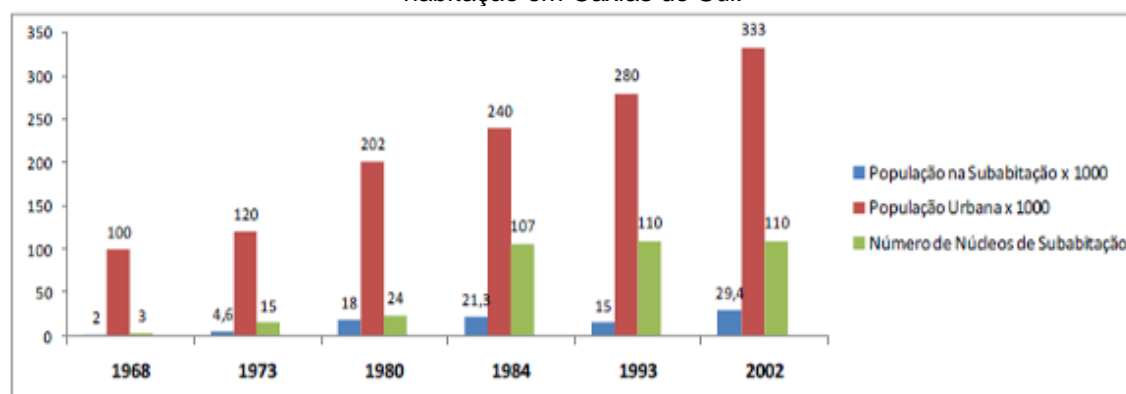
Figura 86 – Vista aérea de Caxias do Sul em 2002.



Fonte: AHM (2002).

Em 2002, Caxias do Sul “[...] apresenta um desempenho na economia influenciada pela crise interna derivada da transição política. É um ano de muitas incertezas de ordem financeira [...]” (HEREDIA, 2007, p. 136). Neste ano a Prefeitura fez um levantamento denominado ‘Hierarquização de Assentamentos Subnormais’, em que, “[...] A Secretaria da Habitação estimou em 3.750 o número de famílias – aproximadamente 29.400 pessoas, e o acréscimo de 20% no número de moradias [...]” (GIAZZON, 2015, p. 83). Portanto, em 2003 foi instituído um Programa de Regularização Fundiária em Caxias do Sul (GIAZZON, 2015, p. 164).

Figura 87 – Evolução da população na sub-habitação, da população urbana e dos núcleos de sub-habitação em Caxias do Sul.



Fonte: Giazzon (2015, p. 83).

Nesse período, o poder público implementou o programa de Revitalização do Centro (figuras 88 e 89), com as seguintes alterações, de acordo com Baldissera (2011, p. 100-1):

[...] dentre diversas propostas, estava definida a execução do projeto para o parque Getúlio Vargas e a revitalização da praça Dante Alighieri. Para o parque foram definidos usos internos com ênfase no lazer esportivo, contemplando quadras poliesportivas, circuitos de caminhadas, ciclovias e áreas para ginástica.

O “Programa de Revitalização do Centro”, lançado pelo Poder Público municipal incluía modificações na praça Dante Alighieri, o que gerou grande polêmica em nível municipal, pois, além das ações propostas, como alterações na arborização e iluminação, reconstrução de sanitários, adequação dos pontos de táxi, implantação de guarda municipal 24 horas, eliminação do estacionamento nas Ruas Sinimbú e Dr. Montaury, alargamento das calçadas da Av. Júlio de Castilhos, também definia a abertura do calçadão, o que, para muitas entidades de classe, não deveria ser realizada, e sim, ampliado, valorizando o uso peatonal no centro urbano.[...]

[...] Dentre as propostas de intervenção na praça, visando à sua revitalização, mesmo que não formalmente disponíveis à população, estava prevista também a desobstrução visual interna do espaço com a retirada da vegetação densa que se desenvolvia desde a definição do traçado final, na década de 30 do séc. passado [...].

Figura 88 – Inauguração do Parque Getúlio Vargas (Parque dos Macaquinhos).



Fonte: Jornal Pioneiro (2002).

Figura 89 – Reinauguração da Praça Dante Alighieri em 2004.



Fonte: Baldissera (2011, p. 102).

Em 2005 deu-se início aos estudos, discussões e processos de elaboração do novo Plano Diretor Municipal com a finalidade de aplicar a Lei Federal 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, à realidade municipal (GIRON, 2010, p. 106). O Plano Diretor foi aprovado em 2007 e sua versão atualizada publicada em 2008, segundo segue em vigor até o momento⁷³.

Ainda em 2008, Caxias do Sul foi nomeada Capital Brasileira da Cultura devido as discussões sobre os valores culturais do município, contribuição da preservação do patrimônio local e reforço da identidade do cidadão (CAXIAS DO SUL, 2008, sp).

O livro tombo do município teve um acréscimo de dez edificações entre os anos de 2008 e 2012: duas edificações pertencentes ao Recreio da Juventude (15/12/2008); Igreja Matriz de Galópolis (01/07/2010); Moinho de Cereais Boca da Serra (01/07/2010); Residência Hercules Galló (01/07/2010); Residência Cesa Valduga (07/12/2010); Capela Beata Virgem Maria da Rocca (20/1/2011); Moinho Nossa Senhora do Carmo (28/11/2011); Antigo Armazém Fachini (19/12/2011), e Antigo Colégio Santa Francisca Xavier Cabrini – Campus 8 – UCS (20/12/2012).

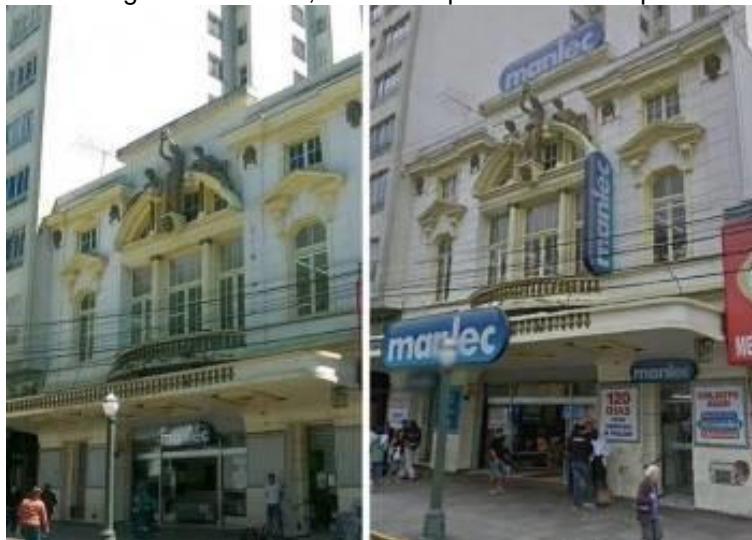
⁷³ A atual gestão teve início em janeiro de 2017 tem planos de revisão para o Plano Diretor Municipal. Ao longo desses dez anos, foram adicionadas leis complementares.

No mês de junho de 2012, a Lei Complementar nº 412, popularmente conhecida como Lei Contra a Poluição Visual, foi aprovada. Ela continha diretrizes do uso de veículos de divulgação e publicidade no município. Teve grande enfoque em como deveriam ser as placas de estabelecimentos comerciais e *outdoors* em edificações. O prazo para regularização foi até abril de 2014. A seguir alguns pontos da legislação⁷⁴ e imagens:

Vale para todo o município de Caxias do Sul, não somente para a área central.

- Para determinar o tamanho permitido para a publicidade, será considerada a largura da testada (largura frontal do imóvel junto ao solo), multiplicada por um índice numérico, diferente para prédios históricos ou não.
- Placas perpendiculares, fora do lote, serão proibidas.
- Fica proibida a colocação de anúncios que: escondam, ainda que parcialmente, a visibilidade de bens tombados; prejudiquem as edificações vizinhas ou de terceiros; utilizem dispositivos luminosos que produzam ofuscamento ou causam insegurança ao trânsito de veículos e pedestres.
- Painéis luminosos (*back-light*) ou iluminados (*front-light*) de face simples, com área de até 30 metros quadrados, deverão ser instalados com distância mínima de 80 metros um do outro.
- Para quem descumprir a lei, a multa será entre 10 e 250 Valores de Referência Municipal (VRMs), ou seja, de R\$ 233,90 a R\$ 5.847,50.
- Estádios de futebol, igrejas, templos, abadias e catedrais podem ter 50% a mais de espaço de anúncio, mas devem obedecer aos demais itens da lei.

Figura 90 – Antigo Cine Central, antes e depois da Lei Complementar 4122.



Fonte: Limpa Caxias (2017).

⁷⁴ Caxias do Sul (2012).

Durante o ano de 2013 um acontecimento envolvendo um patrimônio histórico do município, porém não tombado, mobilizou a sociedade e imprensa. Um caminhão derrubou parte do Pórtico construído em 1913, que pertencia a antiga cantina Luiz Antunes (já citada anteriormente). O ocorrido gerou grande repercussão até que o reparo fosse realizado (FIAMENGHI, 2017, p. 15).

No ano seguinte, Ivan Furlan, presidente da Sociedade de Cultura e Arte Aldo Locatelli, que contribuiu para manter a Igreja de São Pelegrino, foi entrevistado pela rádio Gaúcha e falou da queda nas visitas, que fez com que a loja de souvenir fosse fechada. Segundo Furlan, até 2012 Caxias do Sul recebia até quinze ônibus de turismo, um público entre quinhentos a setecentos visitantes. Ele lamenta que o pico de público foi apenas durante a festa da Uva 2014⁷⁵ e, após o evento, foi registrado apenas um ônibus por semana visitando o local. A secretária de Turismo daquele período, Adriana de Lucena Francisco, também foi procurada para dar seu parecer e em sua fala assumiu a baixa do turismo, mas afirmou que Caxias do Sul tem a maior taxa de ocupação hoteleira da Serra Gaúcha e que é necessário entender que “o turismo é dinâmico” (GAÚCHA, 2014, sp.).

A igreja é reconhecida pela arquitetura e pinturas feitas pelo italiano Aldo Locatelli, considerado pela prefeitura municipal um ponto turístico da cidade, porém não está inscrito no livro tomo. Não foi discutido, porém, que o maior problema de acesso a Igreja foi a mudança da estrutura viária, o que ocasionou o fim do estacionamento de ônibus de turismo no local que tinha habitualmente o acesso definido.

Outro ponto marcante no turismo na localidade está nos indicadores de demanda nacional e na planta turística do município que aponta para uma retração na atividade, principalmente quando associado ao turismo de lazer associado a aspecto cultural. O município não recebe verba federal de incentivo ao Turismo desde o ano de 2013 (FREITAS, 2017).

De 2013 até 2015 mais seis edificações foram inscritas no livro tomo: Antiga Residência Zandomeneghi; Cooperativa Vitivinícola Forqueta; Antiga Residência Cartório Balen; Antiga Cooperativa São Victor Ltda.; Antiga Residência Sanvitto; e

⁷⁵ A Festa da Uva continua acontecendo de dois em dois anos, se tornou uma feira com foco no pólo metal-mecânico, porém, a edição de 2018 pode não ocorrer, uma vez que o atual prefeito não tem se posicionado sobre a organização da festividade (POZZA, 2017).

MAESA-Metalúrgica Abramo Eberle S.A – Fábrica 2⁷⁶. Esta última gerou atenção da imprensa e sociedade. Segundo o Jornal O Pioneiro (2015), após negociações com o Estado do Rio Grande do Sul (que havia recebido o complexo fabril como meio de quitação de dívida) o mesmo doou-o ao município, que realizou o seu tombamento. Atualmente seguem as discussões da ocupação dos 53 mil m².

Em função da aprovação da Lei Complementar 412, em 2012, o designer gráfico Tiago Fiamenghi idealiza o projeto Limpa Caxias com o intuito de “retratar essa transformação e, no momento certo, expor para a sociedade, não apenas a de Caxias do Sul, já que a poluição visual é um problema global” (FIAMENGHI, 2017, p. 12).

A decisão de fazer a evolução histórica antes mesmo do surgimento da Colônia Caxias, depois Caxias, e finalmente Caxias do Sul, ajuda a compreender como as transformações geográficas, espaciais, arquitetônicas, e urbanísticas, da sociedade local e poder público interferiram no patrimônio que hoje é tombado. De igual forma, explica o contexto e justificativas do porque algumas edificações foram salvaguardadas e outras não. Porém, para que as análises possuam todas as partes integrantes, ainda é necessário tecer o restante desse estudo com suas leis, e as entrevistas do banco de memória.

4.2.3 Evolução do código de posturas do município ao plano diretor

O presente capítulo trata da evolução das antigas legislações até o Plano Diretor atual. Abordam-se as leis, códigos de posturas e planos municipais que influenciaram na configuração da malha urbana, nas vias e, principalmente, nas edificações até o ano de 2007, quando se teve a configuração do Plano Diretor atual.

Como já citado, o primeiro plano para a Colônia Caxias era de 1879 e delimitava os lotes. Depois, até 1890, quando o mesmo começou a ser executado, não existiam normas para as construções realizadas, e os registros fotográficos demonstram que algumas casas avançavam sobre o leito carroçável, outras eram locadas no limite da rua, ou mais recuadas.

Para Baldissera, o Código de Posturas elaborado através da Intendência Municipal surgiu como uma forma de ordenar e disciplinar o uso do solo, principalmente na área central da cidade, em que estavam as alterações que eram

⁷⁶ Esta edificação e as demais tombadas citadas nesse capítulo serão retomadas no capítulo da Configuração do Patrimônio Tombado de Caxias do Sul.

[...] reflexo da evolução ocorrida nos setores industrial e comercial, que proporcionaram o crescimento da urbanização com o afluxo populacional proveniente da área rural, forçando a realização de sucessivas ampliações do perímetro urbano [...] (BALDISSERA, 2011, p. 79).

Em 1890 apresentou-se a primeira planta oficial da Colônia (COSTA, 2001, p. 105), e nessa mesma década, no ano de 1893⁷⁷, a primeira lei sobre os lotes e limites descritos no segundo artigo do Código de Posturas do Município:

[...] artigo 1º que o recinto da Villa de Caxias compreende a área de quadras, ruas e praças existentes e projetadas e o artigo 2º os limites urbanos abrangem os lotes com frente na linha limítrofe, ou para estradas gerais, dentro do primitivo destinado para logradouro[...] (MACHADO, 2001, p. 86-87).

Esse mesmo código, segundo Costa (2001, p. 122-23), define parâmetros configurativos e compositivos que ajudam a compreender a constituição das casas e dos edifícios industriais que estavam surgindo:

1) Todas as casas térreas que ficarem no alinhamento terão pelo menos 4 metros de pé-direito. 2) Os sobrados terão 4,00 metros para o andar térreo, 3,80 metros para o primeiro e 3,55 metros para o segundo, e assim por diante na mesma proporção. 3) As soleiras ficarão na altura de 50 centímetros, acima do passeio, e, nas ruas onde não haja calçamento, na altura marcada pela municipalidade. 4) Os degraus fora dos alinhamentos das ruas só serão permitidos em casos especiais, a juízo da Intendência, ou como medida provisória, em ruas que tenham que ser aterradas para o futuro. 5) Não serão permitidas em caso algum, nos edifícios que ficarem no alinhamento, as portas de abrir para fora. 6) Os alinhamentos serão dados pelos planos apresentados. 7) Os prédios que não tiverem de seguir alinhamento das ruas deverão ficar afastados pelo menos 4 metros. 8) As portas e janelas de frente para as ruas e praças serão pelo menos de 2,75 de altura e estas de 1,75, e umas e outras de 1,10 de largura. 9) Levar os canos de escoamentos pelo interior das paredes e por baixo das calçadas. 10) Rebocadas e caiadas dentro de seis meses depois de concluídas as construções. (CAXIAS DO SUL, 1893, p. 2)

Essa mesma legislação já proibia muros ou edificações em ruínas exigindo que esses fossem demolidos, caso contrário o proprietário seria multado, o mesmo aconteceria para lixo ou excesso de mato em frente a fachada, e avanço dessas sobre vias e estradas (salvo em casos especiais). Também previa arborização de ruas, dimensionamento de algumas vias e de estradas (CAXIAS DO SUL, 1893, p. 2-3-4).

⁷⁷ CAXIAS DO SUL. Decreto nº 10, de 5 de mar. de 1893. Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/codigo-de-posturas-do-municipio-de-santa-thereza-de-caxias>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

A lei fazia separações do que era público e privado, como alguns logradouros, fontes e vertentes. Alertava para certas locações de indústrias como as de pólvora, por exemplo.

A legislação de 1893, que já dava as primeiras diretrizes de ordenação da colônia, ficou em vigor até 1920, ano em que um novo código de posturas foi proposto.

Em 1897 teve-se o primeiro edital⁷⁸ de ampliação do sítio urbano, segundo Machado (2001, p. 92) “[...] crescimento da direção oeste da Villa, por onde passava a Estrada Rio Branco, que fazia ligação com São Sebastião do Cai [...]”. E no mesmo ano foram lançados Atos⁷⁹ transcritos pela mesma autora (2001, p. 129-131) de abertura de vias, expansão da área urbana e explicação da nomenclatura das ruas.

[...] abrindo o prolongamento das ruas que seguiam a direção oeste da “Villa”, “Andrade Pinto, Sinimbú, Júlio de Castilhos, Lafayette e Bento Gonçalves, havendo necessidade também de serem prolongadas as Ruas Ernesto Alves e Vinte de Setembro, à vista do considerável desenvolvimento que está tendo esta Villa. Foram demarcados os lotes nas dimensões 22x44 e colocados à venda a preços e condições que somente estavam ao alcance daqueles que tinham maior poder aquisitivo. Foram abertas quatro ruas transversais, deixando espaço para a construção de duas pequenas praças com o objetivo de compensar a destruição da área verde existente. As ruas receberam os nomes de Marechal Floriano Peixoto, Moreira César, Coronel Flores e Feijó Júnior. As praças foram denominadas Campo dos Bugres e 11 de Março” Decreto de 31 de julho de 1897: Art. 1º a primeira que ficou em frente ao edifício do estado, onde funciona o escritório do encarregado da liquidação colonial, na esquina da Rua Dr. Júlio de Castilhos, se denominará Marechal Floriano Peixoto em homenagem à memória do maior vulto americano dos tempos modernos. Art. 2º a segunda rua se denominara Moreira César, em comemoração ao Coronel Antônio Moreira César, comandante do 7º Batalhão de Infantaria, que morreu gloriosamente em defesa da República nos sertões da Bahia. Art. 3º a terceira rua se denominará Coronel Flores, em comemoração ao coronel rio grandense Thomas Thompson Flores, igualmente morto naqueles sertões, na frente do mesmo batalhão, combatendo os fanáticos de Antônio Conselheiro, em defesa da República. Art. 4º A quarta rua se denominará Feijó Júnior, em comemoração ao finado Luis Antônio Feijó Júnior que há 29 anos, vindo estabelecer-se nas proximidades desta Vila, então habitada pelos indígenas, deu uma prova de grande atilamento, sonhando naquele tempo com o brilhante futuro que está destinado a esta localidade. Art. 5º A praça em frente ao barracão em ruína dos imigrantes e entre as ruas Sinimbú e Andrade Pinto, no prolongamento, se denominará Campo dos Bugres, em comemoração ao primitivo nome desta colônia. [...].

⁷⁸ Esse edital ainda não está disponível online do acervo do Arquivo Histórico Municipal. Ele está digitalizado e pode ser acessado nos computadores do Arquivo Histórico Municipal.

⁷⁹ CAXIAS DO SUL (1894-1897). Decretos de 1897 estão disponíveis a partir da página 36 do documento.

Em 1910 teve-se a segunda ampliação dos limites urbanos através do ato 23⁸⁰, de 30 de novembro, descritos ainda por Machado (2001, p. 92), e que “[...] estendia os limites urbanos do lado oeste, a partir da Rua Feijó Junior até encontrar a Estrada Rio Branco, na parte atravessada pela Viação Férrea e adjacências [...]”.

O novo Código Administrativo do Município de Caxias do Sul (CAXIAS DO SUL, 1920), entrou em vigor em 1º de janeiro de 1921. Tal legislação fazia uma revisão da anterior, trazia novas medidas e uma das maiores restrições está no artigo 207 com a proibição de edificações em madeira em alguns setores da cidade “seja para qual fim for na rua principal da cidade” (MACHADO, 2001, p. 88). Nem reformas em madeira eram aceitas na área central. Caso fosse essa a vontade do proprietário, este teria de substituir a edificação por uma em alvenaria (CAXIAS DO SUL, 1920, p. 51-53). Os artigos 209 e 210 (CAXIAS DO SUL, 1920, p. 52) proíbem a construção dos barracões para moradia: “barracões toscos não serão tolerados, seja qual for o pretexto”.

De acordo com Costa (2001, p. 129-30), não se sabe se essa medida foi uma questão de segurança ou por modismo e embelezamento da área central. Outras medidas sobre as edições também foram descritas pela autora (COSTA, 2001, p. 129-130):

[...] índice de ocupação de 2/3 da superfície total do terreno e ainda introduz os conceitos de afastamento frontal – 4 m para prédios que não tiverem de seguir os alinhamentos das ruas; afastamento lateral – 1,5 m para edifícios que tiverem aberturas laterais; e afastamento de esquina – terceira face de 2,0 m, evitando arestas vivas.

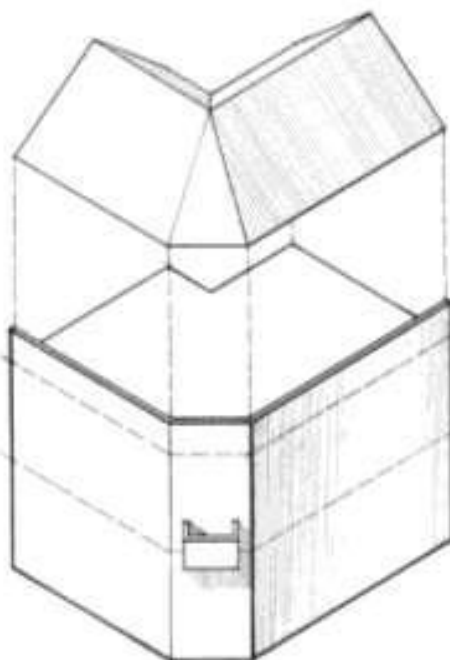
[...] pé-direito de 4, 3,8 e 3,5 m respectivamente nos primeiros, segundos e demais pavimentos e pé-direito de 2,5 e 3,6 m respectivamente nos porões habitáveis e porões e sótãos compartimentados. Sobre essa volumetria, o código não permitia mais os beirais dos telhados sobre o logradouro público e regulamentava a situação das sacadas e dos balcões – balanço inferior a 80 cm e altura superior a 2,5 m sobre o logradouro público. Ainda são estabelecidos alguns parâmetros de habitabilidade: necessidade de aeração e iluminação direta em todos os ambientes, inclusive nas circulações de comprimento superior a 15 m; dimensionamento mínimo dos ambientes em 8 m², com exceção de latrinas, banheiros, despensas e passagens que poderiam ter no mínimo 3 m²; permissão, em lotes de declive muito acentuado, para ocupar o subsolo como depósitos, adegas, latrinas, banheiros, despensas, cozinhas, refeitórios e cômodos similares, desde que iluminados e arejados diretamente; obrigatoriedade de execução de contrapiso em concreto de 8 cm, tanto nas edificações em alvenaria novas, como nas já existentes, principalmente naquelas destinadas ao comércio, a fábricas ou a depósitos alimentícios. Para os estabelecimentos industriais, o

⁸⁰ Este ato ainda não está disponível online do acervo do Arquivo Histórico Municipal. Ele está digitalizado e pode ser acessado nos computadores do Arquivo Histórico Municipal.

código obrigava também a definição do esgoto das águas e proibia a instalação de tubos de escapamento de vapor ou fumo nas paredes voltadas para logradouros públicos, definindo que a altura das chaminés deveria ser superior à dos prédios vizinhos.[...].

[...] proibi também o uso da madeira nos elementos estruturantes das edificações devendo “ser empregadas colunas de material incombustível com devidas condições de resistência” e, ao proibir, no art. 195, a construção de paredes mestras com a espessura de 15 cm, excetuando-se os edifícios tipo “*chalet*” [...].

Figura 91 – Esquema volumétrico resultante das imposições legais do Código de Posturas de 1920.



Fonte: Costa (2011, p. 130).

Em concordância com Baldissera (2011, p. 80-2), nota-se mais determinações da mesma legislação como a “[...] identificação dos sistemas de coleta de esgoto individuais, alteração na largura das vias, definição da pavimentação de passeios públicos, de índices de ocupação do solo urbano, de recuos e afastamentos [...]”, bem como modificações das edificações que deixavam claro o intuito do Poder Público em transformar e elitizar o centro urbano, substituindo gradativamente as edificações do início da colonização e exigindo que os projetos fossem de autoria de profissionais legalmente habilitados.

Em 1925, no dia 15 de maio, por meio do ato 21, teve-se uma nova confrontação do perímetro urbano no sentido norte-sul e leste, invadindo lotes rurais com intuito de ampliar os limites da localidade. Em 1927, o Ato 61 criou um pequeno

espaço na área sudoeste para o quartel militar e, em 1929, o Ato 33⁸¹ expandiu-se para uma nova área no sentido norte (MACHADO, 2001, p. 92).

Em 1927⁸², no dia 16 de fevereiro, foi promulgado o Novo Código de Posturas. Na nova legislação, as restrições às edificações continuam e ratifica-se a proibição da madeira em construções na área central, de acordo com a figura 92.

Figura 92 – Delimitação da área em que eram proibidas as construções e a reforma de edificações em madeira sobre o perímetro urbano da época.



Fonte: Baldissera (2011, p. 82).

O código de 1927 trata das edificações. São sete páginas com novas leis e reafirmações das antigas como as questões de iluminação direta, alturas das edificações e pé direito mínimo, limites e testadas perante a via, portas que abriam para fora diretamente em cima da via também não seriam mais permitidas. Da parte urbana, aborda-se como deveriam ser os passeios nas vias centrais e nas que ainda não tinham definições, além de conter editais de licença para edificar e a inserção de novas quadras da proibição de edificações em madeira.

[...] De ordem do Dr. Celeste Gobato, Intendente Municipal, faço público que ficam proibidas construções de casas de madeira nas seguintes ruas: Dr. Montauray, desde a Pinheiro Machado até Bento Gonçalves; Visconde de Pelotas idem supra, Bento Gonçalves entre Visconde de Pelotas e Dr. Montauray; em qualquer das faces das referidas ruas. Caxias do Sul, 6 de agosto de 1927. Napoleão Ferraro. Diretor Interino [...] (CAXIAS DO SUL, 1927)⁸³

⁸¹ Os atos desse paragrafo estão disponíveis no acervo físico do AHM.

⁸² Caxias do Sul, 1927.

⁸³ O documento não contém páginas, mas o visualizador do arquivo aponta para a página 10-1.

Na voz de Machado (2001, p. 92-3), o padrão hegemônico das construções fazia a divisão entre “o grupo dominante e o cidadão comum, definindo os espaços que deveriam ser ocupados por eles e os locais mais simples das classes subalternas”. Assim, a centralidade se oferecia a elite com melhores condições de infraestrutura, comércio, serviços, lazer e habitação.

No ano de 1937 teve-se a legislação federal relativa às cantinas, que influenciou os parâmetros construtivos. Costa (2001, p. 142) as descreve no artigo e considera a lei rígida para esse tipo de edificação:

Art. 66. § 1º – As cantinas deverão ser construídas em alvenaria e terão: a) paredes de espessura mínima de 30 cm; b) pé-direito mínimo de 5 m; c) piso revestido de camada lisa, impermeável e resistente, com inclinação para escoamento das águas de lavagem; d) paredes lisas e caiadas; e) iluminação e ventilação necessárias, de acordo com as exigências enotécnicas indicadas; f) secção de fermentação separada da de conservação, podendo esta ser subterrânea. § 3º – As seções ou depósitos de engarrafamento deverão ser instalados em locais ou compartimentos próprios, que terão: a) pé-direito mínimo de 4 m; b) área mínima de 25 m², que deverão guardar a relação de 4x5 entre as paredes, quando uma destas for menor; c) piso revestido de ladrilhos minerais, prensados, com inclinação suficiente para as águas de lavagem; d) paredes revestidas, até 2 m de altura, de ladrilhos brancos, vidrados, ou material congênere eficiente e daí para cima, até o forro, pintadas com tinta a óleo, ou outra similar que resista a fácil lavagem; e) aparelhamento mecânico para lavagem, limpeza, enchimento e fechamento de garrafas.

No ano seguinte, em 1938, tem-se um novo Código de Posturas referentes às construções na zona urbana e rural, com indicativos de saneamento tanto de caráter residencial quanto coletivo e especial, águas pluviais e resíduos de habitação. Dava indicação de traços de concreto, argamassa das construções, assentamento das pedras, iluminação e ventilação, alturas de peitoris, impermeabilização das casas, além de alturas para pé direito, utilização de materiais que não conduzissem calor no piso, dimensionamento de dormitórios, saídas de esgoto, nivelamento dos terrenos para não estagnação de água, entre outras regularizações. Este Código ainda não está disponível para consulta digital do Arquivo Histórico Municipal, apenas em meio físico. A seguir tem-se um pequeno trecho transcrito do documento.

[...] Art. 152 – Serão prescritos os seguintes pés direitos mínimos: a) na Zona urbana, 2,80 metros para as habitações e 4 metros e 3m,50 respectivamente par ao primeiro e os demais pavimentos dos estabelecimentos comerciais e industriais; b) na zona suburbana, 3m, 50 para os estabelecimentos comerciais e industriais e 3 metros para as habitações;

c) na zona rural, 3 metros para os estabelecimentos e industriais e 2m,50 para as habitações.

§ 1º – Nos banheiros e latrinas, será permitido o pé direito mínimo de 2 metros e na zona rural 2 de 2m,30 nas demais.

§ 2º – Será de 2m,50 o pé direito mínimo para as sobrelojas que não poderão, neste caso, ser utilizadas de dormitório. [...] (Decreto nº 7481, 1938, sp.)

No mesmo ano, houve a maior ampliação de área conforme Machado (2001, p. 93), por meio do ato 40, “[...] aumentando os limites espaciais, especialmente na zona norte, onde estava se dando maior concentração populacional, como resultado da saída do homem do meio rural”.

De 1947 até o final da década de 1970 (MACHADO, 2001, p. 92-113) surgiram leis regulamentando loteamentos, e dando origem a bairros residenciais com diretrizes de forma de aquisição dos lotes, como neste exemplo:

Art. 2º – Os lotes resultantes dessa divisão só poderão ser vendidos aos operários que exerçam sua atividade na cidade de Caxias do Sul e não possuam outras propriedades. § 1º – O preço máximo de venda de cada lote será de cr\$ 2.000.00. § 2º – É facultado ao adquirente o pagamento em prestações. Art. 3º – O adquirente poderá adquirir somente um lote para nele construir sua moradia. Art. 3º – O adquirente só poderá vender a propriedade adquirida de conformidade com esta lei, a outro operário que preencha os requisitos constantes do art. 2º (CAXIAS DO SUL, 1948b).

A lei número 27⁸⁴ de 1948, instruía sobre novas construções e reformas na área central, como nas vias do entorno imediato da Praça Dante Alighieri, e também, algumas outras vias como a Rua Pinheiro Machado, a Feijó Junior e Visconde de Pelotas⁸⁵. Machado (2001, p. 112) transcreve as principais mudanças:

[...] delimitando o número mínimo de pavimentos a serem construídos, conforme as zonas e áreas de concentração dos mesmos. Na zona mais central da cidade, composta pelas ruas e avenidas fronteiras à Praça Dante Alighieri e adjacências, os prédios deveriam ter no mínimo três pavimentos, sendo o rés do chão e mais dois pisos superiores, com altura mínima de 12 metros. O número de pavimentos diminuía à medida que se afastava do centro da cidade. Continuava, dessa forma, o incentivo à verticalização da zona principal, conforme já vinha ocorrendo anteriormente.

[...] O artigo 5º da mesma Lei ainda permitia a construção de edificações de madeira, desde que fossem observadas determinadas características, como o afastamento da divisa com o terreno do vizinho, no mínimo de 1,50, o telhado mínimo de três águas e um recuo de quatro metros de alinhamento da rua, em noas mais afastadas, próximas à área urbana. Regulamentava

⁸⁴ Disponível no mesmo acervo citado acima: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=18568&p=1&Miniatura=false&Texto=false>>. Acesso em: 20 jun 2017.

⁸⁵ Em anexo encontra-se mapa com as vias da malha central.

também os passeios nos trechos mais centrais que, “obrigatoriamente deverão ser construídos por mosaicos, do tipo aprovado pela Prefeitura, condição exigível, também, nos casos de modificações ou reformas de prédios atuais [...]” (MACHADO, 2001, p. 13).

Nesse mesmo ano, leis registram oficialmente alguns bairros de Caxias do Sul: Santa Catarina (Lei 19 de 27/01/1948); Medianeira (Lei 32 de 16/3/1948); Rio Branco (Lei 50 de 23/04/1948); e São Pelegrino⁸⁶ (Lei 91 de 17/11/1948). Até então não havia regulamentação pelo poder municipal.

No final da década de 1940 outras leis regulamentavam certos serviços como horário e serviços das feiras livres (Lei 71/ 1948), serviço de remoção de lixo urbano (Lei 79/1948) e pavimentação das ruas do município (CAXIAS DO SUL, 1972).

Ainda nessa década, mais especificamente em 1948, tem-se a lei 27 em que “são criadas cinco zonas, sendo que, na central, o mínimo era de três pavimentos e só eram aceitas construções de madeira na quinta zona, desde que com afastamento frontal de 4 metros e laterais de 1,5 metros” (GIRON; NASCIMENTO, p. 80).

Em 1950, a Lei 304 estimulava a verticalização e visava “o embelezamento da cidade”. Surgiu, no entanto e pela primeira vez, a preocupação em criar uma política de ocupação de solo urbano. Para Machado, as leis do final da década de 1940 e início de 1950 comprometeram a paisagem de Caxias do Sul. Também iniciaram os estudos para a elaboração do primeiro Plano Diretor Municipal (CAXIAS DO SUL, 1950).

Em 1951 é deliberado o novo Código de Posturas do Município através da Lei nº 370, de 26 de setembro (CAXIAS DO SUL, 1951). Nas justificativas nota-se que o último código tinha mais de 30 anos e que a cidade não comportava mais aqueles parâmetros, pois proíbe a locação de “indústrias na zona comercial ou em bairro residencial, exceto quando não prejudique de modo algum a atividade do comércio ou tranquilidade pública”. Da mesma forma, obrigava a construção de chaminés (capítulo 2, sp.); normativas para publicidade com cores, com proporções que não prejudicassem as fachadas ou desconfigurassem as linhas arquitetônicas dos edifícios (capítulo 3, sp.); além de outras ordenações para vias públicas, cemitérios, e animais soltos na via pública.

⁸⁶ A estação férrea, fez com que uma nova área da Villa fosse urbanizada, essa recebeu o nome de São Pelegrino, cuja denominação se deu com a construção de uma capela simples, de madeira, dedicada a São Pelegrino, pela devoção trazida da Itália pelos imigrantes (MACHADO, 2001, p. 134).

A Lei 470 (CAXIAS DO SUL, 1952), de 21 de outubro, permitiu a abertura de ruas, regularizando alguns loteamentos e adequações para os existentes e também estabeleceu, como já transcrito por Giron; Nascimento (2010, p. 76-7):

[...] hierarquia e largura das ruas, pavimentações, áreas públicas⁸⁷ e infraestrutura. Essa lei incorpora sugestões realizadas pela equipe do Plano Diretor, como a continuidade de ruas, reserva de áreas para escolas, praças e outros equipamentos públicos, e a possibilidade de reservar áreas em propriedades contíguas, para futuras incorporações destinadas ao mesmo fim [...]

[...] A Lei faz exigências diferenciadas para regularizar loteamentos em áreas urbanas e rurais. Em zona rural exige lotes maiores e a obrigação dos proprietários de projetarem e executarem os próprios projetos urbanísticos e os trabalhos de abastecimento de água e energia elétrica [...]

Para os autores, as exigências tinham o intuito de desestimular os empreendimentos excessivamente afastados da cidade, pois a infraestrutura urbana ainda não conseguia chegar aos locais mais remotos do município, pois “[...] Entre os critérios para extensão prioritária desses serviços, no artigo 11 constam os sociais: “2º – aos que, além das condições de venda a prazo ou a prestações, se proponham, também, ao financiamento de construções do tipo popular”. 5º – aos que se proponham vender à prazo ou a prestações [...]”

Os estudos do Plano Diretor seguiram e, em 1953 foi encomendado por intermédio do prefeito Euclides Triches aos urbanistas Edvaldo Paiva e Francisco Macedo (ganhadores do concurso público aberto em 1949), com objetivo de controlar a expansão caótica por meio de zoneamentos (COSTA, 2001, p. 115). O mesmo foi analisado até 1955, onde próximo do término da legislatura foi devolvido ao Executivo. Conforme Giron; Nascimento (2010, p. 79), “[...] das propostas do Plano Diretor vão restar o Parque Getúlio Vargas e os Pavilhões da Festa da Uva [...]” (atual prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

Em dezembro de 1957 surgiu mais uma regulamentação para edificações por meio da Lei 810⁸⁸ (reforma da Lei 27 de 1948), onde fixam-se áreas do entorno da Praça Dante Alighieri e do centro, determinando a obrigatoriedade de edificações em

⁸⁷ Áreas públicas para lazer e equipamentos institucionais só aparecem na legislação federal (Lei 6766 de 1979) (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 77).

⁸⁸ Disponível no acervo digital da Câmara de Vereadores, através do link: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=14303&p=1&Miniatura=false&Texto=false>>. Acesso em: 20 jun 2017.

alvenaria, liberando algumas edificações em madeira e determinando algumas alturas mínimas para os edifícios.

Art. 1º- Somente serão permitidos edificações de alvenaria de, no mínimo, três (3) pavimentos (rés do chão e dois pavimentos superiores), com doze (12) metros de altura mínima, dentro do perímetro a seguir delimitado: da esquina da Avenida Júlio de Castilhos com a rua Borges de Medeiros, até a esquina da mesma avenida com a rua Visconde de Pelotas, até encontrar a rua Sinimbú; deste ponto, pela rua Sinimbú até encontrar a rua Borges de Medeiros; por esta, até encontrar o ponto de partida, na esquina da Avenida Júlio de Castilhos.

[...] Art. 2ª- Somente serão permitidas edificações de alvenaria de, no mínimo, dois (2) pavimentos (rés do chão e dois pavimentos superiores), com altura mínima de oito (8) metros, na zona a seguir delimitada: partindo da esquina da rua Os 18 do Forte com a rua Alfredo Chaves [...], Rua Pinheiro Machado, até o cruzamento com a rua Marechal Floriano [...]. Nas mesmas condições somente serão permitidas construções em Alvenaria na Avenida Júlio de Castilhos, nos seguintes trechos [...]: a partir da esquina da rua Visconde de Pelotas até encontrar o cruzamento da Rua Feijó Junior; e a partir do cruzamento da rua Borges de Medeiros, até encontrar o cruzamento da rua Treze de Maio.

A lei permitia construções em madeira para fins residenciais fora do perímetro central, na terceira zona (hoje bairro de Nossa Senhora de Lourdes e um trecho do bairro Cruzeiro, Panazzolo e São Pelegrino) desde que tivesse afastamento de dois metros do terreno vizinho, telhado de no mínimo 3 águas e que na frente da casa tivesse um vestíbulo externo coberto, janelas frontais com no mínimo 1,20x 1,50 metros com grades, venezianas ou gelosias, chaminés em alvenaria. Além disso, as casas com afastamento do alinhamento da rua precisavam ter jardim. Também permitia-se construções nos fundos do lote.

Por meio da Lei nº 911 (CAXIAS DO SUL, 1959), teve-se um novo Código de Posturas do Município. Em suas primeiras páginas já previa multa para casos de danificação de bens públicos (p. 4); bem como, ditava como deveria ser arruamentos, calçadas, arborização, fiação elétrica (p. 5); fixava normativa para que tivesse dois ascensores nos edifícios comerciais e residenciais, a partir de 10 pavimentos (p. 11); prescrevia obrigações para diversos estabelecimentos exemplo: bares, boates, casas de espetáculo, cafés restaurantes, mercados, barbearia, hotéis, pensões etc. (em todos os casos se frisava muito a limpeza dos locais e preocupação com a remoção do lixo); e sugeria que os próximos códigos fossem realmente revisados de cinco em cinco anos.

Em 1962, apresentou-se a Lei 1171, referente a parcelamento do solo. Na lei anterior (Lei 470 de 1962), não foram atendidas as determinações sobre as

pavimentações, recaindo os custos à prefeitura. Esta lei segue a linha da anterior, e como nova proposta, define a reserva de áreas verdes em proporções de 10% na zona urbana e 15% na zona suburbana e rural (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 80).

A lei 1387, de 1962⁸⁹, regulava as construções da cidade (Lei 810, sp), fixando alturas dos prédios, que poderiam variar entre 3, 7 e 10 metros “rés-do-chão” (p. 2); permitia construções de um piso só na área central, desde que fossem com fins residenciais em alvenaria e com características arquitetônicas que contribuíssem para o embelezamento da cidade (p. 2); permitia construções em madeira desde que estivessem fora da delimitação da área central, contanto que fossem para uso residencial, respeitando afastamento de 2 metros da divisa dos terrenos vizinhos, salvo locais com dificuldades topográficas, e 4 metros de afastamento frontal (p. 3); também dava as diretrizes do entorno da Praça Dante que se chamava Praça Rui Barbosa:

A) Dê-se ao artigo 1º do projeto a seguinte redação:

Art. 1º- Dentro do perímetro a seguir delimitado, somente serão permitidas edificações de alvenaria de, no mínimo, seis (6) pavimentos (rés-do-chão e cinco pisos superiores): Avenida Júlio de Castilhos, trecho compreendido entre as Ruas Alfredo Chaves e Garibaldi, e ao redor da Praça Ruy Barbosa.

A lei citada, mais especificamente na Exposição de Motivos, anexa ao Processo Legislativo IV/64, manifestava a vontade do prefeito Hermes Weber de que a legislação sobre a matéria deveria ser revisada para acompanhar o grande volume de construções na cidade, que alcançava um “ritmo verdadeiramente vertiginoso”. A questão precisava ganhar “novas dimensões” e adequar-se às novas tendências arquitetônicas de beleza e estética, “caso contrário, que ficaria ofuscada”. Em agosto de 1964, foi aprovada a Lei 4380, que criou o BNH; o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), e o Fundo de Financiamento de Planejamento Local Integrado (GIRON, NASCIMENTO, 2010, p. 81-5).

Alguns anos depois, em fevereiro de 1970, a prefeitura municipal contratou a Urbasul – Equipe de Urbanismo Ltda., para realizar “o estudo preliminar dos problemas do desenvolvimento local”, com o intuito de criar um novo plano para a localidade. Em março de 1971, apresenta-se o Plano Diretor. Os autores de a Caxias

⁸⁹ Esta lei visava modificar a lei 810 de 1957. Disponível no acervo da Câmara de Vereadores.

Centenária relatam como foi a apresentação do plano (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 85):

Na apresentação do Plano de Ação Imediata, a equipe da Urbasul salienta que o Plano Diretor está destinado a fazer frente aos problemas espaciais do desenvolvimento urbano, e que os demais aspectos do desenvolvimento local integrado deverão ter um processo próprio em outras fases do planejamento.

No ano de 1971 tem-se mais uma lei de parcelamento do solo: “Consolida Leis Municipais que disciplina loteamentos, arruamentos, venda e disposição de lotes urbanos e dá outras providências” (Lei 1925, 1971, sp). A justificativa da necessidade se devia ao “surto de progresso e desenvolvimento” da cidade.

Em termos gerais, a nova lei segue a matiz das suas antecessoras, Leis 470/52 e 1171/62. Ratifica a tendência de quadras de ângulos retos e do empreendimento do tipo arruamento. Em relação à lei de 1962, reduz a proporção da área verde de 15% para 10%; aumenta as larguras das vias com atributos paisagísticos – avenidas e vias principais de 44 metros e 22 metros, com canteiros centrais arborizados e ruas secundárias de 18 metros de largura (GIRON, NASCIMENTO, 2010, p. 85).

O artigo 29 determina que “nenhum edifício poderá ser construído com altura maior do que uma vez e meia a largura da rua fronteira”; o § 1º. “a maior altura só será possível mediante recuo [...] acrescido à largura da rua” e o §3º. “os prédios localizados com frente para as praças poderão crescer [...] cinquenta por cento [...]”. Por essa regra, a altura dos edifícios para as ruas com 22 metros de largura (no quadrilátero limitado pelas ruas Feijó Júnior, Ernesto Alves, Angelina Michelin e Os Dezoito do Forte) alcança 33 metros ou 11 pavimentos. Para os lotes com frente para as praças, aproximadamente 17 metros (GIRON, NASCIMENTO, 2010, p. 86).

Essa foi a última legislação específica referente a edificações e como estas deveriam ser construídas. A partir disso, as normativas apareceram nos Planos Diretores (GIRON, NASCIMENTO, 2010, p. 86).

Por meio da Lei 2.087, de 27 de janeiro de 1972, promulgou-se o Plano Diretor, elaborado por uma junta de urbanistas, economistas, sociólogos, geógrafos, técnicos em administração, engenheiros e agrônomos. Porém, em 1973, por meio da Lei 2121, o Plano Diretor foi atualizado.

Lei 2121, de 21 de setembro de 1973 – Plano Diretor. Em 1973, a nova administração municipal encaminha à Câmara Municipal um projeto que reavalia as leis 2087, 1387 e o Código de Obras do Município, 1144. A Exposição de Motivos, encaminhada pelo Executivo, contextualiza o crescimento da cidade e seu desenvolvimento industrial, assim como o surto de urbanização e falta de capacidade de investimento em infraestrutura, que levam ao “crescimento desordenado e o surgimento de favelas no centro e na periferia”. A nova lei insere ajustes urbanísticos pouco relevantes, exceto

a obrigatoriedade do afastamento frontal de quatro metros para todas as zonas, excluída a área central. A motivação para alterar o Plano Diretor de 1972 está nos índices de construção, IA⁹⁰, que definem os quantitativos para área central da cidade. Em correspondência assinada pelo urbanista Roberto Veronese, da Urbasul, ao prefeito municipal, datada de 3 de julho de 1973, e anexa ao Processo Legislativo da lei 2121, são comentados os problemas que aconteceram em Porto Alegre com o adensamento da área central e com o aumento de veículos de transporte individual. Cita a tendência, nas cidades de crescimento rápido, como Caxias do Sul, de extrema concentração de edificações nas áreas centrais e de uma distribuição rarefeita na periferia (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 89).

Passados seis anos, um novo Plano Diretor veio à tona por meio da Lei 2516 (CAXIAS DO SUL, 1979), posterior a lei 2509, e que tratava da expansão urbana, além de trazer um projeto para que o município saísse do estrangulamento físico. Este Plano manteve as diretrizes básicas elaboradas em 1973. No entanto, os temas centrais da proposta eram zoneamento de uso do solo, sistema viário principal, parâmetros de edificação e áreas livres (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 94). Com relação ao zoneamento, dividia o município em 10 zonas por ordem alfabética (Lei 2516, 1979, p. 03).

Pela nova lei, a área central segue com maior capacidade de construção. Os prédios residenciais coletivos podem ser 2,6 vezes maiores que a mesma função na área contígua ao centro. Por iniciativa da Câmara, a altura máxima das edificações é fixada em oito pavimentos, com objetivo de aumentar a segurança contra incêndios. São exigidas vagas de estacionamento para edifícios com grande número de usuários e especifica a categoria de edifícios-garagem (GIRON; NASCIMENTO, 2010 p. 94).

Também fixava diretrizes de preservação para áreas verdes (GIRON, NASCIMENTO, 2010, p. 94); no sistema viário indicava afastamento frontal (AF) obrigatório para áreas urbanas; previa aproveitamento de estruturas já existentes do plano de 1972 (LEI 2516, 1979, p. 10-1); e aproveitava as áreas verdes indicadas no plano anterior (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 94-5).

Ainda naquele ano, o perímetro do solo urbano foi instituído pelo Decreto 4536, de 13 de dezembro, anexando à Sede Municipal os distritos de Forqueta, Desvio Rizzo, Galópolis e Ana Rech, e fazendo que com se tornasse um perímetro único do município, ou seja, sem divisões (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 94-5).

⁹⁰ IA: índice de aproveitamento.

Esse plano permaneceu em vigor até 1996, quando um novo Plano Físico Urbano foi elaborado.

Em 1990 o prefeito Mansueto de Castro Serafini Filho aceitou rever o Plano. Segundo a Secretaria do Urbanismo (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 99) os estudos e discussões se estenderam até 1996. Continham as seguintes propostas:

1- descentralização urbana, reduzindo a hegemonia da área central e incentivando centros emergentes; 2 – organização do espaço urbano segundo diretrizes de escalonamento dos equipamentos e atividades; 3 – estabelecimento de usos compatíveis com o meio físico natural; 4 - diagnóstico das áreas de uso especial (residências puras, voltadas ao turismo ou à preservação do patrimônio criado); 5 – definição de densidades compatíveis com a infraestrutura e preservação de qualidade de vida; 6 – levantamento dos espaços públicos destinados ao lazer e diagnosticar necessidades; 7 – preservação do patrimônio natural criado, e planejamento voltado à criação de uma paisagem natural característica [...]

[...] No artigo 3º da lei está indicado seu objetivo precípua: “O PFU tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida, propiciando desenvolvimento econômico e social, através das seguintes premissas:” I – equilíbrio entre o meio físico natural e a ocupação urbana; II – harmonização entre as diferentes atividades urbanas.

Entre as alterações conceituais aprovadas na nova Lei Complementar temos: I- Definição do Espaço Urbano – eliminação da expansão urbana e dimensionamento do mesmo, que considera a ocupação existente, a demanda de crescimento, a necessidade de densificar e dimensionar infraestrutura e os equipamentos urbanos e otimizar seu uso. O espaço urbano passa a 13.500ha. Conceitua espaço urbano e rural em função das atividades, dos equipamentos e da infraestrutura próprios de cada ambiente, diferentes e complementares;

II – Zoneamento de uso de solo – considera as estruturas construídas, o ambiente natural e as necessidades de conjunto urbano. Organiza quatro zonas, racionaliza atividades, cria diretrizes urbanas específicas, coincide os limites do zoneamento e da cidade com elementos físicos visíveis;

III – Descentralização urbana e escalonamento – define centros regionais e divide a cidade em unidades de planejamento e administração, com base no princípio do escalonamento urbano;

IV – Patrimônio histórico, cultural e paisagístico – cria mecanismos legais para proteção e incentivo a preservação do patrimônio físico, como transferência do direito de construir e incentivos para financiar sua manutenção;

V – Edificação – organização dos espaços visando a densidades populacionais e de construções adequadas a cada zona de uso;

VI – Estrutura viária – hierarquiza e completa a estrutura principal, considera as funções e o sistema radial, o perimetral urbano, o anel rodoviário e a adequação urbana e regional. (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 100-102).

Entre 2000 até 2007 algumas leis tiveram alterações e novas foram inseridas como leis de Uso do Solo e Zona de Águas (GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 102-6). O Plano Físico aprovado em 1996 seguiu em vigor até o ano de 2007, quando foi revogado devido ao novo Plano Diretor Municipal.

4.3 ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR EM CAXIAS DO SUL

O patrimônio cultural e o turismo em Caxias do Sul tiveram um grande avanço com o projeto 'VICTUR- Valorização do Turismo Integrado à Identidade Cultural dos Territórios'. O projeto é fruto do Programa URB-AL desenvolvido e financiado pela União Europeia de outubro de 2004 a junho de 2007. Os estudos foram realizados pelos seguintes órgãos: a parte institucional política coube à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul e a elaboração técnica, à Universidade de Caxias do Sul. Por meio de um amplo inventário realizado no município foram diagnosticadas e apresentadas proposições diversas (TONUS, 2007; CAXIAS DO SUL, 2007).

O URB-AL faz parte do programa de desenvolvimento e cooperação Internacional da União Europeia. Busca a construção de parcerias para mudanças nos países em desenvolvimento, luta contra a exclusão social e territorial. Tem como objetivo principal "elaborar, intercambiar e valorar metodologias, indicadores e instrumentos de análises e monitoramento do impacto dos orçamentos participativos, entre outras práticas afins, posiciona-se contra a exclusão social e territorial dos grupos mais desfavorecidos nas cidades". Há uma cooperação entre o governo local europeu, o latino americano e a municipalidade de Veneza-Itália. Este projeto, de tipo B (contextos, estudos e intercâmbio de experiência), foi constituído para tratar do tema "Presupuesto Participativo y Finanzas Locales" (BOSSANO, 2005, [sp]).

Os estudo de caso dos processos de inclusão social ocorreram em 9 cidades: Veneza (Itália), Córdoba (Espanha), Bobigny (França), Cuenca (Equador), Santo André e Caxias do Sul (Brasil), Pasto (Colombia), El Alto (Bolívia), Ilo (Peru). Ao longo do processo mais 11 casos-cidades foram adicionados de acordo com o Guia Metodológico para os Sócios e Participantes do Projeto (2005). Ainda, de acordo com Tonus (2007), Bento Gonçalves, Flores da Cunha, a Associação de Turismo, e a Estrada do Imigrante, também faziam parte desta rede.

No que diz respeito ao Guia Metodológico – URBAL, o comitê técnico que o elaborou questionários (tabelas) com a intenção de analisar os planos e práticas que as localidades realizavam sobre o tema exclusão social e territorial, participação cidadã e as expectativas sobre o projeto. Respondida a primeira etapa, passou-se para a seguinte, em que foram adicionadas mais tabelas, dirigidas aos municípios que não contavam com propostas participativas, mas que haviam desenvolvido outras práticas de gestão. As tabelas tinham destinatários específicos em que eram

transcritos apenas o que dizia na tabela B (tabela em que Caxias do Sul precisou completar):

TABELA B. Esta tabela contém perguntas específicas sobre o orçamento participativo e sua relação com a exclusão social. Portanto, isso só levou a municípios que já têm o orçamento participativo (tanto na fase experimental, e fase de implementação) (BOSSANO, 2005, [sp]).

O projeto B, do período de 2004 até 2007 do URB-AL, levou o nome de Victur e teve como objetivo:

[...] desenvolver relações de parceria direta e duradoura entre as entidades europeias e latino-americanas promovendo a capacitação, a aquisição e a aplicação de conhecimentos em intervenções no patrimônio histórico e sua relação com o turismo e o território. A rede do projeto comum formado por Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Associação de Turismo Estrada do Imigrante, Províncias de Peruggia, Trento, Treviso e Veneza na Itália, Municipalidad de Casablanca, Chile, Intendência de Montevideu no Uruguai e Vilafranca Del Penedés na Espanha, tem como objetivo a realização de ações para incrementar a capacidade de gestão e a qualidade das comunidades locais, principalmente no planejamento e no monitoramento das ações ligadas ao turismo, à cultura e ao território (TONUS, 2007).

Durante os três anos do projeto ocorreram três encontros: Encontro de Abertura em 2004, na cidade de Caxias do Sul; Encontro Intermediário em Casa Blanca – Chile; e Encontro de Encerramento, novamente em Caxias do Sul. Nos encontros eram apresentados os estudos e resultados alcançados que viraram relatórios de prestação de contas. O VICTUR também promoveu intercâmbio entre os parceiros como forma de junção de esforços, e melhor contribuição possível para que as metas fossem atingidas (TONUS, 2007).

Seguem os resultados apresentados pelo município de Caxias do Sul no encontro de Encerramento nos dias 4 e 5 de junho de 2007:

[...] **Planificação e Tutela Territorial:** O trabalho desenvolveu-se sob três focos principais: 1) A cultura no direito urbanístico, com palestra ministrada pela Dr^a Clarissa Cortes Fernandes Bohrer (Procuradora do Município de Porto Alegre); 2) Paisagens notáveis do município de Caxias do Sul, com palestra da Arq.^a Sandra Barella e palestra da Eng^a Margarete Bender (Coordenadora da elaboração do Plano Diretor Municipal/Seplam) sobre a planificação territorial no município de Caxias do Sul: a instituição das zonas de interesse turístico – Zits e o projeto-piloto do Roteiro Turístico Estrada do Imigrante; [...]

A denominação de origem dos produtos dos roteiros turísticos foi objeto de palestra do Sebrae, que realizou estudo previsto no Victur, com supervisão da Secretaria Municipal da Agricultura de Caxias do Sul. Foram estudados o

queijo serrano, vinhos de mesa, suco de uva, graspa e embutidos. Registre-se que o estudo identificou o queijo serrano, produzido no Roteiro Turístico Criúva, com pleno potencial de enquadramento nas normas internacionais de indicação geográfica [...]

O Inventário do Patrimônio Histórico Rural de Caxias do Sul, foi realizado pela Universidade de Caxias do Sul através do Ecirs, com supervisão da Diretoria do Museu e Arquivo Histórico da Secretaria Municipal da Cultura de Caxias do Sul. Duas equipes de trabalho inventariaram o patrimônio material e o patrimônio imaterial da zona rural de Caxias do Sul. As apresentações no Encontro focaram as linhas principais das constatações, apontando para um cruzamento de influências e uma mistura cultural situada nas zonas limítrofes entre as colonizações lusa, alemã e italiana, que circundam o território do Município de Caxias do Sul. [...]

Digitalização de Arquivos Fotográficos e Museu Virtual, Victur, além do Treinamento, financiou a compra de um KIT de informática destinado ao trabalho de fotodigitalização [...]

Observatório Regional de Turismo e Cultura mesa redonda, com a participação ampliada para os representantes de vários municípios da AUNE – Aglomeração Urbana do Nordeste. Como há consenso no que se refere à manutenção da rede, foi previamente redigido um Protocolo de Intenções, que foi lido e aprovado por todos” (TONUS, 2007, p(s). 191-93).

O prefeito da época, Jose Ivo Sartori, durante o encontro intermediário em Casa Blanca (em janeiro de 2007), apresentou o trabalho realizado por Caxias do Sul, que resultou no projeto do Plano Diretor (TONUS, 2007, p. 174).

4.4 PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL

O projeto: “VICTUR- Valorização do Turismo Integrado à Identidade Cultural dos Territórios” (TONUS, 2007) tem importância fundamental nas novas dimensões superestruturais do turismo e patrimônio cultural em Caxias do Sul.

O Plano Diretor atual de Caxias do Sul nasceu comprometido com as ações realizadas pelo programa URB-AL. Assim, o projeto apresentado de qualificação paisagística e patrimonial ao território de Imigração Italiana foi consolidado em forma de lei. Caracteriza-se o Plano Diretor Municipal (PDM) de Caxias do Sul como o principal instrumento com relação às diretrizes aos bens culturais. Em muitos aspectos, ele se configura como o único instrumento legal para normatizar e dar diretrizes de utilização do patrimônio cultural, arquitetônico e urbano, pois aborda sobre os locais de interesse turístico e paisagístico.

A elaboração do PDM de Caxias do Sul iniciou no ano de 2005. O prefeito Jose Ivo Sartori (PMDB) reuniu mais de quarenta profissionais, dezesseis entidades representativas da sociedade e servidores municipais. O grupo iniciou a discussão acerca da montagem e avaliação de um futuro Plano Diretor Municipal (PDM). Estes profissionais fizeram levantamentos, estudos e identificaram sítios, ruínas, expressões

históricas com elementos materiais e imateriais locais de valor cultural, paisagístico e arquitetônico, nas zonas rural e urbana. A cidade apresenta uma diversidade e o que poderia ser um problema foi transformado em potencialidade para um futuro uso cultural (TONUS, 2007 p. 17-20).

O Plano Diretor instrumentaliza-se como ferramenta técnica e política, seu conteúdo contempla orientações, planos de ações para o setor público e privado, referentes aos espaços urbanos e rurais nas diversas atividades desenvolvidas na localidade. Trata das possibilidades, princípios e limitações territoriais. Aborda a relação entre as zonas com suas obrigatoriedades e cuidados, alturas de edificações (com seus cálculos, índices de aproveitamento, taxa de ocupação, afastamento frontal e lateral), parcelamento de solo, responsabilidades do poder público, diretrizes urbanísticas ambientais, entre outras diretrizes dentro do município.

No início do PDM observa-se o segundo e terceiro artigo que elencam os dez princípios e diretrizes gerais. Elementos considerados de grande validade para este estudo resumem-se ao oitavo, nono, e décimo princípios; e a oitava diretriz.

[...] VII- a preservação do meio ambiente natural e do equilíbrio ecológico, respeitadas as vocações locais;
 IV- a preservação do patrimônio cultural, material e imaterial, como recurso a ser usado para o desenvolvimento;
 X – promoção da inclusão social.

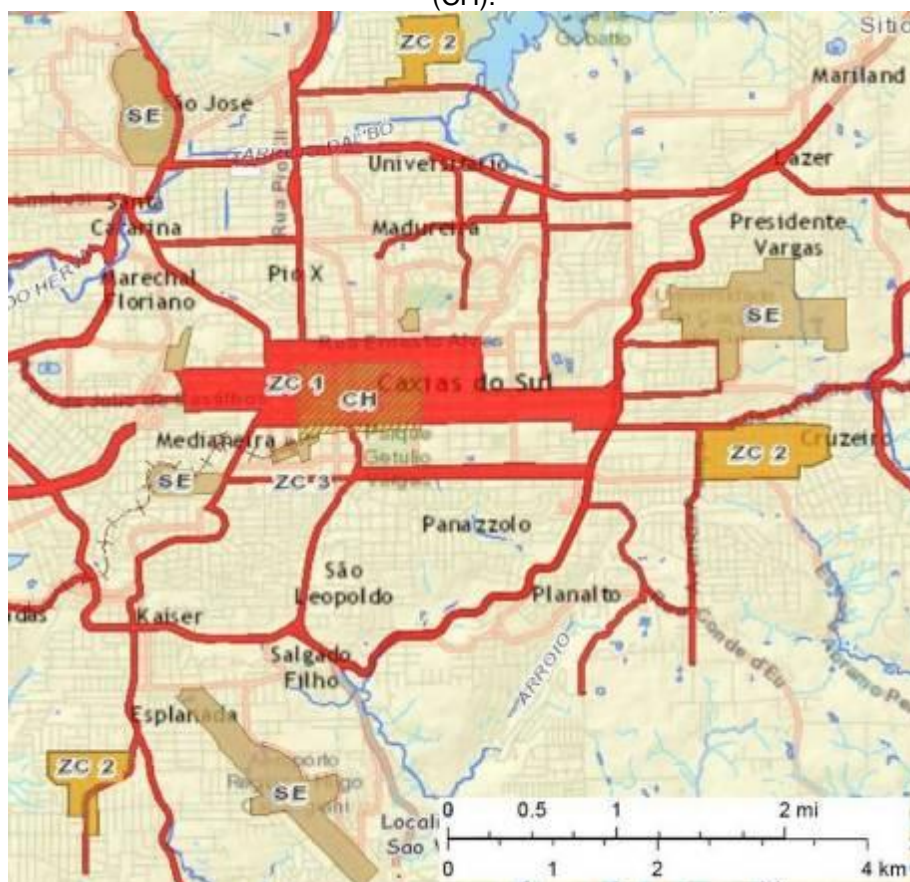
"[...] VIII- o patrimônio natural e patrimônio cultural, material e imaterial, serão objetos de promoção, preservação, recuperação, considerados como elementos fundamentais da identidade histórica e cultural do Município e fonte de desenvolvimento de atividades produtivas, estudo e pesquisa [...]" (CAXIAS DO SUL, 2007, s.p.).

O Capítulo II trata do zoneamento⁹¹ territorial e estabelece a divisão do município em zonas, áreas e setores. Assim, divide-se o município em 15 tipos de ocupação, são elas: **Zonas de Centro- ZC**, Zonas Residenciais- ZR, Zonas Industriais – ZI, Zonas de Uso Misto – ZUM, Zona das Águas – ZA, Zonas Especiais – ZE, Zonas de Ocupação Controlada – ZOC, **Zonas de Interesse Turístico – ZIT**, Zonas de Produção Rural – ZPR, Zonas de Expansão Urbana – ZEU, Zonas de Mineração – ZM, Zonas de Interesse Ambiental – ZIAM, Áreas de Proteção Ambiental – APA, **Setores Especiais – SE**; as Zonas. (CAXIAS DO SUL, 2007, [s.p.]).

Destacam-se as ZC, ZIT e os SE, que serão detalhadas neste trabalho e estão visíveis na figura 93.

⁹¹ Os mapas do Zoneamento Municipal encontram-se nos anexos.

Figura 93 – Mapa com a Zonas de Centro (ZC1, AC2), Setores Especiais (SE) e Centro Histórico (CH).



Fonte: Caxias do Sul (2017d), editado pela autora.

Nas Zonas de Centro, os locais de interesse turístico e de preservação do patrimônio arquitetônico são apenas pontuais. Nas ZIT tem um caráter indicativo que estabelece áreas com possível potencial para atividades turísticas. Todas essas áreas possuem forte apelo por uma paisagem cultural relacionada à herança italiana. Sua aplicabilidade está em uma “avaliação de grupo ou comissão gestora específica” (Caxias do Sul, 2007). As áreas dos Setores Especiais justificam-se por características históricas, locais, funcionais ou de ocupação urbanística:

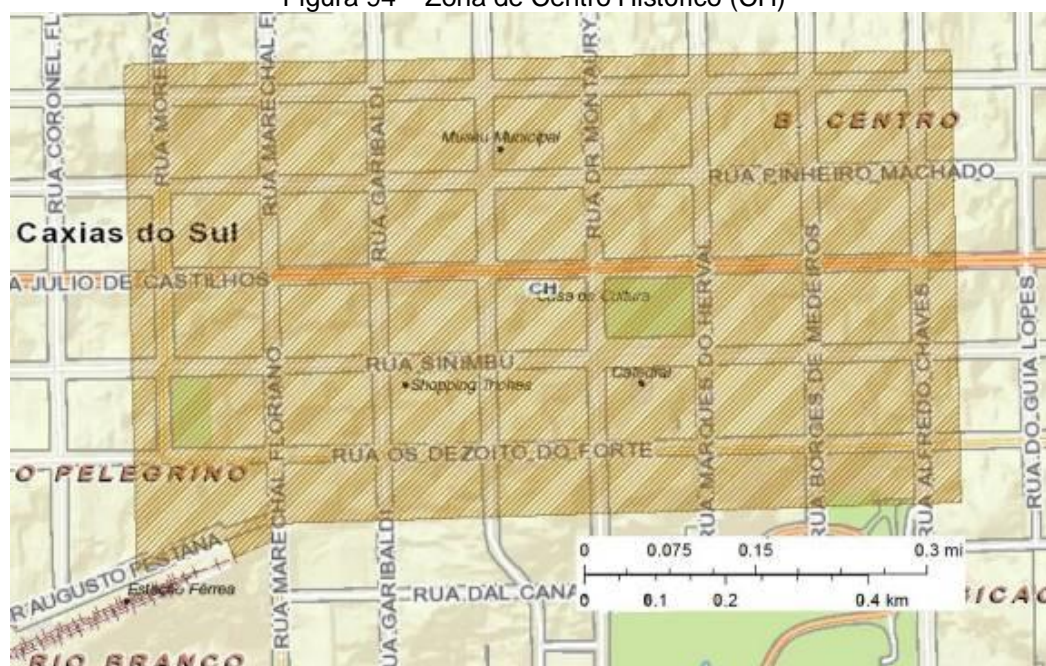
Art. 28. Os Setores Especiais – SE – compreendem áreas para as quais estão estabelecidas ordenações específicas de uso e ocupação do solo, condicionadas às suas características locais, funcionais ou de ocupação urbanística, já existentes ou projetadas, e aos objetivos e diretrizes de ocupação. Art. 29. Os Setores Especiais, – SE – conforme sua precípua destinação, subdividem-se em: I

Setor Especial de Interesse Patrimonial, Histórico, Cultural e Paisagístico – SIH [que]- são áreas formadas por sítios, locais, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural, paisagística e arqueológica, bem como seus respectivos entornos, cuja manutenção seja necessária à preservação de patrimônio histórico-cultural do Município.

II – Setor Especial Sítio Ferroviário; III- Setor Especial Quartel; IV – Setor Especial da Universidade de Caxias do Sul (Cidade Universitária e Campus 8); V – Setor Especial da Festa da Uva; VI – Setor Especial Aeroporto Regional Hugo Cantergiani; VII – Setor Especial do Centro Histórico; VIII- Setor Especial do Esporte Clube Juventude; e IX – Setor Especial da Sociedade Esportiva e Recreativa Caxias (CAXIAS DO SUL, 2007, [s.p.], grifo nosso).

As quadras que fazem parte da malha do Setor Especial, de Interesse Patrimonial do Centro Histórico (figura 94), foram elaboradas com o zoneamento dos demais setores do município, pela comissão responsável do Plano Diretor Municipal.

Figura 94 – Zona de Centro Histórico (CH)



Fonte: GeoCaxias, editado.

O Plano Diretor destaca o uso e a ocupação do solo. Assim, tais destinações de uso são de acordo com as categorias: habitacional, serviços de saúde, segurança e educação, locais para reuniões públicas, esportes, transportes, comercial e de serviço, industrial, produção primária/rural. O zoneamento estabelece as destinações de ocupação do solo que recebem monitoramento conjunto, com o intuito de orientar a expansão e novas funcionalidades no município.

A Seção II é dedicada a Cultura e tem como objetivo geral promover o desenvolvimento artístico, cultural, histórico e social da população. Associa-se ao comprometimento, elaboração, atualização e as formas de proteção ao patrimônio cultural material e imaterial, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico por meio de arquivos, inventários, tombamentos, desapropriações e adoção de planos e medidas de acautelamento e prevenção.

Observa-se uma estratégia criada pelo município em relação à valorização do patrimônio existente, ao implantar incentivos fiscais aos proprietários de bens considerados de interesse público.

O Plano Diretor prevê a preservação da cultura de Caxias do Sul por meio de pesquisa, proteção e preservação do patrimônio existente, seja ele histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico; além de resgatar, proteger e consolidar o acervo de memória existente. Espera-se a elaboração de projetos e programas que incentivem a população a conhecer os bens culturais públicos e privados. No arcabouço técnico do PDM, acerca do inventário destes bens, no primeiro, abordam-se os setores de interesse histórico, paisagístico e cultural; no outro, destacam-se os setores de interesse patrimonial e histórico – bens culturais. Assim,

o município poderá realizar obras de infraestrutura e prestar serviços, visando o acesso público e melhor utilização das áreas relacionadas [...], bem como de outros bens culturais, materiais ou imateriais de interesse público, mesmo que localizados em áreas privadas, desde que autorizado pelo proprietário (CAXIAS DO SUL, 2007, s.p.).

O poder público municipal poderá incluir ou excluir os bens culturais à lista existente. Sua inclusão deverá ser por inserção cartográfica e por meio de ficha de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural. Essa deverá ser gerenciada pelo COMPAHC: Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural⁹², que o avaliará.

Art. 61. A demolição, a reforma ou a alteração da forma ou da fachada dos prédios localizados e relacionados no Setor Especial do Centro Histórico dependerão de prévia análise e aprovação da comissão específica e permanente para proteção do patrimônio histórico e cultural.

Art. 62. Todos os prédios, públicos ou particulares, igrejas, capelas, monumentos, obras, estátuas, praças e cemitérios com mais de 50 (cinquenta) anos não poderão ser demolidos sem parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC.

O plano diretor criou sua própria categoria de paisagem cultural, denominada Paisagem Notável, a qual está relacionada aos ambientes naturais ou edificados que podem estar localizados na área urbana ou rural, contanto que tenham valores

⁹² COMPAHC- Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural é composto por profissionais de várias áreas, que avaliam os bens culturais existentes e os que possam vir a ser. Fazem reuniões mensais para analisar os casos e por meio de votação dos membros escolhem a inclusão, permanência e exclusão dos bens. Este conselho também analisa as alterações previstas para os bens, seja pela prefeitura ou pelo proprietário.

históricos, culturais, e/ou ecológicos, além dos reconhecidos pela comunidade. Foram separados os seguintes objetivos gerais da política municipal, criados para as Paisagens Notáveis:

I – implementar os instrumentos técnicos, institucionais e legais de gestão das paisagens notáveis; II – promover a conscientização e a participação da comunidade na identificação, valorização, preservação e conservação dos elementos significativos das paisagens notáveis, como fator de melhoria da qualidade de vida, por meio de programas de educação ambiental e cultural; III – proteger os elementos naturais, culturais e paisagísticos, permitindo a visualização do panorama e a manutenção da paisagem em que estão inseridos; [...] VIII – fortalecer uma identidade urbana ou rural, promovendo a preservação do patrimônio cultural e ambiental; e IX – proibir edificações e obras que comprometam o panorama visual ou que provoquem sua descaracterização (CAXIAS DO SUL, 2007, [s.p.]).

Aponta-se também, na lei, que o município seguirá com estudos e diagnósticos de paisagem notável e patrimônio edificado para que, mais tarde, possam ser elaboradas diretrizes das estruturas físicas e simbólicas dos percursos significativos, bem como as possíveis transformações ou permanências das paisagens urbanas e rurais, criando graus de proteção. Os proprietários destas áreas terão o benefício assegurado de construção, porém transferindo os índices construtivos para outros locais. O desdobramento desses valores pragmáticos possibilita o entendimento do trato dado à questão territorial do patrimônio no município.

Entre os anos de 2007 até 2016, o Plano Diretor recebeu trinta e sete alterações de leis, oito resoluções de alteração do plano. O Plano Diretor que entrou em vigor em 2007, segue como o atual até a finalização deste trabalho. Porém, em maio de 2017 iniciaram os estudos para a revisão do mesmo. A Prefeitura Municipal solicitou sugestões das entidades representantes da comunidade, o prazo de entrega foi até o dia 05 de setembro de 2017. A autora deste trabalho e seu orientador entregaram sua proposta com o corpo do Mestrado de Turismo e Hospitalidade a Universidade de Caxias do Sul, justamente para que as evoluções adquiridas nesse plano não se percam.

4.5 CONFIGURAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DE CAXIAS DO SUL

O patrimônio existente no município provém do processo de colonização. Desta forma as residências, capelas, comércio, indústrias, entre outros marcos, compõem o acervo cultural preservado.

A principal lei que rege o tombamento em Caxias do Sul é a Lei nº 3.152, de 20 de agosto de 1987, e o Decreto nº 6.16, de 22 de dezembro de 1987 – Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Caxias do Sul. Abaixo cita-se todas as leis referentes ao patrimônio da localidade, com um pequeno resumo do que a mesma diz. Disponíveis no site da prefeitura, no setor da cultura:

Lei nº 2.515m de 15 de outubro de 1979 – Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPAHC.

Lei nº 2.917, de 15.10.1984 – Institui o COMPAHC.

Lei nº 3.152, de 20.08.1987 – Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Caxias do Sul.

Decreto nº 6.164, de 22.12.1987 – Regulamenta a Lei nº 3.152 e institui a Comissão Específica e Permanente.

Lei Complementar nº 3.963, de 29.12.1992 – Institui o solo criado e autoriza a vendê-lo na forma de índices construtivos.

Decreto nº 7.700, de 19.04.1993 – Disciplina a venda de "solo criado", na forma de "índices construtivos".

Lei Complementar nº 27, de 15.07.1996 – Institui o Plano Físico Urbano para a sede do Município de Caxias do Sul.

Lei nº 4.897, de 24.08.1998 – Institui o Banco de Índices e o Fundo Municipal para Equipamentos Institucionais e dá outras providências.

Lei nº 5.006, de 15.12.1998 – Altera dispositivos de outras leis: Conselheiros e secretários de Conselhos Municipais.

Lei nº 5.039, de 29.12.1998 – Regulamenta a Transferência e Utilização de Potencial Construtivo para o Município de Caxias do Sul e dá outras providências.

Artigos 191 a 198 da Lei Orgânica Municipal – Capítulo II – Da Cultura

Emenda à Lei Orgânica nº 15, de 03.12.1999 – Altera Artigo 192 – Dispõe sobre permissão para demolições de prédios com mais de cinquenta anos.

Lei nº 5.539, de 06.11.2000 – Altera Lei nº 3.152: Proteção do patrimônio.

Lei Complementar nº 139, de 25.04.2001 – Dispõe sobre as áreas de entorno de bens tombados.

Lei nº 5.651, de 11.06.2001 – Altera dispositivos da Lei nº 5.039 que regulamenta a transferência e utilização de Potencial Construtivo.

Lei nº 5.657, de 21.06.2001 – Altera a Lei nº 2.917 – Institui o COMPAHC.

Decreto nº 10.397, de 17.07.2001 – Adota critérios para fixação de propagandas em prédios tombados.

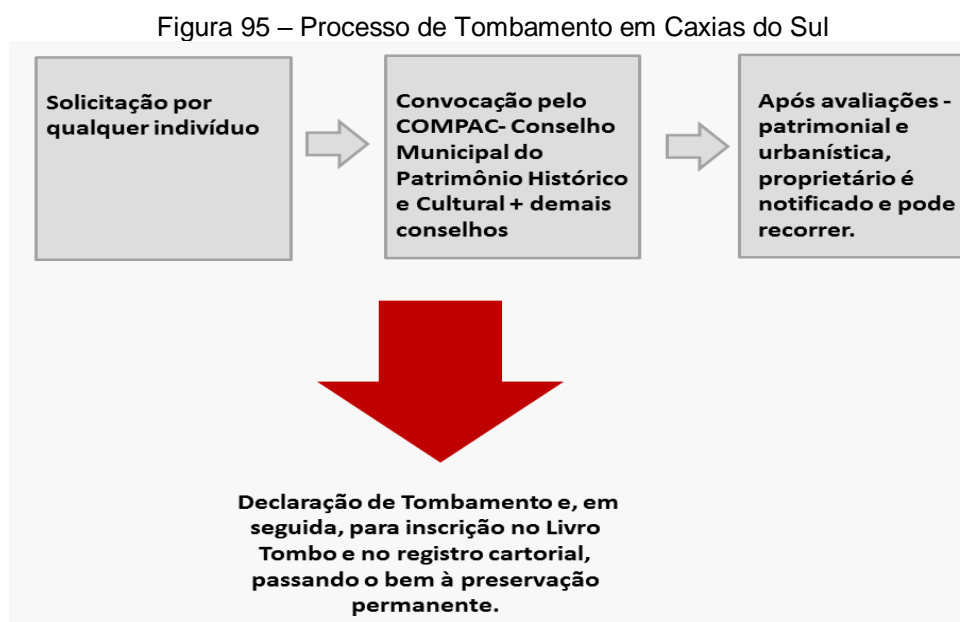
Lei nº 5.872, de 16.07.2002 – Altera a composição do COMPAHC.

Lei nº 5.927, de 28.10.2002 – Especifica utilização de potencial construtivo com origem no patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (CAXIAS DO SUL, 2017e).

Inicia-se um processo de tombamento através da solicitação de qualquer cidadão, seja de entidade pública ou privada, contanto que contenha aos critérios de salvaguarda estabelecidos pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural

(COMPAHC). Faz-se a análise e a apreciação através de um relator e de um revisor, depois é votado. A decisão é comunicada por meio de uma Resolução Interna e acompanha o processo que é então encaminhado ao Prefeito Municipal (CAXIAS DO SUL, 2017).

O poder executivo é quem inicia o processo de tombamento, através da convocação da Comissão Específica e Permanente de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural. A comissão é formada pelo presidente (Secretário Municipal da Cultura) e funcionários das secretarias do SEPLAM (Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo), SMU (Secretaria Municipal do Urbanismo), Secretaria Geral, e Procuradoria Geral do Município (CAXIAS DO SUL, 2017). A figura 95, exemplifica o processo de tombamento:



Fonte: Autora (2017)

Depois da edificação ter sido avaliada pela Comissão, o proprietário recebe a notificação do tombamento e, a partir disso, o bem não pode ser alterado ou demolido. Sendo assim, o mesmo tem prazo de 15 dias para manifestar-se, caso conteste, o caso será levado a Comissão, ou se os argumentos não tiverem fundamento, parte-se para a Declaração de Tombamento. O processo tem seu fim com a inscrição no Livro Tombo e no registro cartorial, passando o bem à preservação permanente (CAXIAS DO SUL, 2017). O Município de Caxias do Sul, na tentativa de contribuir à manutenção do bem tombado, possibilita a

- Isenção do IPTU e potencial de índice construtivo.
- A utilização deste Potencial poderá ser feita no próprio terreno, cujo projeto deve ser avaliado pelo órgão competente, a fim de harmonizar-se com o bem tombado.
- O Potencial Construtivo pode ser transferido para outro local e/ou para outro interessado, por meio de venda.
- A transferência para outro local implica na consulta prévia à Secretaria do Planejamento que controla a densidade de ocupação por zona urbana.
- A transferência por venda deve ser buscada junto a uma assessoria imobiliária que informará sobre possível comprador e oferta de preço.
- O Índice de Potencial Construtivo somente se transforma em "moeda" quando é emitido um Certificado de Potencial Construtivo Transferível, pela Secretaria da Fazenda.
- Para concretizar a transferência, o proprietário do bem tombado deve protocolar um requerimento à Secretaria da Fazenda / Tesouraria, anexando os seguintes documentos: Declaração de Tombamento Histórico; Certificado de Tombamento Histórico; Cópia do Contrato Social (para empresa)" (CAXIAS DO SUL, 2017e).

Para melhor compressão do Potencial Construtivo, tem-se um exemplo: o proprietário de uma edificação tombada recebe um índice construtivo (índice de aproveitamento) de 50% em relação ao terreno onde a edificação está inserida, ou seja, se ele for construir em outro terreno, poderá subir 50% a mais do que o permitido em altura.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural é formado por 18 titulares e respectivos suplentes, sendo 9 da administração pública municipal e 9 de entidades e instituições. As entidades que fazem parte do COMPAHC são: Sociedade de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química; Câmara da Indústria Comércio e Serviços de Caxias do Sul – CIC; Universidade de Caxias do Sul – UCS; União das Associações de Bairros; Sindicatos Reunidos; Instituto dos Arquitetos do Brasil- IAB; Associação dos Docentes da Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul, 2007).

Em anexo encontram-se os bens tombados de Caxias do Sul separados por categorias: edificações residenciais (A); comerciais e institucionais (B); capelas e capitéis (C); industriais (D); e obras de arte (E).

4.6 CAXIAS DO SUL: A MEMÓRIA RESGATADA POR MEIO DA ORALIDADE

A História Oral, segundo Alberti (2007), privilegia outros pesquisadores a utilizarem-se das entrevistas já realizadas com o intuito de contribuir com novos estudos, se os mesmos estiverem em um acervo aberto a pesquisadores. No caso deste trabalho, tornou-se um instrumento da pesquisa.

A utilização de um acervo com entrevistas de moradores devolve as pessoas, histórias, e o mesmo tempo, traz novas informações sobre um mesmo fato, podendo

alterar o enfoque ou revelar novos campos de investigação. Nessa possibilidade de uso de um passado contado através da oralidade, pode-se resgatar a identidade que servirá de base na construção do futuro dessas pessoas. Através do enraizamento pela história local, inserido num contexto social, resgata-se a memória coletiva e que futuramente tem a possibilidade de uma identidade coletiva (THOMPSON, 1998, p. 337).

O acervo faz parte do projeto “A Voz da Memória – o passado preservado na tecnologia digital”, que teve seu início há vinte anos. Em 2008 foi aprovado na XI Convocatória do Programa ADAI⁹³ (Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-americanos), e contemplou a captação, digitalização e restauração de entrevistas realizadas pelo setor Banco de Memória que estavam gravadas em fitas K7, totalizando 436 fitas (PRUX, 2014).

O Banco de Memória conta com mais de mil entrevistas (AHM), realizadas por funcionários do Arquivo Histórico ou através doações de pesquisadores, que seguem acontecendo de forma a contribuir para que esse número seja cada vez maior. Segundo Sonia Storchi Fries, uma das funcionárias que realiza este trabalho (coletar as declarações, digitalizar as existentes juntamente com os estagiários do acervo), os entrevistados são moradores, professores, atores sociais, comerciantes, operários, párocos, agricultores, entre outros membros da comunidade, na faixa etária de 50 até 106 anos. Os manifestos orais foram divididos em histórias de vida ou temáticas, como por exemplo: A Festa da Uva, história do bairro Jardelino Ramos e bairro São Pelegrino.

A escolha desse material foi devido a riqueza de dados que possui sobre o desenvolvimento de Caxias do Sul, durante o início do século XX. Já que o projeto visava “guardar a memória” dos habitantes sobre locais, bairros e/ou fatos específicos da infância ou da vivência deles no município.

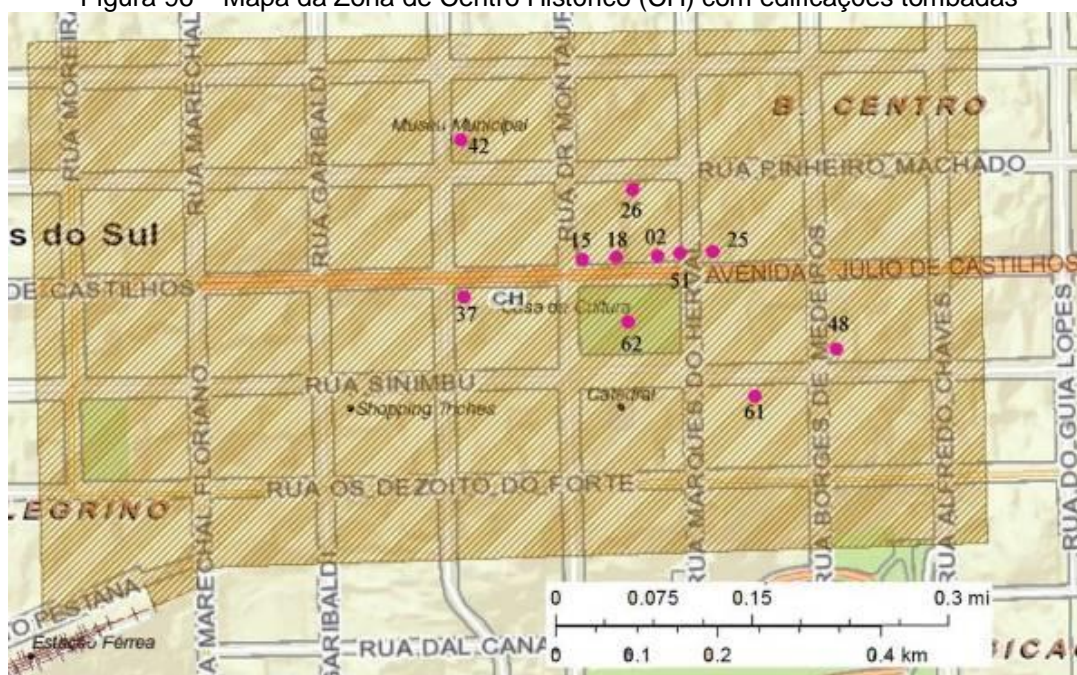
Como descrito na metodologia, inicia-se a seleção digitando o nome da edificação tombada; da família que pertenceu; comércio, indústria ou serviço que ali abrigou. As edificações tombadas teriam de estar locadas na malha urbana de Caxias

⁹³ Programa ADAI (Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-americanos) é uma iniciativa de cooperação e integração dos países ibero-americanos, para o fomento ao acesso, organização, descrição, conservação e difusão do patrimônio documental. O programa incentiva a promoção dos arquivos ibero-americanos de qualquer natureza, desde os Arquivos Gerais da Nação até os Arquivos Municipais, passando por arquivos de instituições de Direitos Humanos ou de Povos Indígenas, entre outros.

do Sul, além de pertencerem ao Setor Especial de Interesse Patrimonial- Zona de Centro Histórico⁹⁴. Assim, essas eram digitadas na barra de pesquisa do acervo, e no sumário das entrevistas procurava-se de que modo eram citadas e, em seguida, conferia-se na entrevista.

Ao todo foram 10 edificações tombadas encontradas nas entrevistas do Acervo e que pertenciam ao Setor Especial de Interesse Patrimonial – Zona de Centro Histórico Centro: Museu Municipal (nº 42 do mapa)⁹⁵, Antiga Casa Saldanha (nº37), Residência da Família Sassi (nº15), Antigo Banco Francês e Italiano (nº18), Antigo Cine Central (nº02), Antiga Residência da Família Scotti (nº51), Clube Juvenil (nº25), Metalúrgica Abramo Eberle (nº61), Residência Abramo Eberle (nº48) e Clube Juventude (nº26). Foi possível notar durante a leitura que a Praça Dante Alighieri (nº62) aparecia constantemente nas declarações, pois muitas delas foram realizadas naquele local, com falas sobre ela, suas edificações e o que havia em seu entorno. Isso fez com esse termo também fosse acrescentado à pesquisa. A figura 96 demonstra as edificações marcadas no mapa da Zona de Centro Histórico (CH)

Figura 96 – Mapa da Zona de Centro Histórico (CH) com edificações tombadas



Fonte: GeoCaxias – adaptado.

⁹⁴ O mapa da Zona de Centro Histórico encontra-se no Capítulo: Plano Diretor Municipal.

⁹⁵ Esta numeração corresponde a mesma do Mapa dos Setores de Interesse Patrimonial e Histórico-Bens Culturais. Corresponde ao mapa (anexo 13) do Plano Diretor Municipal (CAXIAS DO SUL, 2017f).

Finalizados os processos de averiguação das declarações, foram selecionadas 31 entrevistas que continham referenciais das edificações ou da Praça Dante Alighieri. O modo como foram citadas foi descrito nas Edificações Tombadas na Voz dos Entrevistados.

Durante o trabalho de leitura das entrevistas, no acervo do Banco de Memória, averiguou-se que as edificações e a Praça Dante Alighieri eram citadas como lembranças de infância ou da fase adulta, local de moradia e/ou trabalho, vivências familiares, de como foi a construção etc., entre outros meios que serão descritos no decorrer deste item.

Através dos relatos de memória oral, com a nomenclatura principal da construção (algumas continham denominação popular), retoma-se sua numeração no mapa, foto de como era e atualmente, o código de identificação dentro do acervo A Voz da Memória do Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul e a quantidade de citações. Abaixo encontra-se o modelo utilizado para organizar essa etapa.

EDIFICAÇÃO: como é encontrada no livro tomo do município.

- REFERÊNCIA nº XX do Mapa da Zona de Centro Histórico (CH) da figura 94.
- NOMENCLATURAS ENCONTRADAS: como eram citadas nas entrevistas. Exemplo: casa da família, nome do antigo comércio ou denominação popular. As nomenclaturas usadas foram organizadas em ordem cronológica desde o surgimento da edificação.
- CITAÇÕES NO ACERVO: o contexto em que estava inserida no relato oral. Exemplo: local de trabalho, moradia da família, entorno da Praça Dante Alighieri, como foi construída, etc.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: código criado pelo AHM para encontrar a entrevista no acervo. Quando aparecer o código e dois números (Exemplo: FG 000 e 001) é que a entrevista contém mais de uma parte.
- ENTREVISTAS: quantidade de relatos orais encontrados no acervo.

MUSEU MUNICIPAL

- REFERÊNCIA nº 42 do Mapa.
- NOMENCLATURAS ENCONTRADAS: antiga prefeitura municipal, antiga intendência municipal e museu municipal.
- CITAÇÕES NO ACERVO: local de trabalho, como era o local, o que havia no entorno e o museu municipal.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG266 e 267, FG622 e 623, FG278 e FG597.
- ENTREVISTAS: 04.

Figura 97 – Museu Municipal, 1908 e 2014.



Fonte: Oliveira (2015d).

CASA SALDANHA

- REFERÊNCIA nº 37 do Mapa.
- NOMENCLATURAS ENCONTRADAS: bazar e livraria Saldanha, livraria Saldanha, Henrique Saldanha e família Saldanha.
- CITAÇÕES NO ACERVO: clientela do local, lembranças da vitrine, dos produtos vendidos e dos brinquedos, da construção da edificação, da evolução da livraria a bazar, pessoas que ali trabalharam, da escola que existiu no andar de cima e da residência da família.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG034, 035 e 036, FG066 e 067, FG 024 e 025, FG4146 e FG 088 e 089.
- ENTREVISTAS: 06.

Figura 98 – Casa Saldanha, sem data e 2015.



Fonte: Valtrick (2017) e Autora (2017).

RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA SASSI

- REFERÊNCIA nº 15 do Mapa.
- NOMENCLATURAS ENCONTRADAS: residência da Família Sassi, Adelino e Júlio Sassi.
- CITAÇÕES NO ACERVO: a história da família, do comércio que ali funcionou, como era a casa e o comércio, edificação do entorno da Praça Dante, sua construção, local de entrevista, e que antes era o hotel Bersani.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG061, FG062, FG344, FG584 e 585, FG137, FG164, FG189, FG259 e 260 e FG295 e 296.
- ENTREVISTAS: 04.

Figura 99 – Residência da Família Sassi, 1922 e 2016



Fonte: Mezzalira (2008, p.43) e Autora (2017).

BANCO FRANCÊS E ITALIANO

- REFERÊNCIA nº 18 do Mapa.
- NOMENCLATURAS ENCONTRADAS: banco Francês Italiano – antiga escola de desenho
- CITAÇÕES NO ACERVO: local de trabalho, modificações na fachada, teve Júlio Eberle como consultor, parte do entorno da Praça Dante.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG059 e 060, FG224, FG707 e 708 e 225, FG816.
- CITAÇÕES: 06

Figura 100 – Banco Francês e Italiano em 1948 e 2016.



Fonte: AHM (s.d.) e acervo pessoal da autora.

CLUBE JUVENTUDE

- REFERÊNCIA nº 26 do Mapa.
- NOMENCLATURAS ENCONTRADAS: clube juventude, sede social recreio da juventude.
- CITAÇÕES NO ACERVO: trabalho na construção do edifício, local de eventos sociais e rivalidade entre os dois clubes da cidade.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG012 e 022, FG024 e 025, FG034, 035 e 036, FG044,045, 046 e 047 e FG 219 e 220.
- CITAÇÕES: 05.

Figura 101 – Clube Juventude, década de 1950 e atualmente.



Fontes: Oliveira (2016) e Recreio da Juventude (2017).

ANTIGO CINE CENTRAL

- REFERÊNCIA nº 02 do Mapa.
- NOMENCLATURAS ENCONTRADAS: cinema central e teatro central.
- CITAÇÕES NO ACERVO: transferência da propriedade, utilização do local para aulas, ponto de encontro, cinema, teatro, inauguração, concorrência com o cine teatro Apollo e pertencer ao Clube Juventude.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG003, FG 055, FG124 e 125, FG219 e 220.
- CITAÇÕES: 04.

Figura 102 – Cine Central 1950 e 2016.



Fonte: Oliveira (2015b) e Autora (2017).

Residência da Família Scotti

- REFERÊNCIA nº 51 do Mapa.
- NOMENCLATURAS ENCONTRADAS: farmácia central e banco popular do Rio Grande do Sul.
- CITAÇÕES NO ACERVO: banco, farmácia, local de moradia, edificação do entorno da Praça.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG063, FG055 e 056 e CD201 e 202
- CITAÇÕES: 04.

Figura 103 – Residência da Família Scotti, década de 1930 e 2008



Fonte: Mezzalira (2008, p.44).

Clube Juvenil

- REFERÊNCIA nº 25 do Mapa.
- NOMENCLATURAS ENCONTRADAS: Clube Juvenil
- CITAÇÕES NO ACERVO: eventos sociais, associados, edificação do entorno da Praça, construção do edifício, ajudou a construir, como era o edifício e quem o projetou.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG 001 e 002, FG021 e 022, FG024 e 025, FG048,049, FG093, FG117 e 118 e FG813 e 814
- CITAÇÕES: 07.

Figura 104 – Clube Juvenil, 1955, 2014.



Fonte: Oliveira (2014k) e Autora (2017).

Metalúrgica Abramo Eberle

- REFERÊNCIA nº 61 do Mapa.
- NOMENCLATURAS ENCONTRADAS: metalúrgica Abramo Eberle
- CITAÇÕES NO ACERVO: local de trabalho, construção da edificação, a antiga metalúrgica, diferencial da edificação, maquinário da empresa, mas a grande maioria das referências são ao mito da família Eberle significados de trabalhar naquela indústria e locação na rua.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG515, FG 525, FG685 e 686, FG514, FG439, 440 e 441, FG566 e 567, FG168 e 169 e FG212, FG279, 280 e 290 e FG358 e 359.
- CITAÇÕES: 10.

Figura 105 – Metalúrgica Eberle, década de 1940 e 2014



Fonte: Freitas et al. (2012).

Residência Abramo Eberle

- REFERÊNCIA nº 48 do Mapa.
- NOMEMCLATURAS ENCONTRADAS: residência, palacete ou casa de Abramo Eberle.
- CITAÇÕES NO ACERVO: trabalho na edificação e ponto de referência.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG021 e 022 e FG012, FG813 e 814
- CITAÇÕES: 03.

Figura 106 – Residência Abramo Eberle, década de 1940 e 2015



Fonte: Oliveira (2015a).

Praça Dante Alighieri

- REFERÊNCIA nº 62 do Mapa.
- NOMEMCLATURAS ENCONTRADAS: Praça Dante Alighieri ou Praça Ruy Barbosa.
- CITAÇÕES NO ACERVO: construção da Praça, viver no seu entorno, atividades que ali ocorriam, os rebaixos das vias e da praça, detonações de pedras, as mudanças de *layout*, os antigos quiosques que ali existiam, os comércios que existiam no centro dela, construção das edificações do entorno, terreno da Praça já pertenceu a família, manifestações, locação de outras edificações nesse entorno, lazer e a Festa da Uva.
- CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO NO BANCO DE MEMÓRIA: FG001 e 002, FG024 e 025, FG611, FG612, FG515, FG093, FGFR411 e 412, FG135, FG137, FG167, FG177, FG259 e 260, FG012, FG649 e 650, FG226, CD293 e 294, CD204, CD247 e 248 e FG826.
- CITAÇÕES: 20.

Figura 107 – Praça Dante década de 1940 e 2017



Fonte: Oliveira (OLIVEIRA, 2014) e Google Street View⁹⁶.

Com a utilização do Acervo de entrevistas do Arquivo Histórico Municipal foi possível averiguar que as edificações pertencentes a Zona de Centro Histórico (ZC) estavam na memória e lembranças dessas pessoas de algum modo, assim como havia sido proposto nos objetivos do trabalho.

⁹⁶ GOOGLE STREET VIEW. **Caxias do Sul, Rio Grande do Sul**: Praça Dante. Disponível em: <<https://goo.gl/maps/YWcsRKkhWJ92>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

Finalizados os levantamentos propostos para o trabalho, mostra-se possível as análises sobre a evolução urbana, legal e os relatos orais sobre o Centro Histórico de Caxias do Sul.

4.7 ANÁLISE DOS LEVANTAMENTOS REALIZADOS

O projeto para a Colônia Caxias evoluiu e expandiu limites espaciais até tornar-se o município de Caxias do Sul, diferente do que estava sendo planejado pelo Governo Imperial. O governo não tinha intuito de transformar a Colônia Caxias em uma colônia de destaque, no entanto, outros fatores favoreceram o local a fim de transformar este cenário na localidade atual. Os planos eram para as colônias, onde atualmente estão localizadas as cidades de Flores da Cunha e Bento Gonçalves (NASCIMENTO, 2009, p. 65).

O que existia nesse espaço até o estabelecimento dos índios e imigrantes italianos define-se como primeira natureza do espaço de acordo com a metodologia de Milton Santos (2004, p. 76). O contexto anterior a chegada dos imigrantes era de uma floresta composta. Só é possível considerar uma natureza primária até que o homem a encontre e a transforme (SANTOS, 2004, p. 85).

Contudo, quando a comissão de terras e os primeiros imigrantes chegaram na localidade, analisando sob o olhar de Santos (2004, p. 85), a paisagem já havia sofrido uma mudança social através dos indígenas (ADAMI, 1971, p. 20). Por isso denomina-se que os imigrantes encontraram a segunda natureza do espaço, embora a localidade continuasse a ser de mata fechada.

A partir disso as mudanças no espaço continuaram, foram abertas vias, algumas de difícil acesso, sem pavimentação, demarcação de lotes, em um sítio topograficamente acidentado (NASCIMENTO, 2009, p. 122- 130). De 1875 até 1910 houveram transformações no entorno da Praça Dante Alighieri e também a formação de uma malha urbana, com crescimento Norte-Sul, e Leste-Oeste, como é possível verificar na figura 108:

Figura 108 – Mapa da malha urbana de Caxias do Sul até 1910



Fonte: GeoCaxias (2017, adaptado).

O levantamento fotográfico, dos mapas e da legislação possibilitou tomar conhecimento de que no entorno da Praça Dante Alighieri, em comparação à área rural, tanto a população quanto os negócios gozavam de melhores condições financeiras. Uma vez que o custo dos lotes era alto, a população abastada realizava alterações nas casas (denominadas ‘melhorias’ na bibliografia pesquisada), e também haviam imposições por meio dos Códigos de Postura em relação a estética da Colônia.

A partir da década de 1920, o município, em pleno desenvolvimento, dobrou o perímetro urbano (figura 109) em comparação ao de 1900. As transformações no espaço seguiram acontecendo como resultado do trabalho dos seus moradores e da legislação.

Figura 109 – Perímetro urbano de Caxias do Sul em 1926.



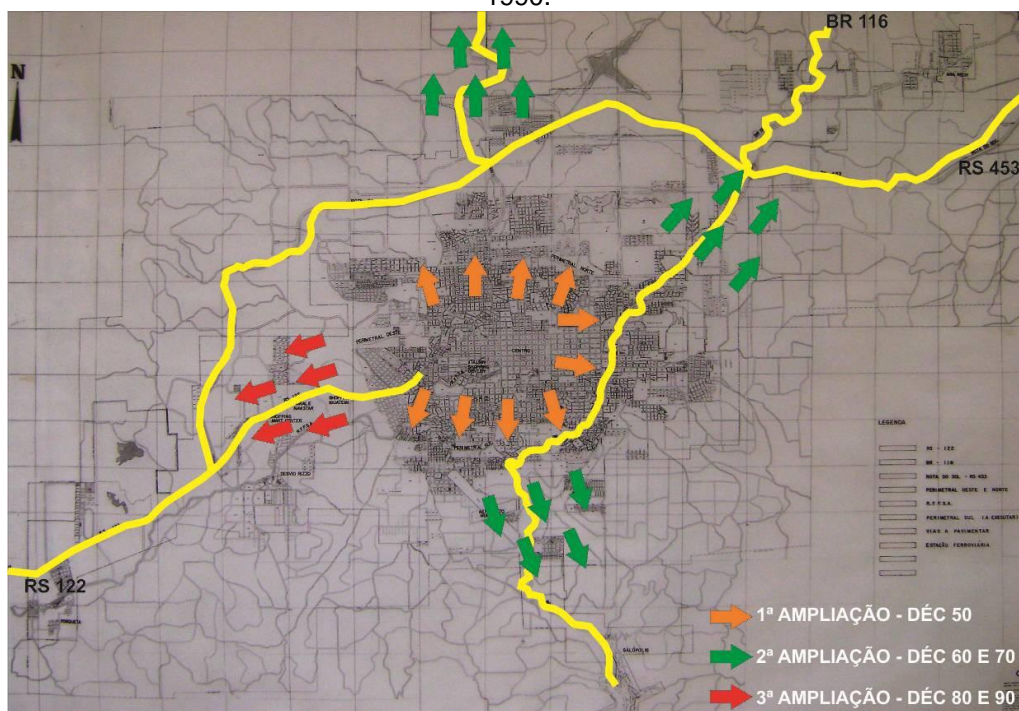
Fonte: GeoCaxias (2017, adaptado).

A partir da década de 1920, os moinhos, cantinas e indústrias expandiram suas áreas, construíram novas edificações resultando em um crescimento na industrialização. O município sentiu a crise de 1929, mas voltou a se desenvolver com

a Segunda Guerra Mundial. O advento da guerra impulsionou a indústria têxtil, siderúrgica e metalúrgica. Esse crescimento trouxe consequências do ponto de vista urbano ao saturar a malha urbana original e forçar a busca de áreas nas periferias.

A expansão dos limites geográficos/espaciais foi notada nas décadas seguintes entre 1950-1990 (figura 110) através de novas indústrias, estradas e vias.

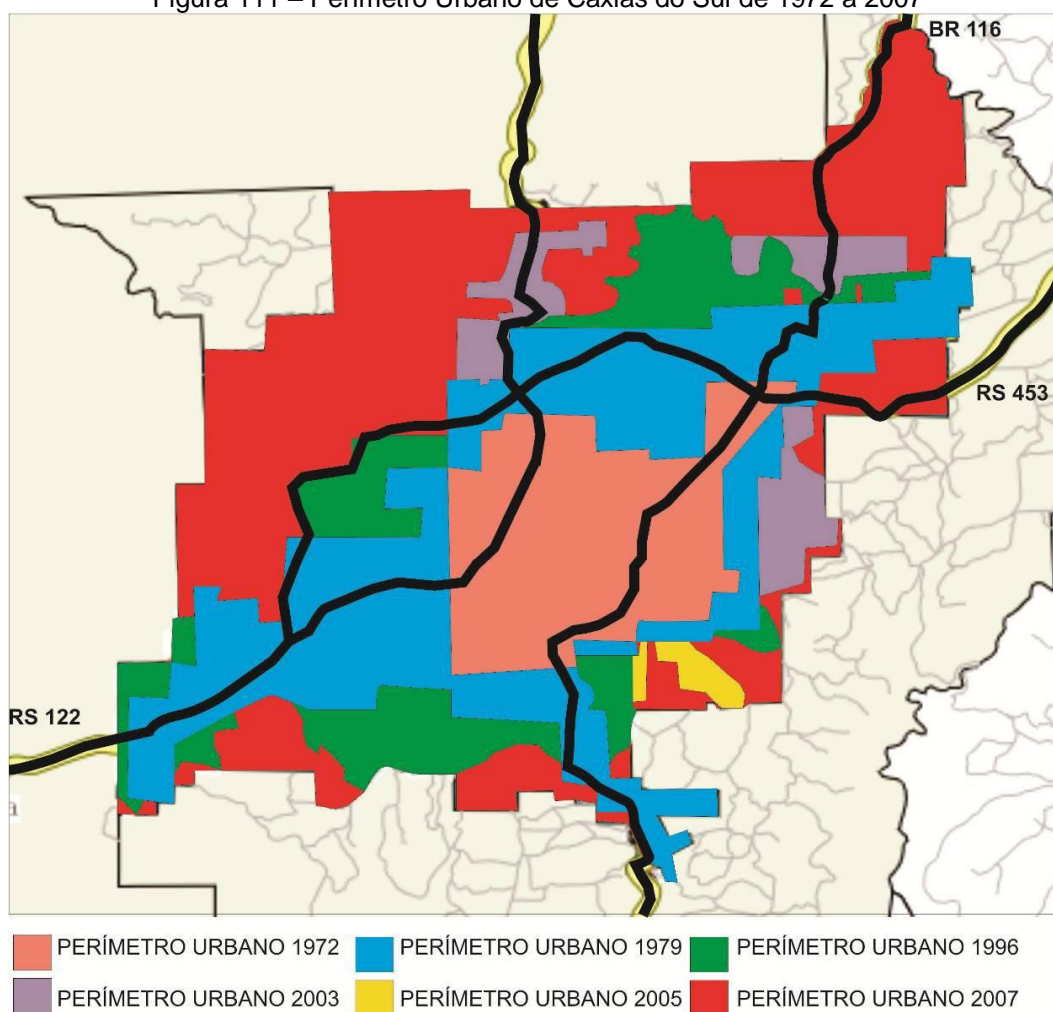
Figura 110 – Expansão dos limites urbanos de Caxias do Sul: Décadas 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990.



Fonte: Rossi (2010, p. 31).

Desde os primórdios, as indústrias contribuíram para a expansão e formação de áreas e bairros em Caxias do Sul. Fatos como a legislação municipal, inauguração da ferrovia, da BR 116 (antiga estrada Getúlio Vargas), a RS 122, e as vias perimetrais contribuíram na locação dessas empresas, principalmente as de grande porte, a partir da década de 1950. Essa locação nas bordas territoriais contribuiu para o surgimento de aglomerados urbanos e sub-habitações, além de novas delimitações geográficas ao município. Na década de 1970 pode-se perceber como as dimensões do espaço foram alteradas, conforme demonstra figura a seguir.

Figura 111 – Perímetro Urbano de Caxias do Sul de 1972 a 2007

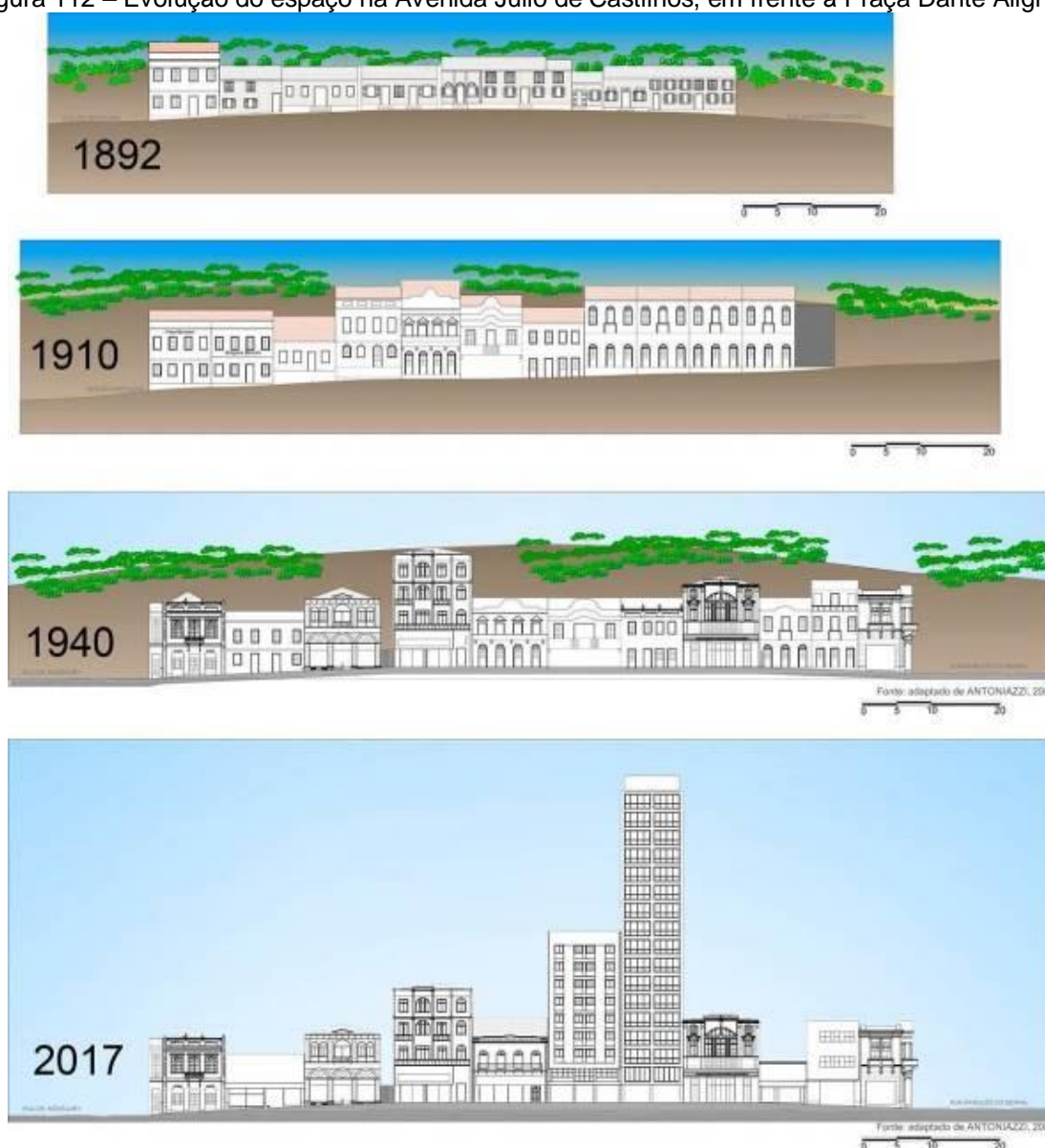


Fonte: Rossi (2010, p. 35).

Caxias do Sul passou por inúmeras transformações urbanas, paisagísticas, econômicas, geográficas e territoriais. Seguindo a análise de Santos (1978, p. 189-179), o território é o espaço alterado pelo povo e pode receber uma delimitação a partir do momento em que é construído/desconstruído por seus atores sociais e pelo passar do tempo. De 1875 até 2017 o município teve seu território ampliado, como foi demonstrado nas imagens, mapas e leis até então.

Para Santos (1978), essas mudanças territoriais ocorrem por meio do entrelaçamento forma, função, estrutura e processo. As formações sociais ocorreram porque os indivíduos se adaptam ao meio e transformam o espaço em território (Caxias do Sul). Objetos são inseridos, desempenhando determinadas funções (habitacionais, comerciais e institucionais), com estruturas próprias (edificações, vias, logradouros públicos) e adequando-se aos processos (tanto de construção quanto de legislação). As mudanças do espaço são demonstradas na figura 112.

Figura 112 – Evolução do espaço na Avenida Júlio de Castilhos, em frente à Praça Dante Alighieri.



Fonte: Bisol (2010, adaptado); Antoniazzi (2009, adaptado).

Com relação a arquitetura, a grande maioria das edificações preservadas possuem cunho eclético. Observou-se, assim como Lemos, (2013, p. 170-180) que era característico do momento arquitetônico que o Brasil se encontrava no séc. XIX, ao trazer mão de obra estrangeira e o desejo de inserção de uma nova cultura.

As edificações deste período demonstram o “saber fazer” a partir da mão de obra vinda de fora, seja por seus construtores, como pelos materiais utilizados na construção. Além de representar uma época de confronto e miscigenações culturais, retratam uma fase de pessoas desvinculadas de sua cultura local, inseridas em um novo contexto/país, utilizando-se dos recursos oferecidos para construir suas moradias e a nova urbe.

Já sob o olhar de Santos (1978) seria mais uma vez a forma, função, estrutura e processo interagindo numa escala menor, ao se referir as edificações. Um novo sistema dentro do espaço já existente.

Ao utilizar-se das entrevistas como um instrumento, instigando a ligação com as edificações do Setor Especial de Centro Histórico, ou seja, se elas estariam ou não nas vozes do acervo do banco de memória do arquivo histórico, considerou-se a especificidade com que elas apareceram nessas entrevistas, seja numa memória de infância/família/trabalho ou num mapa mental, as pessoas lembravam desses exemplares. Já a Praça Dante Alighieri foi inclusa na pesquisa por justamente ser um elo conector desse mapa da mente.

Com essas análises tem-se o necessário para os encaminhamentos finais sobre de que modo pode-se entrelaçar o turismo, a arquitetura, o patrimônio cultural, memória e identidade no município de Caxias do Sul.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa pode-se compreender o que já foi ressaltado por Lemos (2013, p. 141): “o patrimônio não é composto só de coisas belas, só de obras-primas. O patrimônio é o que a gente tem”. No contexto estudado estão incluídas arquiteturas, muitas vezes elaboradas sem arquitetos, somente com construtores, utilizando-se do saber fazer e que nem sempre foi considerada bonita e histórica pela sociedade (LEMOS, 2013, p. 166).

É importante e necessário valorizar os modos de fazer e o de pensar de um povo para que se possa ter o patrimônio valorizado pelas gerações futuras. Afinal, “o indivíduo só poderá agir na medida em que aprender a conhecer o contexto em que está inserido, a saber, quais são suas origens e as condições de que depende⁹⁷.”

Para conhecer o contexto e origens de Caxias do Sul que se fez a evolução urbano-arquitetônica, evolução legal, estudou-se o Plano Diretor atual, bem como foi elaborado o levantamento das edificações salvaguardadas.

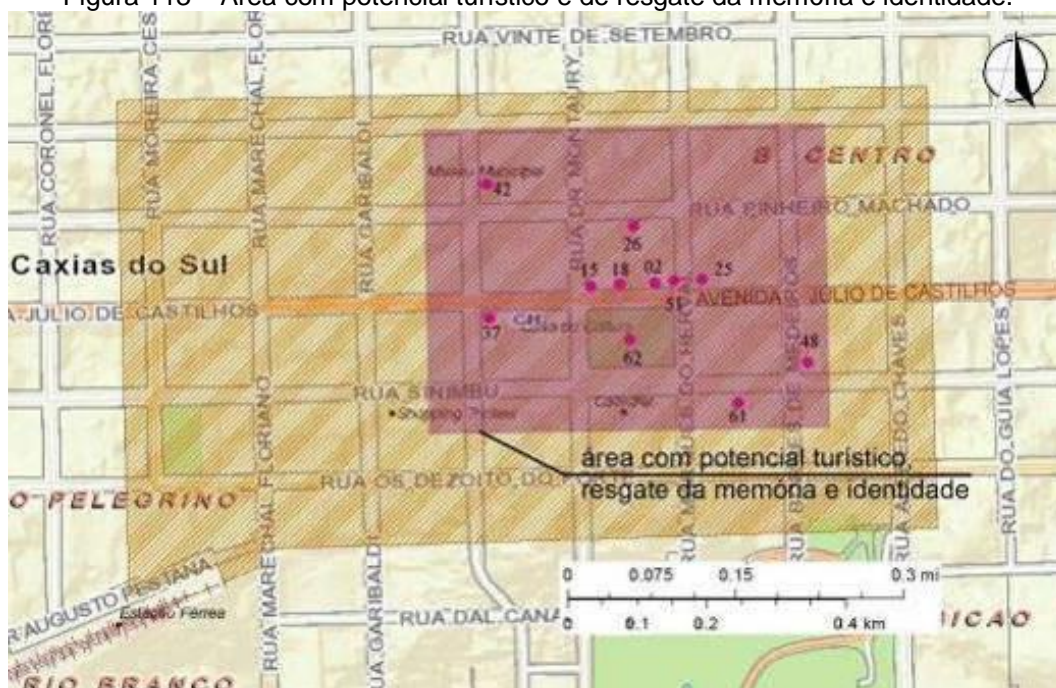
Ao compor todas essas partes, além de poder situar-se, compreender a urbanização do município, o modo de surgimento das edificações, o processo de tombamento seu tombamento, o desenvolvimento das leis com o passar dos anos. Também, pôde-se apreender o sentido de como essas edificações e o próprio desenvolvimento da localidade encontra-se na memória da comunidade por meio das entrevistas do Acervo do Arquivo Histórico Municipal.

Tinha-se o intuito de investigar a possível utilização do patrimônio salvaguardado para a o turismo e, no decorrer da pesquisa, verificou-se esta possibilidade condicionando o atrelamento do turismo e das edificações à memória e identidade da comunidade. Notou-se, também, que haveria uma área já delimitada dentro do Plano Diretor Municipal na Zona de Centro Histórico (junto aos Setores Especiais) com tal potencial: o entorno da Praça Dante Alighieri, como demonstra a figura a seguir⁹⁸.

⁹⁷ Em notas de aula, Durkheim citado por Vania Herédia, durante a disciplina de memória, sociedade e turismo dentro do Mestrado de Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul.

⁹⁸ Os perfis viários atuais com essas edificações encontram-se no anexo deste trabalho.

Figura 113 – Área com potencial turístico e de resgate da memória e identidade.



Fonte: GEOCAXIAS, editado.

Esta constatação mostra que, mesmo com o crescimento urbano, econômico, espacial e populacional do município ao decorrer dos anos, a Praça Dante Alighieri e as ruas do seu entorno não perderam sua importância, mantendo-se como pontos de referência no município de Caxias do Sul para seus moradores e poder público seja naquela época, seja agora.

O território em questão foi palco de inúmeros acontecimentos e encontra-se na voz do acervo do Arquivo Histórico Municipal. As ruas Sinimbu, Dr. Montauray, Marquês do Herval, Avenida Júlio de Castilhos, Rua Pinheiro Machado e Visconde de Pelotas fazem parte do grupo das primeiras vias da cidade, com a maior quantidade de registros fotográficos e que resistiram à evolução urbana/ legal. A nomenclatura da via e a forma da caixa viária podem ter modificado, mas a importância perpetua-se, pois seguem abrindo comércio, serviços e edificações de relevância patrimonial.

Ao longo da pesquisa averiguou-se que o entorno em questão forma uma “colcha de retalhos⁹⁹”, em razão do acervo de bens materiais do município pertencer a décadas distintas, com alterações arquitetônicas e funcionais ao longo dos anos e com edificações locadas pontualmente ao longo da malha urbana.

⁹⁹ Este termo foi utilizado pela professora Ana Elísia Costa para referir-se às edificações históricas de Caxias do Sul, na disciplina de Projeto de Arquitetura I, no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul no segundo semestre de 2008.

Tem-se na Praça Dante Alighieri “os bordados finos”, com o maior número de edificações tombadas, vizinhas e de períodos próximos. Os fios condutores que interligam essa malha são as vias onde as edificações foram inseridas, a legislação do município que a inseriu em uma Zona Específica, as vozes da comunidade e a evolução urbana da localidade que justificam o porquê desses bens materiais serem preservados.

O conjunto de edificações e vias que compõem o entorno da Praça pode ser considerado um lugar de memória (GASTAL, 2002, p. 77) único, singular, e com forte apelo afetivo para a comunidade de resgate da identidade local, pois traz as “marcas do local construídas no tempo” (GASTAL, 2006, p.101).

Lugares destinados ao resgate da memória são modos de valorização da comunidade e da cultura local. De acordo com Andrade (2008, p. 2), por tal motivo “são verdadeiros patrimônios culturais, projetados simbolicamente e podem estar atrelados a um passado vivo que ainda marca presença e reforça os traços indenitários do lugar”.

Além de um espaço de resgate, como já foi evidenciado por Canclini (1994, p. 103), outros elementos são relevantes, uma vez que, para ter um efetivo resgate do patrimônio, é necessário “criar condições materiais e simbólicas para que todas as classes possam encontrar nele um significado e compartilhado”.

Conforme Troitiño (2002, p. 09-13), o patrimônio arquitetônico e urbanístico também pode contribuir com a referida questão e que, ao obter essa plena recuperação, cria-se possibilidades de utilização para o Turismo Cultural. Neste sentido, o Turismo pode oferecer oportunidades de desenvolvimento econômico, enriquecimento cultural da sociedade local e externa e, ainda, atuar de forma integrada na recuperação do patrimônio.

Ao entrelaçar arquitetura, patrimônio, memória identidade e turismo conjuntamente com a comunidade e com o poder público e privado, tem-se um recurso estratégico cultural de grande valia para ambas as partes e que pode ser inserido plenamente na vida urbana de Caxias do Sul.

6 REFERÊNCIAS

- ABREU, R. (org.) **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ADAMI, J. S. **História de Caxias do Sul 1864-1970**. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. FGV Editora, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=vUFTgxC7GXcC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 20 mar. 2016.
- _____. **Ouvir contar: textos de história oral**. FGV Editora, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=y2ow8l6RWQsC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 20 mar. 2016.
- ANDRADE, J. V. de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 7 ed. São Paulo: Ática, 2000.
- ANDRADE, M. de. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: BATISTA, M. R. (org.). Mário de Andrade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 30, 2002. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=10728>>. Acesso em: 1 out. 2017.
- ANDRADE, V. G. “Roliúde Nordestina” – um cenário de formação dos sujeitos. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 1, p. 1-15, 2008.
- ANTUNES, D.P. **Documentário histórico do município de Caxias do Sul (1875-1950)**. São Leopoldo: Artegráfica, 1950.
- ANTONIAZZI, A. **Simulação computacional de ambientes históricos**: procedimentos metodológicos para estudo de caso na Praça Dante Alighieri e no entorno imediato. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- ARGAN, G.C. Sobre o conceito de tipologia arquitetônica. In: _____. **Projeto e destino**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.
- ASHWORTH, G. J. & TUNBRIDGE, J. E. **The tourist-historic city**: retrospect and prospect of managing the heritage city. Oxford: Pergamon, 2000.
- BALDISSERA, D. **Apropriação de espaços públicos em centros urbanos**: Caxias do Sul 1910-2010. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.
- BESSA, A. S. M. **Preservação do Patrimônio Cultural**: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro. Altamiro Sérgio Mol Bessa – Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.

BISOL, L. E. **As formas da arquitetura do período colonial de Caxias do Sul como recurso para a compreensão das suas representações espaciais.** 2010. Iniciação Científica – Universidade de Caxias do Sul, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Orientador: Pedro de Alcântara Bittencourt César.

BOSSANO, J. V. M. A. **Guía metodológica para los socios y otros participantes en el proyecto.** VICTUR- URBA, 2005. Disponível em: <http://centroubal.com/sicat2/documentos/39_2006126116_R9P5-04A-dt2-spa.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2017.

BRANDI, C. **Teoria do Restauro.** Roma: Edizioni di Storia e Letteratura. 1963.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. _____. **Turismo Cultural: Orientações Básicas.** Brasil: Ministério do Turismo – 3 ed. Brasília; Ministério do Turismo, 2010.

_____. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Brasília, Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Lei_n_378_de_13_de_janeiro_de_1937.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2017.

_____. **Lei nº 4771, de 15 de julho de 1965.** Institui o novo Código Florestal. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 17 jan. 2017.

_____. Iphan é responsável por preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros. **Portal Brasil.** Brasília, p. 1-1. 31 out. 2009. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/11/iphan-e-responsavel-por-preservar-divulgar-e-fiscalizar-os-bens-culturais-brasileiros>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

BRUGALLI, A. M. **O quartel.** Porto Alegre: EST, 2000.

CABRAL, R. C. **A dimensão urbana do patrimônio na Carta de Atenas de 1931.** As contribuições da delegação italiana. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, maio 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.179/5531>>. Acesso em: 1 ago. 2017.

CANCLINI, N. G. **Imaginários Urbanos.** Buenos Aires. Editorial Universitária de Buenos Aires, 1997.

_____. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico Nacional.** nº 23: Cidade, IPHAN, 1994.

CANDAU, J. **Antropología de la memória.** Trad. Paula Mahler. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

_____. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAON, M. **Memória e cidade**: o processo de preservação do patrimônio histórico edificado em Caxias do Sul 1974-1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2010.

CARTA DE VENEZA. Rio de Janeiro: IPHAN, 1964: Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

CARTA DE ATENAS. Rio de Janeiro: IPHAN, 1964, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

CARTER, J. **Sense of Place**: an interpretive planning handbook. Tourism and Environment Initiative. Highlands and Islands Development Board, Inverness, 2007. Disponível em: <<http://vircs.bc.ca/environment/files/resourcedocs/sofp.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2016.

CASTROGIOVANNI, A. C. Por que a geografia do Turismo?. In.: GASTAL, S. (org). **Turismo**: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDIPUC. 2001.

CAXIAS DO SUL. **Livro de registro de atos e decretos municipais**. Arquivo Histórico Municipal. 1894-1897. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/livro-de-registro-de-atos-e-decretos-municipais>>. Acesso em: 20 maio 2017.

_____. **Decreto nº 10, de 5 de mar. de 1893**. Código de Posturas do Município de Santa Thereza de Caxias. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/codigo-de-posturas-do-municipio-de-santa-thereza-de-caxias>>. Acesso em: 1 jun. 2017.

_____. **Código Administrativo do Município de Caxias**. Caxias do Sul, 1920. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/codigo-administrativo-do-municipio-de-caxias>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Código Administrativo do Município de Caxias**. Caxias do Sul, 1927. Disponível em: <<http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/codigo-administrativo>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Lei nº 71, de 31 de agosto de 1948**. Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1948a Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=18611&p=0&Minitura=false&Texto=true>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. **Lei nº 78, de 9 de outubro de 1948**. Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Caxias do Sul, Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=18617&p=0&Minitura=false&Texto=true>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. **Lei nº 79, de 14 de outubro de 1948.** Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1948c. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=18618&p=0&Minitura=false&Texto=true>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. **Lei nº 304, de 30 de dezembro de 1950.** Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1950. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=16191&p=0&Minitura=false&Texto=true>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. **Lei nº 370, de 26 de setembro de 1951.** Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1951. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=16235&p=0&Minitura=false&Texto=true>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. **Lei nº 470, de 21 de outubro de 1952.** Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1952. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=15670&p=0&l=pesquisa&s=pesquisa>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. **Lei nº 911, de 16 de novembro de 1959.** Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1959. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=14404&p=0&l=pesquisa&s=pesquisa>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. **Lei nº 2006, de 20 de dezembro de 1971.** Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 1971. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=14494&p=0&Minitura=false&Texto=true>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. **Lei nº 2516, de 15 de outubro de 1979. Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.** Caxias do Sul, 1979. Disponível em: <<http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=15045&p=0&Minitura=false&Texto=true>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. **Prefeitura Municipal:** Caxias foi nomeada oficialmente Capital Brasileira da Cultura 2008. 2008. Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/comunicacao/noticias_ler.php?codigo=5167>. Acesso em: 1 set. 2017.

_____. **Lei Complementar nº 412, de 12 de junho de 2012.** Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/LC/LC-00412.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2017.

_____. **Conheça mais sobre os 140 Anos da História de Caxias documentada no Arquivo Histórico Municipal.** 2017a. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/cultura/texto.php?codigo=360>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

_____. **Museu Ambiente Casa de Pedra.** 2017b. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/cultura/texto.php?codigo=371>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

_____. **A Cidade**. 2017c. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/cidade/>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. **GeoCaxias**. 2017d. Disponível em: <<http://geopublico.caxias.rs.gov.br:8814/geocaxias/login>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. **Processo de Tombamento**. 2017e. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/cultura/texto.php?codigo=422>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. **Plano diretor**. 2017f. Disponível em: <<https://www.caxias.rs.gov.br/planejamento/texto.php?codigo=300>>. Acesso em: 4 nov. 2017

CESAR, P. B.. **As representações do Espaço Arquitetônico**. Uma proposta metodológica aplicada ao centro histórico da cidade de São Paulo. São Paulo: Tese de doutorado, DG-FFLCH-USP, 2007.

CENTRO DE CULTURA ORDOVÁS. **Institucional**. Disponível em: <<https://centrodecultura.caxias.rs.gov.br/conteudo.php?codigo=3>>. Acesso em: 7 maio 2017.

CHAVES, R. Prédio de Caxias do Sul é o mais alto do Estado desde 1976. **O Pioneiro**. Caxias do Sul. 1 nov. 2016. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2016/11/predio-de-caxias-do-sul-e-o-mais-alto-do-estado-desde-1976-8102023.html>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

CHAVES, R.; VIDAL, L. Curiosidades sobre as rainhas da Festa da Uva. Almanaque Gaúcho. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 set. 2013. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/almanaquegaucho/2013/09/11/monarquia-festiva/?topo=13,1,/page/3/&status=encerrado>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: EDUNESP, 2006.

COSTA, A. E. **Evolução da Arquitetura Industrial em Caxias do Sul: 1880-1950**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

D'APREMONT, B.; GILLONNAY, B. de. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul: (1896-1915)**. Caxias do Sul, RS: UCS, 1976.

DEL PUERTO, C. B. **Turismo Cemiterial: o cemitério como patrimônio e atrativo turístico considerando a trama morte e vida das necrópoles**. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Turismo e Hospitalidade). Universidade de Caxias do Sul, 2015.

DUARTE, J.; BARROS, A. (org.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009. e Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul, n. 12, 1990.

ERBES, L. C. **Festa da Uva**: a alma de um povo. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2012.

ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Carta de Atenas, 1931**. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>> Acesso em: 28 mar. 2016.

ESTATUTO DA CIDADE: 2. ed. **Brasília**: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. Disponível em: <<http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf>> Acesso em: 21 mar. 2016.

FIAMENGHI, T. (org.) **Redescobrir**. Conhecer a história. Compreender o presente e projetar o futuro. Caxias do Sul, 2017.

FIEDLER, André. Sem turistas, loja de souvenirs da Igreja São Pelegrino, em Caxias do Sul, fecha as portas. **Gaúcha Zh**. Porto Alegre, p. 1-1. 28 maio 2014. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/05/sem-turistas-loja-de-souvenirs-da-igreja-sao-pelegrino-em-caxias-do-sul-fecha-as-portas-cj5vluhj0hllxbj00ahsygg4.html>>. Acesso em: 1 set. 2014.

FILIPPINI, R. **Formas Ignoradas**: estilos, ornamentos e memórias. Caxias do Sul, RS, Lorigraf, 2011.

FREITAS, A. M. de.; et. al. **Projeto A Honra do Trabalho**: Memória Visual. 2012. Disponível em: <<https://projetoahonradotrabalho.blogspot.com.br/p/memoria-visual-eberle.html>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo**: trajetória da polícia federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, 2009.

FREITAS, C.. Caxias do Sul não recebe recursos para o turismo desde 2013. **O Pioneiro**. Caxias do Sul, p. 1-1. 31 ago. 2017. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2017/08/caxias-do-sul-nao-recebe-recursos-para-o-turismo-desde-2013-9884440.html>>. Acesso em: 18 out. 2017.

FRIES, S. S. As três fases de uma história. **Boletim Memória**. Caxias do Sul: Museu.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE) (Brasil). **PIB dos municípios do RS em 2014**: desempenho dos serviços contribuiu com os principais ganhos de participação. Porto Alegre. 14 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/municipal/destaques/>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

GASTAL, S. Lugar de Memória, por uma aproximação ao patrimônio cultural. In: GASTAL, Susana. (Org.). **Turismo, investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002, v. p. 69-81.

_____. **Alegorias urbanas**: o passado como subterfúgio: tempo, espaço e visualidade na pós-modernidade. São Paulo: Papirus, 2006.

_____. Turismo e cultura: aproximações e conflitos, p. 235-255. In.: BENI, M. C. **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão**. São Paulo: Manole, 2012.

GIAZZON, E. M. A. **Análise do Processo de Urbanização de Assentamentos Precários – Estudo de Caso de Caxias do Sul/RS (1997 a 2004)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRON, L. S.. **Casas de Negócio: 125 anos da imigração italiana e o comércio regional**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

_____; HERÉDIA, V. B. M. **História da Imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

_____; NASCIMENTO, R. F. do. **Caxias Centenária**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

GOUVEA, L. A. de C. **Cidade Vida: Curso de Desenho Ambiental Urbano**. São Paulo, Nobel, 2008.

HAIGERT, C. G. Memória: do individual ao coletivo. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Educação Patrimonial: Perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARVEY, D. **Espaço e Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HERÉDIA, V. B. M. Câmara da Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul. **Memória & identidade: CIC**. Caxias do Sul, RS: Belas-Letras, 2007.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; MACHADO, Maria Abel. **Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul: Cem anos de História**. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

_____. **Processo de Industrialização na zona colonial italiana**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

IBRAVIN. **Ibravin: Jovem e Maduro**. Revista Saca Rolhas, nº 4, edição 9, 2013. Disponível em: <<http://www.ibravin.org.br/downloads/1394732471.pdf>>. Acesso em: 18 out 2017.

IPHAN. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. **Patrimônio cultural IPHAN 2015**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. Ministério da Cultura. **Tombamento e participação popular**. Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo, 1995.

IZQUIERDO, I. A. **É a memória que nos dá identidade**. Ponto & Virgula Porto Alegre. 1994, nº 22, p.2-6

KIRST, M. F. G. **Um olhar de pai para filho**. Caxias do Sul: Belas- Letras, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, A. M. de. **Fundamento de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4. Ed. Campinas: Unicamp, 1996.

LE MOS, C. A. C. **Da Taipa ao Concreto**: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e urbanismo. Org. Jose Lira. São Paulo. Três Estrelas, 2013.

_____. O que é patrimônio histórico. **Primeiros Passos**, volume 51. São Paulo, Brasiliense, 1981.

LIMPA CAXIAS. **Fotos da linha do tempo (Facebook)**. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/LimpaCaxias/photos/?tab=album&album_id=286606691469031>. Acesso em: 1 jul. 2017.

LOHMANN, G.; PANOSSO, A. N. **Teoria do Turismo**: conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Alep, 2012 (Série turismo).

MACHADO, M. A. **Construindo uma Cidade**: história de Caxias do Sul 1875/1950. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2001.

MAHFUZ, E. da C. **O sentido da arquitetura moderna brasileira**. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.020/811>> Acesso em: 20 mar. 2016.

MARCHANTE, J. S. G.; HOLGADO, M. del C. P. **La función social del patrimonio histórico, el turismo cultural**. Cuenca: Universidad de Castilla – La Mancha, 2002.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MEZZALIRA, H. (ed.). **Revista memória de Caxias do Sul pelo véis do patrimônio tombado. Caxias do Sul**: Prefeitura de Caxias do Sul, 2008.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O desafio do Conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MIRANDA, M. P. de S.; ARAÚJO, G. M.; ASKAR, J. A. (org.) **Mestres e Conselheiros**: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MOLETTA, V. F.; GOIDANICH, K. L. **Turismo Cultural**. 2. Ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico** (2nd ed.). São Paulo: Contexto, 2002.

MOESCH, M., & Beni, M. C. **Do discurso sobre a ciência do turismo para a ciência do turismo**. In *Anais do XIV Seminário da ANPTUR*. ANPTUR, 2015. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/v.11/DFP1_pdf/48.pdf > Acesso em: 20 mar. 2017.

NASCIMENTO, R. R. F. do. **A formação urbana de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EducS, 2009.

_____. **Campo dos Bugres-Sede Dante**: a formação urbana de Caxias do Sul (1876-1884). Dissertação de Mestrado, PUCRS, 2009.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 7-28. 1993.

O PIONEIRO. Prédio da Maesa em Caxias é declarado patrimônio histórico. **O Pioneiro**. Caxias do Sul. 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/cidades/noticia/2015/01/predio-da-maesa-em-caxias-e-declarado-patrimonio-historico-4689495.html>>. Acesso em: 30 set. 2017.

OLIVEIRA, R. L. De. Um casarão para a história. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 21 jan. 2014a. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/01/21/um-casarao-para-a-historia-2/?topo=87,1,1,,27>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Um satélite em frente à Praça Dante. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 24 jan. 2014b. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/01/24/predio-da-area-central-de-caxias-completa-40-anos-veja-qual-e/?topo=87,1,1,,87>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Antigos projetos para o Monumento ao Imigrante. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 10 fev. 2014c. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/02/10/antigos-projetos-para-o-monumento-ao-imigrante/?topo=87,1,1,,87>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Os 60 anos do Parque dos Macaquinhos. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 27 fev. 2014d. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/02/27/os-60-anos-do-parque-dos-macaquinhos/?topo=35,1,1,,35>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Lembranças da Festa da Uva na década de 1930. **O Pioneiro. Memória**, Caxias do Sul, 13 mar. 2014e. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/03/13/lembrancas-da-festa-da-uva-na-decada-de-1930/?topo=35>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. Ângulos da cidade. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 22 mar. 2014f. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/03/22/angulos-da-cidade/?topo=35,1,1,,35>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Caxias do Sul vista do alto. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 14 abr. 2014g. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/04/14/caxias-do-sul-vista-do-alto/?topo=87>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Caxias do Sul de antigamente em cartões-postais. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 18 abr. 2014h. Disponível em:

<<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/04/28/caxias-do-sul-de-antigamente-em-cartoes-postais/?topo=35,1,1,,,35>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Inauguração do Monumento aos Tiroleses em 1977. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 2 jun. 2014i. Disponível em:

<<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/02/06/inauguracao-do-monumento-aos-tiroleses-em-1977/?topo=35,1,1,,,35>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Cantina Antunes nos anos 1980: um período de indefinições. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 2 jun. 2014j. Disponível em:

<<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/06/02/cantina-antunes-nos-anos-1980-um-periodo-de-indefinicoes/?topo=35,1,1,,,35>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Um guia para a Caxias do Sul de 1954. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 18 jun. 2014k. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/06/18/um-guia-para-a-caxias-do-sul-de-1954/?topo=35,1,1,,,35>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Congresso Eucarístico de 1948, um marco da Diocese de Caxias do Sul. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 5 jul. 2014l. Disponível em:

<<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/09/05/congresso-eucaristico-de-1948-um-marco-da-diocese/?topo=35,1,1,,,35>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. A formiguinha do Edifício Caixa de Fósforo. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 26 set. 2014m. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/09/26/a-formiguinha-do-edificio-caixa-de-fosforo/?topo=35>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Das alturas da Metalúrgica Abramo Eberle em 1950. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 14 out. 2014n. Disponível em:

<<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/10/14/das-alturas-da-metalurgica-abramo-eberle-em-1950/?topo=52>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Eberle: outros tempos, outros tons. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 5 nov. 2014o. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/11/05/eberle-outros-tempos-outros-tons/?topo=87/page/4/>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Busto de Dante Alighieri completa 100 anos na praça. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 14 nov. 2014p. Disponível em:

<<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/11/14/busto-de-dante-alighieri-completa-100-anos-na-praca/?topo=87>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Veja fotos da Festa da Uva de 1934. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 23 nov. 2014q. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/01/23/veja-fotos-da-festa-da-uva-de-1934/?topo=52>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Memórias do Palacete Eberle. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 2015a. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/01/13/memorias-do-palacete-eberle/?topo=52>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. Central: cinema, teatro, quadra de esportes e bingo. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 2 jan. 2015b. Disponível em:

<<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/01/02/central-cinema-teatro-quadra-de-esportes-e-bingo/?topo=52;>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. Primórdios da BR-116 nos anos 1950. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 10 jan. 2015c. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/01/10/primordios-da-br-116-nos-anos-1950/?topo=35,1,1,,,35>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Inauguração dos Pavilhões da Festa da Uva em 1975. **O Pioneiro. Memória**, Caxias do Sul, 4 mar. 2015d. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/03/04/inauguracao-dos-pavilhoes-da-festa-da-uva-em-1975/?topo=52>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

_____. Praça Dante Alighieri em outros tempos. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 21 mar. 2015e. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/03/21/praca-dante-alighieri-em-outros-tempos/?topo=35,1,1,,,35>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Por onde andaré o outro Vasco Prado? **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 22 abr. 2015f. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/04/22/por-onde-andara-o-outro-vasco-prado/?topo=35>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Caxias antiga: quando o trem cortava a cidade.... **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 25 jul. 2015g. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/07/25/caxias-antiga-quando-o-trem-cortava-a-cidade/?topo=35>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

_____. Inauguração da Casa de Pedra em 1975. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 16 nov. 2015h. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/11/16/inauguracao-da-casa-de-pedra-de-1975/?topo=87,1,1,,,87>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Casa de Pedra: uma restauração em 1975. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 17 nov. 2015i. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2015/11/17/inauguracao-da-casa-de-pedra-em-1975/?topo=35,1,1,,,35>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. Agitos do Recreio da Juventude em 1955. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 7 jan. 2016. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2016/01/07/agitos-do-recreio-da-juventude-em-1955/?topo=87>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2013.

PERINI, N. Câmara da Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul. **Caxias do Sul**: perfil sócio econômico = perfil sócio económico = sócio economic profile. Caxias do Sul, RS: São Miguel, 1992.

POSENATO, J. **Arquitetura da migração italiana no Rio Grande do Sul**: assim vivem os italianos. 4 ed. Caxias do Sul: Educs, 1983.

POZZA, R. Silêncio do prefeito Daniel Guerra sobre Festa da Uva é constrangedor. **O Pioneiro**. Caxias do Sul. 5 maio 2017. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2017/05/silencio-do-prefeito-daniel-guerra-sobre-festa-da-uva-e-constrangedor-9786607.html>>. Acesso em: 30 set. 2017.

PRUX, E.; TRONCA, T. **Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami: Uma Trajetória de Parcerias**. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 70-86, jul./dez., 2014.

RECREIO DA JUVENTUDE. **Estrutura Física**. Disponível em: <<http://www.recreiodajuventude.com.br/Estrutura-Fisica/>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

REIS FILHO, N. **Evolução Urbana do Brasil: 1500/1720**. São Paulo: Pini, 2000.

_____. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

RIO DÉCO. **Introdução de Luciano Figueiredo e Oscar Ramos**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980, [sp]. Il. p&b. color.

ROSSI, C. V. **Industrialização e expansão urbana em Caxias do Sul**. Trabalho da disciplina de Laboratório de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Caxias do Sul, Laboratório de Arquitetura e Urbanismo, 2010.

RUSKIN, J. **Las siete lamparas de la arquitectura**. Espanha, Valencia: F. Sempere, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: USP, 2004.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. 2 ed. São Paulo: USP, 2002.

_____. **Circuitos espaciais de produção: um comentário**. SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton. A construção do espaço. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SOUZA FIHO, C. F. M. de. **A proteção jurídica dos bens culturais**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1992. Disponível em: <http://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1283280089.pdf>. Acesso em: 01 set. 2017.

_____. **Bens Culturais de proteção jurídica**. Porto Alegre, EU/Porto Alegre, 1999.

THOMPSON, P. **A voz do passado – História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TOLEDO, G. T. **A Pesquisa Arqueológica em Quaraí/RS: uma contribuição à identidade local**. 2010. 107f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFSM, Santa Maria, 2010.

TONUS, J. W. (org.). **Victur: valorização do turismo integrado à identificação dos territórios**. Caxias do Sul (RS): Belas-letas, 2007.

TROITIÑO, M. A. El patrimonio arquitectónico y urbanístico como recurso turístico. In: GARCIA MARCHANTE, J.; POYATO HOLGADO, M. Del C. **La Función social del Patrimonio Histórico: El Turismo Cultural**. Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla- La Mancha, 2002.

_____. Turismo y desarrollo sostenible en ciudades históricas. **Ería Revista Cuatrimestral de Geografía**. Oviedo: Departamento de Geografía de la Universidad de Oviedo, n. 47, p. 211-28, 1998.

UNESCO. **Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural**. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

_____. **Convenção para salvaguarda do património cultural intangível**. 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

_____. (Representação da Unesco no Brasil). **O Patrimônio: legado do passado ao futuro**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. **Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade. Linhas de Pesquisa**. Disponível em: <<http://www.ucs.br/site/pos-graduacao/formacao-stricto-sensu/turismo-e-hospitalidade/linhas-de-pesquisa/>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

VALTRICK, B. Memória: os tempos da antiga Livraria Saldanha - Geral - Pioneiro. **O Pioneiro**, Caxias do Sul, 20 abr. 2017. Disponível em: <<http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2017/04/memoria-os-tempos-da-antiga-livraria-saldanha-9776241.html>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

VAQUERO, M. de La C.. **La Ciudad Histórica como destino turístico**. Barcelona: Editorial Ariel, 2002.

WEBER, M. **Economia y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. Mexico (DF): Fondo de cultura econômica, 1997.

WEIMER, G. (et. al.). (Org.) **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

ANEXO A – QUADRO TOMBAMENTO EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Edificação Residencial	Usos		Endereço	Informações
	Antigo	Atual		
Casa Saldanha	Residência da família Saldanha. No pavimento inferior funcionava o comércio familiar: livraria, bazar e tipografia.	O pavimento inferior segue com a utilização comercial.	Avenida Júlio de Castilhos, esquina com a rua Visconde de Pelotas bairro: Centro.	Obra do arquiteto italiano Luigi Valiera, concluída em 1930, estilo eclético.
Casa da Família Scopel	Residência da Família Bacchi Scopel.	A família transformou a residência em um museu com a história da localidade.	São Brás – bairro de Ana Rech.	Pavimento inferior em pedra e superior em madeira, servindo de moradia e cantina doméstica. Construída na década de 1930.
Casa de Pedra	Moradia de Giuseppe Lucchese e seus filhos.	Transformada em museu da vida doméstica do imigrante italiano.	Rua Matteo Gianella, bairro Santa Catarina.	Em pedra, com uso de madeira e de tijolos artesanais em áreas internas. Construída por Giuseppe Lucchese no final do século XIX.
Residência da Família Bedin	Residência da Família Bedin.	Atualmente abriga descendentes da família.	Rua Coronel Flores, bairro São Pelegrino.	Construção: década de 1910, materiais: pedra, tijolos e madeira.
Residência da Família Scotti	Inicialmente foi residência e depois se tornou o banco popular.	Hoje é a farmácia Central.	Av. Júlio de Castilhos, bairro: Centro.	Construída na década de 1920, apresenta estilo eclético, destacando-se elementos do neoclássico.
Residência da Família Sassi	Moradia da Família Sassi.	Utilizada como uma loja de roupas.	Av. Júlio de Castilhos, bairro: Centro.	Ano da Construção: 1922, em estilo eclético. Era habitação no pavimento superior e comércio no pavimento inferior.
Residência de Abramo Eberle	Residência da família Eberle, após a morte dos proprietários a casa ficou fechada por 5 anos.	A residência foi alugada para uma imobiliária.	Rua Sinimbú, bairro Centro.	Edificação de alvenaria com quatro pavimentos, iniciada em 1938. Possui detalhes do renascimento italiano.
Residência Benvenuto Conte	Foi moradia de Benvenuto Conte e família.	Segue com uso residencial, mas da família Finco.	Rua Sinimbú, bairro Nossa Senhora de Lourdes.	Construção de alvenaria de tijolos, estilo eclético, do início do século XX.

Residências de Hercules Galló	Residências da família de Hercules Galló.	Transformada em museu em Galópolis.	Bairro: Galópolis	Conjunto formado por duas residências de madeira, implantadas em um antigo lote rural no ano de 1904.
Residência Cesa Valduga	Residência da família Cesa Valduga.	O imóvel está fechado e anunciado para aluguel.	Esquina ruas Bento Gonçalves e Dr. Montauray.	Residência de estilo eclético, da segunda década do século XX
Residência Zandomeneghi	Residência Zandomeneghi	Foi a loja Raffinata, hoje aguarda obra de revitalização	Rua Feijó Junior, Bairro São Pelegrino.	Casa recebeu em 1960 um segundo pavimento, obra do arquiteto italiano João Viel
Antiga residência e Cartório Balen	Residência no pavimento superior e cartório no pavimento inferior	Local é um ponto comercial	Rua Alfredo Chaves, bairro centro.	Tombada em 20 de março de 2015.
Antiga Residencia Sanvitto	Residencia da Familia Sanvitto	Pavimento inferior é uma joalheria, pavimento superior uma escola de música.	Avenida Júlio de Castilhos	Casa em estilo eclético, com colunas jônicas.

ANEXO B – QUADRO TOMBAMENTO EDIFICAÇÕES COMERCIAIS E INSTITUCIONAIS

Edificações comerciais e institucionais	Usos		Endereço	Informações
	Antigo	Atual		
Museu Municipal	Antiga Intendência e prefeitura municipal.	Museu Histórico Municipal.	Rua Visconde de Pelotas, bairro Centro.	Casa em estilo eclético, construído nos anos de 1880.
Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami	Casa de comercio e mais tarde o Hospital Carbone.	Hoje é o Arquivo Histórico Municipal.	Av. Júlio de Castilhos, bairro: Nossa Senhora de Lourdes.	Em 1905 o prédio já continha dois pavimentos em alvenaria, em 1940 o porão se tornou um pavimento com o rebaixo da rua.
Patronato Agrícola	Era um internato de meninos órfãos e carentes.	Após o restauro de prédio a APAE ocupa as instalações.	Rua Prof. Maria D'Ávila Pinto, bairro Cinquentenário.	Inaugurado em 1928 por Getúlio Vargas, foi o primeiro prédio construído exclusivamente para assistência social.
Antigo Banco Francês e Italiano para a América do Sul	O andar superior abrigou residência de gerentes, no inferior a agencia bancária.	Imóvel este alugado para uso comercial.	Av. Júlio de Castilhos, bairro Centro.	O projeto em estilo renascentista, característico da arquitetura comercial no estado do Rio Grande do Sul, ano de 1924.
Antiga Cantina e Residência José Andreazza	Cantina e comercio com moradia ao lado, família Andreazza.	O imóvel está fechado, mas por anos foi a Cantina Pão e Vinho.	Rua Ludovico Cavinato, bairro Santa Catarina.	Conjunto formado pela edificação em pedra e alvenaria de tijolos (1916) e por mais uma em pedra (1920).
Antiga Estação Férrea.	Estação férrea.	Hoje abriga a secretaria da cultura.	Rua Dr. Augusto Pestana.	Inauguração da Via Férrea, em junho de 1910. Tombado pelo Iphae em 2001.
Clube Juvenil	Clube Juvenil	Há quase 90 anos permanece como sede do Clube Juvenil.	Esquina ruas Júlio de Castilhos e Marquês do Herval, bairro: Centro.	Desde 8 de dezembro de 1928, a sede própria da entidade (fundada em 1905).
Sede Social Recreio da Juventude	Parte do conjunto do antigo Cine Teatro Central.	Sede Social Recreio da Juventude.	Rua Pinheiro Machado, bairro: Centro.	Na Rua Pinheiro Machado, encontra-se o conjunto composto pela remanescente construção de 1925, interligada à sede social em estilo moderno.

Prédio A Toca, do Recreio da Juventude	-----	Abriga a Toca, espaço de carteado do clube.	Rua Pinheiro Machado, esquina com a rua Marquês do Herval.	Tombado em 15 de dezembro de 2008.
Antigo Auto Palácio	Foi uma revenda de carros da General Motors	O prédio foi dividido em vários pontos comerciais.	Rua Sinimbú, esquina com Guia Lopes.	Projeto e construção em estilo art-déco, inaugurado em 1946.
Antigo Armazém Fachini	Comercio familiar com residência ao lado.	-----	Vila de Criúva-Caxias do Sul.	Edificação de 1910 constitui-se em raro exemplar da arquitetura de madeira.
Antigo Cine Central	Cinema Central.	Ponto comercial alugado.	Avenida Júlio de Castilhos, bairro: Centro.	Inaugurado em 1928, foi maior casa de espetáculos do centro da cidade, na época.
Campus 8	Antigo Colégio Santa Francisca Xavier Cabrini.	Cidade das Artes- Campus 8 da Universidade de Caxias do Sul.	Rod. Rs-122, Caxias do Sul.	O projeto foi finalizado na década de 1950 e a inauguração ocorreu em 1961, com características modernistas.

ANEXO C – TABELA TOMBAMENTO CAPELAS E CAPITÉIS

Capelas e Capites	Usos		Endereço	Informações
	Antigo	Atual		
Capitel de Mariana	Capitel.	Ultimo capitel da área urbana.	Rua Matteo Gianella, bairro Santa Catarina.	Construído por Giovanni Micheli em 1881, e retribuição a uma graça alcançada.
Capela de Nossa Senhora do Rosário	Capela de Nossa Senhora do Rosário.	Capela de Nossa Senhora do Rosário.	Rua Benjamin Custódio de Oliveira, Loteamento Nº Sª Rosário/ Desvio Rizzo.	Edificação de madeira, construída em 1931, na localidade denominada Mato Queimado.
Capela de São Roque	Antiga Capela de Vila Oliva.	Capela de São Roque.	Distrito de Fazenda Souza.	Capela em madeira, construída em 1936, remontada em 1948 em São Roque.
Capela Santo Sepulcro	Antiga capela familiar em madeira.	Capela Santo Sepulcro.	Avenida Júlio de Castilhos, bairro Nossa Senhora de Lourdes.	Edificação em alvenaria, construída em 1937, contém elementos da arquitetura gótica.
Capela de Santa Lúcia	Capela de Santa Lúcia.	Capela de Santa Lúcia.	Rua Jacob Luchesi, bairro Santa Lucia.	Inaugurada em 1914, a construção em alvenaria apresenta elementos do estilo neo-românico.
Igreja do Nº Sª Rosário de Pompéia – Galópolis.	Igreja do Nº Sª Rosário de Pompéia – Galópolis.	Igreja do Nº Sª Rosário de Pompéia – Galópolis.	Rua Antônio Chaves, bairro Galópolis.	A construção da Igreja Matriz realizou-se entre os anos de 1938 a 1947.
Capela da Beata Virgem Maria da Rocca	Capela da Beata Virgem Maria da Rocca.	Capela da Beata Virgem Maria da Rocca.	VI Léguas – Travessão Hermínia.	Inicialmente uma capela em madeira; e, depois no templo de pedras assentadas com barro e reboco, inaugurada em 4 de agosto de 1892.

ANEXO D – TABELA TOMBAMENTO EDIFICAÇÕES INDUSTRIAIS

Edificações Industriais	Usos		Endereço	Informações
	Antigo	Atual		
Moinho Sul – Brasileiro	Moinho Sul – Brasileiro.	Moinho da Estação, é um pub.	Rua Coronel Flores, 810 Bairro São Pelegrino.	Conjunto composto pela unidade industrial de processamento do trigo, inaugurado em 1928.
Moinho da Cascata	Antigo Moinho Ítalo Brasileiro.	Moinho da Cascata, restaurado e transformado em centro cultural.	Rua Luiz Covolan, bairro Marechal Floriano.	Na base e subsolo de pedra assentam-se os dois pavimentos de tijolos, construídos a partir de 1905.
Lanifício Matteo Gianella	Lanifício Matteo Gianella e residência familiar ao lado.	Pertence a família, mas o prédio esta alugado.	Rua Professor Martini, bairro Santa Catarina.	Edificações de tijolos artesanais influência da arquitetura industrial inglesa, era lanifício e tecelagem.
Moinho Progresso	Serviu para armazenamento e moagem de milho e aveia.	Edificação foi restaurada e transformada em ponto comercial.	Rua Coronel Flores, bairro São Pelegrino.	Prédio com influência da arquitetura industrial europeia construído na década de 1920.
Metalúrgica Abramo Eberle	Metalúrgica Abramo Eberle.	Esta alugada para uma universidade e futuramente será um Centro Comercial	Rua Sinimbú, bairro Centro	Conjunto de prédios construídos em épocas distintas – entre os anos 1930 a 1950
Moinho de Cereais Boca da Serra	Moinho de Cereais Boca da Serra.	A edificação pegou fogo e aguarda recursos para possível reconstrução.	Próximo a Vila Seca, distrito de Caxias do Sul.	Duas casas em alvenaria de pedra, e corpo de alvenaria mista: pedra e tijolos com rejunte de barro. Construção: 1920 a 1930.
Moinho Nossa Senhora do Carmo	Moinho Nossa Senhora do Carmo.	Adquirido pela Associação Beneficente e Cultural Nossa Senhora do Carmo, será transformado em atrativo turístico.	Criúva, distrito de Caxias do Sul.	A construção data de 1952, pontuando o desenvolvimento econômico de Criúva.
Cooperativa vinícola Forqueta	Cooperativa vinícola	Segue como cooperativa e abriga um museu	Rua Luiz Franciosi Sério, Bairro Forqueta.	Tombado em 26 de dezembro de 2014

Antiga Cooperativa São Victor Ltda	Cooperativa vinícola	Espaço foi revitalizado para abrigar eventos.	Rua Dr. Augusto Pestana.	O terreno nesta rua foi adquirido em 1932, para facilitar o transporte e distribuição dos produtos.
MAESA	Fábrica 2- Abramo Eberle	Ainda abriga a empresa Voges, em processo de estudo da nova ocupação.	Ruas: Dom José Barea, Plácido de Castro, treze de Maio e Pedro Tomasi	Inaugurado em 1948, concentrava os trabalhos de fundição, mecânica, forja e produção de talheres.

ANEXO E – TABELA TOMBAMENTO OBRAS DE ARTE

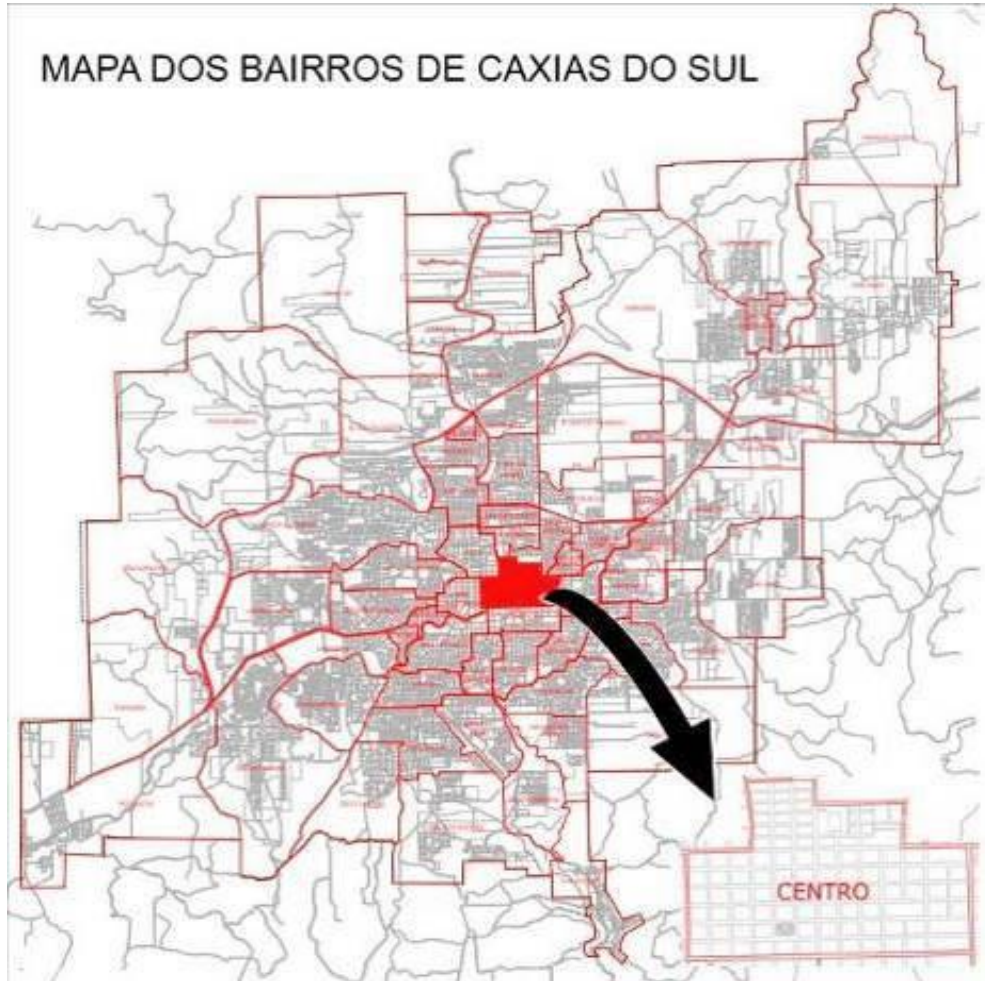
Obras de Arte	Usos		Endereço	Informações
	Antigo	Atual		
Marco em Memória às Moças Operárias	Marco em Memória às Moças Operárias.	Marco em Memória às Moças Operárias.	BR 116, 1018 – Pátio da Gazola S.A., bairro Petrópolis.	Monumento registra o trágico episódio de 22 de julho de 1943 quando sete jovens trabalhadoras morreram devido à explosão no setor de fabricação de material bélico.
Monumento Nacional ao Imigrante	Monumento Nacional ao Imigrante	Monumento Nacional ao Imigrante.	Estrada Federal BR 116.	Inaugurado em 28 de fevereiro de 1954 pelo Presidente da República Getúlio Vargas.
Painel do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira	Painel do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira, Antigo Pavilhão da festa da Uva.	Painel do Itálico Berço à Nova Pátria Brasileira, atual prefeitura municipal.	Centro Administrativo Municipal, rua Alfredo Chaves – 3º Piso.	Mural pintado a óleo sobre reboco pelo artista italiano Aldo Locatelli.

ANEXO F – FOTO DO SUMÁRIO COM DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.

Dados técnicos da entrevista	
MFN	000046
Tipo de entrevista	História de Vida
Código FG	611, 612
Código CDR-FG	611, 612
Local da entrevista	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami - Caxias do Sul
Data da entrevista	16 de setembro de 2005
Tema da entrevista	HISTÓRIA DE VIDA
Subtemas	INDÚSTRIA: Vinícola E. Mosele, Industrial Madeireira COMÉRCIO: Ferraria de Hermano Benetti, viajante Virgílio Merloti ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES: Fundação Eduardo Mosele EDUCAÇÃO: Colégio Nossa Senhora do Carmo URBANISMO: Praça Dante Alighieri IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO: migração interna (Paraná)
Sumário	<p>Origem familiar</p> <p>A infância: brincadeiras, amigos, vizinhança</p> <p>A juventude</p> <p>A vida de estudante: Colégio Nossa Senhora do Carmo e Instituto Técnico do Paraná, esporte, formação profissional</p> <p>O lazer na época de juventude</p> <p>O ingresso na Vinícola Eduardo Mosele</p> <p>O namoro, o casamento, a constituição da família</p> <p>A Praça Dante Alighieri</p> <p>A Ferragem de Hermano Benetti</p> <p>O viajante Virgílio Merloti</p> <p>A imigração de descendentes de italianos para o Paraná</p> <p>O Complexo da Vinícola E. Mosele: vinícola, madeira, vidraria</p> <p>Origens e criação da Fundação E. Mosele</p> <p>A expansão e declínio da Vinícola E. Mosele</p> <p>Os vinhos elaborados pela Vinícola E. Mosele</p> <p>Tentativas para controlar a adulteração de vinho</p> <p>A exportação e o mercado da Vinícola Mosele</p> <p>A indústria vinícola de Caxias do Sul</p> <p>Industrial Madeireira: produção do IMACLITE</p> <p>A participação da Vinícola E. Mosele na Festa da Uva</p> <p>Impressões sobre Caxias do Sul</p>
Roteirista	Sônia Storch Fries
Entrevistador	Sônia Storch Fries
Transcrição	Sônia Storch Fries 02 outubro de 2005 Sônia Storch Fries, 05 de outubro 2005
Revisão	Sônia Storch Fries, 02 de janeiro de 2012
Duração do depoimento	126' em 2 fitas (90', 90')
Audibilidade	Boa
Entrevista em PDF	dbmfg_611612.pdf
Reserva da doação	Integra o Projeto "A Voz da Memória - o passado preservado na tecnologia digital"



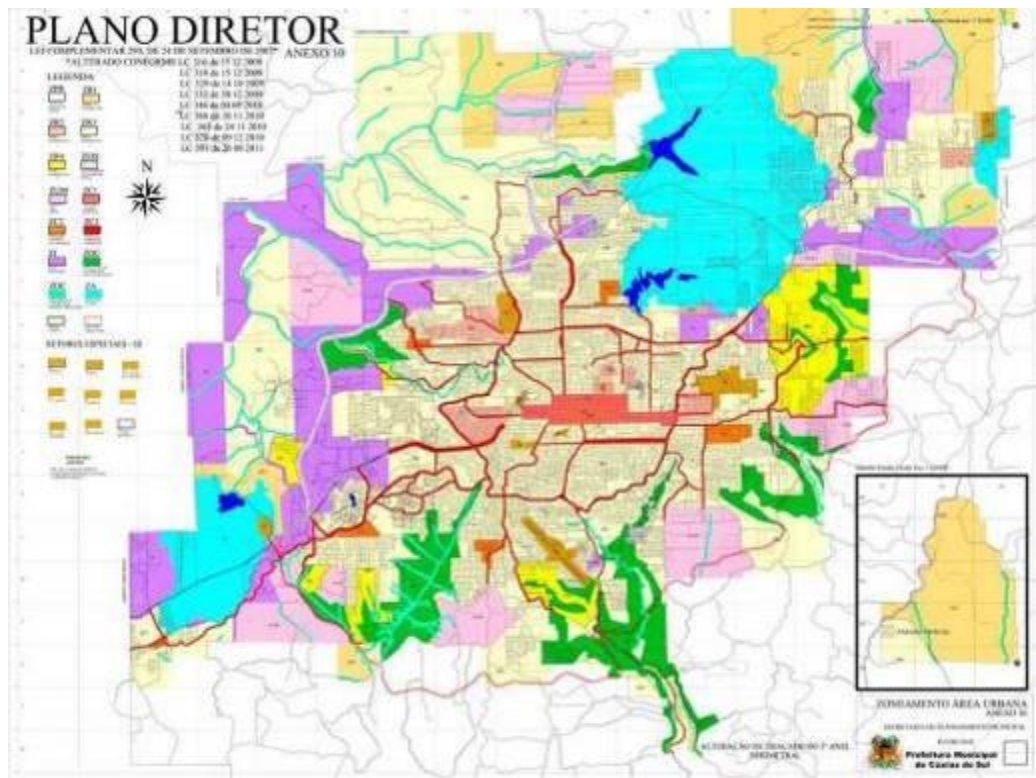
ANEXO G- MAPA DOS BAIRROS DE CAXIAS DO SUL



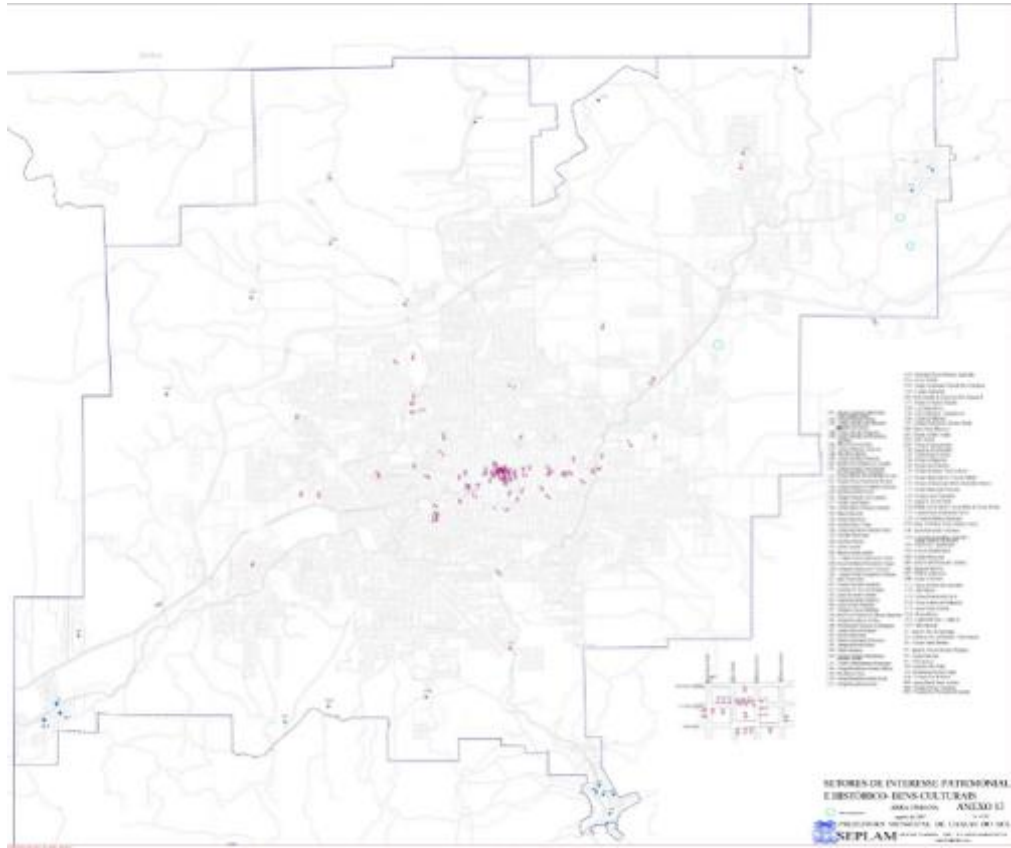
ANEXO H- MAPA DO BAIRRO CENTRO COM SUAS VIAS



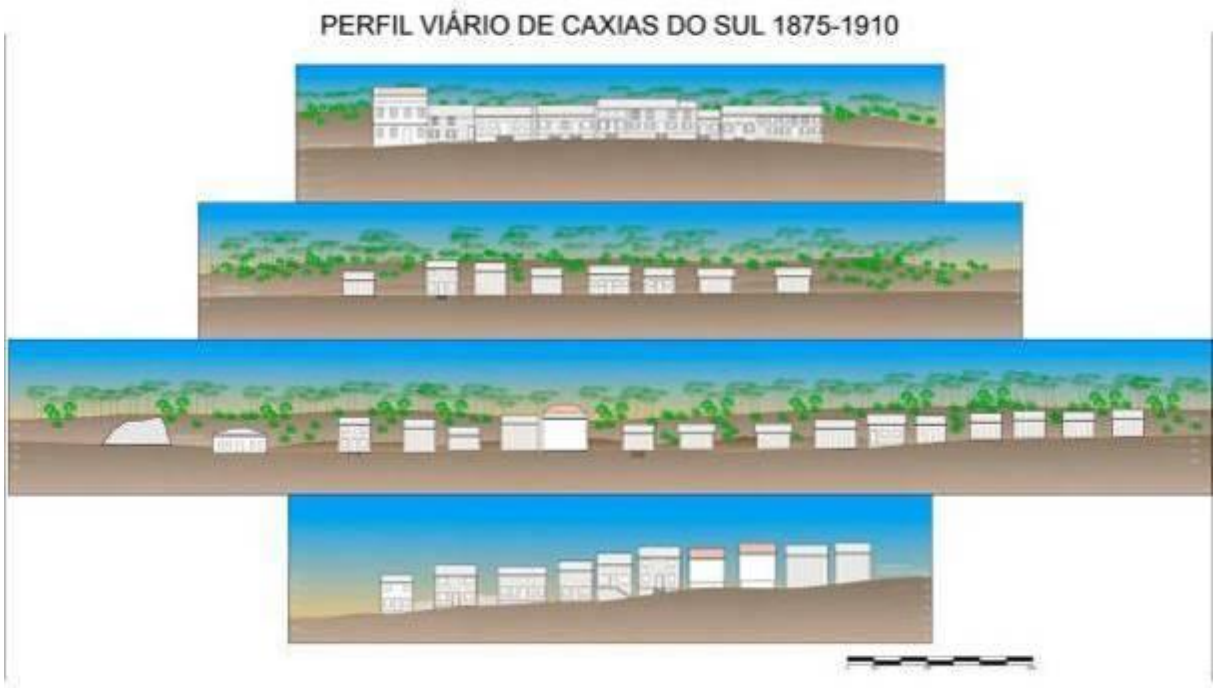
ANEXO I – ANEXO 10 DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL



ANEXO J- ANEXO 10 DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

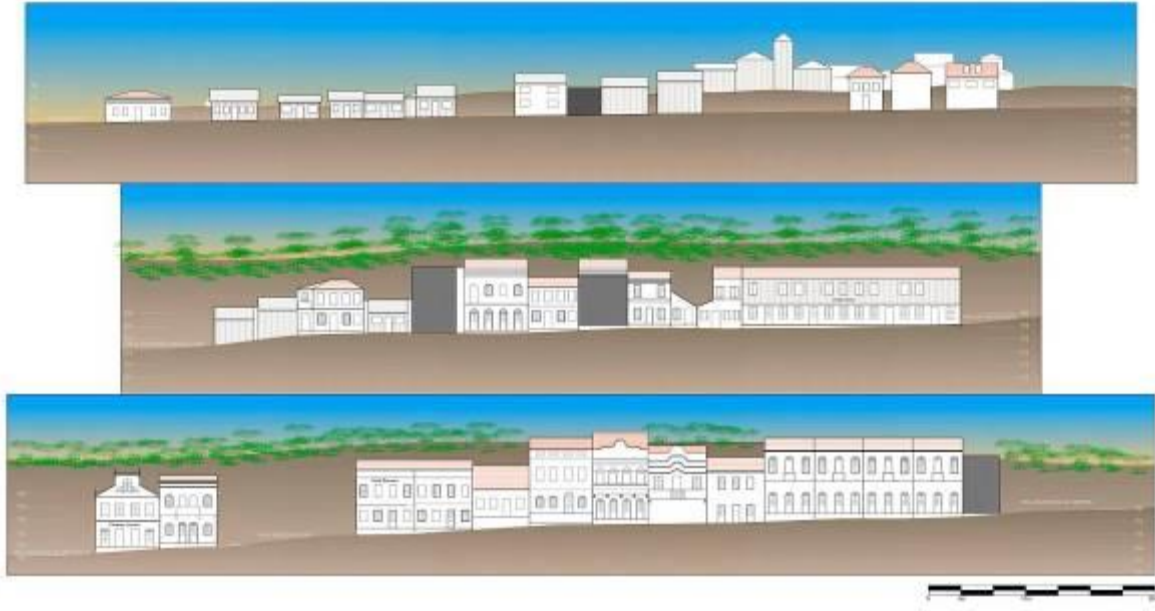


ANEXO K- PERIL DAS VIAS DE CAXIAS DO SUL (1975-1910)



ANEXO L- PERIL DAS VIAS DE CAXIAS DO SUL (1975-1910)

PERFIL VIÁRIO DE CAXIAS DO SUL 1875-1920



ANEXO M- PERIL ATUAL DAS VIAS DE CAXIAS DO SUL**PERFIL VIÁRIO DE CAXIAS DO SUL ATUALMENTE
COM POTENCIAL TURÍSTICO, DE MEMÓRIA E IDENTIDADE**

ANEXO N- PERIL ATUAL DAS VIAS DE CAXIAS DO SUL

PERFIL VIÁRIO DE CAXIAS DO SUL ATUALMENTE COM POTENCIAL TURÍSTICO, DE MEMÓRIA E IDENTIDADE



ANEXO O – ENTREVISTA DO BANCO DE MEMÓRIA DO AHM DE CAXIAS DO SUL

FG 001 e FG 002

BANCO DE MEMÓRIA

Entrevistada:

Entrevistadores: LILIANA ALBERTO HENRICHS

Tema: História de vida

Data: 10 de outubro de 1980

LADO A

Dona _____, eu gostaria de saber onde a senhora nasceu, em que data e quem são seus pais?

Eu nasci na praça Dante [Alighieri], na Rua Sinimbu com Marquês do Herval, no dia 24 de novembro de 1893.

Liliana: E seus pais, quem eram?

Meus pais chamavam-se _____ e _____.

Liliana: A senhora era, quantos irmãos?

Nós éramos em onze irmãos. Faleceram diversos. Bem, eu era a mais moça de todos.

Liliana: A senhora recorda o nome de todos?

De todos.

Liliana: Poderia me dizer?

Era _____.

Liliana: Atualmente, dos seus irmãos?

Só existo eu.

Liliana: Só a senhora?

Só eu.

Liliana: Todos faleceram? Há muito tempo?

Sim, faleceram há diversos anos.

Uma família grande, então?

É, a nossa família era grande, uma família grande. Meu pai era filho único e deixou muitos descendentes, a gente nem sabe dizer o número, né?

Liliana: Na Itália, né?

Sim, ele veio da Itália.

Sim. A senhora recorda a época?

Ele veio em 1876.

Liliana: Ele foi um dos primeiros?

Foi um dos primeiros imigrantes. Ele, quando veio da Itália, ficou um ano em Espírito Santo. Depois, ele veio diretamente aqui para o Campo dos Bugres. Veio ele, minha mãe...

Liliana: Já veio casado?

Veio casado com _____ e a _____, que era mãe dele, e com dois filhos: _____ e _____.

Vieram aqui para o Campo dos Bugres e ficaram morando numa casa, ali mais ou menos onde é o Chiaradia. Era uma casa de madeira coberta de palha. No Brasil, o primeiro filho que nasceu foi o _____, né? E depois dali, eles ficaram uns tempos, e depois apareceu uma oportunidade para ele comprar um terreno, né. O terreno era onde existe hoje em dia existe o Edifício Dona Ercília. Foi ali que nasceram todos os outros. Meu pai então, começou o lugar a ficar habitado, vinha um, vinha outro e, por conta de ter outros filhos, ele começou, o ideal dele era sempre lecionar, porque ele lecionava também na Itália, era diplomado, era professor diplomado. Ele percebia os vencimentos, de Francisco José, Rei da Áustria, na Itália. E aqui, então, começou, traçaram, com o tempo, a estrada de Caxias para São Sebastião do Cai e ele foi um dos primeiros capatazes e trabalhou algum tempo. A minha mãe, também tinha que ajudar ele, então, tinha os engenheiros e a minha mãe lavava a roupa deles, as camisas, engomava para poder ajudar. E foi

indo assim até que, afinal, chegou o dia do ideal dele, que era lecionar, né? Então ele começou a lecionar na própria casa dele, sem ajuda do governo. Ele cobrava um por mês, de cada um.

Liliana: Naquele tempo?

: Naquele tempo.

Liliana: Era pouco dinheiro?

: Era pouco dinheiro, mas era para começar a vida, né? Depois foi indo, foi indo, sempre mais, sempre mais, afinal, até que ele tinha bastante aluno e, depois, uns eram grandes; se formaram diversos padres, gente de alta posição: o seu Adelino Sassi, o Abramo Eberle, o [Eduardo] Mosele, [inaudível].

Liliana: O Dom Meneguzzi [Monsenhor João]...

Liliana: O Dom Balen

: O Dom Balen, também foi aluno dele; o Fonini, e muitos outros que eu não lembro. Teria o livro, né, o livro das matrículas, não de todos. Mas, este livro eu tinha ele guardado e o Abraminho, meu sobrinho, ele sabia que eu tinha este livro, então ele disse: "Olha, tia - , eu sei que a senhora tem este livro, enquanto a senhora estiver viva, está muito bem, mas depois a senhora sabe como é! E tem o senhor Júlio Eberle, que está fazendo um museu de coisas antigas. Então eu disse que a senhora tinha este livro e ele me pediu muito pra ver se a senhora dava pra ele. Então, em vista disso, eu entreguei este livro pra ele". Ele doou pro seu Júlio Eberle. **Liliana:** Certo. Já tinha quantos alunos?

Já selecionava. Eu também fui na escola dele...

Liliana: Ah, a senhora foi aluna do seu pai?

: Três meses só, porque depois ele adoeceu, não é? Três meses eu fui aluna dele. Ele lecionava em italiano. Depois, no fim, ele começou a lecionar em português também.

Liliana: Ele aprendeu a...

: Ele aprendeu e então ele começou a lecionar em português também.

Certo. Então, o seu pai, nunca trabalhou na terra?

: Nunca, nunca.

Liliana: A única coisa foi como capataz?

Como capataz.

Liliana: Lá na Itália ele era professor também de crianças, né?

: Sim, de criança, sim, era diplomado; ele veio de lá professor. E, quando ele veio, ele estava em Gênova para pegar o vapor, e estavam todos lá no... Como é?

Liliana: No porto?

: No porto, esperando que desse o sinal do vapor para seguir viagem para o Brasil. Então veio a hora e todos começaram a pegar os pacotes, minha mãe, minha vó e tinha os dois filhos: o - tinha oito meses e o falecido - tinha mais idade, porque era filho da primeira mulher. Então, começou a levar os pacotes, as malas, tudo, tudo, ligeiro, ligeiro e entraram dentro do vapor, né? E depois, quando era quase hora do vapor seguir viagem, minha mãe ouviu lá de fora, da plataforma, uma que grita - ele tinha um neném no colo e ele estava chorando. Ele disse: "De quem é quêsto bambino"? Então, minha mãe olhou para fora e viu que era o filho dela; ela botou a mão na cabeça e disse: "Il mio, Il è mio!" Minha mãe pensava que a minha avó o tivesse agarrado o nenê e a minha avó pensava que tivesse sido a minha mãe e quase que esqueciam ele lá!

Liliana: E aí, como é que foi?

: Então, deu tempo de agarrar ele, na hora H mesmo, a seguir viagem.

Liliana: Já pensou? Que coisa seria, né!

: Já pensou se tivesse deixado? Que triste viagem ela não teria feito?

Liliana: O seu pai falava porque ele tinha saído da Itália? Por que ele queria melhorar a vida, conhecer outras coisas, outros lugares assim não é?

: Sim, faziam muita propaganda e...o Brasil era muito mencionado, então ele quis fazer, mudar de vida pra ver se melhorava, sabe como é, não é?

Liliana: Ele era casado, então, em segundas núpcias com a sua mãe? Que ele enviuvou da primeira?

: Sim. A primeira, o - é o filho da primeira.

Liliana: A primeira faleceu?

Sim, ela faleceu. E minha mãe tinha sido aluna do meu pai e, então, depois ele casou com a primeira, era o nome de solteira da minha mãe era. E casou com ela, né? E lá na Itália, eles tiveram um filho, que é o... Depois então vieram aqui para o Brasil.

Liliana: Quer dizer que ele queria ter uma vida melhor?

Melhor, melhorar o futuro dele.

Liliana: O futuro dele e dos filhos.

E dos filhos.

Liliana: E quando ele chegou aqui, ele não se decepcionou? Porque ele vivia de uma maneira? Lecionava, já tinha uma vida mais solidificada, com mais segurança. Saiu, era tudo novo, teve que vir para cá e morar numa casa assim sem condições. Ele não falava deste período, se foi triste, se foi ruim, se foi difícil?

Não, nunca ele falava; nunca. Sabe, decerto ele viu que todo mundo saiu da Itália e veio para o Brasil e, decerto, ele se entusiasmou e também e quis experimentar.

Liliana: Lógico! Mas, quando ele trabalhou como capataz, ainda não era o que ele queria, né? Ele deve ter ficado chateado?

Ah, naturalmente. Tinha que pegar tudo o que vinha para ver se mais tarde ele realizava o sonho que ele muito queria...

Liliana: E sua mãe?

E minha mãe, porque meu pai, depois, era um homem que dava conselhos. Os colonos vinham lá e pediam para que ele desse um conselho, fazer requerimentos, uma coisa e outra então, então, a minha mãe ficava dando aula, dar aula para os alunos. Então, ela dava aula enquanto ele se ocupava a atender os colonos que iam pedir conselho, que ele fizesse requerimento para uma coisa e outra. Então era isso que ele fazia. Ajudava.

Liliana: Certo. Me diga uma coisa, que tipo de educação, assim, sua mãe e seu pai davam para vocês?

Nós respeitávamos muito eles, eram muito bons. Afinal, a gente tratava eles bem, obedecia. Uma educação boa, todos os irmãos se queriam bem, se estimavam, com os pais a gente adorava os pais.

Liliana: É que o seu pai, sendo professor, vai que ele que..., porque muitos colonos eram mais, trabalhando na terra, nessa lida, ficaram mais brutos, surravam muito os filhos, essa coisas, mas, talvez, o seu pai como professor já não fosse assim, fosse diferente. Era assim mesmo? Ou ele era autoritário, muito bravo?

Não.

Liliana: Ele conversava bastante com vocês?

Sim, sim, sim.

Liliana: Então é um pouco diferente do resto, porque a maior parte do pessoal nem conhecia direito os filhos, né?

É sim. Afinal, ele tratava bem os filhos, ele tinha uma educação, sendo professor, ele já entendia, compreendia as coisas.

Ah sim. E me diga uma coisa sobre religião, qual religião vocês adotaram?

A religião católica.

Liliana: Sempre?

Sempre, sempre. A minha avó era muito católica, minha mãe também, meu pai também, todos.

Liliana: Quer dizer que desde de pequeninha a senhora aprendeu a rezar, tinha que ir na missa, como é que era?

Sim, tinha que ir na missa, rezar. A vovó ensinava as rezas pra nós e depois a gente ia à missa, porque a igreja ficava ali perto de onde nós morávamos. Iamos a missa sempre, não faltávamos nenhum domingo, nada. Na hora de tomar a primeira comunhão, também a gente tomou, a gente sempre frequentou a igreja, sempre fomos muito católicos.

A senhora se recorda dos padres daquela época, que a senhora iniciou o seu...?

Tinha o padre Antônio Pértille... Quem era o outro...? Sabe eu era a mais moça, não lembro, se tivesse..., as minhas irmãs se lembrariam mais. Depois veio o senhor Meneguzzi, sim, aquele veio depois que eu era grande, até foi ele até quem me casou. Ele sempre vinha lá em casa assim, depois ele morava ali perto, a Canônica ficava ali perto de casa, afinal, a gente sempre tinha contato com eles. E assim.

E desde de pequena a senhora, como que a senhora poderia se lembrar desse período da sua vida? Como era a vida em família? E fora, depois da vida em família, como a senhora, menina, que depois foi crescendo, como é que se divertia? Como era em casa? Como era, tinha...?

Em casa, a gente ficava saía, a gente ficava em casa, não tinha esses divertimentos de hoje, cinema, essas coisas. Não tinha, não é?

Liliana: Então como é que se divertiam?

... Ficávamos em casa assim, né?, às vezes visitava algum parentes que tinha aqui perto, frequentava a casa dos parentes. Mas assim..., outras coisas não tinha. Depois, com o tempo, a cidade, o lugar ficou, começou a ser habitado, veio muitas pessoas de fora, começou a ficar maior, uma coisa e outra. Assim, depois começou a hora de ir no colégio, então eu fiquei só três meses, porque depois meu pai faleceu, né?

Liliana: E não tinha outra escola?

... : Tinha a dona Rosinha D'Ávila, eu fui na escola, que ela morava ali onde é a Farmácia Rosa, mais ou menos ali. Então a minha mãe me pôs lá, né? Então eu sempre frequentei esta aula, que ela era uma professor muito inteligente, muito boa, afinal, o que sei aprendi nesta dona Rosinha. Depois, quando entrei lá, eu não sabia nada e tinha outras moças, que depois ficaram amigas, elas já sabiam ler, escrever, lições de cor, fazer análise e tudo e eu não sabia nada. Então, eu fui tomando, assim, eu gostava muito de estudar, de aprender, então comecei a estudar bastante em casa, até que afinal eu aprendi e passei na frente delas. [risos] Então, quando era de manhã, que ia no colégio, elas vinham: "Aurora, me empresta o livro! Me empresta que eu vou tirar, ver se tem algum problema pra fazer em casa, alguma análise". Eu fazia e, quando eu ia de manhã, todas queriam o meu livro prá copiar, né?

Liliana: Elas queriam o trabalho já pronto? E eu passei na frente dela, não é? Eu era sempre a primeira da aula.

Liliana: Mas tinha pra quem puxar, né?

... É. E depois então, esta professora, tinha o meu pai, que faleceu em maio de 1903, então, quando foi no fim do ano, que tinham os exames, não daquele ano, do outro, então a professora fez uns versos prá mim dizer na frente dos examinadores. Eu me lembro ainda. "Então ela fez?

*"O mês de maio, senhores,
Só trouxe amor e flores para mim.
Trouxe o véu negro,
suspiros, prantos e dores.
Ó Virgem, aliviai o meu prato!
Quero ir nesse momento de saudades
Desfolhar uma rosa branca
sobre a o campa fria do meu pai.
Quando te vejo, ó anjo dourado
Na tristura da minha soledade
Uma lágrima então sinto brotar
E na angústia suprema da orfandade
Vibra em minh'alma um eco de saudades
Desculpai, desculpai, professora
As magoadas palavras da Aurora
Aceitai, em tributo, um abraço"
de quem lhe estima e adora".*

Então, eu fui lá, dei um abraço nela, e dei um ramalhete de flores.

Liliana: A senhora que tinha feito o verso?

: Não, foi a professora. Ela era muito inteligente, esta professora. Depois, então eu sei um outro, um discurso, que a família Corsetti era muito íntima dessa dona Rosinha. Esta família era muito íntima desta dona Rosinha, porque ela tinha aprontado a dona Josefina Corsetti, porque a Josephina Corsetti aprontou muito ela muito bem para que passasse nos exames em Porto Alegre pra poder ganhar uma escola estadual, né? Então se davam muito. Aconteceu que dona Josephina tinha uma irmã que se chamava Ana. Ela ia casar, nós éramos muito íntimos, porque eles moravam ali, mais ou menos, onde era o Minghelli [Sinimbu esquina com a Marques do Herval], e a gente se dava muito. Então, a dona Rosinha aprontou um discurso pra mim dizer no dia do casamento da Ana. E o banquete foi na Sétima Léguas, onde o seu Brunetta tinha como que um restaurante... Porque os Corsetti, antigamente, tinham moinho ali onde está o edifício Matteo Gianella [Lanifício Matteo Gianella]. Era ali, depois, com o tempo, eles vieram pra Caxias, de muda. E eles ficaram lá e...

Liliana: No banquete?

: No banquete. Então ela [a professora] fez este discurso e eu fui lá no banquete e me botaram encima de uma cadeira pra mim dizer o discurso.

Liliana: Quer dizer que a senhora era boa pra falar? Não ficava nervosa e nada? [risos] E aí a senhora se lembra ainda?

[risos] Eu lembro ainda:

"O enlace de duas existências, pelo vínculo sagrado do matrimônio, é sempre um ato digno de aplauso, principalmente aqueles que se conhecem verdadeiramente, este ato tão sublime. O homem, depois da luta pela vida, após longas horas de um trabalho, qualquer contrariedade ou desgostos inerentes aos negócios, ou ao trato social, recolhe-se ao lar, e o que deseja encontrar? Descanso, sossego, de espírito, carinhos e consolação. Aparece então a imagem da mulher querida, a quem coube a missão de ser esposa, filha, mãe ou irmã. É ela o anjo da guarda fiel para o homem, lhe evitando todos os sofrimentos e consolando todas as suas amarguras. Ela, por ser destinada a companheira constante do homem, sofre em seus prazeres e suas dores. Essas qualidades se acham reunidas na pessoa da excelentíssima senhora dona Ana Corsetti. Sendo ela modelo como filha, não tem dívidas que será uma exemplar esposa, para dar ainda maiores felicidades aos seus progenitores, que tanto se sacrificaram por si. O casamento, é a maior felicidade que se pode adquirir na terra, quando se encontra uma verdadeira esposa. A escolhida do vosso coração, ilustre senhor, não poderia ser melhor! As virtudes de bondade, de que é dotada, são garantias de sua felicidade futura. Eu vos saúdo, pois, e a vossa distinta esposa, juntamente com os progenitores da excelentíssima dona Ana Corsetti, sendo ela modelo como filha, não será dívidas que será uma exemplar esposa, para dar ainda maior felicidade. Eu vos saúdo, pois, e a vossa distinta família, juntamente com a família Corsetti, os esposos da ilustre família Corsetti!"

Liliana: Puxa, tinha que falar tudo isso no casamento?

: No casamento; me botaram sentada numa cadeira, eu poderia ter onze anos assim, onze anos e pouco.

Liliana: Onze anos só? A senhora era uma menina ainda!

: Uma menina.

Liliana: De irmãs, então a senhora tinha, era a senhora.

: De irmã?

Liliana: Era a senhora que tinha de mulher em casa e...?

: A Ercília Fenice e Aurora, as outras faleceram.

Liliana: Faleceram pequenas.

: Pequenas, é.

E me diga uma coisa, assim, havia muita diferença da maneira dos meninos serem educados das meninas? A senhora não notava?

Não, era tudo igual, tudo igual.

Liliana: E os meninos ajudavam em casa?

: Ajudava, trabalhavam. Eu lembro que o falecido Mansueto foi lá numa loja, ao Parolini então tinha uma loja e ele foi lá como caixeiro trabalhar na loja, o Mansueto. O Mário, ele foi em Santa Maria trabalhar como... Como é que se diz?

Liliana: Ferroviária?

: Não.

Liliana: Quartel?

: Não. De telegrama, como é que se diz?

Liliana: No Correio?

: Não.

Liliana: Como será?

: Sim, como correio, mais ou menos ele ficou, lá em Santa Maria, ele trabalhava lá. E o Ettore, trabalhava em casa assim, decerto.

Nenhum deles seguiu a carreira do pai...

Minha mãe, quando ele faleceu, a minha mãe queria muito que um dos filhos ficasse com o nome de professor, como o marido. Então o Mário, ele foi uns tempos na Quarta Léguas lecionar, lá na Quarta Léguas, uns tempos, né? Depois então ele se formou e, ultimamente, ele era gerente do Banco Pelotense, o Mário. E o Ettore, tinha a Cantina Perdigueiro, dos Vinhos Perdigueiro.

Liliana: Se dedicou a isso.

: Se dedicou, ele tinha uma cantina. Colocou uma cantina em casa.

Liliana: Sempre ali na mesma...?

: Sempre no mesmo lugar. Nós, ali, nascemos, nos criamos ali e todos ficaram ali. Depois, as moças casaram, não é? E os homens também. Quem ficou em casa, o Mário e o Ettore, porque antigamente as famílias eram muito unidas, não é como dia de hoje que cada um quer morar só, assim. Antigamente era diferente.

É, agora lá tem um edifício, né? Está bem diferente. Quando que foi vendido?

Ah foi, espera... Foi vendido... não sei, fazem vinte e cinco anos que eu estou aqui com a Mary. Fiquei lá até que... porque eu casei, eu casei e meu marido era caixeiro viajante, então eu ficava lá em casa, com a minha mãe e meus irmãos, e depois que nós casamos, então ele viajou mais dois anos. Então depois se estabeleceram com loja lá na esquina, com o Mário, o Ettore e meu marido. E quem cuidava da loja éramos eu e meu marido, porque os outros, Mário era gerente do Banco Pelotense, e o Ettore tinha a Cantina Perdigueiro. E eu, fiquei casada oito anos e meio, mas nunca tive filhos...

Em que ano a senhora casou?

Eu casei em 1921.

Liliana: Quantos anos a senhora tinha?

: Eu tinha 27 anos. Casei já de meia idade [ri].

Prá época, né? Na época casavam mais cedo, né? Como a senhora conheceu seu marido? Como era o nome dele?

Conheci meu marido porque... ele morava em Porto Alegre, e lá ele ficou doente, ficou com tifo. Ele estava no hospital, não no hospital... Como é? Ele era sócio remido da Beneficência Portuguesa. Então, depois, quando ele melhorou, o médico aconselhou que ele viesse para Caxias, assim, num lugar mais saudável para ele convalescer melhor. Então aqui ele se dava muito com o Sr. Rodolfo Braghirolli, que ele era alfaiate. Ele se dava muito com o Rodolfo Braghirolli, eram amigos. Então ele escreveu pra ele que ele encontrasse uma casa pra passear uns tempos. E nós, lá, tínhamos uma espécie de hotel, uma pensão, ali na esquina [Sinimbu com a Marques do Herval]. Então, esse Rodolfo veio lá, falou com meus irmãos e aceitaram ele, ficou hospedado lá em casa, na pensão, não é? Depois, ele ficou melhor, bem, mais forte, ele gostou do lugar e tudo e ele decidiu ficar morando em Caxias. Começou a trabalhar de alfaiate, com o seu Giacóni, que tinha alfaiataria ali na esquina, do... aquela esquina para lá do [Adelino] Sassi...V mo é?

Liliana: Na avenida mesmo?

: Sim. Depois, com o tempo, como eu digo, ele começou a melhorar a vida, ele foi a Porto Alegre, de novo. Lá, ele começou a viajar. Naquele tempo, não havia estrada de rodagem, era com burros assim, tinha três com mala, colocava as malas e tinha o empregado junto, ele ia a cavalo e o

empregado com os burros e cavalos assim, né? Com as malas do mostruário. Ele ficava fora três meses, naquela época, fazia todos os lugares a cavalo, porque não tinha estrada de rodagem, autos ou camionetes assim, né? E depois ele viajou sé dois anos, depois de casado. Depois, então, ele se estabeleceu com meus irmãos e, infelizmente, depois de dois anos, ele adoeceu. Faleceu moço, com quarenta anos. E eu, fiquei viúva com trinta e cinco. Fiquei casada oito anos e meio só e nunca tive filhos. E minha cunhada, faleceu em janeiro, antes do que ele. Ela deixou dez filhos...

Liliana: Ela casada com quem?

... Era casada com ... esse meu irmão. Então, ela me recomendou muito, porque eu sempre fiquei morando lá, vi eles nascerem, sempre ajudei, e tudo assim. Então, quando ela viu que não ficava boa nunca, então ela me recomendou todos os filhos e ela disse assim: "Tu sempre fizestes bem, me ajudastes a criar, então, principalmente as meninas, te entrego as filhas"! Que ela tinha o Abraminho, Fortunato, Páride e o Germaninho: tinha seis moças e quatro rapazes. A Mary, tinha nove meses, quando perdeu a mãe. Ela [cunhada] disse: "Aquele te mandou prá ti, aquela é tua. Tu cuidas dele todos, que assim fico descansada". - "Não, não, eu disse é tu que vai cuidar dos teus filhos. Tu vais ficar boa e vai cuidas dos teus filhos". - "Não", diz ela, "eu sei, te recomendo todos os filhos, principalmente as meninas, te deixo elas".

Liliana: Ela faleceu de que?

... : Ela faleceu de hepatite, naquele tempo não havia... [recursos], de hepatite. Ela faleceu com 41 anos; ela faleceu em janeiro e meu marido em agosto do mesmo ano.

Liliana: A senhora que cuidou dos filhos?

... : Eu sempre fiquei lá, cuidei deles.

LADO B

Liliana: ..o Mário.

... Tem Mário, ficou morando junto com a família. E, afinal, então eu que cuidei delas. Quando elas tinham os namorados, os noivos, eu acompanhava ao cinema, aos bailes, sempre cuidava delas, de todos. E graças a Deus, todas casaram bem, com maridos bons, tiveram muita sorte no casamento.

Quer dizer então que a senhora tinha com o que se ocupar? E sua mãe?

E minha mãe faleceu, faleceu...

Liliana: Não nesse ano?

... Não, não, uns anos ela ficou ainda. Ela faleceu também, né? A minha avó também.

A sua avó estava aqui também?

... Sim, a avó Catarina.

Liliana: Como é, lá veio depois?

Não ela veio junto, veio...

Liliana: Ah, ela era mãe da sua mãe?

... : Ela era mãe de meu pai.

Liliana: Como que era o nome dela?

... : Era Catarina. Ela teve só este filho, o meu pai. O marido dela faleceu lá na Itália e ela nunca mais quis casar. Então, quando eles vieram para o Brasil, ela veio junto, né?

Liliana: Quer dizer que o seu pai morreu antes da mãe dele.

... Não.

Liliana: Que a sua avó? Ela morreu antes?

... Não. Ela morreu antes.

Liliana: Quer dizer que quando seu pai Abramo faleceu, já não tinha mais a mãe?

... Não. Minha mãe viveu uns anos ainda, a Therezinha.

Liliana: Ajudou a criar os netos.

... Também, também ajudou um pouco, não é?

E dos seus netos agora, quais os que estão vivos ainda?

... Nem sei o número, porque tem uma infinidade.

Liliana: Dos sobrinhos, quais estão vivos?

Meus sobrinhos, de vivos agora, do Ettore tem o Páride, a Iris, a Elza, a Noely, a Edite, a Terezinha, o Germaninho e a Mary, agora de vivos. Dos netos que ela deixou, faleceram dois, o Abraminho e o Fortunato.

Liliana: Faleceram?

: Faleceram.

Liliana: Com quantos anos, eles faleceram?

: Eram moços né? Era casado com a Zilma, o Abraminho.

Liliana: Era Abramo Pezzi Neto?

: Sim, é Neto.

Liliana: Quer dizer que por uns tempos a sua mãe ajudou a cuidar das crianças.

: O outro era Fortunato, o segundo filho. Então, a minha cunhada botou o nome do pai dela, que era Fortunato, que [inaudível]. E o Ettore, o primeiro filho, ela botou o nome de Abramo.

Do que a senhora recorda melhor, que lembrança a senhora tem até hoje, assim, como menina? Uma lembrança boa? Ou ruim, não sei? Menina né, não moça? Primeiro menina?

: De menina... eu me recordo... faz muito tempo...

Liliana: O que a senhora gostava de fazer?

Ah, eu gostava... Eu trabalhei muito, porque naquela época não tinha as facilidades como tem no dia de hoje. Como tinha hotel, hotel assim, então a gente tinha empregados, naturalmente, eu ajudava lá em casa, ia lavar a roupa lá embaixo, mais ou menos onde é o [Cantina Luiz] Antunes, agora. Mas levavam a roupa de carretinha, tínhamos empregados. Iamos eu e uma empregada, lavar, não é? Ficávamos fora um dia inteiro.

Liliana: Uma vez por semana, vocês iam?

: Sim, a gente ia amontoando as roupas, sim, das crianças pequenas a gente lavava lá em casa num tanque que tinha lá fora.. Depois, com o tempo, veio a luz, e veio a água encanada, com o tempo. Então, essa roupa assim do hotel, a gente ia amontoando, amontoando e, quando era segunda-feira, a gente ia lá fora lavar. Ficava o dia inteiro, né?

Liliana: Desde de pequena a senhora ia?

: Desde pequena. Ah, eu trabalhei muito na minha vida. Eu era magra que nem sei! Mas, graças a Deus, eu sempre gozei saúde, sempre, sempre, sempre, até o dia de hoje, nem sei o que é dor de cabeça. A primeira vez, agora que me atacou os joelhos assim, que... Mas, também, com 86 anos! [ri]

Liliana: Lógico, tem que ter alguma coisa!

: Alguma coisa, né?

Liliana: Era uma vida bem saudável!

: Eu sempre, pras meninas, eu fazia crochê pra uma, crochê pra outra, e guardava pro enxoval.

Liliana: Com quem a senhora aprendeu? Com a sua mãe?

: Não, nem sei, pra dizer a verdade. Depois eu ficava fazendo o papel de sogra, uma ficava na sala, a outra ficava no escritório, eu ficava na copa, fazendo crochê, até que os namorados ficavam lá. Depois então, nem esperava que fossem noivas ou tivessem namorado, fazia um jogo de crochê guardava; fazia outro jogo pra uma, outro jogo pra outra, e assim... Porque, naquele tempo, não tinha as facilidades que tem o dia de hoje, que se compra pronto. Tinha que se fazer tudo em casa. Então, eu fazia isso, fazia aquilo pra elas. E, quando elas noivavam, essas coisas elas tinham tudo, porque eu já tinha prática tinha prática. Depois, a gente chamava uma moça que viesse costurar pra fazer o enxoval, porque não se encontrava roupa pronta como nos dias de hoje. Então ela vinha lá em casa, era a Amália Mussoi, era uma moça que costurava muito bem. Então ela vinha lá, ficava três meses, quatro, conforme, fazia todo o enxoval, precisava tempo, se fazia tudo a mão.

Liliana: E os tecidos, de onde vinham?

: Os tecidos, nós tínhamos uma loja na esquina, né?

Isto, depois que não existia mais a pensão, né?

Sim.

Liliana: Primeiro... E a escola como é? Primeiro foi a escola e, quando o seu pai morreu, daí resolveram botar uma pensão?

: Sim, uma pensão.

Liliana: Pra poder tem um sustento?

: Um sustento. Os meus irmão, construíram depois, lá na esquina uma casa de madeira de dois andares, de modo que a casa era grande. Então, na esquina, com o tempo, deixaram o hotel também, né? Então, eles colocaram a loja. Depois, meus irmãos se empregaram fora, como se diz. O hotel tinha algum nome?

Liliana: . . . A loja também?

: A loja também.

E na loja vocês vendia de tudo?

De tudo, de tudo. O meu irmão fabricava vinho assim, né e, então, os colonos vendiam a uva prá ele, ou vendiam o vinho e, às vezes, eles [os colonos] compravam em troca. Nós tínhamos açúcar, sulfato, cal., eles compravam tudo lá. Nós mandávamos vir o açúcar em vagões; o sal também; o sulfato, também. Então eles compravam diversas, conforme eles precisavam, eles compravam diversas barricas de sulfato, diversos sacos de açúcar prá por no vinho, pra fazer o vinho e, depois então, eles compravam lá na loja. Tínhamos fazendas, de tudo, de tudo, de tudo. Tínhamos louças, secos e molhados, fazendas, sedas, de tudo a gente tinha. Então, os colonos vinham comprar lá. Quando casava uma filha, me lembro que com 500 cruzeiros, eles compravam o enxoval todo da filha. Era barato naquele tempo. Eu cuidava da loja, eu fazia a escrita, do borrão passava para o diário. Meu marido, depois, quando ele faleceu, só dois anos ele trabalhou, depois ele faleceu, então era eu a cabeça quem assinava as duplicatas, fazia as compras dos viajantes. Depois tinha o meu sobrinho, o Fortunato, que trabalhava lá comigo. Mas, as era eu que fazia. De modo que foi indo, foi indo...

E a cantina do seu irmão, começou ali também?

Sim, começou ali.

Liliana: E depois pra onde que se transferiram?

: Depois ele transferiu para a Sétima Léguas, lá embaixo, né, com o tempo, né?

Liliana: Ele fazia vinhos?

: Ele fazia vinhos. Também, ali na esquina ele fazia vinho, tudo.

Liliana: Começou ali?

: Começou ali.

Porque, depois terminou a cantina, o que aconteceu?

Depois, sabe, ele faleceu e, afinal, os herdeiros venderam, sabe como acontece, né?

Liliana: Sim, nunca é a mesma coisa.

: Nunca é a mesma coisa.

E a loja lá, continuou mais tempo?

Depois, a loja, com o tempo a gente foi vendendo. Afinal, eu trabalhei vinte anos na loja. Então, no final, vendemos as mercadorias para um cunhado meu, que morava em de Antônio Prado, Domingos Grazziotin. Ele era casado com minha irmã Ercília, por isso que botaram o nome de Edifício Dona Ercília ali na esquina, porque o filho dela é engenheiro. Então, quando decidiram vender, os herdeiros, ele e um outro cunhado compraram a esquina. Quando terminou o edifício, assim, ele pediu licença se todos... esse que tinham comprado os apartamentos, se faziam o gosto que botasse o nome de Dona Ercília, que era a mãe dele. Então, todos concordaram. Então botaram o nome Edifício Dona Ercília, que vem ser, era minha irmã, a Ercília Pezzi, casada com Domingos Grazziotin, que morava em Antônio Prado.

Quer dizer que onde vocês moravam, é exatamente ali onde ocupa esse Edifício?

: Esse edifício.

Liliana: Porque tem um do lado, né o Marina?

: O Marina aquele depois...

Liliana: Era de vocês?

: O Marina, que era Mário Ettore, né? Então Marina era a senhora do , meu irmão. Então, os filhos quiseram botar o nome de Marina. Queriam botar antes o nome de Mário, mas não puderam, porque já tinha um outro edifício, aqui em Caxias, com o nome de Mário. Então botaram o nome Marina, que era a mãe dele.

Quando quiseram vender ali, a senhora concordou, a senhora ficou triste? O que aconteceu?

Não, eu sabe, naquela época, os pais davam só para os filhos homens e para as mulheres davam só o enxoval. Antigamente era assim.

Ah, era assim.

: Antigamente era assim.

Liliana: E foram eles então que decidiram vender?

Sim, a vender, porque, afinal, pensaram em outras coisas e os filhos foram casando, casando.

Depois, com o tempo, faleceu o Mário, depois faleceu o Ettore, sabe assim, então para cada um tocou a parte da herança, pros filhos, né? E afinal...

Então eles decidiram vender?

: Vender.

Liliana: Quer dizer que vocês, as mulheres não ganharam nada?

Nada, só o enxoval.

Liliana: Só o enxoval.

: Só o enxoval.

Liliana: Nem do terreno, nada?

: Nada. Mas eu fiquei contente assim, Graças a Deus não me falta nada, todos me querem bem, me estimam.

Liliana: Claro! Mas imagina hoje o que vale, né? Que aquele local hoje...

...: É um dos lugares melhores de Caxias, o ponto melhor é aquele.

Liliana: Sim, muito, imagina, ali Praça!

: Perto da Praça [Dante Alighieri], perto da igreja [Catedral], perto dos bancos, afinal, é um lugar ótimo. E fiquei morando 65 anos lá.

Mas a senhora sentiu quando saiu?

Até o dia de hoje, quando passo na frente, me dá uma dor, uma dor, uma vontade de chorar. Eu me lembro [inaudível], pára o auto lá no lado assim, a Mary às vezes ia lá, que morava uma irmã, então, ela ia lá, enquanto eu ficava no auto, ficava esperando, ficava pensando, olhando, tudo gente estranha que entrava dentro ali, não era mais aquela casa, que logo ali na entrada era a copa, e fiquei pensando, comecei chorar, chorar. Depois a Mary então veio: "Mas o que é que a senhora tem?" – "Nada, nada, estou me lembrando do tempo passado, eu digo, que saudades que eu dessa esquina, de morar de novo ali".

Ah sim, imagina! Eu, que sempre morei ali no [Edifício Pratraviera, agora eu sinto! Imagina a senhora! E como tudo mudou, né? Eu gostaria assim que a senhora..., o que a senhora acha da... Tem coisas boa agora, tinha coisas boas antes, né? Claro! Mas assim nesse ponto, que nem a senhora falou, as moças ganhavam enxoval e os filhos homens ganhavam a herança, e as mulheres nunca, naquele tempo, pelo menos, nunca reclamaram, nem nada, né? Achavam que aquilo era natural?

Reclamaram, nada, nada, que era natural, né?

Hoje em dia é diferente a senhora ainda acha que seria natural? Hoje já não é assim.

É diferente, hoje em dia, tanto tem direito o homem como a mulher, todos os dois, hoje em dia.

Liliana: E o que a senhora acha disso?

: Eu acho que é direito. Eu, nunca me queixei, nada. Estou contente, estou contente até o dia de hoje, graças a Deus. Mas acho que é mais certo, tanto o filho homem quanto a mulher são filhos, não é?

A senhora acompanhou todas essas mudanças. Por exemplo, hoje as mulheres trabalharam. Por exemplo, eu queria saber, a senhora nunca se interessou de querer lecionar, coisa assim? A senhora tinha vontade?

A minha mãe queria muito que eu lecionasse, mas... Porque, antigamente, a gente era muito apegada à família, não se saía pra fora, não se tinha aquela liberdade como no dia de hoje se vai pra

cá e pra lá. A gente sempre estava perto da saia da mãe, como se diz. Então, a minha mãe, ela foi, porque ali perto era Canônica dos padres, né, moravam os padres bem perto de casa, então, a minha mãe foi falar com Dom Antônio Pértile, pedindo que ela queria que eu continuasse a estudar, que eu me formasse, ficasse professora. Diz ela: "Parece que ela não tem muita vontade". Diz ele: "Olha, a sua filha tem toda a razão. Vamos supor que ela se forme, que ganhe uma cadeira. Mas, se depois ela ficasse lecionando aqui, está muito certo. Mas é mais provável que mandem ela prá fora e a senhora, acompanhar sua filha, não pode, e uma filha, no dia de hoje, ir para fora assim, não fica bonito". Sabe, antigamente era assim. "Não fica bonito uma moça só, ir prá fora longe da família". Então, afinal, minha mãe ficou mais descansada. Eu sei que, num exame que houve, eu ia no colégio ainda, tinha uma senhora que viu que era adiantada, que eu sabia e tudo, então eu era me convidou que, nas férias, eu lecionasse para filha dela, era a Elza Bressani, que eu lecionasse a filha dela. Então eu aceitei, que ela morava ali perto do Sr. Adelino Sassi, mais ou menos ali, então, eu ia na casa dela ensinar. [risos] Ensinava a guria, não é? [inaudível]

O que a senhora mais gostava, das matérias?

Das matérias, eu gostava, afinal, de História do Brasil. Porque gramática, aritmética, a gente..., de cor quase não se estudava, era só... Então História do Brasil, me lembro ainda, quando era o tempo dos feriados, então a professora fazia a gente estudar e depois dizer lá no colégio. Ainda me lembro: "Dia 7 de setembro do ano 1822 /Sobre as margens do Ipiranga/ Que o príncipe dom Pedro soltou o grito: "Independência ou morte!" Grito que acou em todas as províncias e constituiu o Brasil um a nação independente!" [ri]

Liliana: Até hoje, né, ainda fazem? Agora mudou muito.

: Eu gostava, de tudo eu gostava. De cópia, ditado, que ela dava, eu não fazia nenhum erro de ortografia, nenhum erro eu não fazia.

Liliana: Até hoje a senhora lê? A senhora gosta? Do que a senhora mais aprecia?

Antigamente eu lia romances, agora gosto de ver o jornal. Por causa da televisão, a televisão rouba tempo; antigamente não havia, então a gente podia ler mais. Então, a gente fica assistindo as novelas, depois deitado na cama aí pelas dez e meia, onze horas, aí a gente não tem vontade de ler. A gente reza, faz suas rezas e depois se dorme.

E antigamente ouvia-se mais o rádio, né?

: Sim, o rádio, o rádio sim. Não havia a televisão. Hoje em dia, a televisão...

Liliana: A senhora apreciava ouvir rádio?

: Sim.

Liliana: O que a senhora recorda? Algum programa?

: Não me lembro mais.. Sabe é tantos anos! Agora a gente só se lembra da televisão.

Liliana: E bailes, a senhora frequentava?

De solteira eu ia poucas vezes, né? Mas de casada, depois que me casei, então, com o meu marido eu ia.

Liliana: A senhora gostava de ir? Onde é que a senhora ia? No Juventude?

: Não, no Juvenil. No Juvenil, que o meu irmão, o Ettore, foi um dos sócio-fundadores, o pai da Mary, do Juvenil, né? . Até a Mary foi rainha dez anos, do Juvenil. E ela coroou a outra, Terezinha... Como é? Depois de casada, que ela já tinha as três filhas.

Liliana: De carnaval, a senhora gostava?

: Ao carnaval, a gente ia para apreciar.

Liliana: Tinha muitos blocos?

Tinham muitos blocos, a gente apreciava de camarote.

E das Festas da Uva, o que a senhora se recorda?

Das Festas da Uva...

Liliana: Era ali na Praça, né?

: Era na Praça [Dante Alighieri], sim na Praça, as tendas, tinha as tendas...

Liliana: Não era como agora, né, o pavilhão?

: Não, não, era tudo tendas assim, não é?

Liliana: E o que que faziam? Havia festa, tinha desfile? Foram depois os desfiles.

: Tinha, por exemplo hoje é dia 15 de outubro, era o dia de Santa Tereza, é a padroeira de Caxias, tinha uma festa grande, que faziam todos os anos, todos os anos, então armavam na praça, um assim o povos... Como é que se diz? Os assim, e o povo, a Mary tirava, uma guria tirava o número.[risos]

Liliana: Dava pra fazer uma festa com todo mundo?

: Com todo mundo.as ,Pode então nós, tinha uma cor assim,, bonito, uma rosa, né? Em me lembro que a os eram aquele grande ,nós nos reunimos todos lá em casa, o bloco, então saímos lá de casa pra ir lá na Praça, lá na nossa estande, nós tínhamos a estande na frente da Canônica, que"!Nóstinhamos o [Então chamavam vocês de bandeira católica.

: Católica.

Liliana: Quer dizer, de festas mesmo eram mais essas? muita Ou era mais...? assim , assim, né?

Liliana: Tudo muito em família?

: Sim, .

Liliana: Vida muito familiar, né?

: É sim.

Liliana: Isso era porque o pessoal tinha que se unir, né, porque o lugar era diferente e tudo?

Aurora: E depois a família era, quando casavam tinham bastante filhos, esses que casavam, né? [na frente de **Como na frente?**

Liliana: Assim: tn né...?

: Sim. Depois tinha...

Liliana: Era tudo ali?

: Tudo ali. E;;; depois tinha;; tinha ,[]E o que a senhora, olhando assim, Caxias a por exemplo, a senhora sai pouco...

: Sim, agora saio pouco.

Liliana: Mas, por exemplo, lá onde vocês moravam é um edifício, do lado também, quer dizer, a . Lá no centro assim, o que está igual daquela?Que a senhora chega lá e diz: não, isso aqui ainda está como era?... C?As estátuas, a Eque fazem muitos anos que tem, do

Liliana: Sim! E tem uma do seu pai [inaudível]

: Sim, tem uma do; tem uma do meu pai, que chamavam ele de *i*, em italiano professor é maestro.

Liliana: A P no começo?

: Era diferente. E assim que era de bebidas assim, e depois :s& [Francisco Dal Prá, o Quequim] tinha um outro, era ; depois, F ele . A[]

Liliana: E a catedral já...

: a antiga, que era. Eu m. Porque nde ultimamente, . E,[] de seis, sete degraus pra gente entrar dentro de casa, tudo, pra ir na igreja Então, P, então, a . Eu me lembro que, pra entrar dentro de casa. Primeiro tinha Agora está totalmente diferente, ou não? O Juventude, ali ainda é como Sim,.

Liliana: Era o Café ali, né? Como é que era ali?

: Ali como?

Liliana: Ali no outro lado da Praça?

: No outro lado era o Juventude era diferente, natural, agora melhorou. Depois, antigamente era ; Eu lembro. Está melhor ou..., melhor no caso, né? O que a senhora acha assim quando vai passear, ou vai olhar?.. Também [Giovanni Battista] que ; era um Serafini que que veio a Caxias. Então a...

Liliana: Quer dizer que era uma atração?

: Era[] a gente...na inauguração não fui. Depois fui ver, né? Sabe naquele tempo assim... não esse da funerária, ; era o correio ali, o correio. É, a comadre [inaudível]. E depois, afinal, faleceu o Luiz Curtulo. Depois ou [inaudível]; era a mãe da Philomena, a Clélia Spinatto.

Liliana: Manfro?

: ela casou com o Manfro, com o Manfro. Então foram os Curtulo que criaram, eu morava lá perto, éramos muito amigas,

Liliana: Iam passear no domingo de manhã?

- : Íamos na igreja a, eu ia assim lecionar. Esse saía pouco porque não tinha...a vir am.
- Liliana:** Qual foi o primeiro cinema aqui? o Apolo?
- : O primeiro cinema foi ali, o Apolo.
- Liliana:** O Apolo. E depois do Apolo qual que veio?
- : D que onde eras o H. Ou senão ali também que a gente ia ao ; era trezentos réis o matinê.
- Liliana:** E a senhora gostava de ir?
- : Eu gostava [r].
- Liliana:** Quando começou então foi, todo mundo era interessado em ver?
- então... Como foi? A senhora depois criou todos os filhos então? Sim, todos os filhos.
- Liliana:** Daquela sua a cunhada que faleceu. E daí como é que foi depois que a senhora saiu de lá? Foi morar com alguém como é [inaudível]?
- : Fiquei lá até que casaram e fui embora porque o meu irmão faleceu, o outro, fiquei um pouquinho com uma empregada boa, todas que se empregavam ficaram dez, oito anos.
- Liliana:** E de onde vinha essas...?
- : As moças vinham de Antônio Prado, aqui das colônias; elas faziam o almoço, lavavam roupa, passavam a ferro, lavavam a casa. Naquele tempo não tinha cera como nos dias de hoje, não era nem esfregão, era com coco e o assoalho era branco, e a gente tirava a água do poço com latas de querosene. [risos] É sim. E ainda existe aquele poço, é La no Edifício Dona Ercília, embaixo deixaram; era um poço que nunca faltava água. Me lembro quando era o tempo de verão, que tinha seca assim, né, muitos hotéis vinham lá com barrilzinhos assim para encher de água. Era uma água muito boa, era tudo de pedra no fundo do poço, né? Era uma água boa que nem sei! Nunca secou, nunca secou aquele nosso poço lá.
- Liliana:** Então, daí os filhos, os seus sobrinhos casaram? E aí, como é que foi?
- : Então, depois eu fiquei lá ate que ficou o Germaninho, a Mary casou, todas as meninas casaram. Depois ficamos eu, uma empregada e... eles . Então Uma: "A E"Anha;" estava acostumada lá, eu a , tu, mas eu, último [Jauvaír na igreja, o padre ainda n! [risos] Era pertinho, era pertinho. E aqui na Mary também, né, eu vou a missa todos os dias.
- Liliana:** Aqui em São Pelegrino?
- : Aqui no [Bairro] . M, começou que atacavam cedo, e, sabe como é, né? E diz : "A senhora não vai mais de manhã cedo assim". Porque ainda era meio escuro, a , até o dia eu sou de idade, na cama mais de tempo, mas P está certo, e... Diz a Mary: Mas o que a senhora tem que pensar"? – "Mas eu sou feita assim; eu sempre fui acostumada"! . – "Porque levantar cedo? Não tem necessidade"! – "Mas eu não sou capaz de ficar na cama"! Q eugora, com esses frios, eu poderia ficar mais na cama, mas eu não sou capaz.
- Liliana:** A senhora se sente melhor assim?
- : É sim. Até que Deus me leve.
- Liliana:** Quer dizer, que a senhora não vai mais na missa todos os dias? Ou vai em outra hora?
- : Agora não; agora eu adporDepois, a, elas tem uma igrejainha,De modo que... nos domingos, , agora ultimamente; eu P, por exemplo, e, não é? [risos]
- Liliana:** Era um pecado:
- Aurora: E . Mcomo . a ;estas e, de modo que então o Santíssimo, tem , o que ainda?
- A é o croché nada! F!a bisnetas pros , uma colcha.
- Liliana:** E que fez pro seu enxoval? A senhora mesma?
- : Eu. Olha, e pra Mary, sim, não costurar, mas essas coisas. Cnós chamávamos... M, os crochês fui tudo eu que fiz. R pras outras também eu fazia alguma coisa. E pra mim, só mandei fazer o terno assim de baixo, era a Carmelita Bergamaschi que costurava muito bem. Então ela me fez o terno. E o resto foi tudo lá em casa. Os crochês, as colchas eu fazia, só tricô que eu não fazia. Eu tenho a minha cunhada que fazia, não pra mim. Então eu só fazia croché, *ni* eu sabia fazer.
- Liliana:** O que vem a ser?
- : *Anduti* depois todos os assim, e a gente, depois. Eu f. Tela tem a do enxoval dela, é , grande.aa de croché assim, ,de bisa. Eu gosto de croché, eu gosto de fazer.Como foi o Meu casamento foi assim: c ali atrás, na rua [inaudível]. Não era terial; era uma casa de madeira, , a mãe da... Como é aquela professora de vocês, Juchem, a Nelly é filha da Júlia, que é minha sobrinha, é ,

é minha afilhada. Então a Júlia morava ali perto. Então era uma casa de madeira, eu morava lá. Uma viagem ou duas se costumava usar aqueles, que se botava o pé assim. Então também. C, ela tinha uma loja muito grande, até os dias de hoje os filhos continuam com a mesma loja. Então eu ia pra lá, ele costumava começar a viagem. P., em Porto Alegre, então ele parava mais tempo aqui. M, que ele fizesse Caxiasasse, então eu ia à Antônio Prado com ele, ficava lá na minha irmã, hospedávamos lá. Agora faz. Ih! M intenção e a outra eu tinha. N de casar mais.

Liliana: Porque?

.. Porque não.

Liliana: Porque a senhora achou que casar era uma vez só?

: Eu achava; outra..., eu, eu queria bem. Até tinha um senhor que morava, eu não sei se era em Alfredo Chaves, ou naqueles lugares que ele ia viajar, quando ele soube que ele faleceu, ele veio, sim, que eu morava lá encima ainda, veio ver, veio falar comigo. Eu estava na loja, ainda muito o falecido Alberto, que que ele, então, ele: "Mas o senhor quer? Diz ele? "Ah, "!" E, a" - " e isso e aqui. S. Era"! Digo: "...". Depois, que era: snagradou ele pra poder vender []. boa disse, quando falou com a minha cunhada, "Eu sei que a dona Aurora não quer casar, então eu nem falo com ela, porque eu sei". Então, decerto, ele [s] A senhora não estava com vontade?

Não estava com vontade, não, que esperança!

Liliana: E me diga uma coisa: o, na sua época, Como é que era? Afinal, ele e rapaz sério, ele tinha cinco anos a mais do que eu. Um rapaz sério assim, a minha mãe assim...:eraaa, era senhor, né? Ovinha de viagem e tudo assim. Então ele d, ele me tratava ele me dizia "Me trate por tu"! Então, quando ele falava comigo eu dizia ele me dizia "O. Está La em cima"!rs] A, mas tarde a tratar por tu.; Então tínhamos loja e por semana, esses, sabe, convidavam a gente. Então ele ficava quando convidavam ele. Ele dizia N[os]

Liliana: A senhora não sente de não ter tido filhos?

Não. Porque, sabe, muitos me diziam, muitas amigas: "Mas, seu eu fosse tu ia no médico, com uma coisa e outra, com remédio". Eu dizia: "Eu estou bem, gozo de, sEu [s]Ele dizia. Afinal, ele s marido, bom, é uma pena a gente ter ficado junto tão pouco tempo; a felicidade sim, oito anos. Mas depois a teve o que fazer, né? Porque com dez!...Com dez. E depois eu tinha a loja, eu tinha que cuidar da loja, não tinha tempo de, sim, de dia, porque de noite a gente... Mas eu sempre cuidava e tudo. Depois deixamos da loja, depois eu me dediquei de corpo e alma a toda gurizada, eles chamavam as meninas, e uma coisa e outra, e bordado, e isto e aquilo. Eu sempre trabalhei, sempre, sempre. Era um prazer pra mim, né? Eu ficava sentida quando era o dia da primeira comunhão, eu me lembrava da mãe, que ela podia estar aí, então eu chorava assim, eu me lembrava. Quando elas noivavam, então elas diziam: "Olha tia, o fulano de tal, sábado ele quer noiva, então a senhora fala com o pão"! Então eu dizia: "Ettore, olha, fulano de tal quer falar contigo, parece que ele quer noivar". Então ele ficava. Porque, sabe, os homens não ficam em casa, né? Então no sábado ele ficava em casa, ficava na sala, eu também ia junto, então lá ele pedia, se nós dávamos licença deles casarem o tal mês, o tal dia, se concordava.

Liliana: E quando a senhora namorava, quem cuidava da senhora? Os seus irmãos? O seu pai já tinha falecido!

: Não. A minha mãe ficava.

Liliana: Não o seu pai ainda estava vivo.

: Não, o meu pai não.

Liliana: Ah é, não.

: Ele faleceu quando eu tinha nove anos. Depois tinha as minhas cunhadas, que estavam ali, elas ficavam de pé assim.

Liliana: Quer dizer que mudou muita coisa?

: Ah, mudou bastante!

Liliana: Como a senhora vê agora?

: Agora, meu Deus do o! Qvão sozinhos, não querem mais ninguém

Liliana: E a senhora acha isso ruim: O que a senhora acha?

: Não, eu é a moça Mas tem, tem muita. hñão todos, mas . Não é verdade? T, anão digo todos, eles . NMe diga uma coisa, dona Aurora, a senhora acha que Caxias agora esqueceu o que aconteceu com os imigrantes?

: Como?

Liliana: Assim, como é que a senhora vê agora, ah, por exemplo, a senhora convive aqui, tem os netos da Mary e tudo, a senhora acha que eles conhecem a nossa história? Enfim, como é que a senhora vê os nossos antepassados, esse período que a senhora viveu, o seu pai, a sua geração? Enfim, a senhora acha que esta um pouco esquecida essa parte, as pessoas não dão valor, enfim, o que a senhora acha? Como é que a senhora vê? eles não sabem, eles são criados num sistema diferente, não , tudo mais fácil, é tudo diferente, mudou muito, de modo que eu acho que, se o, o que , que Mas a , por exemplo, hoje que estão vindo e tal, outra coisa saber o passado, o presente e o

Liliana: A senhora acha que isso melhoraria acoisa, ou não?

: Eu acho que alguma coisinha eu acho que, pra muitos, né, pra todos não porque compreendem, entendem como eles querem, não tem ninguém que fala mudar de

Liliana: A senhora acha que agora Caxias, assim, tudo o que existe agora foi fruto dos imigrantes, ou coisa assim. Como é que a senhora vê?

: No começo eu acho que foi tudo deles, porque ele no meio modo de dizer, né? Era tudo. Eu acho que foram os imigrantes que começaram, oNão é verdade?

Liliana: Sim, claro.

: Foram os imigrantes. Aqui era um mato fechado, no meio dos bugres, no meio dos bichos, não tinha nada. , mudou muito. Imaginasó tivesse algum dos antigos s, que visse , eu acho que eles ficariam

Liliana: Claro! Mas será que eles ficariam contentes também de ver que tem tanta pobreza?

: Pobreza, isso não, né? Está ta educação, o trato e eu acho que muitos estranhariam Lógico! Dona Aurora, se assim que a senhora gostaria de falar, lembrar? Que a senhora gostaria que ficasse, assim, registrado, a senhora pode ficar a vontade.Se alguém quiser falar alguma coisa da história de Caxias, alguma, o que a senhora gostaria de se lembrar? a vida hoje. Sim, porque ele tem, muitos conheceram ele, dessesfilhos dos que ele lecionou, muitos falam, né? Porque, afinal,na frente da P: “Abramo Pezzi, ;depoisEAbromo Pezzi; depois tem outra parece, Abramo Pezzi. De modo que se vê que ele é lembrado.

Liliana: Pelo menos isso!

: Isso, né?

Liliana: Tem que lembrar alguma coisa me

: Naturalmente, né?

Liliana: A senhora não escreve nada? Não tem nada guardado?

: Não, dei tudo já.

Liliana: Não, mas a senhora não escreve nada, assim lembranças, coisas assim?Não?

: Sim.

Liliana: A senhora escreve? Ah é? De muitos anos ou de agora?

: Como escrever?

Liliana: A senhora não escreve assim..., vamos dizer um diário, coisa assim? Não?

: Ah não, nunca escrevi. Eu tenho correspondência com uma prima na Itália, escrevo, né.Mas nunca escrevi, assim um livro.

Liliana: A senhora visitou a Itália ou não?

: Não!

Liliana: Nunca?

: Nunca, nunca.

Liliana: Gostaria de ter visitado?

: Nem os meus irmãos visitaram; só o Germaninho, aquele irmão acima da Mary. Ele se formou químico industrial, então ele ganhou uma bolsa de estudos de, de... Como é? Então disseram que ele tinha ganhado uma bolsa de estudos, o filho do... Como é? Assim um de Caxias que fosse filho de imigrante, assim, descendente de imigrantes. Então ele ganhou, ele foi pra Europa e ficou

três meses lá. Ele na casa de todos os parentes meus lá, né? Eu tenho umas primas, tias, não, tia dele, eu chamava de tia. Ele ficou três meses lá estudando; ele se formou lá. Primeiro ele se formou aqui, lá em Curitiba, até eu fui na formatura dele, eu fui a madrinha dele da formatura e tudo. Depois, então, ele ganhou essa bolsa de estudo e...

Liliana: Foi o único que foi?

Foi o único que foi, né. Ele foi pra Europa, ficou lá três meses, depois ele podia ter ganho emprego lá no Rio [de Janeiro], mas ele preferiu ficar aqui em Caxias. Então, ele começou a trabalhar assim nas cantinas, uma coisa ou outra. Depois, agora, ele se empregou, ele trabalhava em Bento Gonçalves, ele tinha a família aqui, né, que a senhora dele é professora. Depois, agora, ele foi transferido para Porto Alegre, ele mora lá, subiu de categoria [inaudível]. Ele tem três filhos. Então, a primeira filha ele quis por o meu nome. Quando a senhora dele estava grávida ele disse: "Olha, se for uma menina eu vou botar o seu nome"! – "Não, Germaninho, é um nome muito feio"! – "Não senhora! A senhora merece!" Il gá dito [ele disse]. Então, justamente foi uma menina e, então, ele pôs o nome de Aurora. Depois, ele ganhou um menino. Os dois são muito estudiosos. A menina já tem vinte, vinte um anos, ela seguiu de doutora, né? Ela já trabalha na Santa Casa, estuda, tem notas boas, ajuda a fazer operações, uma coisa e outra. Ela é muito inteligente; ela é estudiosa.

Liliana: Se fosse naquele tempo, ela não poderia, talvez, né?

E o menino também, não me lembro mais o que ele está tirando, também ele é muito estudioso, ele tira notas altas nos estudos. Mas, também, eles estão satisfeitos com aquele. E a senhora dele leciona, né? Leciona de manhã, de dia e de noite também. [risos]

Liliana: São essas coisas, né? Escuta, dona Aurora, o seu pai nunca falava em voltar pra Itália?

Não, nunca, nunca.

Liliana: Nunca?

: Nunca, nunca, nunca.

Liliana: Nem no começo que era ruim?

: Afinal das contar, a mãe dele estava junto com ele, irmãos ele não tinha, de modo que...

Liliana: Porque muitos vieram...

: Sim, decerto ele se deu bem, viu que ia tudo bem aqui, então...

Liliana: E quando ele ficou no Espírito Santo? Porque ele ficou lá?

: A maior parte dos...

Liliana: Dos imigrantes que vinham ficam no Espírito Santo, né? Depois, decerto, ele resolveu, decerto ouviu falar daqui do Brasil, [daqui de Caxias], então ele resolveu vir para cá, ele resolveu. E ele, decerto, gostou, decerto lutou no começo, né?

Liliana: E a sua mãe também não se importava de ficar aqui ou ela queria voltar pra Itália?

: Não, eu nunca ouvi ela falar de ir pra Itália. Nunca, nunca, nunca. Decerto se deram bem, viram que estava tudo bem, e os filhos, afinal, começou a ter família, uma coisa e outra. Depois ele começou a lecionar, que era o ideal dele, lecionar, ainda mais ele, afinal, ele preferiu ficar aqui a ir pra lá. Era vida nova, tudo diferente, e decerto daqui ele gostou mais.

Liliana: Dizem que até, às vezes, de noite dizia as aulas sonhando? Como é que é isso?

: Não, ele...

Liliana: Que às vezes ele repetia, pra sua mãe, as aulas que ele dava?

: As aulas que ele dava, sim, ele repetia sim, que ele dava pros alunos uma coisa e outra.

Todos esses senhores, eles já faleceram, foram todos alunos dele; cita nesse livro, né? Não sei, agora para pedir fica feio, né? Eu gostaria mais que fosse pra vocês ali, né?

Liliana: Não, que aí ficaria pra todos, né?

Mas agora fica...

Liliana: Mas quem sabe um dia então o seu Júlio [Eberle] doa tudo o que ele tem, né?

: É sim.

Liliana: É uma maneira de recuperar.

: Lá tem a matrícula, não te todos tos, mas de muitos, ele é um livro grosso assim e grande assim.

Liliana: É isso aí! Bom, da nossa parte obrigada, dona...! É... não é?

É

Liliana: Nós realizamos essa gravação no dia 15 de outubro de 1980...

: No dia de Santa Teresa.

Liliana: Dia de Santa Teresa!

: Ela é padroeira de Caxias, que faziam uma festa grande aqui.

Liliana: E hoje não se faz mais!

: Não se faz mais!

Liliana: Outra coisa que não é boa.

: É mesmo. Porque quando eu [na Festa] de Santa Teresa, a gente ia com vestido novo, sapato novo...

Liliana: É a maioria não sabe que ela é a padroeira de Caxias, né?

: Sim, é. Tem a imagem lá na Catedral.

Liliana: Sim, tem.

: É sim, Santa Teresa.

Liliana: É isso aí.

: E agora, hoje em dia, já não festejam mais o dia com pompa assim. [risos]

Liliana: É. Isso padres que estão um pouco parados, né? Eles teriam que fazer alguma coisa.

: Alguma coisa, né?

Liliana: Muito obrigada, de nossa parte, dona

: Eu fiquei bem satisfeita, bem contente assim, de lembrar o tempo passado, com saudades, não é? E assim...Deus me Deus a graça de chegar a essa idade e de ter ainda a memória boa, sei o que faço, me lembro um pouco dos anos passados, afinal...

Liliana: É isso. A senhora está ajudando a história de Caxias.

: [risos]

Observação: Entrevista realizada no dia 15 de outubro de 1980, com a senhora
na residência de sua sobrinha, senhora

Justificativa: A senhora é uma das mais antigas descendente de imigrantes,
ainda viva e a única filha, também viva, do primeiro professor que a cidade conheceu.

Sônia Storchi Fries

Em; 2006

Revisão: Sônia Storchi Fries

Em 12 de novembro de 2010 89 minutos